



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
Faculdade de Ciências e Letras  
Campus de Araraquara - SP**

PATRÍCIA DAMIANA DE OLIVEIRA PEREIRA SOARES

# **PRECONCEITO CONTRA FILH@S ADOTAD@S POR FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS**



ARARAQUARA – S.P.  
2021

PATRÍCIA DAMIANA DE OLIVEIRA PEREIRA SOARES

# **PRECONCEITO CONTRA FILH@S ADOTAD@S POR FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS**

Trabalho de Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação de Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre, em Educação Sexual. Exemplar apresentado para exame de defesa.

**Orientador:** Dr. Vagner Sérgio Custódio

**Linha de Pesquisa:** Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores

ARARAQUARA – S.P.  
2021

Soares, Patrícia Damiana de Oliveira Pereira

S676p Preconceito Contra Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais /

Patrícia Damiana de Oliveira Pereira Soares. -- Araraquara, 2021

237 f. : tabs.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual  
Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientador: Vagner Sérgio Custódio

1. Família Homoparental. 2. Adoção. 3. Filhos Adotivos. 4.  
Homoparentalidade. 5. Diversidade. I. Título..

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de  
Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada

PATRÍCIA DAMIANA DE OLIVEIRA PEREIRA SOARES

# PRECONCEITO CONTRA FILH@S ADOTAD@S POR FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS

Trabalho de Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual. Exemplar apresentado para exame de defesa.

**Linha de pesquisa:** Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores

**Orientador:** Prof. Dr. Vagner Sérgio Custódio

Data da defesa: 20/maio/2021

## MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

---

**Presidente e Orientador: Profº Dr. Vagner Sérgio Custódio**  
Universidade Estadual Paulista

---

**Membro Titular: Profº Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro**  
Universidade Estadual Paulista

---

**Membro Titular: Profª Drª Cláudia Ramos de Souza Bonfim**  
Faculdade Dom Bosco

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico para minha mãe Maria Tereza, que foi empregada doméstica, costureira e mãe solo, e me ensinou a ser perseverante e a lutar contra as probabilidades de um destino escolar injusto, me incentivando a seguir insistente nos estudos, mesmo que as desigualdades sociais tentassem me impedir de ser a primeira mulher da família a conquistar uma graduação e seguir numa carreira acadêmica rumo, também, a ser a primeira pessoa a conquistar um título de Mestre.

Para meu pai Sydney, *in memoriam*.

Para meu companheiro Tiago Pires, que tem sido um parceiro e amigo valioso na militância por uma Educação mais democrática e, de fato, libertadora, me apoiando de forma essencial nesta reta final, compreendendo minhas ausências dedicadas aos estudos e me fortalecendo com suas presenças.

Para todos os LGBTQI+ que lutam pela conquista e fortalecimento de seus direitos, em especial, a comunidade Homossexual que colaborou com esta pesquisa.

E para cerca de 5 mil crianças e adolescentes que esperam pela oportunidade de serem acolhidas e acolhidos por uma família amorosa, que também deseja poder dar amor, bem-estar, paz, lar e dignidade.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, sobretudo minha mãe, Maria Tereza, que me educou às duras penas numa época em que ser “mãe solteira” era ser a vergonha da família, e que, mesmo diante do preconceito, nunca fugiu do desafio da maternidade, me criando sozinha e trabalhando muito para nunca faltar nada em casa. Mesmo com seu jeito severo e educação rígida, nunca deixou de me apoiar nos momentos mais complexos, sempre me amparando e incentivando a seguir adiante sem desistir daquilo que me propus a começar. Como a senhora sempre diz: “Começou, agora termina!”

Agradeço ao meu companheiro e namorado, Tiago Pires, que foi uma grata surpresa da vida e que, apesar de seu ateísmo, também considero uma grande benção de Deus à minha pessoa. Esse homem, que combate todos os dias, a austeridade de um Estado que sofreu um Golpe em 2016, lutando muito contra os ataques de um governo que expropriou direitos e que não valoriza a Educação e não gosta de professores, nunca saiu de meu lado, se mantendo sempre leal aos nossos ideais. Agradeço por ter me ensinado muitas coisas das quais eu soberbamente já julgava saber. Agradeço a paciência que sempre demonstrou ter e por ter muitas vezes dedicado um pouquinho do seu tempo a me ajudar durante esse processo de estudo. Eu te amo, muito!

Agradeço à/aos amig@s de muitos anos e histórias, Flávia, Luís, Marcelo, Lauro, Mário, Marcos Bergo (Febre) e Elenilson, que, nos momentos de desespero, desilusão e frustração, nunca me negaram socorro e sempre ofereceram uma palavra de conforto, apreço e amizade.

As/Aos companheir@s e também amig@s de militância e professor@s que, ao longo da luta, aprendi a admirar Serginho (Véio), Antônio Carlos (Toninho do PCO), Neusa (Neusinha da Apeoesp), Elis (NEJA), Ana Patrícia (PT), Adrienne, Douglas (Moskito), Lara, Luciane (Lysanias), Eliana Janotti (*In Memoriam*) e demais companheiros e companheiras da Apeoesp, que durante muitas jornadas políticas em defesa da Educação e contra os ataques que a mesma sofreu, me ensinaram o significado da expressão “Não Tem Arrego, Vai Ter Luta”. Obrigada pelo aprendizado, compas!

As professoras e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual, da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr), as/os quais considero inestimáveis em seus conhecimentos, e em especial ao Professor Doutor Paulo Rennes Marçal Ribeiro, com quem já tive a honra de dividir a produção de um artigo científico, e ao Professor Doutor Darbi Masson Suficier.

Agradecimentos mais que necessários ao meu orientador Doutor Vagner Sérgio Custódio, que foi o primeiro a acreditar no meu potencial acadêmico, ao me convidar para ser sua orientanda e me incentivando a ingressar no programa de pós-graduação, por crer que eu fosse capaz e que tinha algo a oferecer, sempre dizendo “Eu confio em você, Pagu”. Obrigada, professor!

As famílias homoparentais voluntárias deste estudo, que, mais do que simples voluntári@s, foram colaborador@s que mostraram uma incansável preocupação e boa vontade em contribuir com os conhecimentos expressos ao longo desta pesquisa. Vocês foram essenciais. Gratidão pela generosidade de vocês!

Para finalizar, a todos que de alguma forma me trouxeram até aqui e que este possa ser apenas um começo de uma contínua jornada pela busca ao conhecimento: Obrigada!

O sonho de cada família é poder viver junta e feliz, num lar tranquilo e pacífico, em que os pais têm oportunidade de criar os filhos da melhor maneira possível, ou de os orientar e ajudar a escolher as suas carreiras, dando-lhes o amor e carinho que desenvolverá neles um sentimento de segurança e de autoconfiança. (Mandela, 1970)

Nelson Mandela. Carta a Zindzi Mandela (1970).

## RESUMO

Ao longo da história, as diversas sociedades existentes se responsabilizaram por ditar convenções/padrões sociais nos modos de interação e de relação com o próximo, baseando-se em critérios estabelecidos por instituições dogmáticas. A família foi uma das instituições que mais sofreu ou acolheu certas padronizações em sua configuração e arranjo, recebendo a tarefa de estimar duas pessoas de sexos biológicos ou gêneros opostos e seus descendentes consanguíneos (família nuclear), como se somente esta construção existisse ou fosse a única família a ser reconhecida. Arranjos que fujam do normativo, receberam ao longo da história um escrutínio rigoroso em suas formações, acarretando inclusive em rejeição por parte de outras instituições, como a religiosa, por exemplo. Nesse sentido, o modelo formado por pessoas do mesmo sexo ou gênero, pode colher situações de preconceito capazes de interferirem na plenitude da existência de seus direitos, repercutindo, inclusive, na questão da instituição da adoção. Por isso, o presente estudo busca perscrutar e relatar possíveis situações de preconceito sofridos tanto pelas famílias quanto pelos/as filhos/as adotados/as, bem como suas vivências escolares para saber se estes ou estas sofrem algum tipo de segregação ou qualquer forma de opressão na comunidade ou na escola, tanto por serem frutos da adoção quanto por serem provenientes de famílias homoparentais. Trata-se de uma pesquisa exploratória com coleta de dados por meio de questionário qualitativo, e buscou-se analisar manifestações ou situações de preconceito a partir dos relatos de seus pais e suas mães adotantes. Foi elaborado um questionário com 21 perguntas direcionadas aos pais e mães que passaram pelo processo de adoção legal, mantendo em total sigilo as suas identidades, através de uma amostra por conveniência divulgada em redes sociais e comunidades de famílias homoparentais que passaram por tal processo. Tal questionário abordou as vivências pessoais dessas famílias e situações no âmbito escolar, e verificou-se a presença do preconceito, da homofobia e despreparo das escolas em relação a este assunto. Por isso, também se objetiva com esta pesquisa descortinar mitos, equívocos e curiosidades que envolvem o tema, bem como ajudar no acolhimento dos adotivos, para que a inclusão seja melhor trabalhada tanto na comunidade quanto no ambiente escolar, e possa, assim, ser minimizada a perpetuação da intolerância.

**Palavras-chave:** Família homoparental. Adoção. Filhos adotivos. Homoparentalidade. Diversidade.

## ABSTRACT

Throughout history, the various existing societies were responsible for dictating social conventions/patterns in the interaction and relationship with others based on criteria established by dogmatic institutions. Family is one of the institutions which suffered the most or that incorporated certain standardizations in its configuration and arrangement, receiving the task of accepting two people of biological sexes or opposite genders and their consanguineous descendants (nuclear family), as if only this construction existed or was the only family to be recognized. On the other hand, arrangements that diverge from the normative have received rigorous scrutiny throughout history in their formations, even resulting in rejection by other institutions, such as the religious one, for example. In this sense, the model formed by people of the same sex or gender can encompass situations of prejudice capable of interfering in the complete existence of their rights, even reflecting on the issue of the institution of adoption. Therefore, the present study seeks to search and report possible situations of prejudice suffered by both families and adopted children, as well as their school experiences, to know if they suffer some segregation or any form of oppression in the community or at school, both because they are adopted and because they come from same-sex parented families. This is an exploratory research with data collection through a qualitative questionnaire, and we sought to analyze manifestations or situations of prejudice from the reports of their adopting fathers and mothers. A questionnaire was prepared with 21 questions directed to fathers and mothers who went through legal adoption, keeping their identities completely confidential, through a convenience sample published in social media and communities of same-sex parented families that went through this process. This questionnaire addressed the personal experiences of these families and situations in the school environment and verified the presence of prejudice, homophobia, and unpreparedness of schools concerning this subject. Ergo, this research also aims to unveil myths, misconceptions, and curiosities that involve the theme, and help in the reception of the adopted, so that inclusion is better worked both in the community and in the school environment. Thus, the perpetuation of intolerance can be minimized.

**Keywords:** Homoparental family. Adoption. Foster children. Homoparentality. Diversity.

## Lista de Quadros

<b>Quadro 1 - Tabela de formação dos casais.....</b>	<b>142</b>
<b>Quadro 2 -Tabela com indicativo de faixas etárias entre os casais.....</b>	<b>144</b>
<b>Quadro 3 - Quantidade de filhos por família.....</b>	<b>145</b>
<b>Quadro 4 - Faixa etária d@s filh@s .....</b>	<b>147</b>
<b>Quadro 5 - Natureza da filiação.....</b>	<b>148</b>
<b>Quadro 6 - Porcentagem de ocorrências de preconceito.....</b>	<b>149</b>
<b>Quadro 7 - Relatos das famílias sobre queixas feitas por seus/suas filh@s.....</b>	<b>151</b>
<b>Quadro 8 - Sob a ótica escolar: projetos e trabalhos para o enfrentamento ao preconceito.....</b>	<b>153</b>
<b>Quadro 9 - As impressões dos pais e das mães.....</b>	<b>156</b>
<b>Quadro 10 - Ainda sobre as impressões dos pais e das mães.....</b>	<b>156</b>
<b>Quadro 11 - Percepção dos pais e das mães.....</b>	<b>158</b>
<b>Quadro 12 - Relato com base na experiência de quem viveu situações preconceituosas no ambiente escolar.....</b>	<b>159</b>
<b>Quadro 13 - Percepção acerca da homofobia.....</b>	<b>161</b>
<b>Quadro 14 - Percepção da homofobia através de questionamentos.....</b>	<b>162</b>
<b>Quadro 15 - A percepção sobre o conhecimento dos/das filh@s acerca da homossexualidade.....</b>	<b>165</b>

## Lista de Abreviaturas e Siglas

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade  
ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental  
APA – American Psychological Association (Associação Americana de Psicologia)  
APGL – Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas  
BNCC – Base Nacional Comum Curricular  
BSH - Programa Brasil Sem Homofobia  
CEJA – Comissão Estadual Judiciária de Adoção  
CNJ – Conselho Nacional de Justiça  
CEPAL - Comissão Econômica para América Latina  
CID – Classificação Internacional de Doenças  
CIDH – Convenção Americana Sobre Direitos Humanos  
ConJur – Consultor Jurídico  
CNCD – Conselho Nacional de Combate à Discriminação  
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis  
ECA – Estatuto da Criança e Adolescente  
HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana  
IBGE – Instituto Brasileira de Geografia e Estatística  
IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis  
LDB – Leis de Diretrizes e Base da Educação  
LGBT – Lésbicas Gays Bissexuais Transexuais  
LGBTQI+ – Lésbicas Gays Bissexuais Transexuais Queers Intersexos  
MEC – Ministério da Educação  
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OMS – Organização Mundial da Saúde  
PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher  
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais Nacional  
PEC – Proposta de Emenda Constitucional  
PEE – Plano Estadual da Educação  
PhD – Philosophiae Doctor  
PL – Projeto de Lei  
PME – Plano Municipal de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PNPM - Plano Nacional de Políticas Para as Mulheres

PPA - Plano Plurianual

UCLA – Universidade da Califórnia em Los Angeles

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unicef – Fundo das Nações Unidas para Infância

Secadi - Secretaria de Educação Continuada

SNA – Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento

SDH – Secretaria de Direitos Humanos

STF – Supremo Tribunal Federal

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1 Família: Contribuições Teóricas Sobre Seu Surgimento</b> .....	<b>18</b>
<i>1.1 A Origem do Grupo Familiar: Família na Pré-história</i> .....	<i>20</i>
<i>1.2 A Família no Período Clássico: Origem da Família Nuclear ou “Biatômica”</i> .....	<i>24</i>
<i>1.3 A Família Medieval</i> .....	<i>29</i>
<i>1.4 A Transição da Família Medieval para a Família Moderna</i> .....	<i>35</i>
<i>1.5 A Família e a Filiação na Contemporaneidade</i> .....	<i>39</i>
<i>1.6 Arranjos Familiares no Brasil</i> .....	<i>45</i>
<b>2 A Travessia: A Homossexualidade e a Relação Entre Pessoas do Mesmo Sexo</b> .....	<b>53</b>
<b>2.1 Aspectos históricos sobre relações entre pessoas do mesmo sexo e gênero em algumas civilizações antigas</b> .....	<b>57</b>
<i>2.1.1 Um breve histórico sobre a homossexualidade na Grécia</i> .....	<i>61</i>
<i>2.1.2 Roma também existia relações homossexuais?</i> .....	<i>62</i>
<i>2.1.3 O dogmatismo religioso</i> .....	<i>63</i>
<i>2.1.4 A religião e a sodomia</i> .....	<i>66</i>
<i>2.1.5 A religião, a patologização e a sexualidade</i> .....	<i>67</i>
<i>2.1.6 Movimentos sociais e a religião num panorama internacional</i> .....	<i>72</i>
<i>2.1.1.6 A influência religiosa no Brasil Colonial</i> .....	<i>75</i>
<b>2.2 A união homoafetiva no Brasil</b> .....	<b>77</b>
<b>3 Desvelando Famílias Homoparentais: A Insistência Em Ser Feliz</b> .....	<b>81</b>
<b>3.1 Direito à homoparentalidade: conservadorismo, direitos, reflexões e mitos</b> .....	<b>86</b>
<i>3.1.1 Direitos fundamentais, direitos da personalidade e direitos humanos</i> .....	<i>88</i>
<i>3.1.2 Reflexões e mitos sobre a homoparentalidade</i> .....	<i>92</i>
<b>4 A Concretização Do Direito Homoparentalidade Por Meio Da Adoção</b> .....	<b>97</b>
<b>4.1 A adoção no Brasil</b> .....	<b>102</b>
<i>4.1.1 Requisitos para adoção no Brasil</i> .....	<i>110</i>
<i>4.1.2 O panorama internacional e a adoção no ordenamento jurídico brasileiro</i> .....	<i>112</i>
<b>4.2 O que dizem alguns estudos sobre a adoção por pares</b> .....	<b>115</b>

<b>5 A Educação Escolar e a Política de Educação, Gênero e Diversidade Sexual.....</b>	<b>120</b>
<b>5.1 A orientação sexual na escola.....</b>	<b>122</b>
<b>5.2 Políticas de educação, gênero e diversidade sexual.....</b>	<b>124</b>
<b>5.3 As demandas de gênero, diversidade sexual e pluralidade na educação.....</b>	<b>128</b>
<b>5.4 Danos na educação e na implementação das demandas.....</b>	<b>131</b>
<b>6 Preliminares Do Estudo.....</b>	<b>134</b>
<b>6.1 Investigando as famílias homoparentais: objetivo geral e específico.....</b>	<b>136</b>
<i>6.1.1 Objetivo geral.....</i>	<i>137</i>
<i>6.1.1.1 Objetivos específicos.....</i>	<i>137</i>
<b>6.2 Metodologia investigativa.....</b>	<b>137</b>
<i>6.2.1 Escolha de participantes e aplicação do questionário.....</i>	<i>139</i>
<i>6.2.2 O trabalho de campo.....</i>	<i>140</i>
<b>6.3 Análise dos resultados.....</b>	<b>141</b>
<i>6.3.1 Interpretação e análise.....</i>	<i>142</i>
<i>6.3.3.1 Análise do segundo grupo de questões.....</i>	<i>148</i>
<i>6.3.3.2 Análise do terceiro grupo de questões.....</i>	<i>157</i>
<b>7 Considerações Finais.....</b>	<b>167</b>
<b>Referências.....</b>	<b>172</b>
<b>Anexos A.....</b>	<b>178</b>
<b>Anexos B.....</b>	<b>185</b>

## INTRODUÇÃO

Tú eras también una pequeña hoja que temblaba en mi pecho. El viento de la vida te puso allí. Al principio no te vi: no tuve que ir conmigo, hasta que tus raíces atravesaron mi pecho, se unieron a los hilos de mi sangre, hablaron por mi boca, florecieron conmigo. (Pablo Neruda (1981). *Los Versos del Capitán.*)



"A família" - 1925 - Tarsila do Amaral

**Figura 1.** “A família” – Obra Modernista de Tarsila do Amaral (1925), que retrata a imagem de uma família tradicional rural. Fonte Google Imagens.

O que é uma família? O que a sociedade atual considera ser uma família? Atualmente, é possível constatar, sobretudo nos países de geografia ocidental, segundo Singly (2000), uma maior visibilidade no que tange a novos arranjos familiares que fogem da configuração, historicamente consolidada, de agrupamento tradicional. Entretanto, as formas tradicionais de organização, próximas da estruturação nuclear ou patriarcal, ainda servem de base para

polemizar e dividir opiniões, incitando não somente as discussões acadêmicas, mas também populares, uma vez que as famílias têm sofrido, nas últimas décadas, transformações significativas de caráter econômico, social e relacionadas ao trabalho, que acarretam novas configurações da organização familiar e, como consequência, também geram novas concepções de família.

A origem do termo *família*, segundo Engels (1984), não tem a ver com sentimentalismo ou qualquer valor que possa remeter àquela atribuída pela sociedade atual. Tal palavra origina-se do vocábulo latino *famulus*, que significa escravo doméstico, e **família** seria o conjunto de escravos que pertenceria a um só proprietário. Engels faz aqui uma observação curiosa, ao se aprofundar na análise etimológica do termo, pois relaciona de forma tênue o significado de escravo doméstico e *família* à discussão acerca da propriedade.

A instituição familiar passou por várias transformações ao longo do tempo, e, portanto, é equivocado considerar a existência de um único modelo de família. A família formada por duas pessoas de sexos opostos (heteroparental) é ainda a única reconhecida por boa parte de nossa sociedade, que majoritariamente não aceita outros tipos de formação familiar, como a homoparental.

Alguns fatores influenciaram nos modos e comportamentos das pessoas a partir da segunda metade do século XX, segundo Zélia M. M. Biasoli-Alves (2004), Romanelli (2003) e Scott (2004). Os autores acrescentam que tais mudanças – que serão melhor explanadas ao decorrer do estudo – fizeram com que o paradigma dos papéis de gênero se cambiasse, surgindo alterações nas dinâmicas dos papéis parentais das famílias devido às várias transmutações que impactaram essas constelações. Houve um declínio da instituição do casamento (principalmente por uma maior aceitação do divórcio), a diminuição na taxa de fecundidade (devido aos métodos contraceptivos, por exemplo), a alteração no processo de urbanização, o avanço da industrialização, novas estruturas de casamento, inserção da mulher no mercado de trabalho. Tais mudanças favoreceram o surgimento destes novos arranjos familiares, que se distanciam do modelo idealizado de família nuclear, ainda que este prevaleça na sociedade contemporânea como exemplo “normativo”, segundo estudo realizado pela Fiocruz, encomendado e publicado pela Unicef em seu Relatório (Advance Humanity, 2006).

Para entender melhor a natureza mutante da família, é necessário compreender o estudo que faz distinção entre as chamadas famílias nuclear e estendida. Segundo Fontana (1998), em sua obra ‘Psicologia para Professores’, a família nuclear é aquela configurada pelos parentes em primeiro grau (pais e filhos/filhas), em que o casal de adultos permite o

surgimento dos parentes de primeiro grau (seus/suas filhos/filhas). Por outro lado, a família estendida incluiria parentes de segundo e terceiro graus (avós, tios/tias, primos/primas) e outros. Fontana acrescenta que ambas as configurações passaram por metamorfoses nos países desenvolvidos economicamente e socialmente, que trouxeram transições estruturais, porém, sua essência tradicional, a configuração de família nuclear, ainda seria a de um pai e mãe biológicos com cerca de um a três filh@s em média, mesmo que este modelo não seja mais uma norma universal.

A unidade tradicional familiar sofreu várias oscilações devido a circunstâncias como a conquista da liberdade para dissoluções das instituições familiares, o número cada vez mais elevado de crianças concebidas “fora do casamento”, que elevou o número de pais e mães solteir@s (no sentido de estado civil, e não de “solo” na criação), além da condição econômica, já que hoje mulheres ocupam postos de trabalho remunerado e exercem atividades fora de casa mesmo com os/as filhos/filhas em idade escolar. No caso da família estendida, a mobilidade social dos jovens fez com que ela perdesse sua importância, fazendo com que esta família se desintegrasse, pelo fato de, conforme Fontana (1998), os jovens estarem migrando para longe de seus parentes, seja para estudar ou trabalhar, resultando assim na desagregação, pois os indivíduos também acabam por sair das áreas em que foram criados.

Shaffer e Kipp (2005) postulam que a instituição familiar funciona como um sistema social que envolve relacionamentos, interações, padrões e influências, que darão um caráter de família àquelas que tiverem mais de três membros, formulação que exclui aqueles casais sem filhos ou com pais e mães solos. Durham (1983) reforça que as famílias são grupos sociais que se estruturam por meio de vários tipos de relações que perpassam pela afinidade, descendência e consanguinidade, e que, por isso, representam grupos concretos que seguem padrões.

Para Moreira (2011), a diversidade da família atual é fruto dos vários processos das transições sociais que geraram famílias que se separaram, famílias que recasaram, famílias monoparentais, famílias reconstruídas com outras, famílias homoparentais, famílias com filhos/filhas adotiv@s, famílias constituídas por meio de novas técnicas de reprodução, etc., que desencadearam inúmeras situações novas como, por exemplo, ter filhos antes de se casar, ou separação dos pais que determinou a ida da criança para a casa de outros parentes, situações estas que revelam uma flexibilidade que amplia a pluralidade no conceito do que é família. Nesse sentido, o que se percebe em tempos atuais é que há variações de famílias que podem ser: adotivas, biparentais, monoparentais (formadas só por pai, ou só por mãe ou ainda por outro familiar), concubinárias, produção independente, temporárias, recompostas,

simultâneas (que são oriundas do “recasamento”), homoparental com filhos adotivos, dentre outras, que geram a necessidade de uma investigação, ao tornar relevante para os estudiosos e pesquisadores das áreas de Educação e Estudos Sociais em geral, à medida que os espaços sociais e escolares também se tornam espaços de construção e discussão.

Alguns dos arranjos contemporâneos citados acima são alvos de discussões e questionamentos por parte de tendências políticas, acadêmicas, religiosas, dentre outras instituições, porque existe um véu de preconceito que ainda encobre a sociedade. Aqui será investigado o arranjo homoparental, que faz parte desta contemporaneidade, e sua composição constituída por filhos/as adotiv@s, não descartando que uma parcela de pessoas, que não aceita sequer a relação homoafetiva, pode desenvolver um senso comum não correspondente com a realidade, devido ao choque cultural e contexto social atual que divide opiniões e posturas.

Considerando a relevância de tal pesquisa social, um de seus objetivos é ampliar o debate acerca da diversidade no ambiente escolar por entender que a escola é a segunda instituição educativa de um indivíduo e que seria agente coadjuvante inerentemente envolvida, uma vez que atua no processo de formação dos/das sujeit@s tanto nos aspectos moral, ético, afetivo, social quanto cognitivo, que promove, reflete e propaga valores culturais. Tais valores, dentro deste espaço privilegiado que é a escola, são ressignificados constantemente pela relação e interação entre os indivíduos, havendo a troca de saberes que resulta na construção e reconstrução de sentidos, o que pode ser um grande aliado na convivência coletiva fora dali. Sendo assim, entender este arranjo e seus desdobramentos, pode contribuir com uma sociedade mais receptiva e preparada, além de uma comunidade escolar mais envolvida e comprometida com sua diversidade, uma vez que a pesquisadora, que conduziu tal estudo, também integra esta comunidade como professora do ensino básico.

Destarte, o estudo busca desmistificar o que pode integrar o imaginário de parte da população a respeito da adoção por famílias homoparentais e, por conseguinte, oferecer à escola um suporte teórico que colabore com a construção de projetos que visem ampliar trabalhos sobre a diversidade, não só cultural, mas também sexual dentro da comunidade escolar em conjunto com a família.

Na guisa de desenvolvimento, este trabalho tem como hipótese a existência ou ausência do preconceito e rejeição sofridos por crianças e/ou adolescentes que pertençam às famílias homoparentais, utilizando uma análise que foi feita através das respostas colhidas por um questionário elaborado no *Google Forms* que intuiu trabalhar um universo dos significados dos depoimentos colhidos, que, por sua vez, além de contribuir para o

desenvolvimento e realização do estudo, também ilustrarão realidades distintas vividas por estes sujeitos em diversos âmbitos, tais como o pessoal, o social e o escolar.

Os objetivos gerais são: identificar através dos relatos desenvolvidos nas repostas do questionário, o contexto familiar das crianças adotadas por pais/mães homossexuais, seja na escola ou na comunidade com o intuito de investigar a qualidade das relações que estas famílias recebem no âmbito escolar e no social, isto é, se são tratadas pelos próximos com preconceito ou com naturalidade;

Os objetivos específicos são: tomar conhecimento através dos relatos dos pais e mães, acerca do posicionamento da instituição escolar em relação a eles, se há medidas educativas pelo combate ao preconceito com o intuito de estimular a inclusão; se estas crianças/adolescentes são tratadas/os com respeito e dignidade pelos educadores/as da escola ou se existe algum preconceito ou não nestas relações;

Trata-se de uma Pesquisa Social Exploratória que, por meio de um questionário padrão, coletou relatos de dezessete voluntários/as, que oferecem, através de uma abordagem qualitativa, a possibilidade investigativa dialética que almeja explorar um território já conhecido, porém, não tão discutido, que são as famílias homoparentais que passam pelo processo legal de adoção. Com essa metodologia, será possível adquirir uma visão mais ampla do cenário existente, já que a análise visará a qualidade destas respostas num contexto atual associado ao percurso histórico dos arranjos familiares.

Participaram como voluntárias do estudo famílias homoparentais, por meio de uma rede de sociabilidade e com amostragens por conveniência.

Este estudo assumirá com sua conclusão a sua função social de auxiliar idealmente e estrategicamente as famílias homoparentais e as crianças adotadas por estas famílias no combate ao estigma e preconceito, contribuindo para uma sociedade inclusiva que reconheça como natural a pluralidade e a diversidade, e auxiliando nas reflexões e na atuação de profissionais da educação que busquem promover e tornar a escola um ambiente pleno de inclusão.

## **1 Família: Contribuições Teóricas Sobre Seu Surgimento**

A configuração homoparental, formada por dois indivíduos do mesmo sexo com filhos naturais ou adotivos, é a composição familiar foco desta presente pesquisa, que tem como intuito observar as relações homoparentais voltadas para a hipótese do esquadramento da exclusão e identificação dos estigmas, que podem ser vivenciados não somente por estes casais, mas também por seus filhos, mais especificamente OS/AS ADOTIVOS/ADOTIVAS. Nesse sentido, perquirir uma nova configuração familiar contemporânea auxilia no entendimento dos significados produzidos a partir dos novos arranjos homoparentais, sobretudo dos que praticam a ADOÇÃO, e, por conseguinte, conhecer a origem da família, passa a ser um subsídio relevante para entender as construções sociais.

Neste primeiro capítulo, será abordada a evolução do conceito de família com o intuito de mostrar suas várias transformações, desfazendo alguns mitos e levar ao eleitor o conhecimento de diversas normas que foram instituídas de acordo com interesse do poder dominante, assim como suas conveniências econômicas. Tal contextualização visa contemplar os eixos temáticos que cercam o presente trabalho com objetivo de mostrar o quão complexa é a questão da adoção, uma vez que o próprio entendimento do que seria “família” passou por ressignificações ao longo da história.

Drummond e Drummond Filho (2004) ratificam a premissa de que o papel social desempenhado pela instituição familiar segue um contexto sócio/político e estabelece marcos no desenvolvimento psicológico que balizam a família, ao constituírem um arcabouço na construção dos indivíduos. Estes marcos são considerados importantes na organização da personalidade individual ou coletiva, além das ações e das medidas educativas dentro deste seio.

Acrescenta ainda Biasoli-Alves (2004) que a família, por estar num contexto social mais amplo e abrangente, mantém uma interação constante, ocupando, desde os tempos mais primórdios, um espaço de grupo social que exerce uma influência sobre a vidas das pessoas, ainda que seja considerado como um grupo ou arranjo complexo.

Nesta mesma via, Schenker e Minayo (2003) confirmam que esta instituição é responsável pelo primeiro processo de socialização das crianças e adolescentes, gerando assim uma convivência necessária ao estabelecer laços e formas de relações entre gerações mais nova e mais velhas.

Uziel (2002), Simionato-Tozo e Biasoli-Alves (1998), assim como Prado (1981), compartilham da mesma ideia de que tradicionalmente a família proporciona o primeiro

contato com as regras sociais, produção e reprodução de culturas, padrões e inculcação de hábito que fazem da instituição o primeiro grupo social e agente socializador de um ser.

Tendo em vista que na maior parte do ocidente a família se trata da inicial e principal célula, Tallón et al. (1999) postulam que a instituição familiar se trata de um núcleo central e básico da organização humana. Tal ideia vem ao encontro de Osório (1996), que coloca a família como unidade básica de interação social importante na qual o autor reconhece a existência de um modelo padrão cultural. Esse modelo se apresenta de distintas maneiras e formas em diversas sociedades, sofrendo transformações ao longo do processo histórico, desvelando como a estrutura da família está visceralmente vinculada com o contexto, passando por variáveis políticas, religiosas, econômicas, ideológicas, culturais etc.

Para Fustel de Coulanges (2003), no Ocidente, a Modernidade conheceu uma família oriunda de uma evolução sócio/cultural iniciada na Antiguidade, que estruturou as apresentações e representações de relações baseadas na autoridade do *pater familias*, que seria o direito do homem da família sobre todas as vidas e mortes de todos os seus filhos. Tal modelo é o que se reconhece como patriarcal, porque considera a esposa e filhos como seres “incapazes”, e se assenta numa união que não precisava ser alicerçada no envolvimento sentimental ou afetivo entre o casal e a prole. Em outras palavras, não existia amor.

Para se estudar a família contemporânea, Peixoto et al. (2000) afirmam que é preciso considerar todas as mudanças nos papéis parentais nas últimas décadas. Mudanças que trouxeram para o século XX alterações no modelo tradicional que possuíam papéis rígidos estabelecidos desde muito tempo atrás. Segundo Torres (2000), existia um mecanismo sócio/cultural que estabelecia determinados papéis atribuídos aos homens e às mulheres, como se fossem papéis “naturais”. Tal modelo postulava uma divisão de trabalhos que era delegada de acordo com os sexos e gêneros, garantindo o trabalho remunerado ao homem e assegurando a ele a autoridade de “chefe da casa”. Nesse contexto, o homem era também o provedor da família que tinha o poder sobre as mulheres e filhos, enquanto a atuação da mulher ficava restrito aos trabalhos domésticos, cuidado dos filhos, marido e lar, como Moschetta (2011) e Amazonas et al. (2003) elucidam.

Em sua obra ‘Elementos Críticos do Direito de Família’, Fachin (1999) relembra o patriarcado, alhures mencionado por Fustel de Coulanges, e destaca que a mulher na Antiguidade greco-romana não possuía em geral direito de escolha de seu parceiro, e que, apesar de integrar uma família sob três formas distintas, nunca seria colocada como uma autoridade acima do marido. Ela fazia parte deste grupo através de uma cerimônia religiosa reservada aos seus patrícios, pelo casamento primitivo dos plebeus que consistia na venda

simbólica desta mulher ou pela convivência ininterrupta durante um ano, mas em todas as ocasiões estaria sob a autoridade do marido, como um objeto que lhe pertencia por toda a vida, perspectiva esta que mudou com o passar dos séculos, ainda que a mulher ocupe um “lugar” na história de não se ter lugar.

Vaitsman (1994) afirma que, na análise evolutiva da família, a sua estrutura hierárquica era baseada na questão da relação de poder, na qual o homem tem o poder e o comando porque se apoia numa conveniência econômica. A sexualidade do casal também era vivenciada de forma diferente, uma vez que o homem gozava de uma liberdade sexual mais culturalmente estimulada e ampla, enquanto a mulher deveria manter sua fidelidade sem qualquer autonomia sobre seu corpo.

Romanelli (1995) afirma que hoje, dada as transformações que a instituição familiar sofreu, a família reflete um lugar privilegiado de afeto, em que estão inseridos os relacionamentos íntimos, expressões de emoções ou sentimentos que garantem ao indivíduo os primeiros contatos interpessoais com pessoas significativas na sua vida, estabelecendo trocas emocionais importantes que lhes servirão como bastião na sua fase adulta, se tornando suportes afetivos essenciais. Tais trocas oferecem ao desenvolvimento uma aquisição de condições físicas e mentais que permitem o indivíduo superar etapas de desenvolvimento psicológico de forma mais harmoniosa.

Pelo fato de a família assumir funções ecléticas, é de suma importância traçar a trajetória histórica percorrida que dará ao leitor a capacidade de analisar a problemática que envolve a adoção por um casal não tradicional.

### **1.1 A Origem do Grupo Familiar: Família na Pré-história**

Leakey (1997), em sua obra ‘A Origem da Espécie Humana’, relata que o maior e mais promissor repositório de fósseis humanos, que fica localizado na África Oriental, contém poucos sedimentos pertencentes aos períodos compreendidos entre 4 e 8 milhões de anos atrás, que seria justamente o período que incluiria o que se considera a origem da família humana, ou seja, agrupamentos de consanguíneos de mesma espécie.

Os estudos antropológicos afirmam que existiu pelo menos seis espécies antes do *Homo Erectus*, que teria surgido há 2 milhões de anos. Dada a escassez de amostras dos espécimes sedimentares, a incerteza acaba sendo um resultado comum que discorre a muitas diferentes opiniões científicas, fazendo com que os estudos de taxonomia e sistemática se tornem uma área da antropologia controversa.

Leakey afirma que estes agrupamentos consanguíneos de mesma espécie ou característica, que acompanha a evolução da espécie humana, poderia ter cerca de 5 milhões de anos, e, após uma autopercepção realizada com macacos chimpanzés, partindo do pressuposto de que tal animal compartilha de um ancestral comum dos seres-humanos, poderia ser este fator início da organização social das espécies bípedes, que teriam iniciado existência da família humana.

Morgan<sup>1</sup> (como citado em Engels, 1984) foi um dos primeiros estudiosos a traçar uma ordem considerada precisa dos estágios da família sob uma perspectiva cultural da Pré-História, ao dividi-la em três épocas principais mediante a característica de agrupamentos – estado selvagem, barbárie e civilização. Ele analisa tais passagens de acordo com os progressos obtidos na produção dos meios de existência, observando o homem como o único ser a lograr um domínio da produção de alimentos.

Engels afirma que Morgan, em seu levantamento, encontrou traços históricos que mostraram vestígios de poligamia e poliandria, que tinha como consequência o compartilhamento na criação dos/das filhos(as) (um/a filho/a era de todos e todos eram pais e mães desta criança), que no futuro viria a influenciar na transição do modo monogâmico. Ele também indica que a primeira etapa da família foi a dos grupos consanguíneos em que irmãos e irmãs, primos e primas e todos entre si são maridos e mulheres uns dos outros, não considerando o incesto como uma relação condenatória. Tal modelo de família desapareceu.

Engels (1984), em sua obra “A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, descortina, a partir de suas análises sobre da obra de Morgan, que a família passou por várias evoluções que acompanharam os estágios de desenvolvimento da sociedade (selvagem, barbárie e civilização). Os modelos mais primitivos eram inicialmente chefiados por mulheres, passando em seguida a ser por homens que assumiram a direção da família e dos bens, sendo este último regime muito semelhante à ideia do agrupamento familiar que se tem hoje.

Por um período nessas sociedades antigas, a mulher pertencia a todos os homens e cada homem pertencia a todas as mulheres, entretanto, esse tipo de “matrimônio por grupos” teria acabado e este estado primitivo das relações, que Engels tratava como “hordas promíscuas” (não do ponto de vista moralista, mas sim, no aspecto de bando indisciplinado e confuso) seria o precursor do desenvolvimento gradual familiar, que se dividiram em estágios

---

<sup>1</sup> Lewis Henry Morgan foi um pesquisador etnógrafo e historiador da sociedade primitiva que passou a maior parte de sua vida entre iroqueses, com pesquisas que perduraram por quarenta anos. Ele observou as uniões gentílicas dos índios norte-americanos, identificando, deste modo, considerações acerca da família.

que mostram uma breve passagem do matriarcalismo ao patriarcalismo, e que está correlacionado ao início da propriedade privada que começa a ser valorizado na Antiguidade.

Destarte, a mulher, durante um período curto da história, chefiou a família, tendo seu direito materno usurpado pelo homem e os agrupamentos conjugais se configurado sob grupos de família consanguínea<sup>2</sup>, família punaluana, sindiásmica, família pré-monogâmica e finalmente a família monogâmica patriarcalista que é, até hoje, o modelo predominante.

A família com laços de sangue, segundo Engels, foi a primeira etapa porque nela os grupos conjugais se separavam por gerações, e os membros se relacionavam sexualmente entre si, ou seja, irmãos com irmãs, sendo o incesto uma prática aceita na época. Tal modelo de família teria desaparecido quando essas práticas começaram a ser combatidas, dando gradativamente lugar ao modelo punaluana, que foi um dos estágios e pode ser considerado o começo da estruturação rígida de parentesco, uma vez que neste período a relação entre irmãos e irmãs já não era tão explorada. A expressão punaluana vem de “*punalua*” que significa companheiro íntimo. A punaluana era um modelo flexível que não era baseado tão somente nos laços de sangue ou parentes do grupo.

Engels, destaca como era a relação materno-filial das famílias neste estágio:

Em todas as formas de famílias por grupos, não se pode saber com certeza quem é pai de uma criança, mas sabe-se quem é a mãe. Ainda que ele chame filhos seus a todos os da família comum, e tenha deveres maternais para com eles, nem por isso deixa de distinguir seus próprios filhos entre os demais. É claro, portanto, que em toda parte onde existe o matrimônio por grupos a descendência só pode ser estabelecida do lado materno e, por conseguinte, apenas se reconhece a *linhagem feminina*. Encontram-se nesse caso, de fato, todos os povos selvagens e todos os povos que se acham na fase inferior da barbárie; ter sido o primeiro a fazer essa descoberta foi a segunda façanha de Bachofen. (Engels, 1984, p. 43).

A família sindiásmica é um regime que pode ser considerado a fase final do matrimônio por grupos, pois, ela está entre o estado selvagem e a barbárie. Neste modelo, o direito de maternidade ainda era reconhecido e o vínculo conjugal podia ser facilmente dissolvido, sendo a infidelidade também facilmente tolerada se fosse por parte do homem. O direito materno ainda era conservado exclusivamente à mãe por ser difícil o reconhecimento da legitimidade do pai, e ela também era a responsável pelos encargos da família. Aqui, caso

---

<sup>2</sup> **Família Consanguínea:** segundo Engels, seria a primeira etapa da família, em que os grupos conjugais eram classificados por gerações e na qual eles se relacionavam entre si, por exemplo, irmãos e irmãs, primos e primas entre si. Os pais e filhos estavam excluídos, mas eram uniões em grupos. **Família Punaluana:** era semelhante a primeira, mas passou a excluir os irmãos começando com os uterinos (por parte de mãe) e se estendendo aos irmãos colaterais. **Família Sindiásmica:** nesta comunidade, os matrimônios não se dão por agrupamento, sendo um parceiro para também uma parceira, mas sem a proibição da poligamia e de ocasionais casos de infidelidades por parte dos homens.

o vínculo conjugal fosse desfeito, por qualquer uma das partes, os filhos pertenceriam exclusivamente à mãe.

Neste contexto, que era um estágio de transição, as famílias viviam em grupos, mas se excluía o casamento entre parentes consanguíneos, já que o matrimônio entre *gens* não consanguíneos resultava numa “raça” mais forte. A paternidade podia até se gerar dúvidas, mas a maternidade não, uma vez que a mulher é o indivíduo que gera e dá à luz estando vinculada à gestação, sendo assim, podia existir dificuldades na identificação do pai quando as mulheres se relacionavam com todos os homens daquele grupo; entretanto, a partir da proibição do casamento entre seus membros e uma menor tolerância à traição da mulher, a família passou a ser fortalecida como instituição social que seguia dogmas de essência religiosa, dando início ao que seria a família pré-monogâmica.

Nesta fase de transição temporal, em que a família sindiásmica já estava mais consolidada, o homem já vivia com uma mulher, mas a poligamia não deixou de existir, uma vez que a infidelidade ocasional era um direito do homem, ainda que as razões econômicas fossem raramente observadas. Em contrapartida, era exigida uma rigorosa fidelidade das mulheres, com castigos severos em caso de adultério por parte delas, ou seja, a mulher deixou de se relacionar com vários homens para se tornar propriedade viva de um só, enquanto para o homem era permitido a prática da poligamia. Assim, o adultério era inconcebível para a mulher, mas não para o homem.

Nestes modelos, o homem não sentia dificuldades em encontrar mulheres, podendo optar por uma ou mais, entretanto, quando o modelo pré-monogâmico ou o matrimônio sindiásmico começou a ser uma prática instituída, a busca por mulheres ou de procurar por elas se tornou mais comum na mesma medida em que mulheres se tornaram escassas, fazendo com que raptos e compra de mulheres fossem sintomas bastante difundidos, segundo Engels (1984).

O casamento era um método de manter ou garantir uma mulher para si, que teve como consequência a família monogâmica caracterizada pelo casamento e pela procriação, sendo consentido ao homem o direito de infringir o casamento ou repudiar sua esposa no caso de possíveis traições ou esterilidade.

Portanto, Engels (1984) contribui com a ideia de que a evolução da família nos tempos pré-históricos passou por uma aferrada redução do círculo que excluía os parentes próximos, depois parentes distantes, até chegar na fase em que as pessoas estivessem vinculadas apenas por uma aliança, tornando impossível a prática do matrimônio por grupos.

## 1.2 A Família no Período Clássico: Origem da Família Nuclear ou “Biatômica”

Não se pode postergar a historicidade de evoluções da família porque ao longo dos anos, o modelo contemporâneo herdou e ainda carrega influências fortemente enraizadas na edificação da família pós-moderna, mesmo nos modelos considerados não tradicionais.

Quando se observa o modelo de parentalidade junto à constituição da família e suas metamorfoses, é indispensável verificar sua historicidade que foi influenciada ao longo dos anos por modelos da família romana e canônica. O debate que repercute sobre o problema do laço não consanguíneo da adoção é herança de um modelo de família nuclear e monogâmico que é elemento central na estrutura da parentalidade, segundo Godelier (2004).

Na fase final da família sindiásmica, o grupo já havia se reduzido o suficiente para chegar ao que Engels caracteriza de molécula biatômica: um homem e uma mulher. Engels (1984) afirma que o nascimento da família monogâmica se deu no período de transição da família sindiásmica, entre a fase que ele classifica como média e a fase superior da subclassificação inicial da barbárie (selvagens, barbárie e civilização); o triunfo, que aqui considera definitivo, seria o do início da civilização. A diferença que ele aponta entre a família monogâmica e a sindiásmica é que na primeira existe uma solidez de laços maiores e mais difíceis de serem dissolvidos, podendo somente o homem romper com tal casamento.

Ainda sobre o modelo monogâmico Oliveira (2017), assim como Engels, afirma que tal matrimônio era realizado por conveniência e subordinação, já que era arranjado pelos pais ou parentes homens da família com a finalidade de conservar ou de transmitir os bens e a propriedade privada, porém, nos casos da monogamia, o homem era proibido de se casar pela segunda vez e a fidelidade destes homens não era uma coisa imposta, o que fazia com que estes tivessem filhos fora do casamento ou ilegítimos.

Medeiros (1997) em sua análise sobre trecho da obra de Engels, conclui:

Basicamente a família segundo Homero, firmou sua organização no patriarcado, originado no sistema de mulheres, filhos e servos sujeitos ao poder limitador do pai. Após, surgiu a teoria que os primeiros homens teriam vivido em “hordas promíscuas”, unindo-se ao outro sexo sem vínculo da família em torno da mulher, dando origem ao matriarcado. O pai poderia até ser desconhecido. Os filhos e parentes tomavam as normas e nome da mãe. (Medeiros, 1997, p.31).

Ariès (1981) destaca que, na Antiguidade greco-romana, a ausência de laços afetivos entre os membros da família era uma certeza. Ele diz:

Essa família antiga tinha por missão – sentida por todos – a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua quotidiana num mundo em que um homem, e mais ainda uma mulher isolada não podiam sobreviver, e ainda nos casos de

crise, a proteção da honra e das vidas. Ela não tinha função efetiva. [...] o sentimento entre os cônjuges, entre os pais e filhos, não era necessário à existência nem ao equilíbrio da família: se ele existisse, tanto melhor. (Ariès, 1981, p.10-11).

Embora existam diferenças entre as comunidades de Atenas, Esparta, Roma Republicana ou Império Romano, ainda que façam parte de um mesmo marco temporal da Antiguidade, há características que foram constantes entre elas

No período da ascensão da Roma Antiga, Fustel de Coulanges (2003) afirma que a família abrangia todos os submetidos – pela sua autoridade – a um ascendente comum vivo que também seria o mais velho, independentemente da consanguinidade. Existia uma autoridade delegada ao marido e ao pai, que colocava a mulher no papel de submissão junto aos filhos de forma hierarquizada e classicamente patriarcal. Tal submissão não é no sentido que se compreende contemporaneamente, mas sim no sentido de se submeter à autoridade masculina, mesmo quando saía da condição de filha para esposa, sabendo qual era o seu papel, assim como os filhos: a mulher na submissão do homem e os filhos na obediência. É preciso insistir em destacar que a submissão aqui não é no sentido de ser invisibilizada na política ou socialmente, pois, apesar da estrutura escravocrata e hierarquizada de predominância masculina, a mulher romana ia ao teatro, festas, reuniões políticas, compras etc., e se pertencesse a uma casta mais abastada, poderia inclusive financiar a campanha política de seus interesses, ainda que não pudessem exercer cargos políticos (Ribeiro, 2005). Coitinho Filho e Rinaldi (2015) apontam que, o que lhes garantia reconhecimento de valor econômico, eram os afazeres domésticos sempre presentes – elas podiam ter relevância social, mas eram seus afazeres que importavam.

O pátrio poder dos filhos legítimos cabia aqui somente ao pai, em decorrência da lógica da chefia da família e perda do direito materno, que Engels constatou na obra que reuniu estudos sobre a origem da família, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. A mãe somente detinha este direito na falta ou impedimento do marido, sendo que a noção de pátrio poder surgiu justamente da necessidade econômica de perpetuar a propriedade individual, que trazia consigo o “dever” dos cidadãos se casarem com a intenção de procriar e manter sua propriedade, abolindo assim o direito materno para que a herança fosse transmitida aos filhos homens que sucediam o cargo ou ofício exercido pelo pai.

Este parentesco era baseado nas relações de poder, não apenas nos laços de sangue, que discorria com o intuito de se perpetuar a propriedade individual do *pater*, desconsiderando os vínculos de amor, de afeto, ou de atração pessoal, se fundamentando laços conjugais preponderantemente econômicos.

Ainda neste mesmo sentido, Fustel de Coulanges (2003) diz:

Tendo sido o casamento contratado apenas para perpetuar a família, parece justo que pudesse anular-se no caso de esterilidade da mulher. O divórcio, ara este caso, foi sempre, entre os antigos, um direito; é mesmo possível tenha sido até obrigação. Na Índia, a religião prescrevia que a “a mulher estéril fosse substituída ao fim de oito anos”. Nenhum texto formal nos prova ter sido este mesmo dever obrigatório, igualmente na Grécia e em Roma. Todavia, Heródoto cita-nos dois reis de Espanha que foram obrigados a repudiar a suas mulheres porque estas se mostravam estéreis”. (Fustel de Coulanges, 2003, p.47).

Fustel afirma que a família romana sofria a influência religiosa porque a religiosidade seria o motivo que caracterizou a formação da família. A morte significava mudança de vida e não a aniquilação de alguém. A privação da sepultura era na verdade um dos maiores temores, visto que o sepultamento era associado ao repouso e a boa-venturança eterna. O autor ainda acrescenta que foi graças à adoração dos mortos que a formação da família antiga teve início, já que, para se “adorar” os mortos, era necessário prestar culto por meio do fogo sagrado:

Toda casa de grego ou de romano abrigava um altar; neste altar devia haver sempre restos de cinza e brasas. Era obrigação sagrada do dono da casa conservar o fogo, dia e noite. Desgraça daquela casa onde o fogo extinguisse! Ao anoitecer de cada dia se cobriam de cinza os carvões, para deste modo se evitar que se consumissem inteiramente durante a noite; a despertar, o primeiro cuidado era avivar o fogo e alimentá-lo com alguns ramos secos. O fogo só deixava de brilhar sobre o altar quando toda a família havia morrido; lar extinto, família extinta, eram expressões sinônimas entre os antigos. (Fustel de Coulanges, 2003, p. 18).

Com o decorrer do tempo, a família deixou de ser um grupo comunitário para aos poucos se individualizar estreitando os laços, se tornando um agrupamento unido pela religião doméstica e pelo culto aos antepassados que selava a união dele. É possível notar, na obra de Fustel de Coulanges, que a influência da religião sempre foi muito significativa, sobretudo, no caso do advento da religião católica apostólica romana.

A busca pela sobrevivência era o fator que unia a família durante o período que Engels (1984) evoca como selvagem. Contudo, conforme foi dada sua evolução histórica, a religião ocupou esse lugar, como Fustel de Coulanges (2003) observa, ao analisar as famílias posteriores. Hoje é possível ainda notar que em alguns seios “tradicionais” que valorizam ainda suas religiões, onde não é incomum encontrar nos lares altares ou símbolos religiosos, por meio dos quais as famílias ofertam preces de agradecimentos, oferendas ou homenagens aos mortos, ou cultos às imagens. Destarte, a religião transformou o grupo familiar em corpo.

A busca pela procriação e necessidade de se conservar a propriedade privada induziram as pessoas a desejarem constituir suas famílias. Em relação aos filhos, não existia naquela época o conceito de infância, o que também resultava numa não vivência dessa fase,

pois, logo que estes infantes adquiriam força física ou um porte apto aos trabalhos braçais, era colocado para trabalhar, se misturando e compartilhando os afazeres com os adultos. Ariès (1981) completa que os filhos conquistavam uma “independência muito cedo e aprendiam tudo observando os adultos”.

Segundo Fustel de Coulanges (2003), o pai era sinônimo de autoridade que protegia os seus pares, e os filhos recebiam atenção diferenciada no que se referia ao sexo, sendo a filha um membro que deixava de fazer parte daquele seio familiar ao se casar e o filho beneficiado pela herança que seus pais deixavam. A filha não tinha direito de herdar.

Em Roma, o autoritarismo era o que imperava e a concentração do poder era atribuída a figura do *pater*, conforme citado em seções anteriores e lembrado por Gomes (2002). Fustel de Coulanges (2003) relata, em seus estudos sobre a família romana, que o afeto não era presente e nem o principal vínculo de união desta família e sim a concentração de poder atribuída ao *pater*. A mulher não tinha o direito de possuir bens, não possuía capacidade ou poder jurídico e era totalmente dependente do marido, embora pudesse gozar de certas liberdades, como ter uma participação política em reuniões, comparecer a eventos culturais, fazer compras, e tinha a vantagem de dar o primeiro passo ao divórcio, mesmo tendo como obrigação os afazeres domésticos, segundo Ribeiro (2005). Para os romanos, ter filhos legítimos para se perpetuar os cultos religiosos era obrigatório, pois, caso os filhos não fossem gerados pela esposa, estes não tinham herança e não podiam fazer parte dos cultos religiosos que, para eles, era importante.

O modelo *pater*, segundo Cuvillier (1956), teria o pai como figura central que exerce todos os direitos: direito de reconhecer ou repudiar o filho ao nascer, direito de repudiar a mulher, direito de casar a filha e/ou filho, direito de emancipar, direito de adotar, direito de escolher um tutor para a mulher e filhos (em caso de seu falecimento), direito a exclusividade do patrimônio, direito ao dote da mulher, pertencendo a ele também tudo aquilo que a mulher conquistar durante o casamento, sendo os filhos também vítimas das mesmas condições.

A partir de um ponto de vista histórico materialista, Engels (1984) diz existir uma necessidade constante e imediata de produção e reprodução para suprir os modos de existência que delimitam as relações familiares. Essa análise, Engels fez com base em estudos de Morgan, McLennan, Lubbock e Bachofen, seus contemporâneos que perscrutavam esse campo de pesquisa sobre as constituições familiares e formas de matrimônio.

Engels (1984) aponta que os estudos sobre a história da família teriam começado em 1861, com a obra *O Direito Materno* de Bachofen, que, segundo ele, teria ao longo de suas pesquisas encontrado materiais literários que atestavam que, primitivamente, havia uma

“promiscuidade sexual” entre os seres e que o direito materno teria se dado em todos os povos antigos porque havia um reconhecimento da progenitura da mulher, que gozava de apreço e respeito. Apesar disso, Engels baseia majoritariamente seus estudos em Morgan, pelo fato de ele ter conseguido esquematizar as fases históricas da humanidade, analisando os modos de vida primitivos, conforme a capacidade produtiva sob a ótica do materialismo, do qual ele seria análogo.

Ao analisar o trabalho de Morgan, Engels verificou o desenvolvimento histórico da sociedade em três etapas: selvageria, barbárie e civilização (nomenclaturas coerentes com o período vitoriano). Tais etapas foram descritas de acordo com as invenções e descobertas humanas, como se tais fases representassem um processo de produção e reprodução da vida imediata, da qual o desenvolvimento da capacidade do trabalho humano refletisse nas técnicas daquilo que produz. Sendo assim, sua tese central coloca o nascimento da opressão de classe com o surgimento da propriedade privada, incluindo o início do escravagismo e a opressão feminina. A subordinação da mulher teria permitido ao homem o direito da transmissão da linhagem e propriedade, constituindo, assim, o patriarcado.

Segundo C. M. da S. Pereira (1998), a paternidade não podia, nesse contexto, ser questionada, exceto em casos em que houvesse comprovação de não se ter havido a coabitação no período da concepção. Contudo, a falta de filhos declinava em consequências, principalmente para as mulheres, que geralmente eram acusadas pela esterilidade, pois eram culturalmente ligadas à gestação, e, por não haver meios tecnológicos para se provar a esterilidade masculina na época, isso garantiria a anulação do casamento e a exclusão desta mulher do seu grupo social.

Oliveira (2017) aponta que o concubinato também não podia jamais ser visto como um casamento legítimo, e os filhos frutos deste tipo de relação eram considerados ilegítimos, não tendo, por isso, direitos à herança, ainda que fossem homens. Esse tipo de relação também era desprezado socialmente e discriminado em nome de uma honra de zelo e preservação à família. Segundo Oliveira (2017),

A concubina e o filho havido fora do casamento eram discriminados em nome da honra e da preservação da família constituída e que era tida pela sociedade como essencial à manutenção da ordem pública. A “paz doméstica” era a justificativa para tal proteção do vínculo matrimonial e à estrutura formal da família. (Oliveira, 2017, p. 25).

Oliveira diz que a preocupação do pai no fundo era econômica com o intuito de se perpetuar os bens através dos descendentes legítimos, mantendo a propriedade e os escravos

dento das famílias. Sendo o incesto aqui uma prática definitivamente proibida, a exogamia<sup>3</sup> passou a ser tratada como aliança política e financeira entre as famílias, que ofertavam seus membros para outras famílias e assim, de forma arranjada, pudessem multiplicar os bens.

O Direito Romano pode ser considerado um marco expressivo no que se refere ao Direito da Família, uma vez que os conceitos de família e filiação eram alicerçados neste tipo de casamento e autoritarismo demandado pela figura do *pater*, que deu origem ao termo “pátrio poder” que significa, hoje, poder familiar, segundo Oliveira (2017).

Ainda para demarcar a questão monogâmica, Engels (1984) atribui tal prática como uma forma conveniente para o homem em todos os sentidos (econômico e sexual), de manter a propriedade privada sem ser fruto do amor. Não era uma reconciliação entre homem e mulher, mas sim uma escravização de um sexo pelo outro, em um sistema que dividia tarefas e trabalho de forma a deixar a mulher como sua subordinada e ferramenta de procriação dos filhos. Era, pelo menos para os gregos, uma carga ou dever que tinham que cumprir; em Atenas, por exemplo, existia uma lei para se obrigar o marido a ter o que chamavam de “obrigações conjugais”. A monogamia, portanto, não era uma forma elevada de matrimônio, e sim uma apreçoção de conflitos entre sexos como Engels cita neste trecho da sua obra:

A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como uma forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorados, até então, na pré-história. (Engels, 1984, p.70).

### 1.3 A Família Medieval

Engels (1984) observa que, antes da Idade Média, era impreciso saber se existia amor nas relações. A atração física e afinidade poderiam despertar o desejo sexual, mas constatar o amor relacionado, como hoje, ao casamento já seria difícil porque, na maioria das vezes, os pais eram os responsáveis por arranjar os casamentos. O mesmo não ocorria nas classes menos abastadas que podiam vivenciar o amor de forma mais livre; os escravos, que não tinham participação no Estado nem direitos políticos, podiam se relacionar uns com os outros sem visar trocas de bens.

---

<sup>3</sup> Exogamia é o casamento de um indivíduo com um membro de um grupo estranho, segundo Dicionário Online de Português.

Quando a Idade Média se inicia, o casamento era um contrato, continua Engels (1984), firmado pelas partes que interessavam porque a propriedade privada se sobrepôs à propriedade coletiva naquilo que era pertinente aos interesses de transmissão de herança, fortalecendo o nascimento do direito paterno e da monogamia. O matrimônio por compra desaparece na prática, mas continua na teoria, uma vez que, em essência, todos os envolvidos possuem um preço conforme a importância de seus bens.

Na maioria dos casos, portanto, a até o final da Idade Média, o matrimônio continuou sendo o que tinha sido desde sua origem: um contrato não firmado pelas partes interessadas. A princípio, vinha-se ao mundo já casado com todo um grupo de seres do outro sexo. Depois, na forma posterior de matrimônio por grupos, é de se crer que as condições fossem análogas, mas com estreitamento progressivo do círculo. [...] e, quando a propriedade privada se sobrepôs à propriedade coletiva, quando os interesses da transmissão por herança fizeram nascer a preponderância do direito paterno e da monogamia, o matrimônio começou a depender inteiramente das considerações econômicas. (Engels, 1984, p.86).

O casamento, no conceito dito burguês de Engels (1984), tinha que ter acordo de ambas as partes, um acordo formal das duas vontades, mas por trás dessa falsa impressão de livre arbítrio, o matrimônio se assemelhava a um contrato por meio do qual as famílias podiam organizá-los com intuito de unir bens.

De acordo com Oliveira (2017), nos séculos X e XV, a família era regulada pelo Direito Canônico; a cerimônia de casamento era celebrada na Igreja de forma hierarquizada pela figura paterna e pela mulher, que detinham funções determinadas, e, com a instituição do Concílio de Trento (1542-1563), passou a ser um evento realizado de forma solene que deveria ser precedido de publicidade, no qual os noivos só podiam possuir uma vida comum e intercuro sexual após a benção religiosa.

Na chamada Alta Idade Média (início do século V), houve um período em que a vida privada era extremamente valorizada, sendo até a infância algo escondido e que devesse ser vivenciada longe das pessoas. Tal fase não se afinava com aquilo que era “comum” ou público, e tais valores serviram de bases para a formação de novos reinos, costumes, estreitamento político com a Igreja Cristã e o início da codificação do direito romano que seria finalizado mais tarde, ainda que houvesse uma generalização dos interesses privados, segundo Ariès, Philippe; Duby, George; Veyne, Paul; Chartier (1985).

Ariès (1981), ao longo de sua obra *História da Criança e da família*, que se baseou em estudos referenciados por George Duby e análise iconográfica registradas nas obras de arte dos livros de horas, gravuras, mausoléus etc., teve a intenção de historicizar a velha sociedade

tradicional, suas formas de conservar os bens, a valorização do ofício, proteção da honra, linhagens e infância. Segundo Ariès (1981), tais análises concluem que a ideia essencial do que a sociedade moderna entende como família era desconhecido na Idade Média, nascendo a partir dos séculos XV-XVI e se consolidando no século XVII, sendo responsável pela ideia que a sociedade contemporânea absorveu. Conforme Ariès (1981),

A análise iconográfica leva-nos a concluir que o sentimento da família era desconhecido da Idade Média e nasceu nos séculos XV-XVI, para se exprimir com um vigor definitivo no século XVII. Somos tentados a comparar essa hipótese com as observações dos historiadores da sociedade medieval. (Ariès, 1981, p.211).

De acordo com o autor, nessa época, os laços de sangue formavam dois grupos: a família (semelhante ao modelo atual) e a linhagem, que correspondia a todos aqueles que eram descendentes do mesmo ancestral. Nas classes mais abastadas, o fortalecimento de um destes grupos era responsável por enfraquecer o outro, sugerindo assim, dissolução da linhagem.

Quando a família não se reduzia apenas à linhagem, os membros que residiam juntos numa mesma propriedade se agrupavam em torno dos pais, fazendo parte daquele agrupamento conhecido como *frereche* ou *fraternitas*, membros, como sobrinhos, primos etc., que não tinham bens próprios ou eram solteiros. Esse agrupamento seria o responsável por ter dado origem às teorias tradicionalistas do século XIX, reforçando ainda mais o modelo de família patriarcal. O estudioso francês ainda observa que, no período compreendido como século X, na Europa – mais especificamente o Estado franco – a família era composta pelos cônjuges, e, dessa forma, a família ou “*mesnie*” aquilo se aproxima do modelo de família conjugal moderna.

A ideia essencial dos historiadores do direito e da sociedade é que os laços de sangue não constituíam um único grupo, e sim dois, distintos embora concêntricos: a família ou *mesnie*, que pode ser comparada à nossa família conjugal moderna, e a linhagem, que atendia sua solidariedade a todos os descendentes de uma mesmo ancestral. Em sua opinião, haveria, mais do que uma distinção, uma oposição entre a família e a linhagem: os progressos de uma provocariam um enriquecimento da outra, ao menos entre a nobreza. A família ou *mesnie*, embora não se entendesse a toda a linhagem, compreendia, entre os membros que residiam juntos, vários elementos, e, à vezes, vários casais, que viviam numa propriedade que eles se haviam recusado a dividir, segundo um tipo de posse chamado *frereche* ou *fraternitas*. A *frereche* agrupava em torno dos pais os filhos que não tinham bens próprios, os sobrinhos ou os primos solteiros. Essa tendência à indivisão da família, que aliás não durava além de duas gerações, deu origem às teorias tradicionalistas do século XIX sobre a grande família patriarcal. A família conjugal moderna seria, portanto, a consequência de uma evolução que, no final da Idade Média, teria enfraquecido a linhagem e as tendências. (Ariès, 1981, p.211).

O autor também acrescenta que o Estado assegurava a garantia à liberdade para o homem escolher livremente com quem gostaria de conviver (amigos ou parentes), sendo que, na época, a concepção de compartilhamento de bens ainda não existia. Tanto o marido quanto a mulher podiam administrar seus próprios bens, sendo a dissolução deste modelo de Estado franco a responsável por desenvolver a indivisão do patrimônio e de agrupamentos familiares estreitos, surgindo, assim, outro novo modelo familiar diferente dos tipos de elos.

A solidariedade da linhagem e a indivisão do patrimônio se desenvolveram, ao contrário, em consequência da dissolução do Estado: “Depois do ano mil, a nova distribuição dos poderes de comando obrigou os homens a se agruparem mais estreitamente”. O estreitamento dos laços de sangue que então se produziu correspondia a uma necessidade de proteção, do mesmo modelo como outras formas de relações humanas e de dependências: a homenagem de vassalo, a suzerania e a comunidade aldeã. “Demasiado independentes e mal defendidos contra certos perigos, os cavaleiros procuraram refúgio na solidariedade de linhagem.” (Ariès, 1981, p.212).

De acordo com ele, essa mudança também se refletiu na união dos descendentes da linhagem que objetivavam a necessidade de suprir uma proteção do patrimônio, embora com as mudanças do cenário sociopolítico (aumento da autoridade do Principado e alterações na economia), houvesse uma redução dos laços de linhagem e a renúncia à famigerada indivisibilidade do patrimônio, voltando, assim, por volta dos séculos XI à XIII, a cultura da família conjugal que manteve a autoridade do pai.

Nas questões estratificantes, Ariès atesta que os dados históricos sugerem que a família camponesa tenha se organizado de modo diferentes após o enfraquecimento do Estado. A proteção do senhor feudal substituiu o amparo do Estado, delegando à comunidade aldeã o papel de linhagem que era dado aos nobres, já que o sentimento pertinente à sensação que se tinha sobre a linhagem não era o mesmo em relação à família, ou seja, o sentimento de que se nutria dizia respeito à administração e intimidade da casa, o que não ocorria entre as linhagens nobres, visto que os espaços divididos não eram comuns.

Entretanto, é possível notar que, no período do feudalismo, a submissão de muitos matrimônios ocorria mais comumente entre os pares aristocráticos e imperativos políticos, enquanto, nas camadas mais pobres, havia maior liberdade nos casamentos dos camponeses.

Na obra *História da Vida Privada*, o Phillipe Ariès reconhece o sistema de troca generalizada dos casamentos, aliada à influência política da Igreja Católica, e o indício de uma crescente penetração de poder dos clérigos na vida das famílias, que serviram de pilares fundamentais para a transformação da sociedade ocidental. Durante o fim da Idade Média até a consagração do período compreendido como renascentista (século XVI), houve três evoluções que foram fundamentais para tal transformação: o novo papel que o Estado passou

a ter, as reformas religiosas, tanto das igrejas protestantes quanto das católicas, que exigiam cada vez mais uma maior participação de seus fiéis, e a escolarização que trouxe progresso do saber ler e escrever. Durante o período que concerne ao Renascimento (XV e XVI), os pais tiveram papel fundamental na educação de seus filhos e, ao longo do século XVIII, ocorreu uma transferência da educação privada (familiar) para o público.

O Estado, segundo o autor citado, nesta época passou a interferir de maneira gradual em questões que antes não eram de sua alçada, principalmente aquelas que regiam a regulamentação de condutas, antes outorgadas aos comandos dos senhores feudais. Surge, então, uma divisão entre condutas humanas que podiam ser toleradas ou proibidas, escondidas ou públicas, transformando a estrutura de personalidade do indivíduo que passa, a partir deste marco, a ter uma tensão entre impulsos, emoções e censuras.

A partir do século XIV, aparecem sinais daquilo que no futuro seriam traços pertencentes a uma família moderna, em que a mulher casada perde o direito de substituir o marido na ausência deste, se tornando um ser “incapaz” de tomar decisões perante todos, e obrigada a solicitar a autorização do marido ou recorrer à justiça, fortalecendo, assim, uma hierarquia doméstica que se consolidará por muito tempo.

É possível notar que a Igreja Católica cumpriu papel de influenciador no fortalecimento dos laços conjugais a partir do século XI, ao valorizar, neste contexto, o papel da maternidade realizada pela esposa submissa (à imagem e semelhança de Maria) e, no século XVI, a mulher era considerada um ser incapaz para todos os atos, tendo suas ações consideradas nulas quando realizadas sem a autorização do marido. Tal incapacidade é reforçada pela legislação real que reforçou o poder paterno.

Vale ressaltar que, durante o período que se estima por volta do século XV, a convivência do/da filho/filha com a família era algo quase inexistente, pois as crianças costumavam se afastar de suas famílias muito cedo por diversas razões. Ariès (1981) afirma que mesmo que a criança voltasse para casa em sua fase adulta, alimentar vínculos sentimentais entre pais e filhos era algo impossível, não por estes não se amarem, mas pelo fato de a realidade da época estabelecer condições difíceis que obrigavam a criança a sair de casa muito cedo para trabalhar ou para ser aprendiz em outra família. Deste modo, alimentar o apego sentimental era uma atitude que não correspondia aos anseios que muitas famílias buscavam, inclusive por pertencerem a classes sociais mais empobrecidas que passavam muito mais tempo servindo aos senhores e amos do que vivendo suas vidas privadas. Nos meios mais ricos, segundo Ariès (1981, p. 231), “família se confundia com a prosperidade do patrimônio, a honra do nome”, entretanto, foi a partir deste século que a realidade da família

sofreu uma “revolução profunda e lenta” com a extensão da ressignificação acerca do papel da escola.

No século XVIII, Oliveira (2017) afirma que a família tinha uma estrutura mais sólida, cabendo à mulher e ao homem ciência acerca de seus papéis sociais, que exigiam do sexo feminino a renúncia de qualquer interesse pessoal que ela pudesse ter ou condutas que não fossem autenticadas pelos costumes sociais da época. Dentro do matrimônio, não havia espaço para interesses pessoais, já que se tratava de um grupo fechado e relutante àquilo que não fosse tradicional; era assim um grupo que transmitia a religião de forma hereditária, que possuía uma subsistência produzida em casa, que tinha uma vida social restrita à família, parentes e vizinhos, e a educação era dada em casa de pai para filho.

O mesmo autor diz que o movimento revolucionário, liderado pelo marco da Revolução Francesa, foi responsável por alterar a estrutura tradicional da família, falindo com a autoridade religiosa que a Igreja tinha sobre ela e com a autoridade exclusiva paterna. A família, que tinha um caráter religioso, foi submetida ao ideal de igualdade, que fez com que o amor e afeto se contrapusessem à autoridade austera, dando aqui início ao fim da discriminação contra os filhos considerados ilegítimos. Consoante a isto, Ariès (1981) afirma que alguns educadores moralistas da época se opunham à prática de privilegiar um filho por sua progeneritura, alegando que tal ação atravancava a justiça de igualdade, encerrando assim definitivamente no século XVIII o poder de atuação da Igreja Católica, já que esses moralistas pertenciam a uma ala de reformistas religiosos. Ariès diz:

O privilégio do filho, beneficiado por sua primogenitura ou pela escolha dos pais, foi a base da sociedade familiar do fim da Idade Média até o século XVII, mas não mais durante o século XVIII. De fato, a partir da segunda metade do século XVII, os moralistas educadores contestaram a legitimidade dessa prática, que, em sua opinião, prejudicava a equidade, repugnava a um sentimento novo de igualdade de direito à afeição familiar, e era acompanhada de uma utilização profana dos benefícios eclesiásticos – esses moralistas eram também reformadores religiosos. (Ariès, 1981, p.234).

O autor conclui que, até o século XVII, a vida ainda tinha uma característica pública, com dormitórios coletivos, casas com agregados, além da família, com muitos convidados, ou seja, era uma sociedade que primava pelas relações sociais coletivas e misturadas, em que conviviam senhores e criados, crianças e adultos, em casas abertas às “indiscrições dos visitantes”. A família existia, mas o sentimento de supervalorização se desenvolveu posteriormente, com evoluções mais profundas no século XVIII, porém, não capazes de extinguir a antiga sociabilidade entre as classes mais abastadas. A família, que neste período

já começa a ser reconhecida pelo autor como ‘família moderna’, não possuía a mesma realidade material de outrora quando ela era confundida com o patrimônio, mas começou a se fechar em suas relações individualizando e estreitando seus vínculos, destruindo aquelas misturas entre criados e senhores, amigos e clientes, crianças e adultos etc., perdendo assim seu caráter público.

#### **1.4 A Transição da Família Medieval para a Família Moderna**

A Idade Moderna (séc. XV ao XVIII) marca a transição do mundo medieval feudal para o mundo capitalista e burguês, em que se apresenta tanto elementos do mundo medieval quanto aqueles que formaram as bases do sistema capitalista para a inauguração do século XIX. Ou seja, a chamada Idade Moderna foi um marco de coexistência de elementos medievais e elementos novos de transformações sociais, não sendo nem medieval em sua totalidade e nem capitalista consumada, tendo, como característica importante, a extensão da frequência escolar que passou da tutela dos adultos para ser fornecida pela escola, que deixou de ser uma instituição reservada aos clérigos. Essa aproximação das crianças com a instituição escolar e o distanciamento da aprendizagem da família fez com que surgisse o sentimento de preocupação dos pais e uma necessidade de se vigiar os filhos, segundo Ariès (1981).

De acordo com o autor, era como se a família moderna tivesse surgido ao mesmo tempo que a escola, acompanhada de um “clima sentimental” que pairava os pais junto à vontade que existia de não abandonar os filhos, mesmo que temporariamente, aos cuidados de outras famílias, como ocorria ao longo da Idade Média. Esse clima também pressionou a criação de uma rede de instituições escolares próximas das famílias, por causa da distância física destas para o pequeno número de colégios onde as crianças estudavam. Esse fenômeno de escolaridade pode comprovar uma transformação relevante da família, que fez com que as relações se estreitassem mais em torno das crianças, ainda que tal mudança não afetasse uma vasta parcela da população, sobretudo, as mais carentes, que ainda sentiam necessidade de se utilizar da mão de obra de seus filhos, ou em relação ao gênero das crianças. De fato, a escolarização não foi um fenômeno imediato e rápido, e, em seu início, grande parte da população ainda manteve as práticas antigas. As meninas eram em sua maioria educadas em casa, na casa de outras pessoas ou enviadas para conventos, não tendo acesso à educação que se difundia por meio das escolas antes dos séculos XVIII. Já os meninos, artesãos e nobres, ainda eram fiéis aos antigos costumes de aprendizagens, com exceção dos meninos da classe média da hierarquia social, que tiveram acesso e aderiram a essa escolarização. Com o passar

do tempo, houve um declínio do modelo de aprendizagem antigo, o que ampliou a escolarização nessa civilização moderna e os meninos começaram a frequentar as Academias, priorizando o ensino teórico e frequentando uma instrução mais especializada. Além disso, o aumento de unidades escolares e de sua autoridade moral contribuiu para que os modelos antigos de aprendizagem desaparecessem.

Ariès acrescenta que a família moderna começou a direcionar suas energias na promoção de suas crianças, cuidando de sua saúde ou da sua educação, mas que tais valores e consciência eram incentivados e limitados aos nobres, burgueses, artesãos e lavradores ricos, pois os mais carentes mantiveram seus modos medievalescos:

A família moderna, ao contrário, separa-se do mundo e opõe à sociedade o grupo solitário dos pais e filhos. Toda a energia do grupo é consumida na promoção das crianças, cada uma em particular, e sem nenhuma ambição coletiva: as crianças, mais do que a família. Essa evolução da família medieval para a família do século XVII e para a família moderna durante muito tempo se limitou aos nobres, aos burgueses, aos artesãos e aos lavradores ricos (Ariès, 1981, p. 271).

Conforme citado na seção anterior, outro marco que influenciou nos costumes da família foram as questões morais que evidenciavam um antigo costume de beneficiar apenas um dos filhos – o mais velho; este hábito, difundido no século XIII, visava evitar a aniquilação do patrimônio que era ameaçado com o fim das linhagens. Tal costume foi deixado de lado quando se iniciou o século seguinte e moralistas reformadores religiosos e moralistas educadores contestaram a legitimidade de tal prática, elaborando o chamado Tratado de Varet, “*De l’éducation des enfants*”, de 1692, que trata, em um de seus capítulos, a respeito da “igualdade que se deve manter entre as crianças”.

No final do século XVIII, poder de atuação efetiva da Igreja sobre a família estava encerrado, e, assim, a família passou a ser uma instituição manipulada pelo Estado, segundo Oliveira (2017), que vigiava e estruturava essa família. Ainda nesse século, Ariès diz que a família estava se mantendo distante da sociedade, em uma organização mais particular e isolada.

Neste contexto, começaram a surgir preocupações mais efetivas com a saúde, com a higiene e o reconhecimento da importância na educação dos filhos e na igualdade entre eles, sem o favorecimento dos privilegiados, como ocorria nos séculos passados, quando um filho (de preferência o mais velho) herdava os bens, dentre outros privilégios que os demais não tinham.

Esse suspiro moral, que primava pela igualdade, é atribuído por Ariès como “início de um sentimento que resultaria na igualdade do código civil”, que havia penetrado os costumes

do fim do século XVIII. É preciso frisar que houve esforços para manter tal hábito de favorecimento do mais velho no início do século XIX, mas que foi rejeitada pela opinião pública e pela maioria das famílias, mesmo as nobres. Alguns profetizaram que tal insucesso seria o fim da família, entretanto, foi o começo gradual da família sentimental moderna, que iria, a partir dali, atribuir afeição dos pais pelos filhos.

Em relação às preocupações com a assepsia, uma ocorrência interessante diz respeito às “amas-de-leite”, que, até o final do século XIX, ainda eram procuradas por famílias ricas, nobres e burguesas, que entregavam seus filhos a estas amas, quando ocorreram os progressos da higienização que possibilitaram utilizar o leite de origem animal com menos receio, ainda que estas mulheres se deslocassem para a moradia de seus patrões.

Ao longo do século XVIII até a contemporaneidade, o sentimento da família sofreu poucas alterações nos seus modos, se estendendo para outras camadas sociais e se tornando, a partir daqui uma sociedade fechada que se opõe a um convívio das antigas relações sociais em que a família era uma instituição “pública”. Nesta nova família, é reforçada a intimidade da vida privada em detrimento das relações adjacentes da vizinhança ou das amizades. Ariès (1981) conclui que a casa perdera o caráter público de antigamente, e a sociabilidade não era mais compatível como sentimento íntimo familiar.

Quando houve a Revolução Industrial e o “boom” da urbanização, a situação social foi sofrendo mais mudanças estruturais graças a um estilo de vida no qual a autossuficiência de outrora já não existia, e a proclamação formal dos direitos sociais em relação aos direitos humanos, que ocorriam em meio a exploração das classes operárias ou nas áreas que combatiam o sistema de escravidão durante do século XIX na Europa, ampliava os ditos “direitos de igualdade”. Com esse advento, um novo tipo de família surgiu: menos estruturada, mais aberta e grande, com trabalho, vida social e educação separando os pais dos filhos, fazendo com que estes só se encontrassem em determinados momentos do seu cotidiano, segundo Fustel de Coulanges (2003).

A família moderna possui uma preocupação com a criança que se tornou uma necessidade constante e enraizada nos modos de vida, a partir do momento que a família retirou essa criança da vida comum adulta e lhe deu a infância, proporcionando que novos valores morais brotassem, ainda que determinados costumes, segundo Ariès (1981), fossem fenômenos originalmente burgueses. Conforme Ariès, a relação de família e de classe se cruza em muitos contextos históricos porque sempre há uma linha tênue que conecta os indivíduos por suas semelhanças morais e pelas identidades. A burguesia justapôs as desigualdades contrastantes entre os muito ricos e os paupérrimos, gerando uma terceira via social polimorfa

que se organizou à parte destes dois extremos, consolidando o modelo de família nuclear que se conhece hoje.

Colin (como citado em Farias, 2007) afirma que o modelo de família que se conhece atualmente se consolidou por volta de 1750, como consequência da burguesia oriunda da Revolução Industrial, que se empenhava em garantir as relações sociais e comerciais, renovando também as habilidades técnicas que tal período exigia para a manutenção da nova economia:

No caso da burguesia europeia, a família nuclear, constituída como a conhecemos hoje (pai, mãe e filhos), consolidou-se aproximadamente em 1750. Esse modelo valorizado de família é produto de um ideal burguês que surgiu com a Revolução Industrial, com a função de assegurar o desenvolvimento das relações sociais e comerciais, além da renovação das habilidades técnicas necessárias à nova economia. (Farias, 2007, p. 55).

Ariès (1981) assegura que a família moderna retirou a criança da vida comum com os valores mundanos de tempos passados e estabeleceu vínculos de acordo com identidades, classes sociais e afinidades morais que se tornaram células à parte que buscavam intimidade e novas necessidades de conforto, demonstrando intolerância à diversidade e almejando uma certa uniformidade. Ele sugere que talvez o sentimento de classe e de raça tenham sido reforçados com esse sentimento que a família moderna adquiriu, já que ela deseja ser um modelo convencional.

Samara (como citado em Farias, 2007) ressalta que, durante os séculos XVI e XVII no Brasil, era possível perceber algumas características dos padrões familiares mais comuns, com os papéis sociais bem definidos entre os gêneros nas classes mais abastadas, sendo uma família de característica patriarcal e extensa. Com as mudanças que ocorreram no cenário econômico com o passar dos séculos, as mulheres começaram a ocupar parcela dos empregos, tornando insustentável manter os padrões impostos pela colonização, já que, com a migração dos homens para outras regiões do país, com a falta de escravos e com o surgimento de pequenos negócios locais, as mulheres se viram numa posição em que tiveram de ocupar o hiato deixado pelos homens, gerando, assim, algumas mudanças em relação a divisão dos papéis sexuais familiares. Mesmo sem conquistarem sua emancipação, no século XIX as mulheres passaram a ocupar uma parte dos empregos que surgiram com a economia industrial, não se restringindo mais às atividades estritamente domésticas.

Quando o século XX finalmente chegou, a impotência do Estado, aliada à omissão da Igreja Católica, fez com que o homem fosse obrigado a buscar resoluções para a sua vida,

fazendo com que ele buscasse, por meio de artefatos legais, o fortalecimento de sua supremacia para combater o esgotamento que tais instituições criaram e, dessa forma, combater o “mal-estar” gerado pela ausência destas autoridades, segundo Oliveira (2017). Sendo assim, no Brasil, a alternativa que se construiu foi a criação do Código Civil de 1916, que impôs limites à mulher, lhe tirando, inclusive, o acesso amplo ao mercado de trabalho e a aquisição de propriedades, lhe atribuindo uma suposta incapacidade que só lhe outorgava autoridade na família na ausência do esposo, completa Samara (como citado em Farias, 2007). Ainda de acordo com Oliveira (2017), no que tange ao cenário e ao contexto brasileiro, havia mulheres nessa época que ingressavam nas universidades e, apesar do princípio de igualdade ser uma garantia consagrada desde a Constituição de 1937, somente com a chamada Constituição Cidadã datada de 05 de outubro de 1988 – a CF88 – que as reformas maiores ocorreram influenciando nos arranjos familiares deste século.

### **1.5 A Família e a Filiação na Contemporaneidade**

É importante mostrar essa decorrência histórica para compreender como a noção de família chegou à concepção do que temos atualmente, e como a religião, patrimônios, sexualidade e valores foram relevantes para a história local e universal da sociedade. A família é um evento ou fenômeno histórico que se altera com o decurso do tempo, se adaptando aos diferentes contextos, e se hoje é constitucionalizada no Brasil e no mundo, é porque sua trajetória foi observada desde os modos das famílias romanas e codificadas até o século XXI.

A gênese da concepção de família, que se associa ao significado de hoje, é embalada pelo berço romano que, ao longo deste trabalho, foi possível descrever para que houvesse uma justificativa de uma dominação patriarcalizada, no qual era centrada no *pater familias* e que retratava bem a organização social daquela época.

No início do século XX até meados de 1960, havia uma preponderância do modelo de família tradicional que, culturalmente, ainda demarcava os papéis de gênero, apesar de englobar nesta relação um romantismo que cultuava o amor materno e a preocupação com o desenvolvimento e crescimento dos filhos, ao mesmo tempo que definia e confirmava as noções de respeito e autoridade estabelecidas entre pais e filhos, que caracterizam a assimetria existente entre adultos e crianças por meio das diferenças entre as gerações, afirma Balieiro (2018). Os pais, além de serem exigentes, detinham o controle absoluto sobre os filhos,

controle firmado em princípios vinculados à moralidade religiosa, valores higienistas e ideário patriótico, segundo a autora Cano (1997). A autora acrescenta que território infantil era bastante usufruído pelas crianças, sob a atenção e zelo das mães, que não poupavam a convivência com primos, amigos e outras crianças, sendo presentes as atitudes educativas vinculadas aos mesmos princípios citados anteriormente.

A família hoje pode ser considerada o agente principal de socialização por reproduzir padrões culturais que inculcam modos de pensar e atuar, segundo Amazonas et al. (2003). É dentro desta pequena célula que a doação de identidade é feita e produz comportamentos através das relações de poder que seguem uma hierarquia e estabelece papéis. O período contemporâneo é marcado por modificações socioeconômicas e culturais que alteraram os modos de vida das pessoas, forçando as famílias a assumirem papéis e posições mais flexibilizadas do que no começo do século, mesmo em modelos nucleares, possibilitando o compartilhamento da criação entre pai e mãe. Giddens (como citado em Amazonas et al., 2003) exemplifica a década de 1950 em que poucas mulheres trabalhavam fora de casa e que as separações e divórcios eram envoltas de severas cargas de preconceito.

De acordo com os autores, o poder aquisitivo do homem já não é o principal em muitas famílias, pois as mulheres estão contribuindo com a renda familiar e também reivindicando seu espaço no mercado de trabalho e na chefia ou co-chefia da casa. Tal fenômeno pode se dar por várias razões, que variam desde a necessidade de se aumentar a renda como pela mudança de hábito das mulheres de não reduzirem suas vidas apenas ao âmbito familiar e buscando uma realização profissional.

Outro fenômeno que demarca a contemporaneidade é os avanços tecnológicos que influenciam a natalidade, como a inseminação artificial, *in-vitro*, dentre outras formas que influenciam o controle de natalidade e ampliaram as escolhas acerca da reprodução humana, o que gera diversas discussões sobre a constituição ou arranjo familiar.

Como Ariès (1981) observou uma das transformações mais relevantes que deram origem à família burguesa é o fato de a mortalidade infantil ter sofrido uma queda, juntamente com o índice de natalidade que, com o advento da educação, fez com que as crianças se tornassem sujeitos mais valorizados. Sendo assim, planejamento familiar também se tornou uma característica que passaria a fazer diferença nos países ocidentais.

Lins (2007) ratifica que o casamento era algo muito sério para se considerar o amor como elemento durante a Idade Média, já que era apenas um meio de enriquecimento e de anexação de bens. A partir do final do século XVIII, o amor no casamento passou a existir como uma possibilidade, tornando-se no século XX um aspecto essencial. Quando ocorreu a

Revolução Industrial, o casamento perdeu suas funções que o caracterizaram como uma microssociedade, e, dessa forma, afetou sua moral e estrutura, assim como modificou as monarquias. Nas cidades, a adolescência estava se prolongando na mesma medida que a infância ganhava espaço, fazendo com que a maioridade econômica fosse adiada devido à valorização da educação que, por conseguinte, retardou também o casamento. Na primeira metade do século, para a psicanalista e escritora, em 1930 casar ainda significava formar um lar que pudesse situar o indivíduo dentro da sociedade, sendo a profissão, o acúmulo de fortuna e as qualidades morais as preferências mais importantes que poderiam decidir uma união.

Segundo a autora, há algumas décadas, a mulher ainda almejava um casamento do qual o marido fosse um bom chefe de família, que não deixasse faltar nada em seu lar e que fizesse todos se sentirem protegidos. Para o homem, a boa esposa seria aquela que cuidasse bem da casa, que fosse disciplinada em seus afazeres domésticos e que tivesse sua sexualidade contida, sendo um modelo em que “a mulher seria respeitável e o homem provedor” e que corrobora com ímpeto que as mulheres tinham em zelar por suas crianças na primeira parte do século XX.

A partir da segunda metade do século XX, a família começou a sofrer processos mais intensos em relação às transformações socioeconômicas, que, segundo Peixoto et al. (2000), foram mais impactantes nos países ocidentais, que se debruçam nos processos de urbanização, industrialização, avanço tecnológico, maior participação da mulher no mercado de trabalho, aumento das separações e divórcios, diminuição das famílias numerosas, a diminuição da mortalidade infantil, diminuição nas taxas de natalidade, transformações nos modos de vida, novas concepções de casamento e alterações nas dinâmicas dos papéis parentais e de gênero.

Singly (2000) escrutina que todas essas transformações levaram ao surgimento de organizações familiares diferentes do modelo tradicional, dando origem ao que Balieiro se referiu como uma nova concepção de família denominada “família igualitária”. Neste novo arcabouço, homens e mulheres buscam atuar em condições menos desiguais no mercado de trabalho, começando a compartilhar com mais frequência dos afazeres domésticos e da educação dos filhos, ainda que as mulheres sejam mais sobrecarregadas. Aqui, o homem passa a ser incentivado a este compartilhamento e também a manter um maior envolvimento afetivo com os filhos, segundo Lisboa (1987), pressionando-o a promover uma participação mais ativa na criação e no desenvolvimento dos filhos.

Torres (2000) afirma que as mudanças das últimas décadas contribuíram para que a mulher começasse a almejar maior sucesso pessoal e profissional e que, diante de um contexto

mais precário, como em alguns países de terceiro mundo, essa mulher traz consigo uma figura de subsistência à família, ou de provedora do lar.

Conforme as mudanças pertinentes aos pais foram ocorrendo, transformações relativas ao comportamento dos filhos também sofreram alterações, como aponta Lisboa (1987), que diz que as relações entre pais e filhos deixaram de ser baseadas na autoridade passando a se apoiar na valorização de uma relação mais aberta ao diálogo e menos restritiva, embora a criação das crianças continuasse sendo delegada à vigilância da figura materna.

Do ponto de vista das transformações no cerne das famílias, uma das pontuações vislumbradas no ambiente doméstico foi a diminuição dos casamentos e o aumento de outras formas de união a partir da década de 1990, que, segundo pesquisa encomendada pela Unicef para a publicação do Relatório da Advance Humanity, realizada por pesquisadores da Fiocruz (possível encontrar no Repositório de Produção Científica)<sup>4</sup>, teriam sido fatores responsáveis por contribuírem na valorização de outros aspectos destas relações. Segundo essa mesma pesquisa, a família, enquanto instituição, se entende como algo que propende à reprodução física e social de seus integrantes a partir das relações afetivo-sexuais, que estão interligadas pelos seus laços de parentesco ou consanguinidade, dependência doméstica ou alianças (casamentos, apadrinhamentos etc.), e que podem viver na mesma residência. O relatório acrescenta que tais famílias passaram a valorizar mais os laços familiares, dentre os quais o papel de proteção e de desenvolvimento psíquico e afetivo era mais presente nestas convivências (Advance Humanity, 2006).

Vale ressaltar que nas sociedades ocidentais, segundo dados relatados pelo Centro Latino-Americano de Violência e Unicef<sup>5</sup> (Violência, C. L. A. de, e Unicef, 2004), as famílias eram caracterizadas basicamente de modelos monogâmicos e que, atualmente, é possível atribuir o conceito de família sob vários aspectos que, segundo Prado (1981), podem ser desde os citados anteriormente até no sentido mais popularesco que se encontra nos dicionários, em que família é caracterizada como “conjunto de pessoas” que possuem consanguinidade ou parentesco, residentes no mesmo lugar, formados geralmente por pai/mãe/filhos(as), chamada de nuclear, que é considerado o padrão normativo e socialmente dito como “comum”.

---

<sup>4</sup> Famílias: parcerias ou usuárias eventuais? Análise de serviço de atenção a famílias com dinâmica de violência doméstica contra crianças e adolescentes.

<sup>5</sup> UNICEF. Famílias: parcerias ou usuárias eventuais: análise de serviços de atenção a famílias com dinâmica de violência doméstica contra crianças e adolescentes. Brasília: Claves, 2004. P. 16.

Em 2019, a ONU Mulheres<sup>6</sup> apresentou novo relatório 2019/2020 que diagnosticava um novo cenário sobre arranjos familiares no mundo e recomendações para a agenda política com intuito de progredir no combate da desigualdade de gênero. O documento observou tendências no aumento da idade para se casar no mundo todo, ao mesmo tempo que as taxas de fertilidade diminuíram; observou-se também ganho na autonomia econômica por parte das mulheres, 38% de famílias constituídas por casais com filhos e filhas, 27% de famílias extensas que incluem parentes, 8% das famílias com apenas um responsável chefiando, sendo maioria destas por mulheres que precisam conciliar dupla jornada de trabalho remunerado e doméstico com a criação dos filhos ou filhas, e, em todo o mundo, um aumento na visibilidade de famílias formadas por casais homossexuais.

Tal documento mostra que as famílias deste novo século são espaços de cuidados, conflitos, desigualdades e também de violência, uma vez que 3 bilhões de mulheres e meninas vivem em países onde a violência sexual no casamento não é tipificado como ato criminoso. De um a cada cinco países, é possível constatar que as meninas não possuem os mesmos direitos de heranças que os meninos e, em 19 países, as mulheres são obrigadas por lei a obedecerem a seus maridos.

Aproximadamente um terço das mulheres casadas, que vivem em países em desenvolvimento, não se atentam aos cuidados pessoais com sua saúde e, por conta de a maternidade ter sido reduzida, a participação no mercado de trabalho tem aumentado, proporcionando que mulheres entre 25 e 54 anos sejam economicamente ativas (proporção que sobe de duas em cada três no caso das mulheres solteiras); no entanto, o mercado de trabalho ainda é dominado por homens, sendo 96% dos casados economicamente ativos. Tais dados refletem que, apesar das coisas terem progredido ao longo dos séculos, dentro deste arcabouço patriarcal há muita coisa ainda a ser desconstruída, pois se percebe valores marcantes de muita autonomia aos homens na mesma medida que ainda se limita a mulher.

O relatório também destaca que o compartilhamento da parentalidade no nascimento dos filhos também subiu, influenciado pelo acesso de pais ao benefício de Licença Paternidade, em países onde tal incentivo é dado, sendo uma reserva intransferível que não pode ser utilizada, caso o pai não queira, se perdendo ao ser negada.

Uma recomendação que o documento faz é a de garantir às famílias as instâncias de igualdade e justiça na realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que se trata de uma ampla agenda mundial que visa a garantia do progresso humano.

---

<sup>6</sup> Disponível em <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/novo-relatorio-da-onu-mulheres-apresenta-uma-agenda-politica-para-acabar-s-com-a-desigualdade-de-genero-nas-familias/>> acesso 06 de abril de 2020.

De acordo com a ficha informativa da ONU Mulheres, na América Latina, a idade das mulheres se casarem sofreu um sutil aumento entre 1990 e 2010, no entanto, o casamento infantil e as relações sexuais ocorrem antes dos 18 anos. Os não-casamentos, relações sexuais, divórcios e separações, segundo o levantamento, afirma que a proporção de mulheres entre 45 e 49 anos que nunca foram casadas aumentou de 11,4% entre 1990 e 13,4% em relação a 2010, sendo a segunda maior taxa do mundo. O sexo antes do casamento se expandiu como uma espécie de prelúdio que antecipa as relações matrimoniais e, por volta de 2010, 9,6% das mulheres de 45 a 49 anos estavam divorciadas ou separadas, percentual que dobra a média mundial (4,7%).

Este relatório concluiu que, na América Latina e no Caribe, as mulheres de hoje em dia se casam mais tarde e têm menos filhos, e uma fração significativa delas optou por se relacionar sexualmente com seus parceiros antes do casamento. O bebê permanece frequente, assim como a maternidade na adolescência, as taxas de divórcio/separação continuam aumentando e a região apresenta o maior índice de famílias monoparentais liderado por mulheres no mundo. Acesso a serviços públicos, incluindo assistência médica reprodutiva, continua restrita, principalmente para mulheres pertencentes às estratificações socioeconômicas desfavorecidas e residentes em áreas rurais. Também é possível verificar o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, que aumentou mais do que em qualquer outra região, e as mulheres migrantes fazem uma contribuição substancial ao bem-estar econômico de suas famílias.

Como consequência destas transformações na América Latina e no mundo, as famílias brasileiras também puderam contemplar uma nova realidade, ainda que muito influenciadas pela formação religiosa. Segundo o IBGE, com o Censo Demográfico 2010<sup>7</sup>, em um universo de aproximadamente 200 milhões de habitantes, havia 56 milhões de brasileiros casados (no religioso, civil e etc.), sendo 12 milhões não pertencentes a grupos religiosos específicos (ateus, agnósticos e não declarados). O Censo ainda indica que, no total, existia 2 milhões de desquitados ou separados judicialmente, 5 milhões de divorciados, 8 milhões de viúvos e 89 milhões de solteiros. Este levantamento apontou, também, que cerca de 37 milhões eram casais heterossexuais e 60 mil casais homossexuais. Contudo, a família ainda mantém o papel institucional altamente valorizada na sociedade porque nela consistiria em uma função social de transmissão de cultura (Osório, 1996).

---

<sup>7</sup> Fontes IBGE Censo Demográfico 2010: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=downloads>

Segundo Peres (como citado em Farias, 2007), nos últimos 50 anos, o Brasil esbarrou com novas configurações familiares, além da família nuclear: famílias em que os parceiros tanto homossexuais quanto heterossexuais não são casados, mas mantêm uma relação estável (moram juntos); famílias monoparentais, que só contam com a presença de um dos parceiros, e a família reconstituída ou recasada, em que um ou os dois parceiros possuem filhos do relacionamento anterior. Estes novos arranjos confirmam que diversos tipos podem existir numa mesma época, variando conforme a sociedade, a estrutura, pensamentos, valores e não sendo uma instituição estagnada no tempo. Nesse sentido, Prado (1981) afirma:

A família não é um simples fenômeno natural. Ela é uma instituição social variando através da História e apresentando até formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar, conforme o grupo social que esteja sendo observado [...] apresenta aspectos positivos, enquanto núcleo afetivo, de apoio e solidariedade. Mas apresenta ao lado destes, aspectos negativos, como a imposição normativa através de leis, usos e costumes[...] (Prado, 1981, p.12).

Farias (2007) completa que as mudanças nas legislações pertinentes às relações conjugais e de filiação, as mudanças nos papéis sexuais, o aumento da independência econômica, aumento do capital cultural, a busca pela igualdade de direitos entre os gêneros e a diminuição de casamentos insatisfatórios relacionados ao último fator, são princípios que contribuíram para o surgimento destes novos arranjos e novas formas de famílias. As autoras ainda complementam que, ao se analisar tais mudanças sociais ocorridas e direcionando novas formas, o Direito brasileiro foi se adaptando porque precisava reconhecer essas transformações e reconhecer os novos arranjos.

## **1.6 Arranjos Familiares no Brasil**

Quando se verifica os deveres que são dispostos nas normas jurídicas, tais normas compreendem o Estado no seu sentido mais amplo, colocando os sujeitos como órgãos dele, pois, este Estado aparece como um ponto de partida para a responsabilização, ou seja, um ponto de imputação no qual o comportamento do sujeito irá implicar ou inspirar as construções destas normas. Desse modo, relata Moschetta (2011) que o Código Civil de 1916 retratava a sociedade da época e não o contrário.

Mello (2005) roga que as representações sociais das famílias mudaram cada vez mais ao longo dos anos por causa do aumento do número de divórcios e separações, gerando assim muitas famílias monoparentais. Para o autor, são fatores propulsores destas novas formações a liberdade sexual ou da sexualidade em exercer o intercurso sexual antes do matrimônio ou de

poderem ter mais de uma parceria simultaneamente, a possibilidade de uma maior liberdade na reprodução, a esperança de ambas as pessoas seguirem com suas vidas afetivo-sexuais após as separações ou de viverem separadamente mesmo vivendo uma relação e as mutações no exercício dos papéis de gênero.

Todos estes apontamentos são também mencionados nos relatórios da ONU Mulheres que, além de confirmar tais alterações dos paradigmas, também indicam que a série de relatórios possuem o intuito de garantir que as famílias atinjam justiça e igualdade para não somente evitar estigmatizações, como também atinjam um progresso humano por meio da promoção de políticas públicas ainda que o modelo nuclear seja o mais almejado e normatizado.

Neste sentido, o reconhecimento das famílias alternativas, que acompanham a ideia de laicização do Direito, foram motores que iniciaram as alterações nas legislações que quebravam a rigidez da matrimonialização, romperam com a figura do poder marital sobre a esposa e filhos, e permitiram que fosse traçada um novo paradigma baseado em valores sociais que destacam a cidadania e dignidade humana, segundo Moschetta (2011).

Ainda de acordo com Moschetta (2011), o Código Civil de 1916, indicava que a sociedade da época em que fora sancionada era fundamentada na ideia de família unida por um casamento que assumia as características: patrimonial, patriarcal, individual/matrimonial, fundiária e hierárquica, que zelava por um endurecimento centrado na figura do poder marital sobre a esposa, e o pátrio poder, que hoje é chamado de poder familiar<sup>8</sup>, sobre os filhos que chancelava a condição de submissão dos filhos no seio familiar. Tal legislação confirmava uma suposta superioridade masculina, ao colocar a mulher como plenamente capaz enquanto solteira e incapaz na condição de casada no que se refere à gerência pessoal e administração patrimonial, colocando a figura masculina como chefe da sociedade conjugal<sup>9</sup>, responsável pela administração patrimonial dos bens dos cônjuges, pela decisão de permitir que a mulher fizesse ou não a faculdade, ou de autorizar que esta mulher exercesse determinados atos da vida civil. Tais questões foram atenuadas quando surgiu o Estatuto da Mulher Casada<sup>10</sup>, que

---

<sup>8</sup> Art. 1.630, do Código Civil de 2002. Os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores.

<sup>9</sup> Art. 233 do Código Civil de 1916. O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum da casa e dos filhos (art. 240, 247 e 251). Compete-lhe: I – a representação legal da família; II – a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher que ao marido incumbir administrar, em virtude do regime matrimonial adotado, ou de pacto antenupcial (art. 178, § 9º, i, c, 274, 289, 1 e 311); III – o direito de fixar do domicílio da família, ressalvada a possibilidade de recorrer a mulher ao juiz, no caso de deliberação que a prejudique; IV – prover a manutenção da família, guardadas as disposições dos art. 275 e 277.

<sup>10</sup> Art. 2º, da Lei 4.121/62. A mulher, tendo bens ou rendimentos próprios, será obrigada, como regime da separação de bens (Código Civil, art. 277), a contribuir para as despesas comuns, se os bens comuns forem insuficientes para atendê-las.

conferiu à mulher o direito a bens reservados, ainda que coubesse ao casal a obrigação pela nomeação dos bens obtidos pelo esforço dela.

De acordo com a autora, uma outra característica da legislação de 1916, que merece ser destacada, é a dificuldade em dissolver o casamento, que continha uma dose de sacralidade que aguçava uma inspiração de cunho religioso ao idealizar uma relação eterna que deveria ser mantida a todo custo. Entretanto, em 1977, tal possibilidade de dissolução surgiu com a lei do divórcio<sup>11</sup> que confrontava os preceitos religiosos condutores do modelo familiar.

No que tange aos filhos, a autora aponta que o instituto de filiação na legislação de 1916 se dispõe da seguinte maneira: filiação biológica legítima (concebida na constância do casamento) e ilegítima (oriunda de relação extraconjugal); natural (proveniente da relação extramatrimonial entre pessoas que não tinham impedimento legal para o casamento); espúria adúlterina (oriunda de uma relação adúlterina materna ou paterna que fossem frutos de leito extramatrimonial de pessoa casada) e incestuosa (oriunda do incesto entre parentes próximos); civil (adotiva). A proteção constitucional tutelava os filhos legítimos e legitimados<sup>12</sup>, sempre beneficiando o fruto de uma relação oriunda no seio conjugal ou na concepção seguida de núpcias, enquanto ao filho adúlterino, tal tutela jurídica era negada.

Todas essas mudanças, narradas ao longo do presente estudo, de acordo com Moschetta (2011), mostram um sistema codificado que possui uma história das famílias nucleares (hoje pós-nucleares) responsável por inspirar os conteúdos da legislação civilista de 1916, que contemplava os valores e anseios de uma época. O tratamento jurídico destinado às famílias do século XXI considerou conjuntamente todas as influências de fatores exógenos que irromperam às famílias, trazendo longevidade, perda da força do cristianismo, impacto dos meios de comunicação de massa, desenvolvimento acadêmico em relação às pesquisas científicas que estimulou debates nos bastidores legislativos.

Conforme foi mencionado anteriormente, o princípio de igualdade era uma premissa tutelada desde a Constituição de 1937, mas foi com a sanção da Constituição Cidadã de 1988 que o Estado atingiu o objetivo fundamental de se promover o bem-estar de todos sem preconceito de sexo (CF, 3º, IV), conforme Oliveira (2017) ressalta.

A Constituição Federal de 1988 anexou em seu texto alguns institutos fundamentais que contemplaria a família brasileira, mas até se tornar a Constituição que se conhece, o

---

<sup>11</sup> Art. 2º da Lei 6.515/77. A sociedade conjugal termina: I – pela morte de um dos cônjuges; II – pela nulidade ou anulação do casamento; III – pela separação judicial; IV – pelo divórcio. Parágrafo único. O casamento válido somente se dissolve pela morte de um dos cônjuges ou pelo divórcio.

cenário do direito da família estava fragilizado devido a um Código Civil obsoleto que continha regras revogáveis e que renderam a Emenda Constitucional 9, de 28.06.1977<sup>13</sup>, responsável por introduzir o divórcio no Brasil, antecipando o que se tornaria posteriormente a Lei do Divórcio, como aponta Moschetta (2011). Tal permissão para se dissolver o vínculo conjugal se mostrou uma possibilidade de os casais legalizarem a ruptura de “obrigações” e deveres para com o rancho familiar. A Constituição Federal de 1988 calçou um novo paradigma que se tornou um marco fundamental da vida privada, das relações contratuais, da propriedade e da família (Brasil, 2016).

É de bom alvitre, conforme Dias (n.d.), mencionar que, além da igualdade de todos perante a lei, pela primeira vez foi enfatizado que tal ditame fosse empenhado entre homens e mulheres nos direitos e obrigações. De forma exaustiva, a linguagem é repetida, sempre enfatizando ambos os gêneros nos deveres e direitos referentes à sociedade conjugal. Houve conjuntamente reconhecimento de igualdade entre os filhos, ao amover qualquer sinal de discriminação relativa à filiação, independentemente de serem filhos legítimos ou ilegítimos, adotados, do mesmo casamento ou não. Todos estes filhos passam a ter os mesmos direitos e qualificações, como confirma o parágrafo 6º do Art. 227. O próprio conceito de família deixou de ser hierarquizado para receber um tratamento abrangente e igualitário, reconhecendo-a inclusive como entidade familiar não somente a família constituída pelo casamento, mas incluindo as uniões estáveis entre homens e mulheres como a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes.

Peres (2006) diz que a Constituição Federal de 1988 ou Constituição Cidadã albergou novas configurações de família como a monoparental e a união estável. De acordo com a lei, a monoparental tinha como característica a presença de apenas um dos pais ou descendentes e, no caso da união estável, eram as uniões caracterizadas pela união entre homem e mulher que fosse contínua e prolongada, de conhecimento público e que tivesse como finalidade formar uma família.

Uma inquirição interessante a ser justificada é que, conforme dito anteriormente, o Código Civil de 1916 teve traços de inspiração da codificação civil europeia. Moschetta (2011) lembra que a Lei 3.071, de 01.01.1916 ocupou lugar de destaque no ordenamento jurídico privado justamente por coordenar atos característicos da sociedade burguesa e por possuir retratos da circulação de riquezas (contrato, propriedade e a família).

---

<sup>12</sup> Filhos cujos pais, após a concepção, se casavam.

Como na época o processo de industrialização estava a todo vapor, e junto com ele havia os movimentos sociais e os reflexos da Primeira Guerra Mundial, somados eles influenciaram nas relações privadas obrigando o Estado a intervir com leis esparsas ou ditas extracodificadas<sup>14</sup>. Esse Estado legislador, que também carrega centelha europeia, penetrava por meio de legislações extracodificadas que estavam presentes naquele contexto social, sem isentar a integridade do Código Civil de 1916, promovendo o surgimento do que chamaram de “legislação de emergência”, que Moschetta atribui como leis casuísticas e episódicas que não eram capazes de galgar as bases dogmáticas do direito civil. Moschetta acrescenta:

Mesmo sendo o Código Civil o centro do direito privado, o Estado precisou intervir nas relações privadas então existentes, porque sofreu influências de movimentos sociais, do processo de industrialização e dos reflexos da Primeira Guerra Mundial. O movimento do Estado legislador, primeiro na Europa, depois Brasil, ocorreu mediante a intromissão de legislações extracodificadas, que deram conta do contexto social, econômico e político, mas tais leis não deixavam de reconhecer a unidade da codificação civilista (Moschetta, 2011, p.57).

Tal processo não retirava os Códigos Civis, entretanto, a Constituição Federal de 1988 coadunou a consonância da sociedade ao extinguir sua essência de relações patrimoniais e ao conduzir a codificação existencial do indivíduo, trazendo consigo princípios mais humanizados e invertendo sua axiologia ao ser proclamada como uma “nova tábua de valores no ordenamento brasileiro”<sup>15</sup>, como Tepedino (2003) cunha.

Essa nova Constituição proporcionou dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil, ao postular em seu Art.1º, § 3 significados que contemplavam a proteção da pessoa humana como instrumento para o desenvolvimento social, refletindo, assim, o reconhecimento legal da família como base da sociedade, assegurada a especial proteção do Estado, recepcionando outras formações familiares que eram marginalizadas, afirma Moschetta (2011).

Assim, a família de hoje pode ser considerada um conglomerado de interesses em que cada membro ocupará um lugar e função construindo, promovendo, desejando e atendendo os

---

<sup>13</sup> A Emenda Constitucional prescrevia que o casamento poderia ser dissolvido nos casos expressos em lei, desde que houvesse prévia separação judicial por mais de três anos e a separação poderia ser de fato, devidamente comprovada em juízo, e pelo prazo de cinco anos, se anterior à data de sua expedição.

<sup>14</sup> Extracodificada, é uma expressão que significa leis esparsas, leis soltas, espalhadas, que não estão agrupadas em um único código ou consolidação. São leis dispersas, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), Lei de Locações (Lei 8.245/910), Lei sobre Investigação de Paternidade (Lei 8.560/920), Leis sobre união estável (Lei 8.971/94 e 9.278/96).

<sup>15</sup> Tepedino, Gustavo (coord.). A parte geral do novo código civil: estudos na perspectiva civil-constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. P. 396.

anseios de bojo pessoal no sentido de realização, sem carregar o patrimonialismo marcado nos séculos anteriores. Essa nova entidade cruza arquétipos e passa a se sustentar com base na valorização de seus integrantes maximizando a dignidade de cada um, ou, como observa Gama & Ciudad (2008), se tonando um *locus* privilegiado que fundamenta e colabora com o desenvolvimento pleno da personalidade de seus integrantes.

Em conformidade com Moschetta (2011), a Assembleia Constituinte não deixou de rogar o conteúdo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, em seu Art. XVI, 3, estabeleceu a família como núcleo natural e fundamento da sociedade, tendo direito a receber tutela do Estado e à proteção da sociedade e também não deixou de amparar às prerrogativas da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinada em 1969, em São José da Costa Rica, que trouxe como premissa um artigo com a mesma alma que estabelecia a “família como elemento natural e fundamental da sociedade e deve ser protegida pela Sociedade e pelo Estado”<sup>16</sup>.

Quando se analisa a Constituição Federal de 1988, no que transpõe o direito da família, é importante evidenciar que, apesar de ela reconhecer uma situação de pluralidade latente na realidade das famílias brasileiras, não foi a partir da promulgação dela que a necessidade de mudança social ocorreu e sim o contrário, já que foram apenas constitucionalizados os valores impregnados e já existentes no seio da sociedade. A CF88, apenas ratificou estes valores em normas, de acordo com J. S. de Oliveira, (2002).

A Carta Magna de 1988 impeliu as entidades familiares a oportunidade de serem compostas pelo casamento, pela união estável, pela comunidade constituída por qualquer dos pais e/ou descendentes e precedeu acolhimento à afetividade com a inclusão de famílias plurais, expondo uma quebra do monopólio do casamento como único meio legitimador de formação familiar.

Há uma ruptura de paradigmas que causam reflexões acerca da repersonalização da família, como a historiadora francesa Perrot (1993) faz, ao se questionar se a família do século XX estaria em decadência por conta de um legado do século XIX, marcado por famílias patriarcais, monogâmicas, heterossexuais, submissas e sacralizadas ou se estaria em decadência por conta de uma espécie de desordem que estigmatiza mudanças sociais. Sabe-se que a família passou também por uma estruturação organizacional, junto com uma organização psíquica que a psicanalista Roudinesco (2003) observou por meio de análises

---

<sup>16</sup> CIDH Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, Art. 17. Disponível em [https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_america.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_america.htm)

freudianas e lacanianas a partir de reflexões acerca de Édipo e Hamlet, se atentando ao preconceito que, mesmo inconsciente, traria manifestações perante a essas novas estruturas.

Ainda que com vincos de ares tradicionais, a família contemporânea apresenta uma casca que adota valores atenuados que rejeitam um modelo excessivamente rígido ou normativo, se tornando responsável por ser um espaço que viabiliza mais o debate sobre a dignidade e a cidadania. Deveras, o conceito de família ainda se confunde com o de casamento, seguindo normas e padrões sociais, entretanto, o antigo padrão também não possui chancela do estado como antes, havendo um alargamento destas composições que mostram que o padrão monogâmico patriarcal não compõe mais um espaço de exclusividade, segundo Moschetta (2011).

Mesmo diante de uma abertura existencial, o Código Civil de 2002 ainda privilegia questões patrimoniais, tais como não partilhar dos bens quando um dos cônjuges é sexagenário<sup>17</sup>, por exemplo, que mostra o ordenamento vincado no patrimônio. Ainda que o casamento não esteja ocupando o mesmo lugar de privilégio de outrora, ele é considerado um fenômeno social de relevância com elementos essenciais para a construção de uma sociedade, pois nele há regulações ou traves que podem colaborar tanto negativa quanto positivamente na sociedade, incluindo a exogamia, ao estabelecer regras acerca do incesto ou repartição sexual de tarefas.

A família se tornou uma estrutura psíquica que busca superar o engessamento preconceituoso através da conquista de direitos humanos, que traz o afeto como valor a ser elevado no âmbito jurídico e nos papéis dos ranchos familiares que, diante de uma nova caracterização tipificada pela afetividade, dignidade, cidadania e solidariedade, se mostra plural e peculiar em um contexto pós-moderno, necessitando, assim, de que novas leis, constituintes ou codificações, sejam feitas.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu a união estável como algo imanente e em 2002, enquanto o Código Civil acolheu o aspecto subjetivo da intenção dos pares de constituírem famílias, inserindo, além da família monoparental, o reconhecimento da presença de somente um dos pais, que poderia advir da viuvez, separação, divórcio, adoção por pessoa solteira, inseminação artificial, dentre outras características. A inserção da família monoparental no texto constitucional mitigou a marginalização causada pelo modelo normativo biparental, trazendo à tona vários outros modelos de famílias, como Leite (2003) observa.

---

<sup>17</sup> Art. 1.641. “É obrigatório o regime da separação de bens no casamento: II – da pessoa maior de sessenta nos.”

Sendo assim, diante de todas as causas explicitadas, é mister compreender que a codificação brasileira exemplificou as constelações familiares mais evidentes de acordo com a época, mas não possui condão de obstaculizar outras modalidades que poderão surgir no futuro, assegurando que as famílias possuam no estado democrático de direito seus fundamentos primados e zelados.

## 2 A Travessia: A Homossexualidade e a Relação Entre Pessoas do Mesmo Sexo

Antes de aprofundarmos as questões que contornam o debate a respeito da homossexualidade e seu histórico, é importante reforçar alguns conceitos para guiar o leitor acerca de certas divergências que ocorrem no âmbito acadêmico com relação a algumas expressões. Os vocábulos, quando cunhados, não trazem consigo apenas seus significados diretos, mas também nuances e implicações históricas, que podem vir carregados de preconceitos ou obscuridade.

O uso da expressão “homoafetivo” é usado somente no Brasil, por questões de aspecto jurídico em decorrência da legalização do casamento ou realização de uniões entre pessoas do mesmo sexo, e tem como premissa a afetividade das relações. Entretanto, há análises que questionam se o Estado não estaria legislando modelos de afeto, ao invés de oferecer uma garantia de direito democrático da sexualidade, já que tal expressão, cunhada pela jurista Maria Berenice Dias [s.d.] (como citado em Coitinho Filho e Rinaldi, 2015), com intuito de legitimar direitos através do discurso jurídico, sugeriria um modelo universal que normatiza todas as relações homossexuais como vínculos de afetividade, modelo este que não contemplaria todas as possibilidades de experiências conjugais existentes hoje. Nesse sentido, existe um questionamento em relação às implicações que poderia acarretar a justificativa somente no âmbito afetivo para regulamentar as uniões de pessoas do mesmo sexo. Por isso, neste trabalho, será respeitado o uso do termo “homoafetivo”, apenas quando se fizer necessário às análises acerca dos efeitos derivados à força do Poder Judiciário, a fim de suscitar o debate sobre as complexidades que permeiam o pensamento social e a existência da família homoparental.

Algumas palavras sempre irão causar divergências quanto ao seu uso adequado, e, no caso, a própria expressão que cerca o presente estudo pode contribuir no que tange a reflexões e objetivos distintos sobre “afetividade” entre os casais homossexuais. Um exemplo, que aqui pode ajudar nesta reflexão, seria o uso das expressões orientação sexual ou orientação afetivo-sexual que, segundo Reis e Ribeiro (2005), ganham significados distintos, podendo ser ‘orientação sexual’ um trabalho sistematizado que visa administrar o debate sobre a sexualidade humana no sentido de gerir reflexões, enquanto ‘orientação afetivo-sexual’ se referiria à atração afetivo-sexual de uma pessoa para com a outra, no sentido de enfatizar a questão da afetividade nos relacionamentos que não seja exclusivamente sexual. No caso do presente estudo, o conceito que será usado para expressar a noção de sexualidade vinculada ao

afetivo-sexual será o de Orientação Sexual, por ser esta a expressão mais encontrada na literatura acadêmica, ainda que tal estudo respeite ambos os conceitos.

Destacar a importância da diferenciação entre o uso da expressão **orientação sexual** e o da expressão **orientação afetivo-sexual** é insistir nesta reflexão, para que fique claro que o uso da primeira se dá porque ainda existem autores em diferentes áreas e textos da literatura que a utilizam como forma de se referir à atração afetivo-sexual de um indivíduo para o outro. Ainda que esteja em desuso por alguns pesquisadores, que zelam pelo respeito científico aos dois conceitos, se fez necessário enfatizar que a expressão escolhida foi a mais encontrada durante o processo de pesquisa literária, e, sabendo que o objetivo deste estudo é servir à comunidade, será mantida para que haja fácil compreensão por parte dela, uma vez que o Conselho Nacional de Combate à Discriminação<sup>18</sup> utilizava tal definição em seu programa de combate à violência e discriminação contra LGBTs, no programa ‘Brasil sem Homofobia’, de 2004.

Vale destacar, para fins elucidativos, um dos trechos da cartilha que hoje é distribuída pelo Ministério da Saúde em seu site oficial<sup>19</sup>:

Orientação sexual é a atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa sente pela outra. A orientação sexual existe num *continuum* que varia desde a homossexualidade exclusiva até a heterossexualidade exclusiva, passando pelas diversas formas de bissexualidade. Embora tenhamos a possibilidade de escolher se vamos demonstrar, ou não, os nossos sentimentos, os psicólogos não consideram que a orientação sexual seja uma opção consciente que possa ser modificada por um ato da vontade. (Conselho Nacional de Combate à Discriminação, 2004, p.29)

Ainda sobre expressões, este trabalho utilizará a palavra **homossexual** para designar a relação e orientação sexual de sujeitos que possuem a atração afetivo-sexual por outros sujeitos do mesmo sexo, vislumbrando uma breve passagem histórica acerca da origem do termo que teria surgido pela primeira vez em 1869, segundo Roudinesco (2003). Uma das teorias sobre a origem do termo seria que o médico húngaro Karoli Maria Kertbeny teria criado tal expressão, de acordo com uma terminologia clínica, para designar todas as formas de conjunção carnal entre pessoas do mesmo sexo, sendo o “homossexualismo”

---

<sup>18</sup> O Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD foi criado por medida provisória em 2001 pelo governo FHC através do Ministério da Justiça. Foi instituído para atuar na promoção de políticas públicas envolvidas na defesa dos direitos sociais e individuais de vítimas de discriminação racial ou outra forma de intolerância, tais como, a LGBTfobia. Em 2010 se torna Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT no governo Lula, através do decreto nº 7.388/10. Disponível em < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt> > acesso 05 de julho de 2020.

<sup>19</sup> Disponível em < [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf) > acesso em 05 de julho de 2020.

(homossexualidade)<sup>20</sup> uma expressão construída entre 1870 e 1970 em oposição a **heterossexualidade**, que foi outra expressão que teria surgido em 1888, segundo a autora. Katz (1996) afirma que os termos homossexual e heterossexual passaram a ser utilizados no século XX.

Dias (2006) relata que, em 1975, o termo “homossexualismo” era catalogado na Classificação Internacional das Doenças – CID, como sendo um desvio ou transtorno sexual; entretanto, em 1993, a Organização Mundial da Saúde abandonou a ideia de tratar tal orientação sexual como um desvio ou transtorno sexual, inserindo o “homossexualismo” no capítulo referente a “Dos Sintomas Decorrentes de Circunstâncias Psicossociais”. Em 1995, já na 10ª Revisão da CID-10, passou a ser nominado como “Transtorno da Preferência Sexual” ou F65, sendo extinguida a expressão “homossexualismo”, que conotava uma doença, que foi substituída por **homossexualidade**, que conota o modo de ser.

Uma observação curiosa de Moschetta (2011) é que, no Brasil, o Conselho Federal de Medicina tornou sem efeito o Código 302 da CID, já em 1985, ao não considerar a homossexualidade como desvio ou transtorno sexual, ou seja, muito antes da própria OMS.

Quanto ao termo **heterossexual**, Katz (1996) afirma que passou a ser utilizado por volta de 1892, o ano em que ele teria sido incluído no ‘*Oxford Dictionary Supplement*’; contudo, todas essas expressões ganharam força a partir do século XX, ainda que no século XIX tenha existido uma necessidade de categorizar a sexualidade humana. Inclusive Roudinesco (2003) afirma que entre 1898 e 1908 foram lançadas mil publicações abordando a homossexualidade, dentre as quais havia muitos entusiastas do discurso psiquiátrico que atribuía tal orientação como uma anomalia psíquica ou distúrbio mental que pudesse levar os sujeitos à psicose.

O âmago da história da sexualidade humana sempre foi tratado com mistério, lutas, conquistas, tabus e condenações se tornando objeto de análises significativas sob diversas epistememes, vieses e ideologias que contribuíram para a evolução das abordagens relacionadas à questão do presente estudo porque o sexo sempre teve destaque na história da humanidade.

A sexualidade humana deixou sinais ao longo da história, que retrata passagens da evolução do ser humano como um ser que possui desejos que, às vezes, são taxados como maléficos ou condenatórios e que, dependendo do contexto histórico, resultaram em repreensão ou controle. Houve épocas em que o sexo era algo glorificado como símbolo de

---

<sup>20</sup> Homossexualidade: termo derivado do grego (*homo* = semelhante). Nota de Roudinesco.

fertilidade e riqueza, assim como houve em que foi condenado por ser considerado pecaminoso, como no cristianismo, que submeteu os sujeitos à um padrão moral.

A lógica classificatória da sexualidade humana nunca foi deixada de lado, sempre instrumentalizada para classificar um indivíduo social e moralmente a partir de suas preferências eróticas ou sexuais, desqualificando algo que deveria ser considerado uma condição natural, e atribuindo a ela uma identidade etiquetada sexualmente, e aqui Costa<sup>21</sup> (como citado em Farias, 2007) propõe ao leitor uma nova reflexão acerca de um novo termo: o **homoerotismo**<sup>22</sup>. Costa sugere haver distinções entre a expressão homossexualidade e homoerotismo, pois afirma que o primeiro anularia a existência do segundo como prática sexual, já que homossexualidade carregaria consigo dois tipos de conotações, sendo uma delas a patologizante, herança do século XIX. Costa defende o uso da expressão “homoerotismo” com a finalidade de se evitar que qualquer prática sexual entre sujeitos do mesmo sexo seja definida como sendo “homossexualidade”, e ainda considera um erro atribuir a todos que possuem tendências homoeróticas como sujeitos homossexuais iguais sem suas distinções e singularidades, acrescentando que a expressão “homoerótico” não carregaria a mesma essência patologizante que “homossexualismo”, de onde deriva o substantivo **homossexual**.

Ainda que a expressão “homossexual” tenha um histórico de origem patologizante e condenatória, é ainda a expressão mais usada para designar o sujeito que carrega consigo tal orientação afetivo-sexual. Há de se enfatizar que existe uma necessidade de minimizar a conotação negativa e o valor preconceituoso da palavra “homossexual”, atribuindo novos termos, segundo Dias (2006), tais como “homoerotismo, homoafetividade e homoessência”. É possível encontrar, na literatura direcionada à temática, expressões como “inclinações homoeróticas”, “homoerotismo”, “homoafetividade” e “homoessência”. No entanto, Farias (2007) sustenta que, ainda que a tentativa de invalidar a conotação patologizante seja respeitável, estes termos na prática não deixam de categorizar os sujeitos delegando ao outro os julgamentos negativos ou positivos.

O presente estudo também reconhece os esforços para desestigmatizar estas pessoas, mas adotará também o termo “homossexual” para designar as relações entre duas mulheres e dois homens, por entender que tal termo ainda é o mais encontrado na literatura e por crer que assim a linguagem se torna mais acessível à comunidade, facilitando seu acesso. Somente se

---

<sup>21</sup> Costa, J. F. A ética e o espelho da cultura. 2. Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

<sup>22</sup> Termo foi criado por F. Karsh-Haack, em 1911 com a intenção de criticar o saber psicanalítico da época. Nota de Farias.

utilizará o termo “homoafetividade”, quando se fizer necessário o entendimento jurídico diante o contexto brasileiro no que se refere a união civil dos casais homossexuais, mas não no sentido de designar a orientação sexual destes homossexuais.

## **2.1 Aspectos históricos sobre relações entre pessoas do mesmo sexo e gênero em algumas civilizações antigas**

Em geral, as pessoas analisam pouco seus próprios comportamentos sexuais e o contexto que a conduz a agir assim, não observando, segundo Ribeiro (2005), no artigo “A Sexualidade Também Tem História: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos”, que a maneira pela qual as civilizações se relacionavam no passado sofreu mutações que repercutem em atitudes normalizadoras ou repressoras no presente, que de acordo com sua cultura e momento histórico influenciam nos modos de pensamento no agora dos sujeitos. Inclusive, os valores que atribuímos na contemporaneidade são, em sua maioria, herança de concepções do século XIX.

O autor ainda acrescenta que a **sexualidade** possui um conceito muito amplo por abarcar noções que vão além da determinação biológica e das práticas, podendo se manifestar de maneira psicológica por meio de percepções e sentimentos ligados ao sexo ou à vida sexual, e que se refletem através do impulso, desejo, busca ou influências culturais e contextuais que vinculam instituições como a religiosa, família, sociedade e os frutos que elas produzem em forma de repressão ou sublimação. Por todas essas razões, a sexualidade é distinta do sexo, porque os valores culturais também interferem no modo de como as pessoas vivenciam e se relacionam com o próprio corpo.

Considerando que para entender as questões que permeiam a homossexualidade se faz necessário conhecer um pouco sobre a história da sexualidade, é importante salientar algumas passagens que emergem traços marcantes do comportamento sexual desde a Antiguidade, sem nos esquecer de que tal conceito foi criado e começou a ser debatido no século XIX, que é relativamente recente se for entendido como um saber que já teve seu devido protagonismo.

A discussão que transpõe a sexualidade na Antiguidade deve ser feita sempre com muita cautela, pois, apesar de ser possível encontrar algumas características semelhantes entre os povos, uma comunidade não é igual a outra, e, por conseguinte, pode expressar sua sexualidade de modo muito diferente. Por exemplo, a atividade homossexual difundida à cultura grega clássica era considerada normal se respeitasse alguns parâmetros sociais que

eram preestabelecidos, como não acontecer quando o par de homens tivessem a mesma idade. Na Atenas clássica, a relação homossexual adotava um caráter de rito de iniciação entre um jovem imberbe e um mentor mais velho. Em Roma, por outro lado, essas relações também seguiam regras, mas não iguais às dos gregos, exceto pelo fato de também se reprovarem relações homossexuais entre pares da mesma idade. Em Roma, diferentemente do que ocorria em Atenas, era aceitável um cidadão romano se relacionar com um estrangeiro ou escravo (King, 1994).

A penetração era um atributo importante e considerada a principal distinção numa relação sexual, independentemente de ser heterossexual ou homossexual. King (1994) julga essa uma das razões pela qual a homossexualidade feminina, ou as relações lésbicas, eram “invisíveis”, estando ausentes nas manifestações artísticas da época. Há indícios de que elas existiam, mas não são tão documentadas para se analisar com mais precisão. A autora ainda expõe que existem vestígios que sugerem que tais relações fossem mais comuns “entre uma jovem e a líder do coro” e que a atitude grega em comparação com os romanos sobre as relações lésbicas fosse menos negativa.

Ribeiro (2005) lembra o leitor de que a Antiguidade marcou impérios antigos com alguns comportamentos que destoam de outros períodos, como por exemplo, a questão da castidade das mulheres gregas que não era algo associado a uma suposta honra, moralidade ou hímen no início de sua história, tanto quanto veio a ser no período posterior dominado pelo Cristianismo, significando apenas que ela não era casada. É importante ressaltar que este período carrega distinções também nos conceitos, como por exemplo, naquilo que a contemporaneidade hoje compreende como “Amor”, segundo Sanfelice (2011), pois era uma palavra aplicada a vários tipos de emoções que podiam variar desde caridade, amizade, afeto até emoções puramente sexuais, sendo necessária a análise da história e do contexto para se entender as manifestações de cada um dos povos.

A Antiguidade reservou não somente diferenças semânticas, mas também muitas distinções culturais entre os povos. Um exemplo era o tratamento oferecido às mulheres da época; no Egito, por exemplo, dava-se um tratamento positivo às suas mulheres e lhes conferia bastante liberdade sexual. Liberdade que não lhes cobrava castidade ou virgindade (a palavra virgem sequer existia no vocabulário deste povo), podendo ela ter relações sexuais antes do casamento, segundo Ribeiro (2005). A mulher egípcia manteve uma postura não submissa, podendo assumir diversos postos sociais importantes, até a chegada de influências gregas, com o domínio de Alexandre O Grande; eram diferentes da mulher ateniense que eram submissas aos maridos, o que já era incompatível das espartanas que contemplavam

autonomia e certas liberdades. A mulher romana também tinha pape social relevante, apesar de ver autoridade aos homens (Ribeiro, 2005).

Na Antiguidade, as relações homossexuais, homoafetivas, homoeróticas ou homófilas<sup>23</sup>, foram vivenciadas por vários povos, mas que carregavam entre si diferenças nas expressões de suas sexualidades, uma vez que se a sexualidade é definida também pela cultura, e sendo as culturas distintas entre si, logo também as suas expressões não são iguais e nem fixas (Sanfelice, 2011).

É importante frisar que em Roma também existia hierarquia entre os sujeitos e as sociedades tinham uma estrutura escravocrata que refletia na vida sexual das pessoas, ao exigir uma postura mais dominadora e ativa por parte dos homens livres, e passiva por parte das mulheres e escravos – resultando numa postura mais ativa no sentido sexual de “penetrar” e passiva no sentido de “ser penetrado”. Por isso, era permitido que um cidadão livre tivesse relações sexuais com um escravo do sexo masculino, desde que isso não interferisse em sua posição social (Ribeiro, 2005).

Essas relações geralmente se davam enquanto o escravo estava em plena puberdade e se encerrava ao aparecer os pelos no corpo do jovem, demarcando que este não era mais um púbere, mas quando seu amo/senhor se apaixonava por este escravo, recorria a remoção destes pelos para prolongar tal relação.

As heranças artísticas, sobretudo das artes visuais que incluem vasos pintados, lâmpadas, pedras e etc., trazem muitas informações iconográficas relevantes acerca da sexologia grega e romana, e a ausência de algumas reproduções também dizem algo. É o caso da penetração entre parceiros masculinos que Shapiro (como citado em King, 1995) conclui ser para o penetrado (no contexto romano) algo considerado na época aviltante ou inapropriado, porque não era mostrado de forma explícita, mas sim de forma romantizada com um intercuro intercrural, o que se contrapunha aos inícios artísticos do Império Romano, que retratavam sexo explícito nas relações heterossexuais, segundo King (1995).

Farias (2007) suscita que tal importância entre penetrar e ser penetrado não era uma exclusividade grega ou romana, pois existia também entre outros povos, como os babilônios, em que, no que se refere à prostituição masculina, o prostituto sempre assumia uma postura passiva e assumir tal postura era ser considerado inferior.

---

<sup>23</sup> O termo “homofilia” é um termo que caiu em desuso no final dos anos 1960, mas que também era usado para designar a homossexualidade que se popularizou através do Movimento Homófilo que atuou entre 1940 e 1970. O termo também significa atração por indivíduos do mesmo sexo. Disponível em <<https://en.m.wikipedia.org/wiki/Homophile>> acesso 06 de junho de 2020.

Quanto aos egípcios antigos, Araújo (2012) afirma que o erotismo não era um tema tratado como assunto tabu, porque a fertilidade e o prazer eram elementos muito importantes na vida quotidiana. Alguns vestígios atestam tal comportamento, e o cotidiano desta época, representado também em manifestações artísticas, artefatos, literatura e etc., mostra a valorização do erotismo por meio de uma estética que não era pornográfica (apesar de a pornografia também existir em alguns contextos). Spencer (1996) aponta que no Egito Antigo a relação entre dois homens não era bem-vista e considerada uma prática condenatória, e que não há relatos que confirmem como era recebida a relação homossexual entre duas mulheres. A autora Dias (2006) diz que há poucos registros referentes às relações homossexuais entre mulheres do Egito Antigo.

Cardoso (2014) afirma que, apesar do satírico conto “As Contendas de Hórus e Sétí” ser um indício literário com elementos que indicam uma tentativa de ato homoerótico, o homoerotismo não aparece com frequência nos textos egípcios e, nas poucas vezes em que aparece, é seguindo um viés condenatório, embora não seja pela ótica cristã de “pecado”.

Na China, durante a Dinastia Zhou (ou Chou), no período de 1122 – 256 a.C., Farias (2007) afirma que não há indícios de condenação entre uma relação homossexual que fosse efetuada fora do casamento, e explica que, pelo fato de o casamento ser um ritual de ligação entre duas famílias para perpetuar heranças e *status*, era permitido que os sujeitos tivessem relações românticas fora deste casamento, o que incluía a relação homossexual. Acrescenta ainda que as relações entre pares homossexuais eram caracterizadas por uma das partes pertencentes a uma classe mais baixa, que assumia a postura passiva.

Para demarcar um período posterior, Farias (2007) cita a Lei Mosaica, que se tratava de um conjunto de leis que dá início aos Dez Mandamentos que Deus teria declarado aos judeus por meio de Moisés – segundo nota das autoras, como um marco temporal para elucidar a pouca importância que a maioria das civilizações antigas davam para as relações entre pessoas do mesmo sexo antes desta lei.

Ao longo do tempo, a consolidação dos princípios dogmáticos da cultura judaico-cristã determinou a assimilação do caráter procriador do sexo, isto é, a relação entre homens e mulheres passou a ser a única forma “correta” e aceitável de expressão da sexualidade. Assim, qualquer espécie de relação que não fosse configurada pelo matrimônio, visando a reprodução, era considerada um ato contra a natureza e contra a lei. Em razão disso, as relações homossexuais passaram a ser consideradas atos condenatórios e de pecado.

Neste capítulo, serão priorizadas as pesquisas históricas referentes aos impérios mais relevantes, ainda que cada um guarde suas especificidades e contenham largo espaço de tempo entre uma comunidade e outra.

### ***2.1.1 Um breve histórico sobre a homossexualidade na Grécia***

A composição da Antiguidade denota uma diversidade muito grande com relação a diversidade jurídica, traços econômico específicos, composição étnica etc. Conforme dito na seção anterior, na Grécia ocorria tanto as relações sexuais entre dois homens quanto relações sexuais entre um homem e uma mulher, porém, Catonné (1994) afirma que a primeira possuía suas características próprias, sendo uma espécie relação ritualizada que visava iniciar o outro rapaz na sociedade. Esse ritual era de um homem mais velho e experiente para com um rapaz mais jovem com o intuito de torná-lo cidadão, desenvolvendo habilidades de guerra e política. Esse ritual não pode ser considerado uma relação homossexual em sua plenitude, pelo simples fato de que a homossexualidade se trata de um conceito atual, mas o homem mais velho podia ter relações sexuais com este jovem como forma de também iniciá-lo sexualmente. Este ritual ou relação se denominava **pederastia**. O homem mais velho assumia uma postura ativa e o jovem, uma postura passiva até o momento de ruptura que se dava quando este jovem começava a ter indícios físicos do fim da sua puberdade, como o aparecimento de pelos nas pernas e no queixo. Ao se “tornar” um homem, este jovem era inserido na sociedade como um indivíduo pronto para assumir a postura de homem ativo socialmente. Este ritual era aceito e considerado importante para os gregos, assumindo um protagonismo que Catonné destaca:

A pederastia é, portanto, uma relação normal e certamente não “contra a natureza”. Ela é valorizada por razões ao mesmo tempo afetivas e sociais. Aos olhos dos gregos, nada é mais belo que o efebo e nada é mais nobre que o sentimento que se dedica a uma pessoa tão bela. Mas, ao mesmo tempo, a relação entre o amante e o amado possui uma função civil altamente integrativa. Ela permite inserir o rapaz de nascimento livre em seu *status* de cidadão e ensinar-lhe como assumir suas responsabilidades na cidade. É por esta razão que se reconhece uma inegável superioridade nesta forma de amor. (Catonné, 1994, p.36).

O autor afirma ainda que a compreensão que se tinha na época sobre as manifestações e impulsos sexuais não eram as mesmas que se tem hoje em torno da orientação sexual. Por isso, ele nomeia essas relações homossexuais como homofilia, por entender que na Grécia Antiga os indivíduos masculinos consideravam suas manifestações sexuais como impulsos e poder social independentes de suas identidades ou diferenças sexuais com uma função social

importante. Catonné compreende que o indivíduo masculino buscava se satisfazer por meio dos dois sexos atuando supostamente de forma bissexual (não uma bissexualidade como se entende hoje) e homófila porque isso era bem-visto na Grécia, assim como também cumpria uma função importante para aliar o prazer (do homem) a valores sociais, enquanto hoje os conceitos sobre as manifestações sexuais valorizam outros aspectos. A heterossexualidade era destinada à procriação, e a homofilia ao prazer e postura de atividade que o homem assumia perante a sociedade.

### ***2.1.2 Roma também existia relações homossexuais?***

Conforme foi dito anteriormente, a prática homofílica, segundo Veyne (1985), está registrada tanto na literatura grega quanto na romana, reservando suas devidas distinções e variações, sobretudo, dentro dessa antiguidade pagã, que inclusive acredita que o esperma masculino fosse capaz de transmitir nobreza e heroísmo ao outro. Em Roma, havia as relações entre dois homens, assim como na Grécia, mas com sutis diferenças.

Ariès, P.; Duby, G.; Veyne, P.; Chartier (1985) afirmam que o modo de prazer em Roma não estabelecia distinção entre amor “homossexual” e o heterossexual, sendo o prazer físico ou sexual uma espécie de complemento ou continuação do outro, desde que isso não fosse algo público que afetasse o status das classes superiores. Porém, esse julgamento moral também respingava sobre as relações heterossexuais, ou seja, um homem que se submetia fisicamente ou no modo passivo a uma mulher, ainda que por práticas como a cunilíngua, por exemplo, também seria moralmente punido se pertencesse a uma classe superior. O homem de classe superior não podia expor publicamente preferências sexuais que o colocasse na condição de passivo ou submisso ou que o sujeitasse socialmente. Assim postularam:

Preocupações similares determinam as atitudes frente às relações sexuais. Não se estabelece distinção entre amor homossexual e amor heterossexual; o prazer físico é visto como uma continuidade subjacente entre os dois; o prazer sexual, enquanto tal, não coloca nenhum problema para o moralista da classe superior. Em compensação, julga-se — e muito severamente — o efeito que tal prazer pode exercer sobre o comportamento público e as relações sociais do homem. A vergonha que pode estar ligada a uma relação homossexual reside apenas no "contágio moral" que pode levar um homem das classes superiores a submeter-se ou fisicamente, adotando uma posição passiva no ato sexual, ou moralmente, entregando-se a um inferior de qualquer sexo. As relações entre homens e mulheres estão sujeitas às mesmas limitações. As inversões da verdadeira hierarquia — da qual constitui um exemplo típico a prática da sexualidade oral com uma parceira — são as mais reprovadas e (será preciso dizer?) estimulantes formas de degradação, sob o efeito do "contágio moral" de uma pessoa

inferior: a mulher. O medo da efeminação e da dependência emocional, fundamentado na necessidade de manter a imagem pública de um homem realmente integrado à classe superior, e não em escrúpulos relativos à sexualidade em si, determina o código moral segundo o qual a maioria dos notáveis conduz sua vida sexual. (Ariès, P.; Duby, G.; Veyne, P.; Chartier, R., 1985, p. 219).

Os adolescentes meninos de famílias mais abastadas não tinham autorização para andarem sozinhos publicamente porque, segundo Rodrigues (2004), precisavam zelar por suas reputações, sempre estando acompanhados do escravo. Já os jovens de classes menos favorecidas, não podiam desfrutar do mesmo cuidado, servindo de várias formas, inclusive sexualmente. Existia também um fervor à virilidade e repulsa à passividade. Tanto Rodrigues (2004) quanto Catonné (1994) concordam que, para os romanos, a dignidade estava relacionada ao receber prazer e assumir a postura de ativo, estando a passividade relacionada ao desmoralizante “servir”, por isso o cidadão nobre tinha a obrigação de “receber”.

Havia regras de conduta romana, e as injúrias eram imperdoáveis, tornando a defesa da honra algo importante a se zelar. Ao mesmo tempo, era um meio de aviltar ou rebaixar um indivíduo de classe superior, permitindo que o ofendido pudesse responder e punir a ofensa publicamente. Com o passar do tempo, as mudanças foram ocorrendo e leis, bem como penalidades, foram instauradas para que as relações entre dois homens fossem inibidas e a partir de 533, o Cristianismo começou a se sobrepor ao paganismo sob as regras das leis divinas, por meio da atuação do Imperador Justiano, que fez as práticas homossexuais começarem a ser penalizadas severamente. A moral cristã começa a ganhar espaço seguindo uma influência dos modos do Oriente Próximo bizantino (Ariès, P.; Duby, G.; Veyne, P.; Chartier, 1985). Vale destacar que em Roma o lesbianismo também não era aceito nessa sociedade, visto que tal prática também era considerada uma afronta à virilidade masculina e ao poder do homem romano.

Apesar de seguir regras, os sujeitos não eram considerados doentes ou criminosos, mesmo quando a relação ocorria entre dois homens livres, sendo aqui desonroso por outros motivos. Chauí (1984) destaca e resume bem como eram essas regras:

O valor fundamental, nessas sociedades, era atribuído à figura do homem livre, identificada com a figura masculina ativa (política e socialmente). Esse valor, sexualmente interpretado, levava ao privilégio da figura masculina sexualmente “ativa”. A mulher, considerada naturalmente “passiva”, o jovem livre, do sexo masculino, considerado “passivo” pela pouca idade, e o escravo, considerado “passivo” por sua condição de dominado e por obrigação, faziam com que as relações homofílicas só fossem admitidas entre um homem livre adulto e um jovem livre ou um escravo, jovem ou adulto. O jovem, pela idade, podia ser livre e “passivo” sem desonra, mas um homem livre adulto que se prestasse a uma relação homofílica no papel “passivo” era considerado imoral e indigno [...] O pederasta e o homofílico não

eram monstros, nem doentes nem criminosos (como viriam a ser tratados depois), mas nem por isso deixavam de existir códigos, normas, regras e valores regulando a homofilia e, portanto, formas de repressão (para não mencionarmos ainda a situação feminina e a dos escravos). (Chauí, 1984, p.23).

É possível perceber que as relações sexuais entre dois homens em Roma (e também na Grécia) estavam submetidas a interditos, regras e permissões, sendo “liberada” até um certo ponto, entretanto, tal prática era considerada um ato sexual, uma atividade de escolha de parceiros que poderia ser incentivada. Novamente Chauí enfatiza:

Na Grécia e em Roma, a homofilia (o termo homossexualismo<sup>24</sup> é recente) masculina era tolerada e, em certos casos, estimulada, havendo muitos que julgavam o amor verdadeiro ser possível apenas entre pessoas do mesmo sexo, o casamento implicando outros sentimentos (respeito, amizade, dever, responsabilidade social) que não o amor. Muitos autores escreveram louvores ao fato de só apreciarem outros homens; muitos, ao fato de apreciarem homens e mulheres; muitos, ao de apreciarem apenas mulheres. No entanto, não se admitia qualquer forma de relação de homofilia (homo = o mesmo; filia amizade). (Chauí, 1984, p.22).

### **2.1.3 O dogmatismo religioso**

Lins (2007) conta que a repressão sexual é um fenômeno que sofre modificações, quando parte do plano natural para ser deslocado ao sociocultural, que, por sua vez, por serem interdições externas, passam a causar interdições internas nos indivíduos em forma de culpa, vergonha ou peso na consciência.

A prática homossexual existiu em todas as fases da história, mesmo quando eram consideradas apenas práticas sexuais ou homoeróticas sem vínculos com a orientação afetivo-emocional na Antiguidade. A partir da era cristã, a homossexualidade passou a sofrer inúmeras repressões devido à condenação de sua prática pela Bíblia, que sacraliza a união entre o homem e a mulher. Desse modo, cada época ou sociedade experienciou os atos homossexuais de formas distintas oscilando entre a aceitação e a condenação, dado que ora a relação poderia significar demonstração de amor, de poder, de força ou prazer, ora patologizado ou tratado com um desvio ou distúrbio psíquico.

Segundo Fustel de Coulanges (2003), os romanos já seguiam preceitos religiosos na sua Constituição, que deu origem a caracterização do modelo familiar na Antiguidade.

---

<sup>24</sup> A autora usa “homossexualismo”, devido ao fato de o termo ainda ser usado na época em que foi escrito a edição da referida obra, sendo uma versão de 1984, período este em que a orientação sexual homossexual ainda constava no OMS como desvio ou transtorno sexual e a expressão “homossexualidade” ainda não havia sido cunhada.

Entretanto, antes de adorar deuses, as pessoas adoravam os mortos por associarem a morte a uma mudança de vida e não o fim dela. Essa adoração aos antepassados, que significava prestar homenagens, foi o elemento que deu início a formação da família, conforme dito em seções anteriores. Esse dado mostra que a religião sempre galgou influências sobre as famílias; no caso da religião católica apostólica romana, ela indica até qual tipo de modelo familiar a ser seguido: a Sagrada Família, com a presença do homem, da mulher e da prole.

Até fins do século XVII, a relação entre pessoas do mesmo sexo era ainda considerada uma falha moral que, posteriormente, no século XVIII, se caracterizou como um crime social, devendo ser combatido pelo Estado, mas nem sempre foi assim. Naphy (como citado em Farias, 2007) lembra de que muitas religiões politeístas cultuavam deuses que tinham relações sexuais com ambos os sexos. Na Índia, sobretudo, no hinduísmo, os deuses tinham relações sexuais com ambos os sexos e ainda portavam a habilidade de mudarem o seu próprio sexo.

Há registros de religiões muito antigas que antecederam a Era Cristã que narram relações sexuais como parte de cultos ou rituais de adoração nos quais prostitutas e prostitutos faziam sexo com os devotos. Na região do Próximo Oriente<sup>25</sup> e do Mediterrâneo, foram encontrados registros de pedidos de bênção para uniões entre pessoas do mesmo sexo, o que reforça a ideia de que as relações entre pessoas do mesmo sexo não eram sigilosas e nem condenatórias até então.

Segundo Dias (2006), as religiões da Antiguidade resguardavam preocupação com a posição que cada indivíduo assumia sexualmente e socialmente, mas no Judaísmo, a preocupação era com a procriação, o que fez com que representantes da corrente judaica manifestassem despreço por cultos pagãos que faziam uso dos aspectos da sexualidade e exploravam a homossexualidade, bissexualidade e travestismo em seus rituais e celebrações. Havia também o fator de expansão populacional, já que os judeus precisavam ganhar força por serem um grupo pequeno que precisavam conquistar algum tipo de poder. Uma ressalva sobre esse despreço é que o judaísmo não condenava ou censurava a homossexualidade, por crer numa suposta perversão, mas sim porque buscava assegurar tal procriação.

A Igreja Católica, segundo Vainfas (2010), começou a dominar e expressar um moralismo sexual através de representantes como São Paulo, Santo Agostinho e São Tomaz de Aquino, que ajudaram a expandir uma doutrinação a partir do século VI, em que valorizavam a restrição de prazeres e estipulavam a obrigatoriedade do sexo realizado

---

<sup>25</sup> Segundo Farias, o Próximo Oriente começaria na Europa e se estenderia pela parte da Ásia como por toda a África do Norte, porém os berberes da África do Norte não se confundem com os árabes, embora tivessem as mesmas raízes muçulmanas.

somente após consumado o matrimônio, priorizando a fidelidade e associando o sexo a uma concepção de pecado que só deveria ser efetuada para a procriação. O pensamento filosófico de São Tomaz de Aquino, célebre por ser autor da “Suma Teológica”, teve muito peso na Idade Média por classificar os “grandes pecados” que tivessem implicações no que diz respeito àquilo que considerava desvio da sexualidade natural, atribuindo “pecado contra a natureza” da mesma forma que a zoofilia e masturbação. Estes tipos de pecados seriam as maiores ofensas a Deus, sendo mais graves que o adultério, e causavam, assim, a condenação dos que a praticavam.

O Cristianismo, desse modo, foi introduzindo vários códigos rigorosos que reprovavam todas as manifestações sexuais que se opusessem a heterossexualidade e procriação, instituindo uma repressão sexual que incentivava os indivíduos a encararem a sexualidade humana sob uma ótica negativa.

#### ***2.1.4 A religião e a sodomia***

Vainfas (2010) acrescenta que no começo do período da Alta Idade Média, sodomia, fornicação e luxúria eram quase a mesma coisa para a Igreja que condenava qualquer prática sexual que não visasse a procriação. Existia uma “reprovação generalizada do sexo”, que a partir do século XI, trouxe não somente mais atenção à sexualidade como também mais austeridade nos castigos. Durante o período de XI e XII, a reprovação contra pessoas que mantinham relações sexuais com outros do mesmo sexo já era uma alteração social consumada, devido a noção de “vícios da carne” que categoriza as transgressões morais, colocando o coito anal, tanto homossexual quanto heterossexual, como sendo um “desvio da genitalidade”.

Outro fator, segundo Spencer (1996), a ser considerado foi a dizimação causada pela Peste Negra, que ocorreu entre 1348 e 1350 e matou um terço da população que vivia nas imediações entre Índia e Islândia, trazendo um colapso econômico muito grande em vários setores, gerando uma nova inquietação para essa geração. Tal crise foi o suficiente para que os legisladores considerassem a sodomia como uma ameaça para o processo de repovoamento, resultando em leis severas como a fogueira àqueles que fossem acusados de praticá-la.

Uma observação que não deve ser furtada sobre a sodomia é que existem questionamentos acerca do termo relacionado a orientação sexual das pessoas da época. Vainfas (2010) diz que existe uma dúvida se **sodomia** naquele período medieval se referia à

orientação sexual ou somente a uma prática sexual anal, pois a relação entre duas pessoas do mesmo sexo ou homoeróticas era motivo de muita crítica, mas ao mesmo tempo havia uma certa tolerância para com as supostas relações homossexuais. Houve, sim, um recrudescimento das penas contra os sodomitas nas leis eclesiásticas e civis, que provocou mudanças nas atitudes sociais, mas o autor acha que tais mudanças não deveriam ser atribuídas somente às pressões das Igrejas e dos poderes civis, mas a um histórico por parte daquilo que se atribui como “função passiva” no coito. Vale observar que, no caso das mulheres, essa cópula anal era considerada impossível nesta época.

Moschetta (2011), ao trazer reflexões sobre a repreensão religiosa, se refere ao termo como uma prática do sexo anal tanto realizada entre marido e mulher quanto entre pessoas do mesmo sexo. Por outro lado, Vainfas questiona, por conta de uma passagem do Antigo Testamento, se apóstolo Paulo, ao referir aos sodomitas, também se referia aos indivíduos que praticavam a fornicação. Para o autor, tal termo teria sido definido com o tempo, tomando três grandes significados: um deles é o da animalidade, relacionando os sujeitos sodomitas como aqueles que deixavam de lado os costumes sexuais que eram considerados humanos. O segundo significado estaria relacionado aos “desvios da genitalidade”, isto é, práticas que não visavam a procriação, como o sexo anal e sexo oral, independentemente de ser o praticante homem ou mulher, casados ou solteiros. O terceiro significado se relacionaria especificamente ao sexo anal entre homens. Vainfas afirma que as atitudes de “inversão” comportamental ou social dos papéis sexuais causavam mais inquietação moral ou escárnio do que o estilo da cópula.

### ***2.1.5 A religião, a patologização e a sexualidade***

É notório o controle que a Igreja queria ter sobre as pessoas, mas, mesmo com todo o esforço empenhado para tal, houve um desregramento moral acentuado durante a Idade Média, segundo Vainfas, que se refletia na sociedade em geral e também no clero e que deram abertura para o surgimento da Reforma Luterana no século XVI. A Reforma Luterana tinha como objetivo disciplinar o clero e reformular a doutrina, sugerindo o fim do celibato do clero, a valorização do casamento e a plena autoridade espiritual dos clérigos e do papado.

Esse movimento abriu precedentes para o surgimento de outras correntes, como a Igreja Protestante. Entre os séculos XVI e XVIII, a doutrinação cristã já dominava tanto o poder judiciário quanto o eclesiástico e inquisitorial, implementando juntas uma repressão

sexual sob a égide do Catolicismo, que, segundo Dias (2006), tem sido responsável até os dias presentes por censurar a homossexualidade e reforçar que o sexo deve ser somente praticado para procriação, condenando tudo que fuja de tais preceitos, e, por conseguinte, servindo de sustentáculo para o surgimento da abominação à homossexualidade, principalmente a masculina.

Segundo Foucault (1999), até o século XVII as práticas sexuais não costumavam serem escondidas, ainda que fossem disfarçadas. Através de uma linguagem direta e “frouxos” códigos de grosseria, como o autor se refere, os discursos não eram tão pudicos quanto se tornaram posteriormente. A burguesia vitoriana transformou tais expressões em algo silencioso, sério, com a função de procriação, e tal tema se tornou proibido para as crianças assim como para os adultos, implantando uma repressão que se assemelhava com condenação, silenciamento e pitadas de hipocrisia. A ideia do sexo havia sido transformada, assumindo o status de tabu. O curioso é que o discurso de procriação voltou com força, em um momento de efervescência capitalista, o que lembra a mesma tática utilizada durante a crise causada pela Peste Negra.

Sobre a repressão, diz Foucault:

Esse discurso sobre repressão moderna do sexo se sustenta. Sem dúvida porque é fácil de ser dominado. Uma grave caução histórica e política o protege; pondo a origem da Idade da Repressão no século XVII, após centenas de anos de arejamento e de expressão livre, faz-se com que coincida com o desenvolvimento do capitalismo: ela faria parte da ordem burguesa. (Foucault, 1999, p. 11).

Ribeiro (2002) destaca que, a partir de 1700, começaram surgir várias obras voltadas ao aconselhamento sexual, mas o desenvolvimento das ciências nos séculos seguintes deram o pontapé às sustentações de novos discursos que passaram a ocupar as explicações religiosas de outrora, e o discurso moralista repressor religioso virou uma repressão sexual médico-científico que, apesar de ter apresentado avanços, tais como, estudos sobre doenças sexualmente transmissíveis, não deixou de ser antisssexual e moralista, pois o período vitoriano valorizou ainda mais o sexo como prática exclusiva para procriação, a virgindade da mulher e a idealização da maternidade, tirando o direito da manifestação dos desejos sexuais desta mulher que passara a precisar ser casta e pura.

O período vitoriano é um exemplo de período marcado pela repressão sexual, no qual os sentimentos eram disfarçados, ocultados e dissimulados através da imposição de códigos de condutas que julgavam o que era compatível ou não com os valores e as regras da época, segundo Foucault (1999).

Foucault em sua obra ‘História da Sexualidade 1: a vontade de saber’ afirma que:

[...] a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. Assim marcharia, com sua lógica capenga, a hipocrisia de nossas sociedades burguesas (Foucault, 1999, p.10).

Nesse contexto, consolidam-se alguns conceitos na tentativa de normatizar a sexualidade, definindo padrões e trazendo a medicina como um dispositivo influenciador no século XIX, que implanta uma perversidade para definir o que é normal e não normal, e banindo, como diz Foucault, “os prazeres paralelos” e anexando o que eles consideravam ser uma irregularidade sexual à doença mental. Todavia, este cenário sofreu alterações no século XIX, com o advento das teorias biológicas e o auge da razão como verdade absoluta. Diversas teorias ofereceram explicações científicas às relações entre pessoas do mesmo sexo, sendo, a partir de então, designado homossexual o “pecador” que se interessava afetiva e sexualmente pelo seu igual. A medicina e a sexologia definiram a homossexualidade como uma doença ou como uma inadequação médica (homossexualismo) e, com isso, desejavam diferenciá-la da heterossexualidade para propor uma cura. Mas, ao invés de desfazerem os equívocos e as crenças, acabaram cimentando a repressão sexual por meio de uma nova instituição e novas teorias.

Foucault (1999) admite que o ato de sodomizar guarda, em sua história, uma severidade extrema que condena de várias maneiras, ainda que em certos momentos houvesse uma discricção. A pena de fogueira foi aplicada até metade do século XVIII, um indício que reforça a existência dos três códigos que administravam as práticas sexuais até o final do mesmo século, que foram o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Os três códigos não diferenciavam nitidamente certas infrações, sentenciando às mesmas penas ocorrências diferentes, como por exemplo, infrações oriundas das alianças e da genitalidade, tais como a ruptura de um casamento por infidelidade e a procura por “prazeres estranhos”, como a prática da homossexualidade, que, ao serem ambas condenadas, podiam resultar em um mesmo desfecho por serem considerados pecados graves, assim como o estupro, rapto e incesto.

Pelas palavras de Foucault:

A extrema discricção dos textos sobre sodomia – essa categoria tão confusa; a reticência quase geral no falar dela admitiu, por muito tempo, um duplo funcionamento: por um lado, a extrema severidade (pela de fogueira ainda aplicada no século XVIII, sem que se formulasse nenhum protesto importante, até a metade do século) e, por outro lado, a tolerância seguramente bem ampla (que se deduz, indiretamente, a partir das raras condenações judiciais e que se pode perceber mais

diretamente através de certos testemunhos sobre sociedades masculinas que podiam existir no exército e nas cortes). (Foucault, 1999, p.96).

Foucault diz que, tanto na ordem civil quanto na ordem religiosa, o importante era o “ilegalismo global” daquilo que consideravam contranatural. Até os hermafroditas<sup>26</sup> eram criminalizados ou considerados filhos de criminosos por não serem “anatomicamente” aquilo que era considerado “normal”.

O autor alega que a chegada do século XIX contém uma certa ambiguidade por ter trazido junto com a repressão sexual, uma indulgência no que é relativo ao abrandamento da severidade imposta aos “delitos sexuais” por parte do poder judiciário, mas que, por outro lado, se manteve severa ao introduzir uma medicina que inventou patologias e penetrou nos casamentos e na intimidade das pessoas. O sujeito homossexual deste século foi patologizado e caracterizado como se fosse um sujeito com morfologia distinta das demais pessoas.

Foucault (2014) alega que, em um dado momento, houve uma busca pela sua “legitimidade e naturalidade” sexual que, ao não se encaixar numa normatividade, fez a homossexualidade ser relegada à marginalidade, se tornando objeto de análise médica estudada por psiquiatras por volta de 1870. Nesta época, os homossexuais eram internados em clínicas porque antes eram considerados libertinos e delinquentes e, após a constatação médica, passaram a serem considerados doentes do “instinto sexual”<sup>27</sup> que precisavam ser “curados” nos internamentos.

De volta a sua obra ‘História da Sexualidade 1: a vontade de saber’ (1999), o autor denuncia a violência tutelada por instituições médicas e jurídicas que existia contra os indivíduos considerados “diferentes” ou portadores de “sexualidades periféricas”, o que, na verdade, se tratava de uma caça à todas as sexualidades.

Essa nova caça às sexualidades periféricas provoca a *incorporação das perversões* e a nova *especificação dos indivíduos*. A sodomia – a dos antigos direitos civil e canônico – era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade (Foucault, 1999, p.43).

---

<sup>26</sup> Quando Foucault escreveu a obra, o termo “hermafrodita” ainda não estava em desuso. Hoje o termo correto é intersexo. Pessoas intersexos são aquelas que nascem entre um espectro macho e espectro fêmea, sem uma definição sexual binária típica, podendo desenvolver genitálias ambíguas, genitálias comuns ou serem cromossomicamente atípicas do XX e XY. Disponível em < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Intersexo> > acesso em 09 de julho de 2020.

<sup>27</sup> Foucault usa tal expressão no ensaio publicado em *Microfísica do Poder: Não ao sexo rei*, originalmente publicado em 1977, in *Nouvel Observateur*.

Segundo Farias (2007), houve uma crítica feita à teoria de que a homossexualidade teria traços genéticos e que supostamente seria passada de forma hereditária. Tal teoria se basearia no fato de que os pais de homossexuais dificilmente seriam *gays* ou bissexuais, o que resultou em esterilização de pessoas homossexuais que eram consideradas responsáveis por supostamente transmitirem os genes “homossexualizados” aos seus descendentes.

Spencer (1996) afirma que um dos primeiros a elaborar um programa de tratamento em 1899 foi o médico Harry Clay Sharp, autor da obra “The Sterilization of Degenerates.”<sup>28</sup> Publicada em 1908, junto com outros especialistas, o autor liderava tratamentos eugenistas que tinham o objetivo de acabar com a procriação das classes mais pobres e dos sujeitos classificados como “desajustados sociais”, que seriam criminosos, prostitutas, alcoólatras, moradores de rua, crianças de orfanato, dentre outros “desajustados” que incluía “perversos sexuais” e, claro, os homossexuais. Tal discurso de “degeneração” foi uma forma de controlar a sociedade por meio de uma biopolítica punitiva que se utilizava da classificação de patologias para justificar essa limpeza social sob o manto de “desajustados sociais”, prática que atribuiu um estigma a homossexualidade. Spencer também sugere que, talvez, esses discursos médicos tenham sido tão aceitos na época, porque as classes mais elevadas (que tinham acesso à informação) eram justamente as que tinham poder representativo político e social, além de também estarem vinculadas à Religião Católica, que abominava a homossexualidade, apesar de, no século XIX, haver pessoas que se opunham às tais teorias.

No início do século XX, Sigmund Freud (como citado em Foucault, 1999) se destacou com estudos e teorias que representaram avanços importantes para a sexualidade e verdadeiros progressos no âmbito da psicanálise. Freud não atribuía à homossexualidade uma perversão e tampouco compreendia a homossexualidade como doença ou crime, embora, hoje, alguns setores mais conservadores da religião e da política tenham ressuscitado a falácia da “cura gay”<sup>29</sup>, ao se alicerçarem numa ideia de patologia disseminada por alguns profissionais da área psicanalítica, que tentam institucionalizar tal empreitada.

Freud (2008), em sua análise sobre “A Psicogênese de um Caso de Homossexualidade Feminina”, da edição mais recente de sua obra de 1920, afirma que:

---

<sup>28</sup> Não foi encontrado uma versão em português do livro, mas a tradução livre seria ‘A Esterilização dos Degenerados’. H. C. Sharp era um médico eugenista que realizava vasectomia nos considerados “desajustados”.

<sup>29</sup> No Brasil, houve um movimento em prol da “cura gay” liderado por grupos conservadores e religiosos, endossado por alguns setores do judiciário que pediam a autorização para exercerem a “terapia de reversão da homossexualidade”, que foi suspenso pelo STF em 2020. Disponível em <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/04/17/interna-brasil,845827/stf-mantem-suspensa-decisao-que-autorizava-terapia-de-cura-gay.shtml>> acesso em 11 de julho de 2020.

No tratamento da homossexualidade — que, aliás, assume formas bem diversas — não são realmente significativos os êxitos da terapia psicanalítica. Via de regra, o homossexual não consegue abandonar seu objeto de prazer; não é possível convencê-lo de que, caso mudasse, reencontraria no outro objeto o prazer a que renuncia. (Freud, 2008, p.107).

Neste interim, houve mais avanços nos estudos científicos acerca da homossexualidade, como foi possível notar no âmbito jurídico. Estes estudos ajudaram no campo constitucional, ou na antropologia e história, através de pesquisas de historiadores e filósofos, como o próprio Foucault (*História da Sexualidade*), bem como na psicanálise com a historiadora e psicanalista Elisabeth Roudinesco, dentre outros nomes de diversas áreas científicas.

Também tiveram várias movimentações políticas que mudaram os rumos, embora as regras da igreja ainda considerem o comportamento homossexual como algo inaceitável. No final de década de 1960, surgiram vários movimentos sociais que contribuíram com o processo de reconhecimento da orientação sexual e conquista dos direitos. O preconceito e intolerância ainda são discursos fortes, mas há de se admitir que também existem hoje lideranças<sup>30</sup> e fiéis que se esforçam para lutar contra a intolerância e preconceito dentro e fora das igrejas.

### ***2.1.6 Movimentos sociais e a religião num panorama internacional***

Dias (2006) ressalta que o Movimento de Libertação Gay, que ocorreu no final de 1960 e início de 1970, junto com a ascensão de outros movimentos sociais que lutavam pela garantia dos direitos civis, foi um dos responsáveis por auxiliar neste processo de luta a favor da conquista dos direitos sexuais e direitos reprodutivos.

O movimento surgiu após a fatídica noite que marcou a história de um bar gay em Nova York, chamado Stonewall Inn. No dia 28 de junho de 1969, houve uma violenta batida policial neste bar e se iniciou uma rebelião que durou uma semana. Houve uma revolta popular, iniciada pelos clientes e que obteve apoio popular de outros movimentos, como o das feministas, que causou uma grande rebelião seguida de atos de protestos, chegando a reunir mais de 2 mil pessoas. Em 1969, a maioria dos estados dos Estados Unidos da América proibia atos homossexuais, o que explica o porquê da repressão e o porquê de tamanha revolta

---

<sup>30</sup> Pe. Júlio Lancelotti, é uma liderança da Igreja Católica no Brasil, conhecido por atuar em prol da população em situação de vulnerabilidade e por combater discursos de ódio contra minorias. Disponível em <<https://revistaforum.com.br/lgbt/ninguem-pode-achar-que-a-homofobia-vem-de-deus-padre-julio-lancelotti-pede-perdao-a-comunidade-lgbt/>> acesso em 11 de julho de 2020.

popular<sup>31</sup>. Um mês depois, foi fundada a **Frente da Libertação Gay** e a data de 28 de junho, como o **Dia do Orgulho Gay**.

Somente em meados da década de 1970, evidenciou-se uma mudança de pensamento e expressão de ideias no que tange à ocorrência da homossexualidade. Alguns acontecimentos históricos contribuíram para que se alterasse também o pensamento cristão.

Em 1973, a Associação de Psiquiatria Americana (APA) eliminou a homossexualidade como categoria diagnóstica e retirou do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorder). Em 1975, a Associação Americana de Psicologia seguiu as mesmas recomendações da APA. O Conselho Federal de Psicologia, em conformidade com a Organização Mundial da Saúde (OMS), aplicou a Resolução 001/9932, que afirmava que as homossexualidades não eram doenças, desvios ou perversões e recomendou que os profissionais na área contribuíssem com o conhecimento para combater a discriminação e estigmatização contra homossexuais.

Dias afirma que hoje há um distanciamento maior entre Estado e Igreja que este distanciamento é o que permite a sociedade cativar mais tolerância por parte da sociedade que também adquiriu autonomia pra reconhecer a diversidade sem o endosso da religião, embora ainda com muitas cargas de preconceito e tentativas de controles ainda existentes.

Apesar da maioria pessoas terem rompido com alguns dogmas religiosos e não seguirem mais à risca tais preceitos, de valorizarem a liberdade de escolha das relações entre pessoas do mesmo sexo e da orientação sexual tuteladas pelo Estado, ainda existe preconceito e isso se constata ao se deparar com o impacto que projetos, que espalham pânico moral, causam numa parcela significativa da sociedade, como o discurso da “Ideologia de Gênero” ou discursos contra materiais e currículos didáticos escolares, programas educacionais e exposições ou performances artísticas que incluem a abordagem das diferenças de gênero, diversidade e sexualidade, como por exemplo, o famoso “Kit Gay”<sup>33</sup> e a exposição em Porto Alegre do QueerMuseu<sup>34</sup> em 2017.

Miskolci & Campana (2017) relatam que, nos últimos anos, o debate sobre a diversidade sexual voltou a emergir com grupos religiosos travestido de combate a “ideologia

---

<sup>31</sup> A Revolta de Stonewall – documentário que pode ser visto no Youtube. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=cxSBW79yxjQ>> acesso 11 de julho de 2020.

<sup>32</sup> CFP. Resolução 001/99. Brasília 1999. Disponível em < <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Nota-Resol-01-99-para-Camara-dos-Deputados.>> acesso em 11 e julho de 2020.

<sup>33</sup> O chamado popularmente de “Kit Gay” na verdade se chamava “Escola Sem Homofobia” e nunca foi distribuído nas escolas. Disponível em <<https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>> acesso em 11 de julho de 2020.

<sup>34</sup> A exposição Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira, em cartaz no Santander Cultural, em Porto Alegre, foi cancelada em 2017 após uma onda de protestos nas redes sociais.

de gênero”, que associa várias discussões em torno da saúde reprodutiva das mulheres, da educação sexual ou da afirmação do reconhecimento de identidades heterossexuais. Toda essa discussão retomou manifestações em defesa da família tradicional que culminou em retrocessos em várias partes do mundo, como a não aprovação de leis em prol do matrimônio entre pessoas do mesmo sexo no México. As origens deste tipo de discurso têm raízes fincadas no seio da Igreja Católica, nos textos do ainda cardeal Joseph Aloisius Ratzinger, mais conhecido como Papa Bento XVI, que em 1997 escreveu:

Atualmente se considera a mulher como um ser oprimido; assim que a liberação da mulher serve de centro nuclear para qualquer atividade de liberação tanto política como antropológica com o objetivo de liberar o ser humano de sua biologia. Se distingue então o fenômeno biológico da sexualidade de suas formas históricas, às quais se denomina “gender”, mas a pretendida revolução contra as formas históricas da sexualidade culmina em uma revolução contra os pressupostos biológicos. Já não se admite que a “natureza” tenha algo a dizer, é melhor que o homem possa moldar-se ao seu gosto, tem que se libertar de qualquer pressuposto de seu ser: o ser humano tem que fazer a si mesmo segundo o que queira, apenas desse modo será “livre” e liberado. Tudo isso, no fundo, dissimula uma insurreição do homem contra os limites que leva consigo como ser biológico. Se opõe, em seu extremo último, a ser criatura. O ser humano tem que ser seu próprio criador, versão moderna de aquele “serei como deuses”: tem que ser como Deus (Ratzinger, 1997, p. 142).

Os autores afirmam que este parágrafo de Ratzinger teria sido a arma político-discursiva para encabeçar o terror sobre uma suposta “Ideologia de Gênero” por ser um texto de claro ataque às feministas, já que a Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, organizada pelas Nações Unidas ocorreu em 1995. Esse evento trocou o termo “mulher” pelo conceito de **Gênero** que fazia um reconhecimento das desigualdades de gênero existentes, dando destaque à nível global para esta expressão que provocou um debate sobre o papel da mulher. A partir disso, vários setores religiosos, sobretudo, o da Igreja Católica se levantaram para realizar críticas, dando uma oportunidade ao então Papa João Paulo II de redigir um manifesto que se chamou “Carta às mulheres”, na qual defendia a identidade feminina sob a ótica essencialista. Em 2004, ele se posicionou contra o feminismo através do manifesto “Carta aos bispos”, ratificando o essencialismo sobre a mulheridade e exaltando o discurso materno como um elemento essencial desta mulheridade.

É necessário lembrar que o Vaticano já havia feito um discurso sobre a homossexualidade em 1986 e que em 2006 se pronunciou apresentando uma postura veemente contra o matrimônio entre duas pessoas do mesmo sexo e contra a adoção feita por estas pessoas, alegando que seria um dano permitir que crianças e adolescentes convivessem com estas pessoas. Houve uma tentativa de frear os avanços dos direitos LGBTQI+ (Lésbicas,

Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexuais e mais) em diversos países, sendo que o já então Papa Bento XVI atribuiu como um erro grave as leis que oficializavam as uniões (Strong, como citado em Farias, 2007).

Miskolci e Campana (2017) ressaltam que, em 2007, o discurso ganhou espaço na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, através do chamado “Documento de Aparecida” que destacava sua preocupação com a “ideologia de gênero” e atacava os homossexuais como seres que desconsideram as diferenças dadas pela natureza e responsáveis por ferirem a “dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família”. Tal documento faz defesa de que a família tradicional deveria ser o eixo prioritário de luta, já que se encontrava ameaçada pela “pobreza, instabilidade social e legislações civis contrárias ao matrimônio” ao favorecerem os anticoncepcionais e o aborto.

Esse discurso da “ideologia de gênero” é uma espécie de resistência aos avanços dos direitos sexuais e reprodutivos como a descriminalização do aborto, o reconhecimento de casais do mesmo sexo, ou a inclusão da Educação Sexual nas escolas que não só se apropriam dos espaços religiosos, como também ocupam organizações não governamentais que se autodenominam “pró-vida” e que atuam como *lobby* legislativo influenciando no campo jurídico e midiático através de ações políticas como grandes organizações.

É importante dizer que tal discurso foi germinado na Igreja Católica, mas não é somente ela quem liderou essa cruzada. Há também as organizações evangélicas que, junto com esses movimentos conservadores, disseminam o pânico moral e o oportunismo de algumas correntes políticas como foi o caso da criação do Programa Escola Sem Partido, que foi criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib como forma de reagir às práticas educacionais e pedagógicas que tais grupos acusam de serem “doutrinação ideológica de esquerda”. O programa virou movimento e tornou-se Projeto de Lei 193/2016 na Câmara através do Senador Magno Malta.<sup>35</sup>

#### ***2.1.1.6 A influência religiosa no Brasil Colonial***

Boswell (como citado em Vainfas, 2010), em seu trabalho “*Christianity, Social Tolerance and homosexuality*”, afirma que, nos primeiros séculos medievais, havia uma certa tolerância da Igreja com os supostos homossexuais na Europa, mesmo ela reprovando as práticas consideradas sodomíticas. As coisas foram mudando conforme os saberes acerca da

---

<sup>35</sup> Disponível em <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola\\_sem\\_Partido](https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_sem_Partido)> acesso em 13 de julho de 2020.

sexualidade foram adotando formas iniciais a partir dos séculos XI e XII, provocando certas mudanças no contexto social. A era de perseguições aos sodomitas teria sido estimulada com a Reforma Gregoriana.

No Brasil de 1534, era autorizado condenar ou executar os sodomitas de qualquer “categoria” sob a ordem de D. João III, como se pregava em Portugal, mas a inquisição ainda era pouco atuante em terras brasílicas e a multiplicidade cultural, que tinha a prática homoerótica presente em comunidades tupinambás e africanas, propiciava uma certa tolerância, pois existia uma espécie de vulgarização nos modos coloniais. Isso viria a mudar por volta de 1591 a 1595, quando a religião católica começou a influenciar mais na vida dos colonos, conforme Vainfas (2010), por meio das visitas feitas por parte de religiosos ao país na época.

Portugal foi um dos países a aderir a Santa Inquisição que culminou na época em que o Brasil estava passando pelo processo de exploração/colonização, sendo implantado entre os séculos XVI e XVII. Vainfas (2010) diz que o desregramento moral que ocorreu na Idade Média na Europa também refletiu no Brasil, atuando nas regiões do Nordeste, entre 1591 e 1595, mais exatamente na Bahia e Pernambuco, onde vários indivíduos foram acusados de terem relações sexuais homossexuais, inspirados no contexto português que perseguia os que chamavam de “fanchonos” e sodomíticos. Tal perseguição só não foi maior que a perseguição aos judeus na ocasião.

A inquisição no Brasil teve atuação de bispos em colônias que realizavam visitas para observar se havia práticas que “abalassem” a fé como bigamia, fornicção, homossexualidade, sodomia dentre outras práticas chamadas de “crimes morais” sob influência do que acontecia na Europa. Apesar de eles não terem total autonomia sobre as decisões e seus poderes inquisitoriais serem limitados, dependendo das deliberações das autoridades católicas lusitanas, conseguiram mesmo assim acusar cerca de 165 homens, moradores de diversas regiões coloniais ao Santo Ofício, de praticarem sodomia homossexual. Esses acusados estavam presentes tanto nas classes altas quanto nas baixas e inseridos em diversas ocupações, que variavam desde governadores a escravos, segundo Vainfas (2010). Um detalhe que o historiador evidencia é que tais acusações se concentravam num número bastante considerável entre a classe mais oprimida dentro dessa sociedade colonial, que incluía os indígenas, soldados, escravos, forros, indigentes dentre outros trabalhadores dependentes. Somavam cerca de 43% dos “nefandos coloniais”, como eram chamados, indicando que, talvez por serem mais pobres, se submetiam aos desejos sexuais dos mais poderosos (conclusão do autor). Outros “nefandos” compunham 22% de homens livres, mas dotados de alguma

formação superior como advogados, cirurgiões, religiosos ou artesãos. A prática da sodomia era o mais queixado crime e o mais confessado durante as visitas inquisitoriais do século XVI, mas curiosamente o número de acusados religiosos era de apenas 3%, talvez pelo fato de a própria entidade religiosa omitir por interesses óbvios.

As perseguições contra os que eram chamados de “fanchonos”, no Brasil Colonial, podem ser consideradas modestas em relação às que ocorreram na Europa ou até mesmo no México, porém, aconteceram até o século XVIII, tendo mais casos em que os indivíduos foram condenados à pena de morte.

O Catolicismo foi um dos alicerces que mais interferiu na sexualidade do povo brasileiro, pelo fato de ter se introduzido de forma muito mais enérgica e autoritária que outras religiões e até os dias atuais, exerce predominância considerado a religião oficial do país, embora seu alcance dogmático influencie pouco hoje. O Estado no Brasil, é seu aliado.

## **2.2 A união homoafetiva no Brasil**

A trajetória acerca da homoafetividade teve um árduo caminho até chegar ao seu reconhecimento no espaço social como família. Conforme dito ao longo deste estudo, a expressão “homoafetividade” tem mais de um significado, mas aqui será utilizado para designar a união homossexual no caráter jurídico. Esse neologismo foi cunhado pela jurista Maria Berenice Dias, em sua obra de 2006 intitulada ‘União Homossexual: o preconceito & a justiça’, que se referia ao envolvimento de relação afetiva que um par formado por pessoas homossexuais poderia desencadear. Tal expressão ganhou conotação no direito da família, por entender que há um entrelaçamento de afetos no rancho familiar, e que, deste modo, estando o afeto presente em algumas relações homossexuais, tal terminologia seria adequada para se dirigir a este tipo de relação.

Moschetta (2011) ilumina o pensamento ao definir o caráter dos vocábulos:

Homossexualismo, homossexualidade, homoerotismo, homoafetividade, essas são algumas terminologias usadas no mundo pós-moderno, todas para se referirem ao envolvimento de pessoas do mesmo sexo e que simbolizam o tratamento dado ao comportamento dos sujeitos. Indubitavelmente, uma das dificuldades em se tratar a homossexualidade advém da escassez de conceitos que essa categoria abarca. (Moschetta, 2011, p. 57).

Deste modo, cumpre que, para fins do presente estudo, tal expressão será utilizada quando compreender que tais interpretações acerca da relação homossexual, que envolva o

afeto no âmbito jurídico, estão contempladas e superadas, tendo como justificativa as conquistas e reconhecimento em diversas partes do mundo, e principalmente no Brasil, que recentemente pôde assistir ao julgamento do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar, resultado das mobilizações que começaram na Europa. A autora ainda destaca que tal evolução do tratamento dado à homoafetividade ocorreu no campo da medicina e na compreensão social.

Para clarificar ainda mais acerca da homoafetividade, é importante salientar que este tipo de relação não se dá somente porque há laços de afetividade, mas também porque, segundo a autora, há uma entrelace de linguagem, de diálogo, de conversação, de compreensão que influenciam na própria constituição e estabilidade da entidade. Deve também ser acrescentado que o processo e a aplicação da Constituição se deram envolto a um contexto maculado de preconceitos, alicerçado na ideologia patriarcal hegemônica que ainda combate a homoafetividade pelo fato da heteroafetividade (heterossexualidade) ser um padrão normativo estabelecido.

A equiparação da união homoafetiva à união estável se deu a partir do momento em que o entendimento dos papéis de gênero passou a ser lidas de uma forma menos endurecida, afinal, os papéis masculino e feminino não são características exclusivas das uniões heterossexuais, também se expressando nas relações homossexuais em que cada membro assume sua função ou papel independentemente do sexo biológico. Moschetta (2011) ainda explica que tanto sexólogos quanto psiquiatras afirmam não existir diferenças anatômicas entre mulheres lésbicas e “outras mulheres”, e que as ações hormonais fazem com que apareçam sujeitos fluídicos entre macho e fêmea, como por exemplo, homens com a aparência “afeminada”, em razão da maturação de seus órgãos serem tardias, assim como as mulheres atletas também podem adquirir uma transformação hormonal diferente. Assim, a mulher, assim como o homem, não deixa de existir se estes sujeitos se reconhecem como tal.

Moschetta segue que o reconhecimento da função social da família se difunde para as uniões homoafetivas, ao se derivar dos princípios fundamentais da República que confere os direitos referentes à dignidade humana listados entre os arts. 226 ao 230 da Constituição Federal de 1988, que são elevados à categoria de direitos fundamentais. Seria incompatível se essas uniões homoafetivas não fossem igualmente caracterizadas como as uniões heterossexuais, se enquadrando nos preceitos que afirmam que, mesmo sendo demarcadas pela informalidade, afetividade, estabilidade e promovendo a dignidade, recebam o tratamento isonômico, não sendo distinguidas ou diferenciadas em razão da orientação sexual dos

indivíduos. A autora faz lembrar da demanda social que o Projeto de Lei 2.285<sup>36</sup>, de 25 de outubro de 2007, em sua origem detinha sobre o Estatuto das Famílias e previa em seu art. 68 direitos dos homoafetivos, embora durante a tramitação legislativa tivessem retirado do texto o trecho que garantia a adoção. Moschetta transcreve um trecho deste texto antes da exclusão:

“É reconhecida como entidade familiar a união entre duas pessoas de mesmo sexo, que mantenham convivência pública, contínua e duradoura, com o objetivo de constituição de família, aplicando-se, no que couber, as regras concernentes à união estável. Parágrafo único. Dentre os direitos assegurados, incluem-se: I – guarda e convivência com filhos; II – a adoção de filhos, II – direito previdenciário; IV – direito à herança.”<sup>37</sup>

Contudo, ainda houve situações em que tribunais não reconheceram a entidade familiar da união homoafetiva, como foi o caso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que não reconheceu como entidade familiar devido a união estável ser exclusiva do relacionamento afetivo entre homens e mulher.<sup>38</sup>

Deste modo, com a urgência para que a Constituição Federal pudesse de fato garantir os direitos que são fundamentais, o Supremo Tribunal Federal, em ato inédito, proferiu em 05 de maio de 2011 o julgamento que abriu precedentes no que se refere às uniões homoafetivas. Tal julgamento deixou evidente que quando os requisitos caracterizados da união estável estão presentes, tais como a união pública, contínua, duradoura e com o objetivo de constituir família, como diz o art.1.723 do Código Civil (Civil, 2002), o reconhecimento da união afetiva como entidade familiar pode ser reconhecida legalmente.

Da união estável homoafetiva os direitos a serem garantidos entre os pares são: alimentos entre eles e em relação aos descendentes, partilha dos bens adquiridos a título oneroso na constância da união e herança, e, caso desta união se tenha filhos/filhas, a guarda e visitas podem ser pleiteadas, confirma Moschetta (2011).

A autora enfatiza que mesmo existindo posicionamentos jurisprudenciais contrários à equidade da união homoafetiva à união estável, há premissas que sustentam o Estado democrático de direito, como a de igualdade, de liberdade, do direito à vida e dos direitos da

---

<sup>36</sup> Disponível em < <https://www.ibdfam.org.br/artigos/406/novosite> > acesso em 19 de julho de 2020.

<sup>38</sup> Ação declaratória. União homoafetiva. Impossibilidade jurídica do pedido. Carência de ação. Sentença mantida. A impossibilidade ocorre quando a ordem jurídica não permite a tutela jurisdicional pretendida. Na esteira da jurisprudência deste Tribunal de Justiça, diante da norma expressa, contida no art. 226, § 3º da Constituição da República, somente entidade familiar pode constituir união estável, através de relacionamento afetivo entre homem e mulher. Revela-se manifestamente impossível a pretensão declaratória de existência de união estável entre duas pessoas do mesmo sexo. Apelante: João Jesuíno Silva Filho. Apelado: Espólio de Gilson Lima Siqueira – Repdo. Por Invt. Elcenir Siqueira Campos. BRASIL. Tribunal de Justiça de

personalidade que são todas garantias fundamentais a qualquer indivíduo cabendo ao estado respeitá-los.

Também há projetos parentais na união homoafetiva semelhantes com os projetos parentais nas heteroafetivas, pois, segundo Moschetta (2011), ter ou não ter filh@s podem se originar de decisões planejadas ou inesperadas de forma igual, a partir de situações que podem ser similares. Neste sentido, há situações que podem ocorrer tanto nas uniões homossexuais quanto nas heterossexuais, perpassando pela dinâmica intrafamiliar dos dois arranjos se distinguindo em míseros detalhes. A autora expressa alguns exemplos dessas familiaridades:

Ter ou não ter filhos numa relação heterossexual (heteroafetivas) advém de decisões planejadas ou, em alguns casos, inesperadas. Na união homoafetiva não é diferente, pois situações similares acontecem. Por exemplo: em casos de dissolução de sociedade conjugal heterossexual, em que um deles assume sua orientação sexual e passa a conviver com o(a) parceiro(a), levando consigo a prole do relacionamento anterior; na hipótese de utilização das técnicas de reprodução humana assistida: os *gays* utilizam o esperma de um ou ambos associado à fertilização *in vitro* e o auxílio de barriga de aluguel; as lésbicas utilizam o óvulo de uma ou outra, fecundado em laboratório e introduzido no útero de uma delas; e; por último, a adoção de crianças. (Moschetta, 2011, p. 71).

É nítida a ascensão da união homoafetiva no cenário brasileiro e é evidente que há um esforço, que vem da pressão dos movimentos sociais e que se reflete no judiciário, de reconhecer cada vez mais direitos e incluir estes arranjos alternativos. A própria comunidade LGBTQI+, através desta pressão, conseguiu realizar mudanças em nossa legislação. Dessa forma, diante dessas mudanças sociais no paradigma brasileiro e da evolução de costumes, ocorreu uma reconfiguração tanto da conjugalidade quanto da parentalidade nessas famílias, já que a parentalidade pode ingressar na convivência homoafetiva e estabelecer vínculos paterno-materno-filiais que permitem o desenvolvimento pleno dos/das filh@s.

Cabe ressaltar que, no recorte deste estudo, o exercício de parentalidade será restrito ao ato da adoção feito por casais que realizaram a adoção homoparental no relacionamento anterior, recasando e mantendo os filhos sobre a guarda atual deste novo casamento.

### 3 Desvelando Famílias Homoparentais: A Insistência Em Ser Feliz

Fazendo uma referência a obra de Lícia Loltran (2016), ‘Famílias homoafetivas: a insistência em ser feliz’, esse novo capítulo irá fazer um reconhecimento da trajetória que as famílias homoparentais perpassaram para conquistarem o seu direito de serem felizes e incluídos na instituição familiar e na concepção contemporânea de família.

Conforme mencionado no capítulo anterior, o ato homossexual sempre existiu ao longo da história. Conforme Moschetta (2011), em todas as fases da humanidade, desde a Antiguidade até os tempos atuais, ele foi conduzido de acordo com suas épocas, havendo em certos períodos aceitação e em outros condenação, ora significando demonstração de amor, ora de poder, de força ou até patologizado. Por isso, não é de se causar estranheza que outros especialistas enxerguem a necessidade de cunhar termos novos com o intuito de desvincular ou romper de vez com a carga preconceituosa trazida consigo.

As famílias compostas por pares homossexuais se chamam famílias **homoparentais** e até pouco tempo atrás conceber a existência deste tipo de família era algo inimaginável. Considerar o Direito da Família tutelando este novo arranjo é, sobretudo, um feito ainda mais admirável, ao se levar em conta que, até a década de 1990, essas pessoas eram consideradas “doentes”.

O termo homoparentalidade, de acordo com os estudos de Moschetta (2011) e a tese de Uziel (2002), surgiu na França, quando a comunidade de *gays* e *lésbicas* começou a iniciar uma intervenção política questionando o modelo tradicional como absoluto, criando uma definição para as famílias compostas por pais ou mães não heterossexuais, cunhando o termo para definir suas famílias por volta da década de 1990. O termo *homoparentalité* foi cunhado pela APGL<sup>39</sup> em 1997, e traduzido para expressar a situação em que se encaixem adultos que se autodesignem homossexuais que pretendem ou já são pai/mãe.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 tutela o direito universal ao reconhecimento do ser humano de ter filhos em seu art. 16, que diz: “*Os homens e mulheres maiores de idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família*” e que deve ser compreendido como “*um direito personalíssimo, indisponível, inalienável, devendo ser protegido pelo Estado e suas instituições*”; entretanto, nem sempre os Estados e suas instituições garantem essas

---

<sup>39</sup> APGL, significa *Association des parentes et futures parentes gays et lesbien*. A associação fica em Paris.

possibilidades, assim como no Brasil não havia reconhecimento legal da família composta por pais e mães até a legalização do casamento homoafetivo, segundo Moschetta (2011).

Zambrano (2006a) destaca um debate importante acerca da expressão “homoparentalidade”, pois, ao se adicionar o “homo” na palavra “parentalidade”, estariam dando ênfase a orientação sexual dois pais, gerando uma associação de suas sexualidades aos cuidados dos/das filh@s, embora não existam distinções entre os cuidados das famílias homoparentais com relação às famílias heterossexuais. E ainda adverte que, apesar da expressão ser muito relevante por colocar tais famílias em evidência e por promover, assim, um debate político no campo das lutas destas famílias, ela exclui a parentalidade exercida por pessoas transexuais/travestis, uma vez que (homo)parentalidade diz respeito às demandas da orientação sexual e não das identidades. Há de se observar que casais transexuais são considerados casais heterossexuais e não homossexuais, mas existem arranjos onde um par é transexual e o outro é cisgênero, podendo constituir uma relação homossexual. Neste caso a “homoparentalidade” abraçaria a relação homossexual, mas não daria visibilidade para a discussão acerca da maternidade/paternidade trans, o que evidencia a insuficiente binarização das categorias.

Peres (2006) destacou em seu trabalho algumas funções da família que foram apontadas em alguns estudos a respeito do papel fundamental que a instituição implica, entre as quais contam a procriação, a garantia de adquirir recursos necessários para prover o bem-estar físico e psíquico, a colaboração no desenvolvimento da personalidade da criança e iniciação de seu papel social e inserção na cultura dentre outros destaques, outorgando à família funções importantes que foram supracitados no início deste estudo.

Embora o casal homossexual possa estar apto a desempenhar a maioria destes papéis, com exceção da procriação entre o par por vias naturais, ainda existe uma discussão social, jurídica e médica que precisou sentir mudanças sociais nos papéis de gênero e na composição destes arranjos, para que assim pudessem reconhecer as famílias denominadas “alternativas”.

Ao se considerar todo o modelo de família que se tem na atualidade, cuja imposição social da procriação deixou de ser a principal exigência, oferecendo inclusive autonomia para que as famílias decidam se querem ou não ter filhos e cabendo também uma aceitação das ferramentas que auxiliam nas técnicas de concepção, a mesma complacência não é tolerada para com as famílias homossexuais, lhe tirando a legitimidade de reconhecimento em qualquer que seja a situação. Todavia, se a reprodução biológica fosse o fator principal para legitimar famílias, a família constituída por heterossexuais inférteis também não teria este reconhecimento.

Existe cinco possibilidades de um/uma homossexual se tornar pai/mãe e mesmo assim, os homossexuais enfrentam questionamentos diferentes dos heterossexuais no que se refere procriação. Moschetta (2011) enumera cada uma dessas possibilidades:

[...] a um, ter filhos de uma relação heterossexual anterior; a dois, através da adoção; a três, por inseminação artificial com doador anônimo ou barriga de aluguel, em razão de ser um casal de mulheres ou de homens; a quatro, acordo entre alguém ou um casal e um amigo do outro sexo, utilizando-se da inseminação artificial; a cinco, dois casais homossexuais que decidem ter um filho a quatro, também com a utilização das técnicas de reprodução assistida. (Moschetta, 2011, p. 102).

O destaque de Moschetta também é reafirmado por Prado (1981), que considera a família composta por pais/mães homossexuais como reconhecida quando:

A família é homossexual, quando duas pessoas do mesmo sexo vivem juntas, com crianças adotivas ou resultantes de uniões anteriores. Ou ainda, no caso de duas mulheres, com filhos por inseminação artificial. Isto vem se tornando possível em países onde tal opção de vida deixou de ser obstáculo legal à convivência com crianças, como nos Estados Unidos. (Prado, 1981, p. 22).

As mudanças sociais, influenciadas pelos movimentos feministas, pela aprovação da Lei do Divórcio em 1977 e pela inserção da mulher no mercado de trabalho, redistribuíram os papéis e expandiu funções, colaborando, assim, com questões que apoiam a autonomia da sexualidade, influenciando no entendimento das uniões sexuais, que reflete em como as legislações irão atuar sobre esses arranjos. Na possibilidade de se ter filhos numa relação anterior heterossexual, o Estado não tem como intervir; no caso da adoção, todavia, a intervenção ocorre sem que a orientação sexual seja revelada, enquanto, no caso da reprodução assistida, a vulnerabilidade destas famílias seria maior. No Brasil, inclusive, o que regulamenta tal método é uma resolução<sup>40</sup> do Conselho Federal de Medicina que Moschetta avulta:

A Resolução 1.358, de 1992, do Conselho Federal de Medicina, admite que “toda mulher capaz” pode ser receptora das técnicas de reprodução humana assistida. Entretanto, em item posterior, salienta que “estando casada ou em união estável, será necessária a aprovação do cônjuge ou companheiro, após processo semelhante de consentimento informado. (Moschetta, 2011, p. 102).

---

<sup>40</sup> Disponível em < [http://www.ghente.org/doc\\_juridicos/resol1358.htm](http://www.ghente.org/doc_juridicos/resol1358.htm) > acesso em 15 de julho de 2020.

Apesar de todas as mudanças sociais, conjunturais e políticas, ainda existe uma problematização levantada em relação à família homoparental que vai além da adoção ou de métodos de reprodução, questionando se tal família teria condições de criar os/as filh@s.

Esses questionamentos são apontados por Mello (2005), como tendo estreita relação com o reconhecimento legal e social da conjugalidade homossexual e realça:

O não-reconhecimento social e jurídico das relações amorosas espetáveis entre gays e entre lésbicas como família é a principal interdição que atinge os homossexuais no contexto da realidade brasileira, especialmente no tocante à socialização de crianças. Essa interdição está alicerçada na defesa irrestrita da conjugalidade e da parentalidade como possibilidades limitadas ao universo da norma heterocêntrica. (Mello, 2005, p. 17).

Para Mello (2005), mesmo se tratando de um modelo alternativo, essa configuração familiar se configuraria como nuclear, e tal culto a este modelo não se daria pela ordem econômica, mas sim pela “valorização social da ideologia da livre escolha amorosa”, ainda que, nesse contexto histórico contemporâneo, as pessoas não possuam mais aquela necessidade de garantir a família extensa por não precisarem de sustento material.

Diante de tais definições acerca do termo “homoparentalidade”, Moschetta (2011) afirma que tal condição é por excelência monoparental, sem deixar de reconhecer o contexto biparental. Sendo assim, a condição perfectibiliza quando, segundo a autora, o casal desempenha as funções e responsabilidades referentes tanto à maternidade quanto à paternidade, mesmo que sejam do mesmo sexo. A autora faz menção à classificação numérica que contemplaria a ideia de diversidade no que se refere a quantidade de pessoas vinculadas aos filhos que seriam: monoparentalidade, biparentalidade e pluriparentalidade.

Essa classificação não exclui o tipo de composição de ingresso no meio familiar e nem a orientação. Segundo Moschetta:

A discussão numérica (monoparentalidade, biparentalidade, pluriparentalidade, ou seja, a quantidade de pessoas vinculadas aos filhos) e da composição (como as pessoas ingressaram no meio familiar, por exemplo, famílias recompostas: desfeita a família anterior pelo divórcio, surge outra que os filhos da primeira possam pertencer) ou, ainda, a se classificar a família a partir da orientação sexual dos pais. (Moschetta, 2011, p. 103).

A autora diz que essa diversidade contribui para que as dúvidas surjam toda vez que a discussão contorna os vínculos relacionais paterno-materno-filiais, dando margem para questionamentos acerca do próprio termo “homoparentalidade”.

Uziel (2002) também propõe uma reflexão sobre a entidade homoafetiva relacionada ao número de componentes e o termo **homoparental**, já que, diante de tais variáveis, fica

claro que estas famílias podem ser compostas por um gay ou dois, assim como uma lésbica ou duas, e completa que a homossexualidade ou homoafetividade se refere ao exercício da sexualidade, enquanto as funções parentais referem-se a uma esfera distinta a qual não deveria estar associada, apesar da reprodução estar muito próxima da parentalidade e conjugalidade nos debates.

Apesar das legislações que asseguram os direitos dos LGBTQI+ serem recentes em alguns países da Comunidade Europeia e do termo “homoparentalidade” ter surgido entre os franceses, segundo Marchesini (2015), a França ainda resiste a certas liberalizações. França aprovou o casamento civil entre os homossexuais por meio da Lei n.º. 2013-404, de 17 de maio de 2013, como consequência de forças políticas, entretanto, até 2015 ainda não havia resolvido as demandas das lésbicas pela Procriação Assistida Medicamente, já que esta técnica, no país europeu, era autorizada somente para casais heterossexuais. Na França, a adoção também foi legalizada para pessoas solteiras heterossexuais, se estendendo para homossexuais declarados celibatários, sendo mais recente ainda a adoção de crianças entre esposos, assim como a adoção de um dos cônjuges. Um destaque que vale a pena mencionar é que os textos destas leis francesas retiraram palavras como “mãe e pai”, substituindo-as pelo termo “parentes”, “pais” e “esposos” (no plural) para substituir o “marido e mulher”

Toda essa reflexão em relação aos termos, expressões e palavras podem parecer fúteis, mas, na verdade, é essencial porque são elas que dão margem de interpretação jurídica e que pode ocasionar dúvidas, bem como posturas distintas entre um juiz e outro sobre as relações homossexuais e a concepção de família. Uziel explica que não só a interpretação da lei pode ser afetada, dando margem para a existência de questionamentos sobre o fato de as relações homossexuais estarem vigentes ou não na concepção de família, gerando dúvidas em juízes e promotores, como também deferir ou indeferir a adoção por homossexuais, ainda que a Constituição preveja igualdade de direitos para todos.

O preconceito é a força motriz que move os ataques de diversos setores a essa comunidade, e Roudinesco (2003) e Mello (2005) afirmam que o que incomoda essa parcela preconceituosa e conservadora seria o fato de estes indivíduos reivindicarem seus direitos de igualdade. Eles afirmam que o fato de as pessoas homossexuais questionarem os valores tradicionais não seria o motivo de mobilização contra eles e sim o fato de estas pessoas buscarem se incluírem neste grupo porque existe um receio que assombra a sociedade e que tal temor seria a desestabilidade da instituição familiar, ou seja, a sociedade teme a intensificação da crise na instituição familiar pelo fato de ainda cativarem a ideia de “família natural e sagrada” já abalada dentro das uniões heterossexuais.

### 3.1 Direito à homoparentalidade: conservadorismo, direitos, reflexões e mitos

Dias (2006) abona que o preconceito está sempre se revelando nos diálogos comuns ou nos meios de comunicação, e que o temor da sociedade diante das relações e famílias alternativas sempre repercutiu por significar que supostamente tais relações seriam contrárias aos valores religiosos e morais, negando a sua existência como se estas pudessem desaparecer. Embora hoje se reconheça em âmbito federal a LGBTfobia como crime em caso de manifestação ou de discriminação explícita, previstos na Lei de Racismo<sup>41</sup>, diante de um cenário reacionário em que valores religiosos e dogmáticos voltaram a ser tendência e que são fortemente disseminados por movimentos conservadores extremistas e apoiados por “craqueiros eleitorais”<sup>42</sup> que, através de suas políticas populistas e oportunistas, buscam uma forma de arrebatarem visibilidade, votos e ascensão política ou social. Tal marginalização voltou a se revelar no cotidiano da sociedade pelas redes sociais, da organização de movimentos conservadores, dos ataques à educação, discursos no Congresso Nacional brasileiro ou através de diálogos informais, porque, segundo Horst (2013/2020)<sup>43</sup>, os conservadores compreendem a família como sendo a base moral da sociedade e um condutor de valores e tradição.

Sepulveda (2016) afirma que existe uma carga emotiva de grande importância nesses discursos conservadores por intensificar a polaridade de argumentos quando utilizados como oposição ao termo “progressismo”, principalmente quando começam a ocorrer dentro da escola, impactando como um agente de exclusão social podendo agravar a formação de identidades e a compreensão do princípio de laicidade do Estado.

O autor diz que entender esse conservadorismo não é algo tão simples, pois está relacionado ao comportamento que nem sempre pode estar ligado a conduta universal deste sujeito que se autoproclama “conservador”. O conservadorismo é um substantivo que carrega uma dificuldade de ser determinado pelo fato de os valores serem variados, podendo um sujeito ter posturas políticas inovadoras e, ao mesmo tempo, ser conservador com relação à família e às práticas sexuais.

---

<sup>41</sup> O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou na quinta-feira, 13 de junho, que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passasse a ser considerada um crime, previstas pela Lei de Racismo 7716/89.

<sup>42</sup> Expressão usada pelo jornalista e político Rui Costa Pimenta filiado ao PCO (Partido da Causa Operária) ao se referir aos oportunistas políticos profissionais.

<sup>43</sup> O trabalho foi produzido em 2013, sendo recebido pelo periódico científico em 2019 e publicado em 2020.

Netto (2011) também considera que é por meio da instituição familiar que os conservadores buscam estabilidade social das famílias, somado ao papel econômico que ocupam, para desta forma contribuírem com a perpetuação deste modo de organização e diz:

A valorização da família, constante em todos os conservadores, está também conectada a um traço distintivo do pensamento conservador: a defesa da constituição de grupos intermediários, capazes de – junto com a família – mediar à relação entre os indivíduos e a sociedade. Tais grupos - associações, corporações [...] são, igualmente, a única garantia para assegurar a harmonia orgânica da sociedade, provendo os vínculos de solidariedade e coibindo as tendências sociais dispersivas; [...] (Netto, 2011, p. 66).

Neste sentido, no campo da discussão sobre famílias e diversidade sexual, as defesas morais e religiosas voltaram no contexto atual, sobretudo, o brasileiro, porque a sociedade tem medo de que a família composta por pessoas homossexuais desestruture o *status quo*, ainda que o Estado, historicamente, tenha negado diversos direitos que variaram desde acesso à seguridade social até o direito à adoção, embora o cenário tenha progredido e se alterado positivamente para a comunidade LGBTQI+, em virtude da pressão que os movimentos sociais tem desprendido nos últimos anos. Ainda que as pessoas homossexuais possam desenvolver as mesmas habilidades e estabelecer as mesmas funções que as pessoas heterossexuais, sua inclusão ainda é desdenhada por estes setores, mesmo que possam contribuir no crescimento social, econômico e cultural nacional, como Dias (2006) coloca:

Estudos comprovam que as sociedades que alcançaram o mais alto nível socioeconômico-cultural são aquelas que promoveram a integração de suas minorias. E não só a integração, mas também – e isso é o mais importante – favorecem o desenvolvimento da identidade desses grupos. (Dias, 2006, p. 45).

Zambrano (2006a) afirma que, embora a definição de família seja encontrada em praticamente todas as sociedades, há diferentes noções do que se é família, e mesmo em uma mesma época ou local podem existir configurações também variadas, ou seja, as mudanças não ocorrem somente em variações temporais ou espaciais. Os estudos históricos e antropológicos demonstram que a instituição familiar está em constante transformação, conforme foi visto aqui por meio dos estudos de Ariès (1981; 1985; 1986). Tais estudos atestam que não existe nenhum dado no mundo que indique que uma sociedade só garante seu sucesso se for constituída por casamentos ou famílias heterossexuais, pois existe uma variação dos papéis sociais parentais em diferentes culturas e períodos históricos.

Zambrano ainda adiciona que a Associação Americana de Antropologia, a entidade que reúne o maior número de pesquisadores antropólogos do mundo, confirma por meio de documento oficial que a variedade de famílias e diversidade social colabora com o crescimento e o desenvolvimento social, beneficiando não só a sociedade e a nação, como também os indivíduos que constituem essa diversidade. Assim, levando em conta que tanto as famílias heterossexuais quanto as famílias homossexuais são capazes de colaborar para o bem-estar de sua família e nação, então existe um indício de que também estes estariam aptos a assumirem as rédeas de condução na criação e cuidados de seus/suas filh@s.

Muito embora exista a garantia de direitos fundamentais e direitos da personalidade, as relações entre pessoas do mesmo sexo, que são denominadas juridicamente aqui no Brasil como relações homoafetivas, elas sofreram muitas intervenções negativas, não sendo aceitas socialmente e proibidas em virtude, principalmente, de concepções ideológicas religiosas, bem como de argumentos científicos equivocados, que resultaram numa política reacionária contra este setor até os dias atuais. A sua configuração de expressão está sendo reconhecida e respeitada, tanto socialmente quanto juridicamente, e, tendo sido realizada esta breve abordagem contextual como aparato para a compreensão do fenômeno no sentido social da história global e nacional, é de suma importância que, a partir deste momento, seja dada a devida atenção à família que se constitui ao molde homoparental, ou seja, é relevante que este referido estudo ofereça a análise das especificidades de suas características e dos impasses que permeiam este tipo de constituição familiar, sobretudo, como a pós-modernidade abriu as parentalidades promovidas através de avanços da ciência e a evolução da sociedade, segundo Marchesini (2015).

### ***3.1.1 Direitos fundamentais, direitos da personalidade e direitos humanos***

A Declaração Universal dos Direitos Do Homem assegura às pessoas humanas o direito de fundar uma família em seu art. XVI,3, que expõe que a família é o núcleo natural e fundamental da Sociedade que, juntamente com o Estado, garantiria sua proteção. Antes dessa Declaração, vieram a “Declaração de Direitos” ou *Bill of Rights*, de 1698 (Inglaterra), e a Declaração da Independência e a Constituição dos Estados Unidos da América do Norte de 1776, criados antes da Declaração dos Direitos do Homem de 1789; enquanto aqueles não eram tão abrangentes porque eram destinadas ao usufruto de barões feudais, o último tinha como destinatário o gênero humano servindo de base para as declarações posteriores.

Primeiramente, de acordo com Moschetta (2011), é prudente distinguir a delimitação conceitual existente entre os termos **direitos fundamentais** e **direitos humanos**. O primeiro termo refere-se aos direitos aplicados ao ser humano com base na constituição local, enquanto o segundo se refere aos direitos tutelados internacionalmente, independentemente de sua vinculação com a ordem constitucional local, se valendo universalmente para todos os povos e em qualquer tempo. A autora afirma existir uma celeuma no que se refere ao uso das expressões direitos humanos, direitos do homem e direitos fundamentais porque tais usos também irão ganhar conotações distintas de acordo com o local e contexto, importando saber em que local reside a diferenciação no uso das expressões.

O art. 226 da Constituição Federal de 1988 tem como um princípio a concepção da família constituída por um sujeito homem e um sujeito mulher, fato que serviu para obscurecer as discussões que atribuíam o caráter de famílias às uniões homoafetivas. Isso fez com que a justiça se despisse de seus preconceitos e desenvolvesse uma compreensão diferente e nova sobre a homoafetividade para não mais perpetuar a castração de direitos e, nesse sentido, após tal constatação, Moschetta (2011) propõe ao leitor uma reflexão:

Se a sexualidade, e aqui se entende a desenvolvida no âmbito familiar, patriarcal e burguês (corolário da pureza de raças de cunho nazista), legitimada pela Igreja (sacramento) e pelo Estado (casamento), sofreu o tolhimento da sociedade para a sua evolução, o quanto precisou e precisa ser dialogada para que a homoafetividade seja considerada como uma manifestação “normal”, vivenciada por pessoas “normais”, e que a superação do paradigma da heterossexualidade (heteroafetividade) vem sendo superada para que o ser humano, como ser desejante, evolua e busque sua felicidade? (Moschetta, 2011, p. 62).

Para simplificar, os direitos fundamentais são os civis e políticos. Moschetta afirma que, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, os direitos individuais ligados à liberdade, igualdade, propriedade, segurança e resistência às várias expressões de opressão, foram frutos do cenário iluminista, contratualista, liberal e capitalista, ascendidos pelo crescimento da burguesia no poder, após as revoluções norte-americana e francesa; estes são chamados de direitos negativos que indicam a abstenção por parte dos poderes públicos. Há também os direitos fundamentais que seriam os direitos sociais, econômicos e culturais, como educação, saúde e trabalho, que, ao serem reconhecidos durante o processo de industrialização (entre século XIX e XX), são chamados de direitos positivos por serem de essência socialista, já que tal doutrina cuida de direitos sociais e constam nos textos constitucionais, geralmente revisados ou feitos no segundo pós-guerra.

Já os direitos da personalidade, segundo Tepedino (2003), contemplam a preocupação com a pessoa humana se opondo às manifestações arbitrárias dos Estados totalitários, surgindo, assim, as Declarações de Direito, que preconizam a integridade física dentre outras garantias políticas no espaço público. Tais direitos são considerados direitos subjetivos privados, pois se deve considerar que:

[...] os direitos humanos são, em princípio, os mesmos da personalidade; mas deve-se entender que quando se fala dos direitos humanos, referimo-nos aos direitos essenciais do indivíduo em relação ao direito público, quando desejamos protegê-los contra as arbitrariedades do Estado. Quando examinamos os direitos da personalidade, sem dúvida nos encontramos diante dos mesmos direitos, porém sob o ângulo do direito privado, ou seja, relações entre particulares, devendo-se, pois, defendê-los frente aos atentados perpetrados por outras pessoas. (Tepedino, 2003, p. 32).

Deste modo, o que distingue os direitos fundamentais dos direitos da personalidade seria o fato de que o primeiro pressupõe relações de poder, enquanto o segundo, relações de igualdade, tendo como características: a generalidade, extrapatrimonialidade, caráter absoluto, inalienabilidade, imprescritibilidade e a intransmissibilidade, como por exemplo, o direito à vida, à integridade física, à igualdade, à liberdade etc. No tocante ao espaço intrafamiliar, se tem o direito ao planejamento familiar, que cobre reflexões acerca da dignidade da pessoa humana, da igualdade e liberdade, da viabilidade ou não, e do direito a homoparentalidade, sendo os homoafetivos portadores destes direitos fundamentais bem como todos os outros cidadãos.

Sobre a dignidade humana, Moschetta (2011) afirma que o “Direito Internacional dos Direitos Humanos”<sup>44</sup> está fundamentado no valor da dignidade humana como um aspecto intrínseco à condição desta, obrigando os governos a respeitarem e protegerem as liberdades de grupos e indivíduos. Com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que tem como intuito obstaculizar as atrocidades praticadas por regimes totalitários e ações atrozizadas contra a espécie humana, aparece um conjunto de diretrizes capazes de tentar garantir a continuidade da existência pacífica e promoção da vida, fundamentadas no respeito à dignidade humana. Tais diretrizes foram colhidos por países signatários e, às vezes, incorporados às legislações nacionais de alguns países. A Constituição Cidadã, ou Constituição Federal de 1988, é considerado um marco histórico no constitucionalismo brasileiro, porque é considerado um símbolo de redemocratização no país, uma vez que surgiu após a queda de um regime autoritário e violento, o Regime Militar com sua Ditadura Militar.

---

<sup>44</sup> Disponível em <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>> acesso em 21 de julho de 2020.

Ela traz a aproximação entre o Direito e a Ética e serve de exemplo de modelo de legislação que abarca alguns preceitos da Declaração Universal, que, de maneira geral, também contou com o impulso do debate referente aos direitos das mulheres, tais como, desigualdade de gênero, controle de natalidade, esterilização em massa através de anticoncepcionais poucos testados e discussão sobre os direitos sexuais e direitos de reprodutividade a partir da perspectiva de gênero. Vale ressaltar que, inicialmente, os direitos reprodutivos tinham o intuito de refrear o crescimento populacional e, somente depois, passou a ser discutido para além do planejamento familiar, sendo também vinculado à saúde, finaliza Moschetta.

Ainda que haja códigos que primem pela dignidade humana, é inatacável a existência de uma certa dificuldade em aplicar direitos primários a algumas categorias sociais, especialmente às minorias, as comunidades mais prejudicadas, que incluem os homossexuais, que, por colherem homofobia por parte da sociedade e das instituições, sofrem represálias que refletem na interpretação conjunta de direitos, e servem, por sua vez, de protagonista de várias discussões de âmbito internacional que definem Tratados, decisões, Convenções e etc. Tais discussões resultam em normativas internacionais que podem provocar movimentações públicas, mas não significam serem obrigatórias, como Moschetta (2011) enfatiza no § 3º do art. 5<sup>45</sup> da Constituição Federal de 1988, cuja redação deixa bem claro que tratados, que forem anexados aos direitos humanos, somente valerão mediante aprovação do Congresso Nacional.

É preciso dizer que a existência destes direitos ameniza a situação de opressão, porém não assegura a resolutibilidade dos conflitos, não garantindo, portanto, sua efetividade, mas auxiliando no processo de conscientização social.

No Brasil, surgiram algumas ações nacionais que vêm sendo debatidas desde 2002 e propõem o direito à livre orientação sexual, a regulamentação da parceria civil registrada e a proibição da discriminação, o aperfeiçoamento da legislação penal que, por exemplo, exclui o termo “pederastia” no Código Penal Militar, a inclusão de censos demográficos e pesquisas sociais dentre outras propostas como emenda à Constituição Federal. O Programa Brasil sem Homofobia, já mencionado anteriormente, é também uma destas ações que possui como princípios a inclusão da perspectiva da não discriminação por orientação sexual e a promoção dos direitos humanos de *gays*, *lésbicas*, *transgêneros* e *bissexuais*, nas políticas e estratégias do Governo Federal. É de bom gosto dizer que quando tal programa foi criado, os debates acerca de outros grupos e identidades, tais como *Queer*, bem como as discussões sobre

---

<sup>45</sup> Art. 5º, § 3º da Constituição Federal de 1988: “os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

intersexo, ainda eram discussões incipientes que tinham pouca visibilidade e não eram amplamente discutidas ou devidamente representadas como hoje são ao serem citadas, como LGBTQI+.

Para complementar, Moschetta afirma que houve duas propostas de emenda constitucional que tramitaram no Congresso Nacional que foram: a PEC 66/03, de autoria da Deputada Federal Maria do Rosário e a PEC 70/03, de autoria do então Senador na época Sérgio Cabral, que tinham como objetivo garantir direitos fundamentais, dentre eles, a facilitação da conversão de união estável em casamento entre os casais homossexuais.

### ***3.1.2 Reflexões e mitos sobre a homoparentalidade***

Quanto ao termo “homoparentalidade”, Roudinesco (2003) o critica por acreditar que a expressão privilegie a paternidade. Tal expressão nasceu na França, em 1996 pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL), que cunhou o termo *homoparentalité* para designar a parentalidade homossexual. Apesar de alguns pesquisadores entenderem como sendo equivocada a associação entre a prática da parentalidade com a orientação sexual, tal termo foi escolhido pelo fato da maternidade e paternidade homossexual gerarem dúvidas, polêmicas e mitos.

Mesmo havendo certos progressos sociais, a sociedade ainda encara tal situação com muita dificuldade, fazendo com que a falta de informação, acompanhada de preconceito, se torne celeumas sociais que atribuem preocupações severas, como o medo de que uma criança criada por um casal homossexual seja abusada sexualmente ou que sua orientação sexual seja influenciada devido o comportamento de seus pais ou mães. Há quem atribua riscos com problemas psicossociais como consequências, mas nenhuma dessas preocupações são fundamentadas por estudos antropológicos, psicanalíticos ou históricos, entre outros, ainda que tal suposição tenha origem no modelo religioso e médico que patologizou a homossexualidade em séculos passados. Epstein (como citado em Farias, 2007) ressalta que não há registros na literatura que justifiquem que a orientação sexual do adulto implique na incidência ou ocorrência de abusos sexuais, ou seja, não há relação entre homossexualidade e os abusos com crianças. As autoras também afirmam que a relação a orientação sexual das crianças independe da dos pais, sendo o fator mais importante o seu desenvolvimento global, construído com valores herdados de ambos os sexos, pois, caso a orientação sexual fosse de fato influenciada pela criação, um homossexual não seria quem é numa família de modelo

heterossexual. Há uma certa demora de tempo para que os/as filh@s adquiram percepção acerca da orientação sexual de seus pais ou mães e, quando descobrem sua homossexualidade, não se tornam homossexuais por tal descoberta.

Em relação ao desenvolvimento psicossocial, há estudos na área de Psicologia que afirmam que, numa família cujos pais ou mães sejam homossexuais, os/as filh@s desta família não apresentam diferenças em seu desenvolvimento das crianças que são pertencentes às famílias heterossexuais. Além disso, não interfere nas noções que estes/estas filh@s possuem na percepção dos gêneros, já que existe também um temor de que os/as filh@s, ao serem criados por casais do mesmo sexo, perderiam tais referências, sendo influenciadas e acostumadas por apenas um gênero e um sexo. Mas para considerar tal hipótese, teria que se ignorar a existência de outros arranjos familiares que, às vezes, é monoparental, ou seja, só criada pela mãe ou pelo pai, ou seja, tendo assim uma única referência de sexo ou gênero, ou casos em que os arranjos são constituídos pela mãe/avó/tia etc., arranjos estes em que também só há um sexo e um gênero compondo a criação destes/destas filh@s.

Esse temor acerca dos papéis de gênero gera mitos como a crença de que, em todo relacionamento homossexual, existirá um papel em que um membro da relação desempenhará uma postura ativa e outro, uma postura passiva, que, pela sociedade, são associadas, respectivamente, como posturas masculinas e femininas, ainda que os papéis de gênero não sejam tão endurecidos universalmente por serem construídos culturalmente de acordo com o contexto histórico. Essas associações influenciam no modo social de pensar, ao delegar à mulher a exclusividade da maternidade, atribuindo um valor naturalizado como se só as mulheres tivessem a incumbência de gerir este papel, negando a possibilidade de sucesso aos *gays*, mesmo que estes paradoxalmente também estejam associados, no senso comum, a características consideradas essencialmente femininas.

Essas pseudopreocupações provocam bastante confusão no tocante à criação de uma criança ou adolescente, pois pode gerar influências em decisões jurídicas que permeiam a adoção, que Uziel (2002), em sua tese, analisou como sendo distintas de acordo com o sexo do casal homossexual. Segundo a autora, os casais homossexuais femininos sofriam menos oposições do Ministério Público do que os casais homossexuais masculinos. Ela também constatou que, quando os requerentes eram *gays*, uma das justificativas do órgão contra o pedido de adoção era que a lei não previa esse tipo de família.

Mesmo a sociedade apresentando muitas dúvidas e preocupações com relação ao desenvolvimento de um/uma filh@ adotiv@ por casais homossexuais, os estudos presentes até agora não apontam indícios de comprometimento psíquico destes/destas filh@s, ainda que

existam posicionamentos que afirmem ser importante a presença de um pai uma mãe para resolver questões relacionadas ao Complexo de Édipo, como pontua Farias (2012), ao destacar a existência das posições de estudiosos tradicionais da psicanálise. As funções paterna e materna não estão ligadas aos papéis biológicos e nem nos papéis de gênero, até porque essas vivências podem ser experienciadas em outros tipos de arranjos na vida de uma criança e nem por isso ocorreria um desenvolvimento atípico em nenhum sentido.

Dias (2006) e Zambrano (2006a) compartilham do pensamento em defesa da homoparentalidade e afirmam também não haver evidências que apontem supostos distúrbios no desenvolvimento dos/das filh@s adotad@s por famílias homoparentais, estando a habilidade parental homossexual relacionada à capacidade do sujeito em equilibrar sua orientação e identidade com as pressões sociais.

Farias (2007) afirma, com base nas observações feitas por Jorge C. Armesto<sup>46</sup>, que existe um agravante com relação as pesquisas com pais *gays*, porque estas se apresentam limitadas em sua maioria, expressando somente um viés de modelo de situação familiar que seria a observação de pais que tiveram seus/suas filh@s em relações anteriores heterossexuais. As autoras dizem:

A maior parte das pesquisas com pais *gays* têm sido limitada a estudos com pais que tiveram seus filhos em relações heterossexuais. Nesses casos, é muito difícil integrar a identidade de pai com a de ser homossexual. Segundo o autor, nenhuma pesquisa teve como foco a paternidade homossexual com crianças adotivas, que é uma situação muito diferente daquelas em que os pais tiveram seus filhos em uma relação heterossexual. Para ser pai adotivo, é necessário ter recursos psicológicos, emocionais e financeiros consideráveis. O processo de adoção pode facilitar a construção da identidade parental em homens *gays*, já que requer que eles façam um exame de consciência sobre seu desejo de ser pai e suas habilidades. Os pais adotivos podem ter uma rede de apoio mais fortalecido que os pais homossexuais que tiveram seus filhos numa relação heterossexual. (Farias apud Armesto, 2007, p. 77).

As autoras ainda continuam que pesquisas têm mostrado que um ponto positivo, que colabora com o desenvolvimento psicossocial dos/das filh@s, seria justamente os pais estarem preparados para admitirem suas relações familiares e conjugais para as pessoas quando necessário, de modo que se evite que seus/suas filh@s criem ideias equivocadas sobre seus pais e mães, como por exemplo, acharem que, por existir algo errado com seus pais e mães, poderia assim ter algo de errado com eles também. Esclarecer para que se evitem sentimentos de vergonha e constrangimento seria uma maneira de ensiná-los/las que existe

---

<sup>46</sup> Armesto, J. C. (2002). Developmental and contextual factors that influence gay fathers' parental competence: A review of the literature. *Psychology of Men & Masculinity*, 3(2), 67–78. <https://doi.org/10.1037/1524-9220.3.2.67>.

diversidade entre famílias e que, por sua vez, o gênero pode adotar diversas características, levando sempre em conta de que estes/estas filh@s também precisam se sentirem à vontade para contar às pessoas sobre a orientação sexual dos pais e mães.

Para finalizar a reflexão sobre mitos, Bliss e Harris<sup>47</sup> (como citado em Farias, 2007) traz uma lista de apontamentos levantadas em uma pesquisa realizada em 1999, que relaciona os mitos mais disseminados entre as pessoas como: acreditar que homossexuais são sujeitos desajustados ou que sofrem algum tipo de transtorno mental ou psicológico, não podendo, assim, criar uma criança, ainda que, desde a década de 1970, a homossexualidade não seja mais considerada doença ou distúrbio. Outro mito há pouco mencionado foi sobre supostos abusos sexuais praticados por homossexuais em crianças. Já foi dito que não há literatura ou indício de que pessoas homossexuais cometam mais abusos sexuais com crianças do que os heterossexuais. O terceiro mito mencionado pelo estudo é a ideia de que as crianças, sendo criadas por homossexuais, se tornariam também homossexuais, quando na verdade não há relação direta entre orientação sexual dos pais com a que os/as filh@s terão no futuro. Para finalizar o rol de mitos mais disseminados, as crianças não teriam a capacidade de diferenciar os sexos e gêneros por terem sido criadas por casais homossexuais; no entanto, a criança ou o adolescente possuem total capacidade de construir essas noções de diferenciação, já que as adquirem por meio de suas vivências e relações sociais em geral. O modelo do que seria feminino ou masculino, ou fêmea e macho, não se restringe somente às figuras do pai e da mãe.

Levando em consideração todas as adversidades que o contexto social ainda impõe, quando se trata da adoção, é necessário que os pais e mães homossexuais se mantenham em alerta para confrontarem questões delicadas. Estes/estas pais e mães precisam se preparar para situações futuras que envolva contar para os/as filh@s sobre a própria adoção, de como e por que ela se deu, e também sobre suas orientações sexuais, tendo o zelo de se levar em conta a capacidade de entendimento destes/destas filh@s, com linguagem apropriada, sem negligenciar tais temas e nem exagerar, afinal, tudo deve ser encarado de forma natural.

Zambrano (2006a), em uma de suas pesquisas, contribuiu ainda mais com o debate sobre a homoparentalidade, ao indicar que não há distinções gritantes ou significativas entre pais e mães heterossexuais e homossexuais no que diz respeito à atenção dedicada, qualidade dos vínculos e cuidados dos/as filh@s.

---

<sup>47</sup> Bliss, G. K.; Harris, M. B. Teachers' Views of Student with Gay or Lesbian Parents, and Bisexual Identity

Quando anteriormente foi citado, em nosso estudo, os direitos fundamentais, houve a intenção de deixar claro que o planejamento familiar e a parentalidade estão relacionados aos direitos reprodutivos, sendo estes direitos básicos vinculados ao livre exercício da sexualidade e da reprodução humana. São, também, conceitos abrangentes que aspiram um conjunto de necessidades de qualquer família, e isso inclui a homoparental que deve ter acesso a este princípio. O Direito à Homoparentalidade deve estar amparada no mesmo princípio de maternidade/paternidade responsável, que se expressam por meio do acesso do direito ao planejamento familiar e da obrigação dos pais/mães respeitarem, educarem, criarem e fornecerem subsídios auxiliares material e imaterialmente. Existe responsabilidade individual e social que devem priorizar a vida em consonância com os direitos fundamentais, e reconhecer o casal homossexual como família, está intrínseco ao direito à parentalidade, ainda que desejar realizar o direito a paternidade e a maternidade e deliberarem sobre seus corpos, sejam necessários recorrer aos meios judiciais. Devido à demanda, cada vez mais os casais homossexuais recorrem à justiça para exercerem seu direito tanto à adoção quanto por inseminação artificial por casais homossexuais lésbicos; assim, o desejo humano de se ter filh@s integra para muitos a busca pela felicidade e de realização que não deveriam serem cerceadas, bem como uma maneira de se respeitar o direito da criança e adolescente possuírem família.

#### 4 A Concretização Do Direito a Homoparentalidade Por Meio Da Adoção

A leitura jurídico-legal não faz distinção entre os “tipos” de família e não se preocupa e conceitualizar a expressão. Por isso, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não traz delimitações que possam ser tratadas como restrições. Nesta mesma premissa, segue a tentativa de manter essa democratização no código Civil de 2002, que não superestima nenhuma distinção entre os sujeitos, utilizando em seus códigos certas imposições sociais. Assim, garantir proteção à dignidade das pessoas parece uma obviedade, mas que se depara com uma dificuldade no dia a dia de quem não se encaixa em um modelo normativo.

A adoção de crianças ou adolescentes por casais homossexuais é uma polêmica em diversos países, porque tais relações entre pessoas do mesmo sexo carrega a discriminação e rejeição social. Segundo Dias (2004), certas questões interferem na opinião das pessoas como uma espécie de crença errônea e preconceituosa de que homossexuais seriam indivíduos abusadores de crianças, e, por conta de um senso comum moralista, extingue-se o direito que os homossexuais têm sobre o acesso à parentalidade que, segundo Zambrano (2006a), descartaria inclusive a recomposição familiar que se baseia na possibilidade de um membro do casal trazer, em sua relação homossexual, o fruto de uma ligação heterossexual anterior.

Quanto a um suposto desenvolvimento psicossocial negativo de uma criança/adolescente que vive num ambiente homoparental, a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP), em pesquisa desenvolvida sobre este tipo de convivência familiar, indicou que os adotivos deste contexto familiar apresentaram desenvolvimento psicológico, cognitivo, emocional e social saudável. Zambrano et al. (2006b) também alegam não existir nenhuma pesquisa ou suporte científico que justifique o temor de que a orientação sexual dos filhos de homossexuais pudesse ser afetada.

Como é possível notar, entender o debate que envolve as famílias pode ser um assunto espinhoso. Com a adição do tema ADOÇÃO, pode-se suscitar ainda mais debates, uma vez que a adoção tem uma história de estigmatização de desvalorização própria, e, nesse sentido, a homoparentalidade pode exercer grande influência no contexto sociocultural, que consiste em uma sequência de lutas e conquistas de direitos.

A etimologia do termo ‘adotar’, conforme o dicionário Michaelis, tem origem do verbo latino “*adoptare*”<sup>48</sup>, que significa cuidar, assumir, escolher, preferir, reconhecer, dentre

---

<sup>48</sup> <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/adotar/>> acesso em 23 de janeiro de 2020

outros significados. Entretanto, o sentido que mais contemplará nesta pesquisa, será o de oferecer a uma criança a oportunidade de se ter uma família, caso esta mesma criança, por qualquer motivo, não possa ter sido criada pelos pais biológicos, o que, por fim, representa, também, uma oportunidade aos pais que por alguma razão não puderam conceber filhos. Dá-se, assim, tanto às crianças quanto aos pais, a chance de gerar uma filiação que, mesmo sem o laço consanguíneo, ofereça valor afetivo, vínculos, perspectivas, segurança e qualidade de vida.

Segundo Loltran (2016), em seu livro-reportagem ‘Famílias homoafetivas: a insistência em ser feliz’, em março de 2015, a Ministra Cármen Lúcia manteve a decisão que autorizou um casal gay a adotar uma criança. Em sua argumentação, a ministra levava em consideração de que uma família homoafetiva seria um núcleo familiar como outro qualquer, e que, por conseguinte, casais formados por pessoas do mesmo sexo, ou por uma pessoa solteira (ainda que homossexual), podem se habilitar à adoção, seguindo os mesmos ritos processuais que quaisquer outras pessoas são submetidas para o pleito e concessão.

Vale ressaltar, segundo Peres (2006) e Prado (1981), que esse reconhecimento de novos arranjos familiares ou modelos alternativos possui também uma relação muito estreitada com as mudanças sociais que os papéis de gênero têm protagonizado nos últimos cinquenta anos. A partir da atuação dos movimentos sociais de uma revolução feminista, redistribuiu-se os papéis, reavaliando também a relação dos pais com a educação e cuidado dos filhos.

Moschetta (2011) anuncia que o ato de adotar surgiu em meio a situação de esterilidade dos casais, deixando, ao longo do tempo, de ser exclusivo desta ocasião para se tornar um projeto parental de pessoas que não se encaixavam em tal perfil.

Ariès (1986) apontou, em sua obra ‘História da Vida Privada’ (2001), que, com a chegada do feudalismo no começo do século XI, na Idade Média, o povo foi dividido em duas partes: senhores e vassalos. Alguns adultos masculinos eram inseridos na responsabilidade de assumirem um ofício cívico, que os colocava em fidelidade absoluta e eterna com seus senhores, gerando, assim, uma espécie de união com profundos laços, que se podia confundir com os laços de parentesco, quase semelhante ao conceito que hoje em dia se tem sobre adoção.

Fustel de Coulanges (2003) leva o leitor a mergulhar mais a fundo na história, através do direito romano, que, em virtude da necessidade de perpetuação do culto doméstico, se alicerçou no ato de adotar para solucionar certos problemas relacionados ao casamento, já que a religião obrigava o homem se casar e imputava punições em caso de esterilidade, tal como

divórcio. Nesse contexto, para se evitar este divórcio pela não concretização do nascimento de um rebento, se oferecia como último recurso à família a adoção para efetivar a manutenção deste culto doméstico.

Oliveira (2017) traz em seus estudos a informação de que a adoção surgiu na mais remota Antiguidade, tendo como berço a Índia, e que perpassou por crenças religiosas dos egípcios, persas, hebreus e posteriormente aos gregos e romanos. A bíblia relata a adoção de Moisés, pela filha de Faraó, no Egito e, de acordo com o Oliveira, as religiões e as crenças depositavam grande importância na existência de um filho para impedir a extinção deste culto doméstico, que era considerado a base da família. Por pertencer como recurso do direito romano, a adoção é um dos institutos mais antigos do Direito, já existindo em sociedades pré-romanas, como a dos assírios que trazia, no Código de Hamurabi, normas para adoção em seus códigos (1728/1686 a.C.). Há registros também que afirmam que tal código tenha sido elaborado por volta de 1780 a.C., pelo sexto rei sumério “*Khammu-rabi*”. Na Babilônia, a adoção era minuciosa e o/a filh@ adotiv@ que ousasse dizer que seus pais não eram seus pais tinham como punição lhes cortarem a língua, e àquele/a que fugisse ou voltasse para casa dos pais biológicos, tinha seus olhos arrancados (art. 192 e 193).

Em Roma, era proibida a adoção àqueles com descendência legítima, e a idade mínima para ser um adotante era 60 anos de idade. Na Idade Média, a adoção não significava romper com os vínculos de parentesco e acabou sendo um ato extinto; a adoção ressurgiu, durante a Revolução Francesa, por meio do Código Napoleônico (1804), como ato jurídico que estabelecia parentesco civil que passou a ser admitida em quase todas as legislações.

Adotar, também, é uma maneira de oferecer, a um outro indivíduo, a chance de se ter uma família, que é uma das formas para se realizar o projeto parental que é, sem dúvida, uma demonstração grande de afeto, proporcionando a oportunidade de estabelecer vínculos afetivos entre os envolvidos.

Essa atitude contempla o desejo do adotante e a necessidade do adotado, sendo um uma maneira de oferecer benefícios trafegando numa “via de mão dupla”, uma vez que existe a oportunidade para àqueles que, por alguma razão, não podem ter filh@s biologicamente, ao mesmo tempo que também oferece a oportunidade da criança ou adolescente que, por alguma razão, não pôde ser criada pelos pais/mães biológicos e, assim, ambos, por meio de um vínculo legal ou não, constituem uma família.

No Brasil, Oliveira (2017) afirma que o Código Civil de 1916 deu ao instituto da adoção uma tímida possibilidade de utilização. Podia ser adotante o indivíduo maior de 50 anos, sem descendentes legítimos, enquanto os adotandos deviam ser pelo menos 18 anos

mais jovens (art. 368 e seguintes Código Civil de 1916). Com a reforma instituída pela Lei nº 3.133 de 8 de maio de 1957, foram realizadas mudanças relevantes que reduziram o rigor dos requisitos, tais como: a redução de idade para o adotante de 50 anos para 30 anos de idade, a diminuição da diferença entre adotante e adotando de 18 anos para 16 anos, além de também dispor da possibilidade daquele que já tivesse ou não filh@s legítimos. Foi neste momento, a partir de tal abertura, que se possibilitou a adoção atender outros interesses, sobretudo, os da criança em situação de vulnerabilidade ou abandono, inaugurando, dessa forma, uma nova fase na instituição da adoção, lhe agregando um valor social, além de oferecer a experiência da parentalidade aos casais sem filh@s “naturais”.

Há de se ressaltar que, no Brasil, a Constituição Federal de 1988 excluiu a distinção que havia entre filiação legítima e filiação adotiva, garantindo, por conseguinte, para todos e todas os/as filh@s os mesmos direitos e o mesmo tratamento e respeito legal, sendo a adoção, regulada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, nos art. 39 a 52, com suas devidas alterações introduzidas pela Lei 12.010<sup>49</sup>, de 3 de agosto de 2009. Essas regulamentações vão ao encontro um do outro, pois asseguram o direito ao convívio das crianças e adolescentes no meio familiar e comunitário, legitimando, assim, a filiação adotiva ao extinguir o registro de origem da criança e do adolescente e ao gerar um novo registro de nascimento com os nomes dos pais/mães adotiv@s, criando a integração destes/destas filh@s à nova família. Essa adoção insere a criança e adolescente em uma entidade familiar, pressupondo que o abandono por seus pais biológicos, que eles/elas sofreram, e a disponibilidade de um adulto, aliada ao seu desejo de ser mãe ou pai. Evidentemente, essa integração e disponibilidade não significam que os/as adotad@s estejam socializad@s por completo por estas famílias, sendo necessário aqui se construir uma ligação pelas relações de afetividade vivenciadas.

Ainda se tratando dos ditames da Constituição Federal e do ECA, vale ressaltar que existe uma vantagem quando o pedido de adoção é feito pelo casal, pois existe um interesse acima da do casal, que seria o de proteger os interesses da criança e do adolescente, ou seja, os integrantes da família precisam muito mais do que o simples desejo de adoção; precisam buscar fortalecimento da reciprocidade de seus sentimentos e estender esses laços para garantir a proteção da criança ou adolescente a ser adotada.

---

<sup>49</sup> Lei que dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm#:~:text=1o%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,da%20Crian%C3%A7a%20e%20do%20Adolescente.>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm#:~:text=1o%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,da%20Crian%C3%A7a%20e%20do%20Adolescente.>) acesso em 31 de julho de 2020.

Moschetta (2011) lembra que, zelando pelo melhor interesse, o planejamento familiar é um direito constitucional tutelado ao casal que pretenda ou não exercer sua parentalidade, incluindo a pretensão e intenção de pares formados por casais do mesmo sexo.

A adoção, por despertar polêmicas e debates acerca do bem-estar dos/das adotad@s, sempre carregou mitos que se colapsam quando associados a homossexualidade, porque somatizam opiniões patologizantes, preconceituosas e estereotipadas acerca dos homossexuais, e estigmatizante acerca dos/das filh@s adotiv@s, principalmente por ainda existir a crença de hereditariedade no elo entre pais/mães e filh@s. Tal perspectiva valoriza a filiação biológica e descarta que, numa família adotiv@, existe uma construção que perpassa pelo convívio familiar e compartilhamento de valores, experiências e projetos de vida. Existe uma necessidade de “dar e receber”, que, segundo Moschetta (2011), faz com que inúmeros pedidos de adoção sejam levados ao Poder Judiciário, inclusive por casais homoafetivos, e, ainda que para mentalidade atrasada de alguns lhes cause estranheza, isso não impediu os legisladores nem as legislações de excluírem tal direito destes casais. Por um lado, ainda há muito desconhecimento a respeito das legislações e procedimentos, além de muito preconceito e mito acerca da atitude de se adotar, e isso faz com que laços consanguíneos sejam valorizados, causando equívocos sobre supostos problemas psicológicos, embora, as pesquisas mostrem que filh@s adotiv@s e filh@s biológicos, que passam por tratamentos psicológicos, não apresentem diferenças significativas o suficiente para embasar estes equívocos, segundo Farias (2007).

Existe muita expectativa positiva e negativa acerca da adoção, que sugerem, de forma leiga, algumas dificuldades, como se a família biológica também não enfrentasse problemas semelhantes, mas é preciso dizer que, na família biológica, também há a necessidade de se construir e desenvolver laços entre os membros, pois o/a filh@s biologic@ também precisará ser aceito, afinal tem as suas idiossincrasias, assim como estes também deverão exercitar essa aceitação com seus pais, segundo Maldonado (como citado em Farias, 2007).

Nesse sentido, este estudo também possui a missão de esclarecer alguns mitos e desvelar este processo que poderia ser muito mais comum e maior, se não houvesse tantas ideias leigas na sociedade que variam desde a falta de entendimento do processo jurídico a mitos e inverdades.

#### 4.1 A adoção no Brasil

Oliveira (2017) relembra o Decreto nº 5.083<sup>50</sup> de 1º de dezembro de 1926 que instituiu o primeiro Código de Menores do Brasil, conhecido como Código Mello Mattos. Este código admitia que crianças abandonadas fossem confiadas à tutela de particulares, ou seja, pessoas voluntárias. A Lei nº 4.655 de 2 de junho, de 1965, por sua vez, instituiu nova modalidade de adoção, a chamada “legitimação adotiva”, que tinha como característica o desligamento do/da já adotad@ dos laços de parentesco com a família biológica (art. 9º, § 2º). Em 1979, foi promulgado o novo Código de Menores, Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, que era voltado exclusivamente para as crianças em situação irregular, que revogava a Lei nº 4.655/65 e consolidava o caráter social e tutelar da adoção, colocando-a, definitivamente, a serviço do combate ao número de menores abandonados.

O Código de Menores, de acordo com o Oliveira, previa dois tipos de adoção: a simples (art. 27 e 28), que se aplicava ao menor em qualquer situação, isto é, não era necessário que ele estivesse em situação irregular; e a plena (art. 29 a 37), que era limitada aos casais que tinham contraído o matrimônio por mais de cinco anos e que um dos cônjuges tivesse mais de trinta anos. Todavia, era permitido ao sujeito, viúvo ou separado, adotar uma criança desde que este/a tivesse convivido como casal antes do falecimento ou separação – tal período de convivência era de, no mínimo, três anos. Neste caso, o/a filh@ adotad@ era equiparado ao/as filh@s naturais, incluído para efeitos sucessórios, embora somente com a Constituição Federal de 1988 os interesses da criança e adolescente fossem efetivamente levados em consideração nos processos de adoção. Também expressava o princípio de proteção integral, que estabelecia a família, a sociedade e o Estado com o dever de conferir prioridade absoluta na execução dos direitos básicos da criança e do adolescente, lhes tutelando o direito à vida, à saúde, à alimentação, à convivência familiar etc.

No que se refere ao instituto da adoção, quando o debate envolve a adoção conjunta por casais homossexuais ou família homoparental, é preciso fazer um prelúdio de como tal iniciativa se fez possível ou como a Suprema Corte, em uma decisão considerada por muitos grandiosa, impulsionou um passo importantíssimo para se mudar um pensamento social de não aceitação da família homoparental, e, para isso, é necessário lembrar que tal procedência foi aberta num julgamento memorável da ADPF e ADI - Arguição de Descumprimento de

---

<sup>50</sup> Artigo 29: “Os expostos, que não forem recolhidos a estabelecimentos a esse fim destinados, ficarão sob a tutela das pessoas que voluntária e gratuitamente se encarreguem da sua criação, ou terão tutores nomeados pelo juiz.” – Nota do autor

Preceito Fundamental nº 132 e Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277<sup>51</sup>. Segundo Chaves (2010)<sup>52</sup>, neste julgamento, o Supremo Tribunal Federal, ao decidir de forma unânime a interpretação do Código Civil conforme a Constituição Federal de 1988 (art. 1.723 do Código Civil), reconheceu a união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, excluindo toda forma de interpretação que ouse impedir esse reconhecimento. Tal julgamento foi considerado uma grande conquista no campo jurídico, levando o CNJ – Conselho Nacional de Justiça – a autorizar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, que produziu efeito direito sobre a questão que se refere ao direito de adoção por casais homoafetivos.

O casamento ou união entre duas pessoas tem no ato jurídico, segundo Chaves (2011), a premissa da constituição da família, que, por sua vez, gera direitos e deveres recíprocos. Diante do ato de adotar, esses direitos e deveres se caracterizarão por uma espécie de viabilidade ao direito de convivência familiar da criança ou do adolescente, que, por alguma razão, teve interrompido esse acesso à convivência, e tentar garantir esse acesso fez com que a Lei 8.069/90 do Estatuto da Criança e Adolescente (*ECA: Estatuto Da Criança e Adolescente 30 Anos*, 2020) garantisse como pré-requisito, para a efetivação de uma adoção em conjunto, o casamento ou união estável. Diante disso, a Suprema Corte, ao julgar os precedentes, incumbisse o impulsionamento de um início de transformação cultural aqui no Brasil.

No tocante a temas relacionados aos efeitos que uma união entre pessoas do mesmo sexo abrolha, é evidente que tal discussão é muito mais antiga do que o debate engendrado pela Suprema Corte, e há de se ressaltar que, anos antes de tal feito, discussões sobre direitos trabalhistas e previdenciários já tinham sido apresentados no ano de 2008 pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, que com o intuito de estender às uniões homoafetivas os mesmos direitos que demais uniões possuíam. Nessa ocasião, apresentou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ou ADPF nº 132 (é uma ação destinada a reparar ou evitar lesão a preceito) que teria o objetivo de promover o mesmo tratamento dado às uniões “heteroafetivas”, no que se refere aos direitos à licença por doença de cônjuge ou familiar, auxílio-família, pensão por morte, entre outros, entendendo que a legislação do Estado, ou Decreto-lei nº 220/75 (Estatuto dos Servidores Civis do Estado do Rio de Janeiro), estava sendo interpretado discriminatoriamente.

---

<sup>51</sup> <<https://jus.com.br/artigos/51020/a-familia-homoparental>> acesso em 27 de janeiro de 2020.

<sup>52</sup> <<https://arpen-sp.jusbrasil.com.br/noticias/2978105/artigo-o-julgamento-da-adpf-132-e-da-adi-4277-e-seus-reflexos-na-seara-do-casamento-civil>> acesso em 27 de janeiro de 2020.

O Governador também acenou, como descumprimento de preceito fundamental, as decisões que na época foram proferidas pelo Poder Judiciário do Estado, que negou às uniões homoafetivas estáveis o rol de direitos. Em 2009, a Procuradoria-Geral da República propôs a ADPF 178 à Suprema Corte, que, por fim, declarou a obrigatoriedade do reconhecimento da união entre homossexuais como entidade familiar, estendendo assim para casais homoafetivos todos os direitos e deveres resguardados às demais uniões estáveis heteroafetivas, abrindo jurisprudência para uma outra discussão a respeito dos efeitos, dentre os quais está a conversão da união estável em casamento, tornando-a obrigatória em 2013 para todos que possuíssem união estável, proibindo que as autoridades se recusassem em realizá-los.

Essa decisão do Supremo Tribunal Federal causou polêmica entre os juristas que alegavam existir um suposto ativismo à causa, entretanto, outros afirmaram que a Constituição não poderia ser usada para excluir outros modelos de famílias, ainda que ela não citasse explicitamente “todas as famílias”, uma vez que a sociedade é diversificada e que, ao elencar algumas “espécies” de família e excluir outras, estaria apenas exemplificando e não limitando ou determinando. Diante de todo esse panorama, a autorização sobre o casamento homoafetivo acendeu notáveis repercussões em diversas instâncias jurídicas, refletindo em outra discussão sobre efeito: Adoção.

Antes de todo esse antelóquio, a adoção conjunta por casais homoafetivos era uma batalha árdua e desgastante, visto que havia poucas chances de ser vencida. A adoção unilateral<sup>53</sup> era uma das alternativas que os casais encontravam quando queriam superar os obstáculos, estendendo o vínculo de filiação ao/a outr@ companheir@, entretanto, como o ECA, não expressa acerca da sexualidade dos adotantes, mas limita a permissão somente aos casais casados, ou que estejam sob o regime de união estável, abriu-se aqui uma brecha jurídica que proporcionou a derrubada desse grande obstáculo à adoção. Na medida em que o ECA não proibia ou limitava as adoções aos adotantes homossexuais, estipulando somente o casamento ou união estável como requisito, os críticos e opositores da “não adoção” por pares homossexuais nada puderam fazer, pois o STF reconheceu tais direitos fundamentais, tanto os dos casais homossexuais casados ou unidos estavelmente, quanto os das próprias crianças e adolescentes.

Apesar do ECA não apresentar nenhum critério calcado na orientação sexual dos adotantes, contém ainda um detalhe ambíguo impeditivo, pois postula que famílias que

---

<sup>53</sup>A adoção unilateral consiste na adoção, geralmente realizada pelo padrasto ou madrasta, do filho/filha do seu cônjuge ou companheiro/a, rompendo o vínculo de filiação com um dos pais biológicos ou não, para criar-se um novo vínculo com o pai/mãe adotivo.

apresentem um potencial de risco para a criança e adolescente não possam efetivar a adoção, o que para alguns juízes, segundo Uziel (2002), poderia trazer o entendimento de que a homoafetividade, em si, pudesse ser um risco para os adotivos, ainda que não se encontre respaldo científico algum diante desta possibilidade.

A legislação ainda não está clara em relação a adoção homoparental, pois o Art. 42 atesta que: “Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independente do estado civil”, entretanto em caso de adoção conjunta, o Art. 28 ressalta que os adotantes sejam casados no civil ou mantenham união estável, permitindo com essa “ambiguidade”, e que a avaliação da justiça seja feita de acordo com cada caso. Há um princípio norteador do direito constitucional que veda qualquer tipo de retrocesso social, evitando que certas leis deixem de garantir direitos já assegurados à população, ou seja, esse direito à adoção ou ao casamento em tese não poderiam ser retirados ou recuados, em caso de um eventual PL (Projeto de Lei) que se manifeste contrário a eles, porque afrontaria gravemente aos preceitos da Constituição Federal relativos à igualdade e à dignidade humana.

Mesmo que a configuração legal permita, outro empecilho pode ser encontrado para a efetivação da adoção por estes casais, segundo Silveira (2005):

Apesar das mudanças nas formas de viver e de se organizar em família no contexto da adoção, o modelo conjugal é bastante valorizado. No atendimento dos interesses psicológicos e sociais de uma criança e/ou adolescente em situação de vulnerabilidade, prevalece ainda a visão de família conjugal como melhor modelo. Na seleção de pretendentes a pais adotivos, o perfil idealizado dos candidatos perpassa a visão naturalizada que se tem da família e não as transformações mais amplas que ocorrem em seu interior. Nessa perspectiva, há uma certa tendência em preferir os grupos familiares constituídos do casal unido pelos laços legais do matrimônio e que tenham estabilidade afetiva e econômica. Embora a lei brasileira relativa à adoção não faça qualquer distinção entre os tipos de família que está em condições de adotar, os ‘avulsos’ – solteiros, viúvos, divorciados ou homossexuais – podem permanecer muito mais tempo na fila de espera e nem sempre são considerados aptos a assumir os cuidados e a educação de uma criança, principalmente se esta for recém-nascida. Nesse modo de pensar, as vivências e as experiências dessas pessoas no seio de suas famílias não são levadas em conta. Quando são considerados aptos para adotar, os avulsos são indicados, no geral, para adoção de crianças maiores, de adolescentes ou que apresentem dificuldades ditas especiais. (Silveira, 2005, p. 94).

As diferentes formas de realização da homoparentalidade causam repercussões diferentes sobre o campo jurídico. Zambrano (2006a) diz que os casos de separações e recomposições trazem consigo problemas judiciais sobre a atuação parental, incluindo o direito de guarda e visitas, sendo que o nosso Código Civil não contempla a possibilidade de filiação por coparentalidade, ainda que exista uma determinação legal amparada pela Lei

13.058/2014 – que preserve o maior interesse da criança e do adolescente garantindo a guarda compartilhada mesmo sem um acordo formal. Existe no Brasil, uma tendência que privilegia AS MÃES, e isso pode ser um reflexo oriundo de uma visão positivista que associa a maternidade aos valores e condutas morais, se valendo na definição de filiação de critérios fisiológicos que se realizam no parto. Diante desta tendência, num contexto homoparental, o debate sobre o efeito do divórcio parece ser um debate conservador e ideológico, que usa como pré-requisito uma suposta estabilidade amorosa que, na realidade, não existe nas uniões heteroafetivas. Dentro da literatura jurídica, sobretudo numa possível separação, nas decisões sobre a guarda dos filhos e filhas em função dos divórcios, existe ainda o que alguns especialistas da área jurídica alegam ser Efeitos Jurídicos<sup>54</sup> da Homoparentalidade, que seriam as consequências que tal relação poderia desenvolver após a legalização da situação civil. Esses efeitos envolveriam vários debates a respeito da discriminação social, núpcias dos semelhantes, direito de alimentos, ação e revisão de alimento, extinção dos alimentos, filiação homoparental, adoção, partilha dos bens etc.

Ainda sobre adoção, existe a possibilidade da adoção consensual, que permite, se os pais forem falecidos, ou tiverem sido destituídos, ou suspensos do poder familiar ou houverem aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta, uma possibilidade deste pedido ser formulado diretamente no cartório, em petição assinada pelos próprios requerentes, dispensando a assistência de advogado. Tal postulação se trata do Art. 166<sup>55</sup> da Lei 12.010/2009, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A título de explicação, a *homoparentalidade* é um termo que se refere ao exercício de pessoas de orientação sexual homossexual de constituírem relações parentais, isto é, a ação de uma pessoa homossexual de pretender ser pai ou mãe de uma criança. Considerando este contexto, com a inserção de uma criança ou adolescente em uma família homoparental, é notório que, durante a sua formação pessoal, cidadã e social, ela vivencie inúmeras situações, muitas delas peculiares e até mesmo desfavoráveis, que uma criança ou adolescente de pais heterossexuais não vivenciaria. Dada esta problemática, o presente estudo terá como pauta principal a análise de situações do trato social recebido no ambiente escolar, como consequência da padronização convencional do molde heteronormativo de relacionamento conjugal homossexual.

---

<sup>54</sup> Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2015/07/16/os-efeitos-juridicos-da-homoparentalidade/>. Acesso 10 de março de 2020.

<sup>55</sup> Disponível em: <https://www.direitocom.com/estatuto-da-crianca-e-adolescente-comentado/parte-especial-do-artigo-86-ao-267/titulo-vi-do-acesso-a-justica-do-artigo-141-ao-224/capitulo-iii-dos-procedimentos-do-artigo-152-ao-197-d/artigo-166-3>. Acesso em 11 de março de 2020.

Existe uma falsa ideia sobre os procedimentos jurídicos da adoção de que seriam excessivamente burocráticos, por conta de muita burocracia para efetivar tal pedido, da quantidade de famílias querendo adotar e da quantidade de crianças e adolescentes sem família. Entretanto, há pesquisas que afirmam que, mesmo com vários trabalhos e campanhas em prol da adoção tardia, a maioria dos candidatos à adoção deseja adotar crianças brancas entre 0 e 2 anos de idade, só que parte destas crianças e adolescentes está em faixas etárias maiores.

Segundo os dados site da ConJur<sup>56</sup>, até 26 de março de 2020, havia no Brasil 34,8 mil crianças e adolescentes acolhidas em lares de adoção; os adolescentes representam 60% desta parcela, a divisão entre gêneros é quase idêntica, e 36,5 mil pretendentes habilitados e disponíveis a efetuar a adoção. Estes dados constam detalhadamente no painel do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento<sup>57</sup> (SNA), implantado nacionalmente em 31 de março de 2019. Através deste painel, é possível verificar o número de crianças acolhidas, o número de pretendentes, o índice de candidat@s a procura de famílias e serviços de acolhimento em todo o país. Somente em São Paulo, segundo o painel, há 8,74 mil candidat@s pront@s para serem adotad@s, sendo 64,7% destas crianças e adolescentes com a etnia não declarada ou não informada, e 6,9% entre pard@s, branc@s e negr@s. São Paulo seria o estado com o maior índice de crianças e adolescentes acolhidas esperando por uma família, e a região Sudeste inteira a região a que mais realiza adoções e a que mais tem crianças e adolescentes disponíveis para tal.

Ainda sobre um panorama do Estado de São Paulo, há 51,7% de crianças e adolescentes do sexo masculino contra 48,3% do sexo feminino acolhidas, sendo 4,42 mil acima dos 15 anos de idade. Ainda há de se refletir que, dentro destes percentuais, se encontram 2,7% de crianças e adolescentes com deficiência intelectual, 5,6% com algum problema de saúde e 0,4% com doenças infectocontagiosas que presumiriam uma dificuldade ainda maior em serem adotad@s. Fazendo com que as filas de espera se tornem ainda mais demoradas e que os processos de adoção não se desenvolvam, há, no Estado, cerca de 83% de crianças e adolescentes acima de 10 anos, e apenas 2,7% dos pretendentes que aceitam adotar crianças e adolescente acima dessa faixa etária, o que mostra que, pelo menos em São Paulo, a maior dificuldade não se daria tanto pela burocracia, mas sim, pelo perfil que os pretendentes

---

<sup>56</sup> Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2020-abr-01/painel-detalha-estatisticas-adocao-acolhimento-brasil>> acesso em 31 de julho de 2020.

<sup>57</sup> Disponível em < <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=cursel&select=clearall>> acesso em 31 de julho de 2020.

buscam e idealizam. Pensando neste tipo de dificuldade, o Tribunal de Justiça de São Paulo lançou uma campanha chamada “Adote um Boa Noite”<sup>58</sup> com mais de 5 mil crianças e adolescentes acima de sete anos de idade para incentivar a adoção tardia e especial.

No Brasil, o processo de adoção ocorre em várias etapas, e, por isso, Maldonado (como citado em Farias, 2007) alega que, devido à extensa burocracia, muitas adoções são realizadas de forma ilegal, e a família recebe a criança e o registra como sendo seu sem passar pelos trâmites legais. Este tipo de ação se configura como crime de falsidade ideológica.

Os pretendentes à adoção devem apresentar um requerimento com a solicitação de inscrição no cadastro do banco de adoção, munidos com os documentos exigidos e a “indicação” das características da criança ou adolescente que pretendem adotar. Tal requerimento é autuado pelo cartório e recebe uma numeração em ordem cronológica crescente. Em seguida, os requerimentos vão para o Setor Técnico do Fórum para que sejam encaminhados para a solicitação de avaliações psicológicas e sociais, posteriormente segue a etapa do encaminhamento dos autos com relatórios destas avaliações já realizadas à Curadoria da Infância e da Juventude, na qual o Promotor Público deve se manifestar antes da decisão judicial para a inclusão do cadastro de solicitação da adoção. Caso seja deferido pelo juiz, os pretendentes passam a fazer parte do cadastro e esperam serem convocados pelos profissionais da Vara da Infância para conhecerem a criança ou adolescente que tenham as características previamente descritas, mas, dependendo do parecer do juiz, os pretendentes podem passar por uma nova avaliação no prazo de seis meses ou ser indeferido, segundo site do TJSP<sup>59</sup>. O Setor Técnico do Fórum é composto por psicólogos e assistentes sociais que auxiliam os juízes na sua deliberação por meio de relatórios específicos, de acordo com cada caso e situação. Antes da aprovação, os pretendentes devem passar por uma avaliação social e psicológica com os profissionais do Fórum.

Segundo o ECA, conforme disposto no § 2º do art. 45, caso a criança ou adolescente tenha mais de doze anos de idade, é necessário que o juiz o ouça para saber se o adotando consente ou não com a adoção; já os menores de doze anos, de acordo com o art. 28 e 168, só serão ouvidos pelo juiz, caso tenham condições de expressar opinião. No ECA, os requisitos, de forma simplificada, que assegurem aos adotantes se encaixarem no seguinte perfil:

- Ter acima de 18 anos de idade;
- Ser pelo menos 16 anos mais velho que o adotado;
- Adotar conjuntamente quando forem casados ou viverem uma união estável;

---

<sup>58</sup> Disponível em <<https://www.tjsp.jus.br/adoteumboanoite>> acesso em 31 de julho de 2020.

<sup>59</sup> Disponível em <<http://www.adotar.tjsp.jus.br/Adocao>> acesso em 31 de julho de 2020.

- Caso sejam judicialmente separados, o período de convivência com o adotando tenha sido iniciado antes da separação e que haja acordo sobre as visitas;
- A adoção pelo adotante deve significar vantagens legítimas para o adotando em relação ao ambiente familiar para que possa lhe proporcionar um desenvolvimento psíquico e físico saudáveis.

Os motivos que impulsionam o desejo de adotar e vivenciar a paternidade ou maternidade devem ser legítimos, pois esse requisito é avaliado também pelo juiz. Cumpre destacar que, após os requisitos legais necessários, os pretendentes a adotantes são avaliados como qualquer outra pessoa. Segundo Moschetta (2011), existe uma avaliação a fim de se verificar se a pessoa ou o casal possuem condições de acolher uma adotando, além de uma análise de convivência e oportunidade, portanto, a avaliação não deve ou deveria ser arbitrária em virtude da sexualidade do pretendente.

A autora ainda prossegue que a alternativa mais utilizada para casais homoafetivos é se inscrever como solteiro ou solteira, até porque é um princípio permissivo civilista do Código Civil<sup>60</sup>, entretanto, existe um ponto que deve ser refletido, pois, os direitos da criança e do adolescente, tutelados no princípio constitucional da proteção legal, dificultaria de certa forma esse processo porque, em caso de falecimento do adotante, estando ou sendo solteiro ou solteira, este adotando estaria vulnerável.

Conforme declarado pelo ECA ou pelo Código Civil, hodiernamente o importante seria a adoção cumprir uma função social, sendo esta compreendida para além da herança preconceituosa que se permeou, necessitando, por isso, de acordo com Moschetta (2011), ser contextualizada com a máxima preponderância “*valorativo-jurídica*” do afeto e dos princípios constitucionais que alicerçam o Direito da Família. Nesse sentido, se se deve zelar pela preservação da dignidade humana e dos princípios de isonomia e igualdade entre dos cidadãos, torna-se insustentável um casal homoafetivo ou homossexual ser impedido de adotar, cerceando um direito destas crianças e adolescentes que são institucionalizadas e que estariam neste caso, sendo discriminadas tanto quanto os pretendentes homoafetivos que pleiteiem tal adoção. A discriminação se torna ainda mais grave, dado ao fato de a sociedade possuir a intenção de segregar aqueles que são considerados “diferentes”, resistindo à possibilidade de existência da homoparentalidade por adoção, pois não há embasamento jurídicos e nem científicos para que tal direito seja impedido. O melhor interesse do adotando

---

<sup>60</sup> Art. 1.622, do Código Civil: Das relações de parentesco: “ninguém pode ser adotado por duas pessoas, salvo se forem marido e mulher, ou se viverem em união estável”. Disponível em <

deve sempre prevalecer, e esse teor das normas está expresso no art. 43 do ECA que salienta que a adoção **“será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos”** e o art. 1.625, do Código Civil que afirma que **“somente será admitida a adoção que constituir efetivo benefício para o adotando”** (negrito nosso).

Nem todos os países seguem premissas de convenções e agendas internacionais, e apresentam legislações diferentes sobre a possibilidade de adoção por pares homossexuais, assim como também com relação ao reconhecimento civil da união homossexual. Há países conservadores em que a homossexualidade é criminalizada, enquanto há países intermediários que irão debater sobre o tema no Poder legislativo. Em alguns países, de fato, conforme Moschetta (2011), a adoção por casais homossexuais é proibida, contudo, convém citar que, em muitos países, tais adoções são legalizadas desde 2001, como por exemplo, a Holanda ou Países Baixos, que foi o primeiro país do mundo a permitir o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção conjunta, conforme a lei que entrou em vigor em abril de 2001. A Bélgica autorizou matrimônios homossexuais em 2003 e a adoção em 2006. A Dinamarca foi o primeiro país europeu a permitir a parceria registrada, por meio do Ato 372, de 1 de junho de 1989. A Noruega realizou a permissão de registro em parceria em 1993, a Suécia, em 1995, a Islândia, em 1996 e a Finlândia, em 2001. A Espanha aprovou a Lei 13/05, de 1 de julho, que modificava o Código Civil e permitia o casamento homossexual nos mesmos termos que o casamento heterossexual e lhes concediam automaticamente o direito à adoção. A justiça Israelita reconheceu a adoção de crianças por casais homossexuais em 2008.

Nos Estados Unidos da América, os estados possuem uma certa autonomia se diferenciando com suas próprias legislações. Assim, enquanto alguns estados reconhecem juridicamente a união civil, tais como os direitos entre homossexuais, há estados que reconhecem, mas negam certos direitos, assim como há estados que não legalizaram a adoção, mas abriram precedentes em casos específicos, de acordo com Farias (2007).

#### ***4.1.1 Requisitos para adoção no Brasil***

Com o objetivo de melhor esclarecer os requisitos apresentados anteriormente, com um detalhamento jurídico melhor, para assim contribuir que as discussões sejam melhores abordadas, será listado abaixo cada um dos parágrafos que embasam a essencialidade da

adoção. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) expressa, em seu artigo 42, os requisitos que um cidadão deve cumprir ao demonstrar interesse em participar de um processo legal de adoção que são as seguintes:

Art.42. Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.

§ 1º. Não podem adotar os adolescentes e os irmãos do adotando.

§ 2º. Para a adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.

§ 3º. O adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.

§ 4º. Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão.

§ 5º. Nos casos do §4º deste artigo, desde que demonstrado efetivo benefício ao adotando, será assegurada a guarda compartilhada, conforme previsto no art. 1584 da Lei 10.406, de 10.01.2002 – Código Civil.

§6º. A adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença.

A maioria penal ou idade mínima no Brasil já sofreu várias alterações ao longo da história, e foi alterada novamente a partir da primeira leitura do ECA, sendo revogada tempos depois com a implementação do Código Civil de 2002, que passou a vigorar a idade mínima de dezoito e não mais de vinte e um como anteriormente. Em conformidade com o *caput* do art. 42 do ECA, é importante salientar que a Lei de Adoção de 2009 é posterior ao entendimento adotado pelo Código Civil de 2002, portanto, justificando a reformulação da redação para assim concretizar o disposto do quesito “18 anos”. Também é importante ressaltar que o § 2º, do art. 42 exige comprovação do casamento civil ou união estável no caso de uma adoção conjunta, entretanto, não é possível conferir adoção a um menor de dezoito anos, ainda que este seja casado ou viva uma união estável com outra pessoa. A idade mínima independe do estado civil do proponente.

Outro fator relevante para a adoção é a diferença mínima de dezesseis anos entre adotante e o adotado, para que se possa garantir um ambiente de respeito, que resulte da aparência de ascendência e filiação biológica do adotante, e que inspire uma segurança na

estrutura desta família, se alicerçando nos preceitos financeiros, social e psicológicos deste arranjo.

O ECA, em seu art. 46, tinha como requisito o estágio de convivência que era estipulado por autoridades judiciais competentes e acompanhado por uma equipe técnica de profissionais especializados. Tal estágio é considerado indispensável para o adotante e adotando, como uma forma de facilitar tal convivência através da experiência, que poderia ajudar a desenvolver os laços de afinidade, entretanto, com o advento da Lei 13.509/2017, tal artigo foi alterado, passando a ser um estágio com prazo de 90 (noventa) dias que pode ser prorrogado por igual período:

Art. 46. A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, observadas a idade da criança ou adolescente e as peculiaridades do caso.

§ 2º-A. O prazo máximo estabelecido no caput deste artigo pode ser prorrogado por até igual período, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária.

Este tempo de estágio pode ser dispensado por parte da autoridade se o adotando já possuir comprovação de vínculos constantes de convívio com a família do adotante. Em casos de adoções de estrangeiros, o tempo pré-determinado é de, no mínimo, 30 (trinta dias) e, no máximo, de 45 (quarenta e cinco), podendo ser prorrogável por até igual período uma única vez, mediante uma justificativa por parte da autoridade judicial.

#### ***4.1.2 O panorama internacional e a adoção no ordenamento jurídico brasileiro***

No Brasil, não existe uma lei específica que trate somente da adoção em casos de uniões homoafetivas, mas foi possível contemplar, ao longo destes referenciais, que, a partir da Constituição Federal de 1988, se teve vários avanços significativos, observados tanto nos direitos que permeiam as minorias, tais como, a comunidade LGBTQI+, quanto no trato do instituto da adoção no país. Diante de um contexto social, que teve como prerrogativa os princípios da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, art. 227 da carta constitucional de 1988, que trouxe, no ordenamento jurídico brasileiro, o princípio da Doutrina da Proteção Integral, se garantiu ali uma inversão de prioridades que deu condições às crianças e aos adolescentes como sujeitos que estão em pleno desenvolvimento. Nosso

sistema jurídico privilegiava o interesse adulto, mas a mudança de paradigma tem exigido que se represente ações melhores de interesse da criança e do adolescente, e, nesse sentido, o ECA foi uma conquista.

O ECA não permite que a adoção seja concedida a pessoas que exerçam atividade criminosa ou que façam uso de entorpecentes, segundo seu art. 19, já que se presume que tais sujeitos não estariam aptos a oferecerem um ambiente considerado propício ao desenvolvimento saudável. A adoção também é vetada à pessoa que não possa oferecer uma convivência e um ambiente familiar apropriado, segundo o art. 29.

De acordo com Oliveira (2017), o chamado “princípio do melhor interesse da criança” decorre do art. 227, *caput*, da Constituição Federal e do art. 3.1 da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças, que se encontram em consonância no que concerne o instituto da adoção. O art. 21 da Convenção Internacional dos Direitos da Criança estabelece que “... os Estados Partes que reconhecem ou permitem o sistema de adoção atentarão para o fato de que a consideração primordial seja o interesse maior da criança”.

Diante da variedade de elementos envolvidos em um pedido de adoção, o juiz da Vara da Infância e da Juventude deve verificar cada caso, considerando suas particularidades para deferir ou não o fundamento no princípio do melhor interesse da criança, se dando em forma de análise que é dotada de um elevado grau de abstração (vide art. 29 do ECA, que pode gerar leituras distintas ao não se ter uma definição sobre o que seria um “ambiente familiar adequado”). Se o juiz não tiver evidenciado tais princípios, ele não poderá conceder a adoção somente para “solucionar” um problema de cunho social ou para contribuir com a redução das estatísticas relacionadas ao número de crianças e adolescentes em situação de abandono. Todavia, há representantes do Poder Judiciário que são a favor e contra a adoção por homossexuais; os juristas de opiniões favoráveis se pautam na inexistência de proibitivo legal, enquanto os juristas que apresentam uma opinião desfavorável porque se baseiam em questões morais, instrumentalizando discursos de supostas consequências ao desenvolvimento psicossocial do adotando, ratificando, assim, a polêmica em torno deste tipo de adoção.

No Brasil, foi o reconhecimento legal do arranjo da família monoparental que abriu caminhos para a adoção que não esteja de acordo com um modelo considerado tradicional, como era previsto nos antigos Códigos de Menores alhures citados, e que foi substituído pelo ECA através da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, cujo a elaboração, segundo Oliveira (2017), decorreu do fato de se pormenorizar o sistema especial de proteção aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. A ratificação feita pelo Brasil da Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em 20 de

novembro de 1989, se incorporou expressamente aos artigos da Constituição e provocou uma profunda mudança de paradigma no sistema de proteção à criança e ao adolescente no Brasil, ao abandonar definitivamente a doutrina jurídica da situação irregular e abraçar o princípio constitucional da proteção integral, passando, com isso, os interesses desses menores a contar com supremacia sobre os interesses dos adultos. Isso significa que toda vez que uma autoridade administrativa ou judicial se deparar com uma situação em que haja conflitos de interesses entre adultos e crianças ou adolescente, se prevalecerá estes últimos como privilegiados. Com isso, essa nova concepção do instituto da adoção sofreu impactos, ganhando novos contornos e finalidades, assumindo um papel de destaque diante da perspectiva de proteção a integridade da criança e adolescente no Brasil.

Como visto anteriormente em vários trechos deste estudo, antes da Constituição de 1988, a legislação que arcabouçava a adoção contemplava requisitos formais proeminentes que demonstravam alguma preocupação com a figura do adotando, e, mesmo assim, este espírito de adoção se traduzia na intenção de somente dar um/uma filh@ àqueles casais que não podiam tê-los biologicamente, como se o adotando fosse um mero objeto que satisfizesse o desejo de um casal. Em um momento posterior, o cunho social adquiriu espaço para se combater o abandono do menor, mantendo, ainda em segundo plano, a preocupação com as necessidades do menor. No entanto, com a Constituição de 1988, trouxe humanidade especialmente aos sujeitos, ao serem proclamados e dirigidos, sobretudo, nos artigos 226 e 227, que foram dirigidos especialmente às crianças e adolescentes. Alterou-se profundamente o estado em que as coisas até aquele momento permaneciam, tornando os menores em “sujeitos de direito”, portanto, transformando a instituição da adoção com base nos princípios da proteção integral e pelo princípio do melhor interesse. O Brasil teve uma postura vanguardista ao adotar a Doutrina de Proteção Integral e ratifica tal intuito com o ECA, que exige uma nova postura das Instituições e compõem os sistemas de proteção e de Justiça, finaliza Oliveira (2017).

Em relação ao panorama internacional, continua o autor, a adoção ganhou destaque após a Segunda Guerra Mundial, em face a existência de milhares de crianças órfãs, sem qualquer possibilidade de acolhimento na família. Estes órfãos da Alemanha, Itália, Grécia, Japão, China e de outros países foram adotados por casais estadunidenses e europeus em sua maioria. Durante o período de 1985 e 1990, muitas crianças adotadas na Itália eram naturais da América Latina – cerca de 80% –, enquanto na França, no período de 1990 a 1992, foram 21,16% apenas de crianças brasileiras, segundo o Serviço Internacional de Adoção (como citado em Oliveira, 2017). Houve neste período um total descontrole, com reconhecidos

abusos devido à falta de regularização e documentação destes adotandos. Isso fomentou outros problemas, como a venda e o tráfico internacional de crianças, tanto no país de origem quanto no de destino, fazendo brotar normas protetivas e mais rigorosas sobre a proteção e bem-estar destes adotantes.

No panorama latino-americano, as mudanças na lei ocorreram no final da década de 1980, que buscavam atender diretrizes da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989, que, considerando o menor como sujeito portador de direitos, lhe reafirmou o direito a ter nome, a ter nacionalidade, a conhecer e conviver com seus pais e a não se ter estes, quando for incompatível com seu melhor interesse dentre outras disposições que foram trazidas em seus 56 artigos.

Evidentemente, ainda que exista a intenção do Estado em proteger a infância e juventude, isso não garante que inexistam casos de violência intrafamiliar, como a violência física, sexual, psicológica, negligente e violência fatal que poluem os Conselhos Tutelares brasileiros, dentre outras instituições. Como observa Oliveira (2017), a existência desse tipo de situação, que é traduzida na constatação de casos notificados e na ciência de subnotificações de tais ocorrências, impede que o Estado possa cumprir em sua plenitude aquilo que propõe em seu código, o que torna ainda mais indispensável a ajuda e a capacitação de profissionais da saúde e da educação para minimizar esses danos.

É de suma relevância que estes profissionais da saúde e da educação estejam prontos para identificar os casos de suspeita e confirmação de maus-tratos praticados contra seus pacientes e alunos/as, possibilitando uma intervenção precoce para que se possa romper com a violência que, porventura, esteja sendo acometida, e nisso, destaca-se a obrigatoriedade de comunicação que o Conselho Tutelar que tais profissionais devem realizar.

#### **4.2 O que dizem alguns estudos sobre a adoção por pares**

Conforme dito alhures, a adoção realizada por casais homossexuais em uma relação homoafetiva desperta muitas indagações acerca das supostas desvantagens que o adotivo ou adotiva possam ter, justamente pelo fato de o senso comum ainda cultivar o pensamento de referências restritivas nas figuras paternas e maternas, muito arraigadas no patriarcalismo. Afinal, como uma criança vai se desenvolver “normalmente” sem a presença diária materna de uma mãe (no caso dos pares masculinos) ou paterna de um pai (no caso dos pares

femininos)? Como a criança vai saber o que é ser “homem de verdade”, sendo criada por dois homens *gays*, sem ter sua sexualidade afetada? Como a criança vai saber a importância de se ter um pai, sendo criada por duas mulheres? Parecem questionamentos absurdos para quem lida com uma diversidade cultural maior ou em um contexto plural de sociedade que comporta arranjos familiares tão diversificados em diversas camadas sociais, mas são questionamentos ainda presentes que precisam ser discutidos jurídica e cientificamente, e acessados pelas comunidades para que tais discursos sejam combatidos, bem como ampliados em outros setores do conhecimento como o psicológico e educativo, por exemplo.

Nenhum senso comum destes citados foi cientificamente comprovado, pelo contrário, há muito esforço para que todos eles sejam refutados, justamente para se combater qualquer tipo de preconceito que possa ser existente. Neste sentido, esta seção visa compartilhar alguns ensinamentos da área de psicologia e psiquiatria acerca da interferência destes pais e destas mães na educação e na formação social e sexual de seus/suas adotivos/as, com a intenção de desvelar vestígios de eventuais dúvidas e preconceitos.

Matos (como citado em Silva, 2020) afirma que o artigo "*Novas" entidades familiares e seus efeitos jurídicos* é resultado de um compilado de análises de pesquisas realizadas pela Associação Americana de Psicologia (APA), entidade que não constata em seus estudos prejuízos na relação de filiação entre os pais e as crianças/adolescentes, indicando que estes pais e mães são tão capazes de reproduzirem uma criação saudável e favorável quanto uma filiação heterossexual. Ainda afirma que nenhum destes estudos confirmou desvios destrutivos ou incapacidade intelectual, danos psicológicos ou qualquer outro tipo de problema que pudesse afetar sua relação interpessoal bem como a comunitária (Matos, 2008).

Um caso emblemático que contou com a interferência da APA, e que merece destaque, ocorreu em 2002 nos EUA. Houve um veredicto de um caso polêmico de adoção chamado "*IN RE ADOPTION OF LUKE*"<sup>61</sup>. Esse caso envolveu um casal de lésbicas e um pai biológico desconhecido, e o tribunal da Suprema Corte de Nebraska solicitou, durante a apelação de um processo, um relatório da APA sobre a experiência clínica do casal homossexual para com Luke. O caso se tratava de um processo de adoção iniciado pela parceira lésbica da mãe natural, cujo casal, por meio de uma inseminação artificial de um doador anônimo e que não participava da criação e era desconhecido, teve a parceira como parte interessada, solicitando a adoção unilateral desta criança. O pedido foi negado em primeira instância por causa da interpretação da lei de Nebraska. O tribunal, apesar de

---

<sup>61</sup> Disponível em <<https://www.apa.org/about/offices/ogc/amicus/luke>> Acesso em 13 de fevereiro de 2021.

observar que “todos com potencial para criar com sucesso uma criança, em um orfanato ou adoção devem ter direito a uma consideração justa e igual, independentemente da orientação sexual ou estilos de vida diferentes”, negou a adoção unilateral por interpretar que as leis de Nebraska exigiam o contrário. O tribunal em questão leu os estatutos do estado, que não expressavam permissão para que o parceiro interessado na adoção pudesse fazê-lo se não estivesse casado legalmente com a outra parte, não importando o quanto ambos estivessem qualificados para tal. Assim, o caso seguiu para a Suprema Corte de Nebraska, que solicitou o relatório à APA que por sua vez, expressou a seguinte posição:

“O relatório da APA argumentou que a pesquisa e a experiência clínica indicam que, quando os filhos foram criados por casais de lésbicas, a adoção pelo segundo progenitor é geralmente benéfica para o desenvolvimento social e psicológico da criança e, portanto, consistente com os melhores interesses da criança. O *briefing* também forneceu pesquisas para indicar que a orientação sexual dos pais não afeta adversamente seus filhos ou seus pais.”(IN RE ADOPTION OF LUKE, 2002)

Mesmo o relatório afirmando não haver prejuízos clínicos e constar em seu *briefing* pesquisas que indicassem o não prejuízo na criação para esta criança, a Suprema Corte confirmou a negação do pedido de adoção da parceira, se baseando no Estatuto de Adoção do Estado de Nebraska que impedia que tal adoção fosse feita por parte de um parceiro não casado legalmente.

Outra publicação especializada em paternidade e maternidade *gay*, que merece devida menção, é o “*Lesbian and Gay Parenting*”<sup>62</sup> (A. E. Goldberg & Frost, 2018), que é uma publicação posterior ao “*Lesbian and Gay Parenting: A Resource for Psychologists*” de 1995. Ambas trazem descobertas de pesquisas sobre mães e pais homossexuais envolvidos em questões legais de adoção e políticas públicas relacionadas à parentalidade. Um destes estudos foi feito pela PhD Charlotte J. Patterson (2018) que afirma:

Em resumo, não há evidências que sugiram que lésbicas ou gays sejam inadequados para serem pais ou que o desenvolvimento psicossocial entre filhos de lésbicas ou gays esteja comprometido em comparação com os filhos de pais heterossexuais. Nenhum estudo descobriu que filhos de pais lésbicas ou gays estivessem em desvantagem em qualquer aspecto significativo em relação aos filhos de pais heterossexuais. Na verdade, as evidências até o momento sugerem que os ambientes domésticos fornecidos por pais lésbicas e gays são tão prováveis quanto aqueles fornecidos por pais heterossexuais para apoiar e permitir o crescimento psicossocial das crianças. (Patterson, 2018, p. 15).

---

<sup>62</sup> Disponível em <<https://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting>> Acesso em 13 de fevereiro de 2021.

É de suma importância reconhecer que, embora tais pesquisas não sejam tão recentes e pertençam a um escopo limitado, a necessidade de investigação é constante e deve ser sempre sistematizada para que a compreensão acerca do tema possa servir de base, não somente de refutação ao senso comum das pessoas, como também de evidência jurídica para contribuir com decisões relativas à custódia e aos direitos dos pais e mães, se baseando, assim, sempre no interesse maior da criança e do adolescente. Pessoas homossexuais enfrentam historicamente um escrutínio em suas reivindicações muito mais rigoroso do que pessoas heterossexuais, justificando a necessidade de romper com suposições, visto que estudos mostram que não há desfechos negativos que conote numa instabilidade desta relação homoparental ou qualquer disfunção no desenvolvimento dos filhos.

Outro estudo interessante é o de 2010, também liderado pela PhD Patterson com seus orientandos (Farr et al., 2010), em que é mostrado que as crianças adotadas por famílias homoparentais são tão bem ajustadas quanto as crianças adotadas por famílias heterossexuais e seguem padrões semelhantes de desenvolvimento de gênero. Tal estudo foi publicado no periódico “*Applied Developmental Science*”<sup>63</sup>, em um simpósio da Convenção Anual da APA sobre casamentos entre pessoas do mesmo sexo, e consistiu em observar 106 famílias, incluindo 56 casais do mesmo sexo, dos quais 27 eram chefiadas por casais lésbicos e 29 por casais *gays*, e 50 casais heterossexuais, que adotaram crianças no nascimento ou nas primeiras semanas de vida. Foi avaliado os estilos de vida de cada casal e a satisfação com o relacionamento, avaliando também o comportamento do papel de gênero e os padrões esperados ou não, bem como o comportamento das crianças na escola através de relatos dos seus professores, cuidadores que preencheram formulários e avaliavam ansiedade, depressão e comportamentos observados por parte deles para com a criança. Segundo os relatos colhidos destes pais, mães, professores e cuidadores, não foi observado da parte de nenhum deles um desenvolvimento atípico. A partir disso, a conclusão a que Patterson, seus co-autores e alunos chegaram é a de que os filhos das famílias homoparentais eram tão saudáveis quanto os filhos das famílias heterossexuais, prosperando de forma semelhante e sem nenhuma implicação na compreensão dos papéis de gênero e da orientação de seus pais e suas mães.

Com estas pequenas amostras, é possível entender que a questão da interferência dos pais e mães na sexualidade dos adotiv@s é improvável e não pode representar a promoção de julgamentos equivocados, assim como o contrário também não é verídico. Um indivíduo homossexual, educado por família constituída por um casal heterossexual, não tem sua

---

<sup>63</sup> Disponível em < <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10888691.2010.500958>> Acesso em 13 de fevereiro de 2021.

sexualidade modificada em virtude da cultura, educação ou criação que recebeu desta instituição. Por que haveria um sujeito homossexual, em uma sociedade que promove e exalta a normatividade heterossexual através de sua cultura e modos? Partindo desta reflexão, o senso comum perde força e se mostra fragilizado.

## 5 A Educação Escolar e a Política de Educação, Gênero e Diversidade Sexual

Segundo Ribeiro (1993), o Brasil teve uma base patriarcal muito alicerçada nos modos de vida do período colonial, baseado em uma mão de obra escravagista cuja autoridade ilimitada dos latifundiários e dos aristocráticos tinha um estilo medieval europeu, trazido ou transmitido pelos jesuítas. Essa sociedade era sustentada por uma economia agrícola e rudimentar, que não necessitava nem de trabalhadores alfabetizados e nem de muitas lideranças governamentais. Nessa época, havia a Companhia de Jesus, que tinha como intuito recrutar fiéis e servidores através da catequese, que assegurava inclusive a conversão religiosa da população indígena. A educação média era voltada somente aos homens da classe dominante, com exceção de suas mulheres e filhos primogênitos, enquanto a educação superior era exclusiva para os filhos aristocratas que tivessem o objetivo de ingressar na classe sacerdotal, ou era encaminhados para estudar na Europa, para, mais tarde, voltarem ao país para administrá-lo.

De acordo com Ribeiro, a Companhia de Jesus tinha o objetivo, inicialmente, de docilizar os indígenas para capitanear mão de obra, porém, ao longo do tempo, tal objetivo foi substituído por uma educação das elites, que buscava garantir lucros financeiros e a formação de novos e futuros sacerdotes, não pertencentes ao povo. O modelo jesuítico, no Brasil, foi bastante influenciador e refletia o contexto social da época que media a posição social de um sujeito com base na quantidade de escravos, de terras ou de títulos católicos que se recebia. Os jesuítas criaram as escolas para ler e escrever, aprender latim, teatro, artes, filosofia, matemática e física. A exclusão do povo do âmbito escolar perdurou durante o período colonial, imperial e republicano, sem sofrer muitas mudanças em suas estruturas, mesmo passando por diversas reformas, como por exemplo, quando Marques de Pombal tirou o poder educacional da Igreja e repassou às mãos do Estado na metade do século XVIII.

No início do século XIX, com a estratificação social mais complexa devido o surgimento de outras classes, a pequena burguesia reivindicou também o seu acesso à educação enquanto classe, causando fortes mudanças estruturais graças à influência de ideias iluministas europeias que contrariavam o pensamento aristocrata-rural. Outras mudanças foram ocorrendo ao longo dos anos, com a implantação de instituições educacionais de ensino superior, museus, bibliotecas e etc., que eram instituições também de acesso restrito, já que parte da população era iletrada e não tinha acesso à educação básica ou primária, demarcando ainda mais elitismo e exclusão. Esse século ficou marcado no ensino secundário por ser

voltado ao preparo dos alunos ao ingresso da escola superior, já que existia uma pressão exercida pela classe dominante que desejava *status* e reconhecimento social.

Houve muitas alternâncias no pensamento filosófico e reformas em que alguns acentuaram os estudos literários e retiraram a biologia em certos momentos, enquanto outros tentaram se voltar ao pensamento liberal, mas sem nenhum deles resolver os problemas educacionais existentes. O governo não se interessava em ampliar a educação básica, uma vez que a economia não exigia uma mão de obra qualificada e nem nível médio, e, por sua vez, o proletário não tinha acesso a um nível de educação, que era administrado por aqueles que a detinham.

Na década de 1920, com o impulso à industrialização, veio o fortalecimento da classe burguesa que trouxe consigo novas mudanças no contexto sociopolítico e escolar. Com a queda da oligarquia e ascensão da burguesia industrial, vieram junto novos pensamentos filosóficos que influenciaram a organização escolar através de revoluções e movimentos, como o Tenentismo, o surgimento do Partido Comunista, a Semana de Arte Moderna e, principalmente, o Movimento Escola Nova, que foi uma corrente pedagógica em que os educadores de profissão denunciavam o analfabetismo e outros problemas da própria educação. Os escolanovistas defendiam o ensino leigo, universal, gratuito, obrigatório e tutelado pelo Estado, complementa Ribeiro (1993).

No entanto, o pensamento conservador católico voltou a ocupar espaço no início da década seguinte e se prolongou até o fim da República Velha, com uma ideologia que se baseava no período em que a Igreja dominava as relações sociais e seguia uma filosofia pedagógica alinhada à visão cristã de mundo ao defender um ensino religioso para a formação das crianças.

Posteriormente, surgiram outras reformas com a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 2 de abril de 1931, gerando órgãos, conselhos e direções de escola, mas, mesmo assim, certas medidas eram ineficientes e não muito abrangentes. Em 1937, se tem a instauração do Estado Novo, um regime ditatorial que trouxe mudanças estruturais na sociedade brasileira. Neste período, o Estado Novo se estabilizou, devido à repressão intensa e à política de conciliação de classes; por meio de atitudes populistas, o Governo voltou a atenção a Educação, aumentando verbas de investimento e criando mais órgãos, além de realizar, em 1942, a Reforma de Capanema que, segundo Ribeiro, tinha em essência a ideologia nazifascista, pois era voltada ao patriotismo e ao nacionalismo, se difundindo, nessa época, a disciplina e ordem por meio dos cursos de moral e civismo, e educação militar para os meninos em escolas secundárias.

O projeto de democratização educacional, no Brasil, se iniciou com a República através da escola pública e, em 1961, foi aprovada a Lei 4024 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 1964, ocorre o Golpe de Estado e os militares assumem o poder, ligados a grupos de empresários e políticos que atendiam aos interesses estrangeiros e ao capital. A partir de 1967, devido ao clima de revoltas populares e à eclosão de movimentos estudantis, uma série de leis foram decretadas pelo governo que incluía a proibição do corpo docente e discente de se manifestarem politicamente, demarcando uma modernização forçada que só visava censura, limitações e tecnicismo que tinha compromisso somente com a profissionalização. Todas as reformas e leis eram discutidas e feitas por grupos minoritários, que nunca conseguiram colocar a Educação como setor prioritário, servindo apenas a uma camada social em detrimento da outra.

### **5.1 A orientação sexual na escola**

Primeiramente, é preciso salientar que, de modo excepcional, será usada nesse capítulo a expressão **orientação sexual**, no sentido de trabalho sistematizado de discussão e reflexão sobre questões da sexualidade humana como orientação formal acadêmica, e não no sentido de atração afetivo-sexual.

A adição da temática da sexualidade na escola ocorreu devido a várias mudanças no comportamento sexual, que, por sua vez, foram frutos de vários debates e movimentos sociais anteriores que discutiam a liberação sexual. A partir da década de 1980, essa temática ganhou destaque porque tal liberação sexual não foi acompanhada pelo conhecimento sexual, culminando numa sociedade que seguia essa liberação sexual, mas que não sabia de forma qualificada como evitar a gravidez, as IST's e sua própria fisiologia sexual, provocando preocupação por parte do setor da Educação pelos altos índices de gravidez precoce indesejada e o risco de contaminação do HIV, segundo Reis e Ribeiro (2005).

Ciente que é na escola que os educadores adquirem a percepção da manifestação da sexualidade em suas mais variadas formas, devido ao tempo de permanência destes sujeitos em formação dentro dela, se faz necessário que a escola seja um espaço acolhedor que, muitas vezes, é negado aos estudantes por diversos motivos dentro da própria família, ou seja, muitas vezes o/a estudante traz de casa informações, dúvidas, equívocos, preconceitos ou crenças distorcidas que lhe darão conclusões negativas acerca da sexualidade humana.

Sabendo que essa mesma escola pode oferecer um espaço de reflexão, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que são diretrizes elaboradas pelo governo para nortear os educadores acerca dos aspectos fundamentais de cada disciplina, trazem consigo a possibilidade de se discutir transversalmente a temática sobre a sexualidade sem que se necessite de uma disciplina específica do currículo. Trabalhar transversalmente garantiria ao/a educador/a o poder de trabalhar tal tema fazendo uma associação entre o assunto e um conteúdo específico da disciplina. No tocante ao gênero e sexualidade, os PCN ofertaram um tópico específico denominado “Orientação Sexual”, embora o exame da aplicação das diretrizes curriculares e questionários aplicados, bem como entrevistas sobre tal tópico, efetuadas pelos autores, apontassem uma dificuldade de introduzir o tema nas escolas, por causa da falta de formação inicial e continuada dos docentes, além da dificuldade pessoal em abordar o tema no cotidiano escolar.

Reis e Ribeiro postulam que os temas transversais devem ser trabalhos de forma sistemática que respeitem etapas e o contexto escolar, sendo direta e simples, tendo o educador sempre postura e discernimento para evitar transmitir valores, crenças e opiniões particulares de modo absoluto. Ribeiro (1990) acrescenta:

[...] o orientador sexual deve, antes de mais nada, acreditar em sua proposta, na necessidade de se levar para a sala de aula o debate sobre sexo e sexualidade. Desta forma, deve ser uma pessoa coerente com a sua proposta, que não tente passar modelos e, sim, analisar com os alunos as diferentes situações e visões que existem sobre o tema. Ser verdadeiro sem se achar portador da verdade absoluta. Deve ter conhecimento sobre o assunto sem ser onipotente e ter sensibilidade para perceber as necessidades dos alunos e procurar elaborar um programa que vá ao encontro dessas necessidades e das expectativas dos alunos. (Ribeiro, 1990, p. 20).

O docente, na condição de responsável por direcionar tais discussões, deve primar por não criticar as diferentes formas de expressão da sexualidade e esclarecer questões que possam também favorecer reflexões acerca das vivências e história de cada um. Há também de se ressaltar que, apesar de existirem propostas que tutelam tal orientação nas escolas, a formação do educador ainda deixa a desejar porque as licenciaturas não abrangem tal temática, gerando dificuldades por parte dos educadores que não possuem preparo técnico ou pedagógico para tal, deixando-o numa posição desafiadora (Reis, G. V., e Ribeiro, 2005).

## 5.2 Políticas de educação, gênero e diversidade sexual

O conceito de gênero foi introduzido academicamente por volta da década de 1970, em razão do movimento feminista, mas não são todas as correntes do feminismo que dialogam e concordam entre si, o que torna o debate sobre gênero distinto do debate sobre feminismo. A teoria mais frequente se baseia no conceito de diferença, rejeitando o feminismo de igualdade que colocava as distinções biológicas entre homem e mulher como essenciais e compreendendo as relações de opressão como traços culturais construídos socialmente. O feminismo da diferença não descarta os traços culturais, porém, polariza o debate colocando as diferenças sociais acima das biológicas, colocando o poder numa esfera pública. Por outro lado, as correntes pós-estruturalistas dão ênfase no caráter histórico e na construção social que foi consequência desta historicidade, se atentando à ruptura de homogeneidade dos campos, interseccionalizando e reconhecendo a diversidade, como raça, classe e geração, existente em cada grupo (Farah, 2004)

Scott (2009) afirma que os estudos de gênero mostram a desconstrução do viés que essencializa as diferenças entre mulheres e homens por questões biológicas, e que, no campo político, as relações de poder entre eles são assimétricas e desiguais, gerando submissões, discriminação e violência. Miskolci & Campana (2017) propõem que a concepção de mulheridade deveria ser ampliada com mais afinco para as políticas públicas, para além da cisgeneridade, incluindo outras representações, como as mulheres transsexuais e travestis, lésbicas e bissexuais, dentre outras, para que a repetição de normas possa ser rompida com a inclusão das diferenças.

Sanfelice (2011) afirma que foi a partir das últimas décadas do século XX que a academia intelectual passou a considerar relevante os estudos universitários a respeito das discussões de gênero e sexualidade, pelo fato de, neste contexto, as Ciências Humanas estarem se modificando epistemologicamente, dando destaque a temas relacionados à vida cotidiana e ao multiculturalismo. Entre as décadas de 1980 e 1990, os estudiosos europeus começaram a se preocupar com temas relacionados à sexualidade, recuperando acervos para suas pesquisas. De fato, pelo menos nas sociedades ocidentais, as desigualdades entre homens e mulheres expressam padrões dominantes nas identidades que subordinam as mulheres em todas as esferas, fazendo com que a implementação de políticas públicas e programas sejam necessários para que a sociedade seja impactada e rompa com este ciclo de subordinação.

Segundo Farah (2004), os estudos de gênero surgiram no Brasil no final dos anos 1970, devido ao movimento feminista no país, sendo mais explorado em décadas posteriores,

num contexto de crises institucionais. Esse início se deu num momento em que transformações importantes estavam ocorrendo com relação a democratização e crise fiscal, que mudaram as relações entre Estado e sociedade. Com a ruptura do regime ditatorial, ocorrida na década de 1980, outras transformações aconteceram, fazendo com que agendas de reformas fossem iniciadas e dessem aos poucos uma “cara nova” às intervenções estatais, que tinha o intuito de superar as características do regime anterior e de poder contar com agentes ativos das décadas anteriores, principalmente ligadas a movimentos sociais que lutavam pela democratização do regime e reivindicavam melhorias nas políticas públicas. No caso de políticas públicas voltadas à condição da mulher, havia temas específicos como saúde da mulher, sexualidade, contracepção, violência, direito à creche dentre outros. Ao mesmo tempo que se denunciavam as desigualdades, surgiam atritos dentro do próprio movimento feminista, porque alguns grupos objetivavam mudanças estruturais que pudessem romper com a subserviência da mulher, enquanto outros defendiam questões mais diretas relacionadas às condições presentes em outros grupos, como, por exemplo, a violência doméstica.

Nesse sentido, a década de 1980 foi marcada pelo início da agenda de reformulação de políticas públicas direcionadas à demanda das mulheres, marcando a criação de várias medidas, como o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983, e do primeiro Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, que era um órgão do Ministério da Justiça, em 1985. Os movimentos sociais das mulheres também marcaram mobilização promovendo pautas em torno da bandeira da Constituinte, defendendo propostas relativas à saúde, família, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade, incorporadas na Constituição em 1988.

De lá para cá, ocorreram muitas mudanças com base em plataformas de ação definida, que passaram a contar com o apoio não somente dos movimentos sociais, mas também de entidades internacionais que promoveram propostas de combate a desigualdade de gênero, a partir de diagnósticos realizados tanto nos países desenvolvidos quanto nos mais atingidos pela pobreza. Assim, a ampliação do papel das esferas governamentais pôde realizar a inclusão de novos temas e propiciar o surgimento de programas, entre outras iniciativas, que incluem a educação com intuito de multiplicar ações dentro da sociedade, desconstruindo discursos inclusive acerca da sexualidade.

Segundo Vianna (2018), houve algumas tentativas de introduzir as temáticas sobre gênero e sexualidade, assim como outros temas, na educação por meio do currículo escolar, mesmo não se caracterizando como proposições de políticas públicas federais, nem se

articulando com políticas específicas que perpassassem pelo reconhecimento da diversidade sexual.

Louro (2000) relata que, apesar de haver teorias educacionais que promovam várias disciplinas de apoio à formação docente, poucas falam sobre os corpos dos sujeitos, ainda que, na história da educação, a preocupação com os corpos sempre estivesse presente no engendramento das práticas pedagógicas. Pouco se fala sobre o que é ser feminino ou masculino, pouco se problematiza sobre as características dos corpos e as identidades, apesar de, no passado, terem existido propostas, influenciadas pelo higienismo francês, de inclusão da Educação Sexual nas escolas públicas a partir de onze anos, como Vianna (2018) aponta.

Figureiró (como citado em Vianna et al., 2016) registra, sob uma ótica histórica, um exemplo de inclusão da Educação Sexual como parte do currículo que ocorreu durante o início dos anos de 1930 no Colégio Batista do Rio de Janeiro e, posteriormente após mudanças no Concílio Vaticano II na década de 1960. A mesma autora afirma que esse processo é marcado por idas e vindas, sendo, às vezes, totalmente silenciado ou negligenciado em alguns períodos. Curiosamente, a Educação Sexual se intensificou nas escolas católicas e em escolas públicas paulistas, mineiras e cariocas, em plena ditadura militar, e neste período tramitou propostas de implantação da obrigatoriedade da Educação Sexual nas escolas em todos os níveis de ensino na Câmara dos Deputados, sendo barrada em 1970.

Ainda de acordo com Vianna (2018), em 1971, foi promulgada a Lei nº 5.692/1971 que obrigava que os trabalhos de Educação Sexual fossem de responsabilidade dos “orientadores educacionais” e dos docentes da área de Ciências ou de Programas de Saúde, passando a ser responsabilidade do Conselho Federal de Educação, dos Programas de Saúde do antigo segundo grau em 1974, com o parecer nº 2.264/1974.

A escola assumiu a função de cuidar das questões que envolvem o debate da sexualidade de crianças e adolescentes, após a Constituição Federal de 1988, com o intuito de normatizar os diversos comportamentos graças à pressão social por parte dos movimentos feministas que ganharam visibilidade com debates sobre direitos e desigualdades, e com a resposta do governo de Fernando Henrique Cardoso, após 1995, de cumprir com os compromissos firmados às agendas internacionais que colocavam o Brasil como Estado signatário de conferências internacionais.

A partir de 1988, surgiram diretrizes e contribuições legais que evidenciaram a necessidade de se introduzir discussões acerca da sexualidade e diversidade na Educação, surgindo em 1996 a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96 –, em 2001 a PNE – Plano Nacional de Educação, nº 10.172/2001 –, em 1997 os PCN –

Parâmetros Curriculares Nacionais – e, mais recentemente, em 2017, a BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Com os PCN, houve um avanço no que diz respeito à “oficialização” da temática da sexualidade e do gênero no currículo e nas escolas, já que tal documento objetivava constituir uma proposta flexível e transversal de conteúdos que possibilitassem introduzir, na grade curricular, questões que acampassem todos os territórios do conhecimento e que contribuíssem com a formação dos sujeitos, os tornando mais participativos, reflexivos e autônomos, conscientes de seus direitos e deveres, amparando eixos como ética, meio ambiente, pluralismo cultural, consumo, saúde e orientação sexual (no sentido de orientar). Entretanto, surgiram muitas críticas por parte de pesquisadores da área da Educação, que atribuíam um caráter centralizador e prescritivo, com uma influência muito acentuada dos organismos internacionais.

Vianna (2018) também destaca que houve uma forte influência na esfera da saúde, devido o contexto que focava a prevenção de DST/IST e HIV/AIDS, acompanhando o rastro das influências que as agências e entidades, como Banco Mundial, CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) e a Unesco que também pressionavam os seus Estados signatários. A autora ainda acrescenta que uma das fortes críticas, por parte de quem se opunha ao modelo dos PCN, era a ausência de ações e condições estruturais que pudessem minimizar a formação deficitária que as educadoras e educadores possuíam, impossibilitando muitos de lidarem de forma qualificada com certas abordagens nas escolas.

Helena Altmann (como citado em Vianna, 2018) defende que, para desvincular a sexualidade de tabus e preconceitos, os trabalhos de orientação sexual deveriam abordar questões históricas e sociais, a fim de proporcionar discussões entre os sujeitos, considerando os seus medos, angústias e dúvidas como problematizações em sala de aula, e que deixasse de ser uma “orientação sexual” para se adequar a uma Educação Sexual, que seria um processo e o termo mais apropriado com a proposta de reflexões.

Existe um caráter velado sobre a temática de diversidade sexual na elaboração dos PCN, ao ceder pouca relevância em seu contexto de elaboração, conforme denuncia a autora, que chama a atenção para a falta de ênfase sobre a questão. Vianna, ademais, adverte:

É também objetivo de condenação a pouca relevância da temática da diversidade sexual no contexto de elaboração dos PCN, a qual aparece apenas na introdução ao documento relativo aos temas transversais e é citada somente uma vez no volume de Orientação Sexual dos PCN do primeiro ciclo, apenas para enfatizar que esse assunto deverá ser tratado da 5ª série em diante. Já nos PCN dedicados ao segundo ciclo, sua menção se dá em contexto que chama a atenção para as dificuldades de se tratar tema tão complexo e controverso. (Vianna, 2018, p. 77).

A autora também alerta sobre questão que envolve o gênero, ressaltando que, quando a Constituição federal de 1998 e a LDB surgiram, as relações de gênero estavam “subsumidas” porque havia um discurso geral sobre direitos humanos que, apesar de ser positivo, velava os debates sobre desigualdade de gênero, como se, de certo modo, reduzisse os problemas distintos que envolve as desigualdades nesse quesito.

### **5.3 As demandas de gênero, diversidade sexual e pluralidade na educação**

Em pleno processo de negociação que concretiza reformas, projetos, programas, ações e políticas afirmativas, tanto o Estado quanto os movimentos sociais se articulam para disputar interesses sociais que podem não só suprimir como também implantar políticas públicas de educação, a partir de um tenso processo e incansáveis discussões. Há discussões que são impulsionadas por ações coletivas e movimentos sociais que assumem o protagonismo na proposição de vários projetos de leis e programas federais ou estaduais, relacionados à política de inclusão dessa pluralidade. Nesse sentido, Vianna (2018) postula que o Movimento de Mulheres e os Movimentos LGBTQI+ exerceram grande influência em setores representativos internacionais, que, por sua vez, tiveram participação incisiva no contexto nacional, refletindo em linhas de ações inclusivas na Educação.

Vianna atenta que, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a diversidade sexual passou a ser reconhecida a partir da representação de diversos agentes políticos, projetos e programas que tiveram espaço nesta gestão, ainda que tal visibilidade não significasse a defesa incondicional desta discussão. Os ganhos foram ampliados em relação às demandas de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, bem como políticas de combate à homofobia. Todavia, a autora também ressalva que tal protagonismo teve seu início antes de tal gestão e se deu devido às exigências das agendas internacionais, que, ao se depararem com uma gestão progressista, se tornou um terreno fértil para modificações mais acentuadas, trazendo não somente modificações no governo, mas também no modelo institucional que proporcionou uma certa atenção ao criar algumas secretarias e conselhos voltados às discussões das minorias.

No âmbito do Ministério da Educação, foram canalizados temas que outrora eram excluídos, com a presença de setores administrativos que se incumbiam de traduzir denúncias em propostas e ações de combate ao sexismo, preconceito, entre outras manifestações de violência, visando, desta forma, promover uma educação mais comprometida com estas

minorias. Neste sentido, Vianna enfatiza ações que tinham como enfoque as mulheres e os LGBTQI+: o primeiro foi o PNPM (2004) – Plano Nacional de Políticas Para as Mulheres – que tinha, entre seus objetivos, “*a educação inclusiva e não sexista, visando promover o acesso à educação básica de mulheres jovens e adultas*”; o BSH – Programa Brasil Sem Homofobia –, que foi precedido pelo Plano Plurianual (PPA 2004-2007), lançado em 2004, que definia o Plano de Combate à Discriminação contra homossexuais com a colaboração da SDH, que acolheu demandas do movimento LGBTQI+, apresentadas em encontros nacionais, e lançando o Brasil Sem Homofobia como um programa de combate à violência física, verbal e simbólica sofrida por pessoas destas comunidades. Apesar de este programa ser de responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos, o SDH, sua implementação teve apoio inicial do Ministério da Saúde, atuando em conjunto com o Programa Nacional de AIDS, apresentando, no final de 2003, uma proposta de cartilhas que visavam orientar a sociedade a respeito da comunidade LGBTQI+. Esta proposta foi rejeitada pelo próprio movimento que exigiu ações mais efetivas, como a construção de políticas públicas que tratassem com mais atenção o tema. Neste momento, deu-se início a uma relação mais estreita entre governo e ativistas que culminou em parcerias que resultaram nas discussões de elaboração e estruturação de documentos voltados ao enfrentamento da homofobia.

As ações da Secad (mais tarde virou Secadi), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (que passou a ser Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão<sup>64</sup>), foi uma das várias secretarias que o MEC implementou na época, e que colaborou com a construção dessas políticas de inclusão, seguindo uma perspectiva pela educação para a diversidade, por considerar fundamental incluir a interlocução da diversidade sexual e gênero.

Vianna completa que, no caso do MEC, existia uma comunicação entre ONGs e grupos sociais que construíam juntos as políticas que visavam a inclusão destes debates, ampliando, deste modo, a participação de movimentos sociais organizados através de fóruns, seminários, conferências, entre outros espaços organizados que mobilizavam agentes importantes, reunindo ativistas com gestores dos sistemas de ensino, autoridades locais, representantes de movimentos sociais etc. Nota-se aqui o apoio do MEC, junto com a Secad, na área da educação, constituindo e formulando políticas importantes, que visavam superar a desigualdade relacionada à comunidade LGBTQI+, por meio da educação como expressão

---

<sup>64</sup> Tal secretaria foi extinta em 2019, pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, com o Decreto nº 9.465, que excluiu outras secretarias e exonerou mais de 20 cargos na área da educação. Disponível em <<http://blog.saade.ufscar.br/?p=227>> acesso em 09 de setembro de 2020.

das respostas pelo Estado devido às pressões, sugestões, participações e interferências que todos estes agentes construíram coletivamente.

Essa construção coletiva começou com os pactos legais que o governo de Fernando Henrique Cardoso iniciou e continuou e foi ampliado com o governo de Lula, que aprofundou o trabalho da inclusão das pautas, conforme garante Nina Madsen (como citado em Vianna, 2018):

Assim, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a tradução de uma série de temas em políticas públicas, como a inclusão do gênero e da sexualidade nos currículos, deu-se a partir do centro – ou seja, centralizada nas “bases legais definidoras da educação como política pública de Estado e a instituição hierarquicamente mais alta desse sistema: Ministério da Educação”. Já no governo Lula, a participação dos movimentos, com demandas históricas, fundou-se no próprio campo da formulação das políticas, com a criação articulada de planos, programas e ações voltadas para a sexualidade, a homossexualidade e as relações de gênero. (Nina Madsen apud Vianna, 2018, p. 84).

O MEC tinha o objetivo de construir um novo caminho em suas políticas educacionais de modo a contemplar a diversidade como elemento necessário para o combate e enfrentamento das desigualdades, sendo um aliado dos movimentos sociais de mulheres e LGBTQI+ ao se unirem na elaboração de diversos projetos que se destacavam na temática de gênero/sexualidade na educação escolar, como o chamado Programa Educação para a Diversidade e Cidadania, de 2005, que promovia políticas de educação inclusiva e de qualidade centrada na ética da diversidade, completa Vianna.

O já citado programa Brasil Sem Homofobia (BSH) também assumiu um papel importante, recomendando uma formação continuada docente na temática de gênero, sexualidade e homofobia, incentivando a criação pelo MEC/Secad, em 2005, do edital “Formação de Profissionais da Educação para a Cidadania e Diversidade Sexual”, que foi voltado para a seleção e apoio de projetos de formação docente continuada, sendo no ano seguinte publicado um novo edital direcionado aos profissionais da educação.

Evidentemente, houve também projetos, ora voltados para o problema da gravidez precoce, que inspirou o programa Educação e Gravidez na Adolescência, ora voltados para a Educação Sexual, direitos sexuais e reprodutivos e da saúde sexual e reprodutiva, programa este que trabalhava também a fomentação de pesquisas, formação de educadores e distribuição de materiais didáticos, dentre outros projetos de enfrentamento ao *bullying* LGBTQI+, como Vianna ressalva:

[...] o programa Educando para a Igualdade de Gênero, Raça e Orientação Sexual, orientando para a formação de professores em gênero, orientação sexual e

diversidade étnico-racial em cinco estados brasileiros durante o ano de 2005; capacitando profissionais da educação das redes públicas para promover cidadania, respeito à diversidade sexual, enfrentamento da homofobia na escola, desenvolvida durante os anos de 2005 e 2006 pelo programa de Formação de profissionais da Educação para a Cidadania e a Diversidade Sexual. (Vianna, 2018, p. 86-87).

#### **5.4 Danos na educação e na implementação das demandas**

Em 2011, Dilma Rousseff passou a ser a primeira mulher eleita à Presidência do Brasil, em um cenário tenso em relação ao crescimento de grupos conservadores e religiosos e, logo no início de sua gestão, reestruturou as secretarias do MEC, nomeando Fernando Haddad como Ministro da Educação, e o Secad passou a ser Secadi, porque se incorporou a Secretaria de Educação Especial, gerando críticas por uma suposta fragmentação ou simplificação das pautas, segundo Vianna. Tal governo pode ser considerado marcado por atritos acirrados entre políticos, gestores, docentes e demais integrantes da escola e sociedade, e por ter sido palco de polêmicas, como por exemplo o veto do chamado **Kit Escola Sem Homofobia**, conhecido pejorativamente por “Kit Gay”.

Nascido do Projeto Escola Sem Homofobia e articulado com o programa Brasil Sem Homofobia, que era destinado ao apoio para produção de materiais educativos de combate a homofobia e desenvolvido por ONGs, associações e agencias, este programa abordava de modo sistemático a homofobia, o conceito de denúncia e trazia atividades para uso dos educadores e propostas de discussões, estabelecido através de um convênio com o MEC, visando a sua utilização na comunidade escolar. Entretanto, após embates travados pela bancada religiosa e conservadora do Congresso Nacional, a presidenta Dilma Rousseff vetou o material em maio de 2011, alegando “inadequação”, ainda que, naquele mesmo mês, o STF reconheceu a união estável para pessoas do mesmo sexo, fato que demonstra contradição e conflitos neste contexto.

Vianna afirma que, em 2014, foi retirada da PNE – Plano Nacional de Educação –, durante sua tramitação no Congresso, as menções relacionadas ao gênero, retirando todo o caráter de defesa da diversidade sexual e desigualdade de gênero. Durante a votação da PEE – Plano Estadual da Educação –, e da PME – Plano Municipal da Educação –, o MEC incluiu os eixos temáticos que trabalhavam as temáticas outrora excluídas, com a intenção de garantir os princípios da LDB. No entanto, há registros de que tais votações sofreram distorções e ataques articulados por setores religiosos conservadores, que suprimiram palavras como gênero, diversidade e orientação sexual destes planos, passando a justificar tais ataques como

um “enfretamento” a “ideologia de gênero” que tinha a finalidade de “denunciar” um suposto caráter doutrinário nas abordagens das relações de gênero, sexualidade e diversidade, gerando um pânico moral entre as famílias e a comunidade.

A autora ainda acrescenta que houve diversos embates em que se criaram ataques a uma suposta dissolução de papéis sociais de homem e mulher, em defesa do conceito de “natureza humana”, como se a biologia fosse o único fator importante para determinar os papéis sociais. Estes embates geraram consequências que incutiu na exclusão de termos e temas não somente da PNE, como também das PEE e PME, exclusão de secretarias e conselhos criados em gestões anteriores, reformas, perdas de direitos e um retrocesso na educação formal. As influências destes vetos e exclusões sobre a manutenção das questões de gênero e diversidade sexual, nos planos promulgados entre 2014 e 2016, dão pistas do caráter não só contraditório do contexto social, como excludente, o que só piorou com o Golpe de 2016, já que, segundo a autora, evidenciou perdas, danos e desarticulação nas lutas e pautas até aqui discutidas.

Ocorreram muitas lutas ao longo de várias décadas para que se pudesse garantir, de alguma forma, algumas políticas públicas de inclusão voltadas para a educação relativas à consolidação do conceito de gênero e diversidade sexual e a dar visibilidade às vozes invisibilizada, inclusive dentro do contexto escolar. Assim, a autora finaliza, citando Joan Scott, em seu último livro como uma mensagem de inspiração para o leitor que: “para poder pensar o futuro e enfrentar os desafios, necessitamos aceitar a perda”, e ainda insiste num caminho de resistência que diz:

É, por definição, um caminho de luta e de resistência que, como tal, continua por ser feito. As conquistas, assim como as identidades, não são fixas. A desilusão ou até mesmo a nostalgia dos ganhos agora negados não podem nos impedir de ver e ouvir nossas e outras vozes conflitivas e críticas que apontam os limites desse processo e perseguem novas metas, enfrentam novos desafios, atentas para o que também vem sendo construído (e não só destruído) em nossas escolas. (Vianna, 2018, p. 97).

O tema que contorna a sexualidade divide espaço com à temática da desigualdade de gênero, e, por isso, discutir ambos se torna imprescindível e quase indissociável, pois, no próprio contexto escolar ou educacional, se vislumbra uma categoria que tem em sua maioria mulheres, o que poderia servir de pretexto para que se desse mais atenção ou se problematizasse a influência da prática educativa, ao analisar as representações das próprias professoras, destacando os mecanismos de controle social, discursos, mercado de trabalho, concepção dos corpos, performatividades, bem como a diversidade que precisa começar

estruturalmente ali na escola também, afinal, é preciso educar para a diversidade e para a sua aceitação. A escola traz um contexto muito fértil para a reflexão sobre as políticas de educação, que ensaiam a construção externa de uma vida em sociedade, e, por isso, deveria ser referência primordial para se romper com o pensamento hegemônico de dentro da própria comunidade escolar para fora, possibilitando a elaboração até mesmo de melhores diretrizes legais e orientações que incluam mais, que superem mais e que tolerem mais.

## 6 Preliminares Do Estudo

A problematização desta temática tem relevância no cenário atual, uma vez que é evidente a ocorrência de diversas reconfigurações tanto nos moldes familiares quanto na sociedade em geral, e, com isso, a existência da hipótese da criança ou adolescente adotad@ pertencente à família homoparental ter a sua infância marcada pelo estigma social, pelo preconceito, pela rejeição das pessoas, é uma hipótese válida, por considerar que vivenciar situações peculiares prejudiciais ao seu bem-estar psíquico, como, por exemplo, lidar com a curiosidade das pessoas que convivem ao seu redor poderia culminar em recorrentes interrogatórios dirigidos a estes/estas adotiv@s, ou a respeito da homossexualidade dos seus pais e mães, já que estudos sobre a adaptação psicossocial de crianças e adolescentes ainda são escassos.

Apesar de se notar também um esforço por parte das pesquisas científicas que tratam da Educação, e que tentam incorporar o debate sobre Educação Sexual e Diversidade como parte dos currículos, buscando promover e ampliar essas discussões no cotidiano escolar, há obstáculos dogmáticos e ideológicos que fragmentam este esforço, uma vez que os sujeitos são frutos de origens distintas com crenças religiosas e vivências particulares. Há também instituições e movimentos com convicções políticas que podem se contrapor ao debate, promovendo projetos, como, por exemplo, o agora extinto “Escola Sem Partido”, ou gerando pânico moral por meio de discursos como o da “Ideologia de Gênero” que é defendido por grupos políticos específicos, e movimentos conservadores ou fundamentalistas que condenam discussões que cerquem o universo LGBTQI+ (Balieiro, 2018).

Foi o que ocorreu em um dos estágios deste estudo. O presente projeto tinha como objetivo inicial, além de investigar o ambiente familiar, também de perscrutar o ambiente escolar, buscando saber se o ambiente era receptivo a este tipo de arranjo familiar, bem como se a abordagem dos agentes escolares, professores/as e gestão pedagógica, para com estes adotivos e adotivas, eram abordagens saudáveis, para assim diagnosticar se existia alguma situação que pudesse colocar estes vulneráveis na posição de constrangidos ou de vítimas de *bullying*.

O projeto inicial visava realizar entrevistas com duas famílias homoparentais voluntárias, com seus/suas respectivos/as filh@s adotiv@s, com dois professores/as, um agente escolar e um gestor pedagógico (que poderia ser diretor/a ou coordenador/a) das unidades escolares das quais as crianças ou adolescentes estivessem devidamente matriculadas, com a finalidade de coletar relatos dessas vivências escolares. Os voluntários ou

voluntárias seriam escolhidas pelos próprios adotivos e, assim, seria feito um convite para cada um destes atores escolares.

Os convites foram todos formalizados e aceitos, seguindo preceitos do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp, Campus Araraquara –, que norteia pesquisas com seres humanos no país, que exige formalmente Termos de Consentimento, assentimento, declaração etc. Entretanto, após a submissão deste projeto ao Comitê de Ética<sup>65</sup>, seguido de sua aprovação, a diretora da unidade escolar a qual ambos os adotivos estudavam, negou a permissão para realizar as entrevistas com os funcionários da escola. As entrevistas não seriam realizadas no ambiente escolar, porém, por uma questão de consideração ética, uma das exigências do comitê era uma autorização da direção da unidade declarando estar ciente da entrevista com membros do seu quadro e permissão para fazê-lo, já que os funcionários fariam relatos pertinentes às rotinas escolares.

Apesar do Dirigente Regional da Diretoria de Ensino do município outorgar tal autorização, mediante o parecer positivo do Comitê de Ética, a direção da unidade negou o pedido usando de sua prerrogativa legal que lhe coloca como autoridade final para deferir ou indeferir o pedido, ainda que uma instância superior autorizasse. Sem nenhuma justificativa coerente com os preceitos legais vigentes na Constituição Federal, Código Penal, ECA ou LDB, o pedido foi então negado sob a alegação de que “tal pesquisa feria os direitos da criança e do adolescente por expor suas sexualidades” (sic).

É preciso dizer que, em nenhum momento, o estudo se propôs a investigar a condição sexual ou orientação afetivo-sexual destes adotivos e adotivas, e nem possuía o intuito de interrogar os funcionários a respeito da intimidade sexual dos menores. Também é importante destacar que o pedido formal, e devidamente assinado por seu superior, tinha em anexo os documentos de autorização dos responsáveis pelos menores e um parecer do Comitê de Ética que jamais aceitaria uma proposta de estudo que pudesse colocar em risco a integridade dos investigados, ou expô-los em situação vexatória. Outro detalhe importante, que merece ser mencionado, é o viés ideológico que possivelmente influenciou o indeferimento do pedido por parte da direção escolar, já que a diretora é conhecida por ser adepta de discursos ideológicos

---

<sup>65</sup> Aspectos Éticos da Pesquisa: O projeto atual foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp, campus Araraquara, por se tratar de um estudo que envolve seres humanos, recebendo parecer favorável. A coleta de dados foi feita voluntariamente de forma virtual por parte das famílias, de forma anônima e sem identificação alguma de acordo com a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, resguardando assim, qualquer traço que pudesse fragilizar o anonimato destes participantes.

conspiratórios, como “doutrinação gayzista” e “ideologia de gênero”, sendo uma ferrenha defensora do “Escola Sem Partido” e estando, inclusive, envolvida em polêmicas relacionadas a assédio moral contra professores/as ligados/as ao movimento sindical estadual.

Com esse indeferimento, as famílias voluntárias se sentiram intimidadas e desistiram posteriormente de participarem das entrevistas, temendo possíveis retaliações ou exposições desnecessárias. O projeto, então, foi reformulado, o recrutamento de novos voluntários refeito e tema readaptado para uma nova situação.

Este é só um exemplo de como movimentos políticos de posicionamentos retrógrados ou convicções equivocadas podem atrapalhar a ciência e a condução de um estudo multidisciplinar importante. Desta forma, o conhecimento expresso por esta pesquisa se apropriou de uma posição política relevante no contexto atual em defesa da ciência, além de poder oferecer subsídios teóricos para estudos que virão a ser desenvolvidos no futuro sobre o tema.

### **6.1 Investigando as famílias homoparentais: objetivo geral e específico**

Os motivos que integram a escolha deste tema de estudo emergem do desejo e da necessidade de investigar minuciosamente situações de estigma e preconceito que podem ser vivenciados por crianças ou adolescentes adotados, somado ao fato de serem filhos/as de pais ou mães homossexuais. Com isso, no decorrer do estudo, será realizada uma busca às questões adjacentes ao referido tema, tentando desenvolver o debate sobre os tipos de arranjos familiares existentes na sociedade.

Existem dúvidas que norteiam a curiosidade das pessoas em geral e também estimulam pesquisadores que lidam com temas relacionados à Diversidade, como, por exemplo, o fato de seus tutores também não se encaixarem num modelo de “casamento convencional”. Essa característica também é um elemento preponderante na acentuação destes estigmas? Será que estes sujeitos se sentem deslocados da sociedade? Será que essas crianças e adolescentes percebem uma dificuldade maior por pertencerem a uma família homoparental?

Com intuito de investigar o processo deste tipo de parentalidade junto aos pares homossexuais, pela via da adoção, e averiguar as vivências destas famílias, este estudo acaba possuindo características singulares de questões relativas à conjugalidade e parentalidade

relevantes para trabalhos científicos que vislumbram e olhem para tal questão nas áreas da Educação, Direito, Psicologia e outras afins.

### ***6.1.1 Objetivo geral***

O presente estudo tem como objetivo geral, diagnosticar se há situações de preconceito vividas tanto pelos pais e mães homossexuais, quanto por seus/suas filh@s na sociedade e na comunidade escolar, ou se estas famílias são estigmatizadas em algum momento por viverem o processo de parentalidade homoafetiva que possuam filh@s pela via da adoção, aprofundando a discussão sobre a concepção de homoparentalidade, através das expressões de vivências de seus protagonistas.

#### ***6.1.1.1 Objetivos específicos***

Na qualidade de objetivos específicos foi buscado:

- Analisar, através dos relatos desenvolvidos nas repostas do questionário, sob o contexto familiar a incidência de ocorrências de situações de preconceito;
- Investigar a qualidade das relações que estes protagonistas estabelecem com outros sujeitos no âmbito escolar e no social, isto é, se são tratadas com preconceito ou com naturalidade;
- Tomar conhecimento através dos relatos a existência por parte da instituição escolar medidas educativas que combatam o preconceito com o intuito de estimular a inclusão;
- Investigar os relatos em relação às possíveis manifestações de preconceito e discriminação relacionadas ao tipo de arranjo, ou seja, se há diferença no trato social entre famílias homoparentais femininas e masculinas;

## **6.2 Metodologia investigativa**

Este trabalho trata-se de um estudo dentro de um referencial de Ciências Sociais, por entender que se investiga o homem e a sociedade, bem como seus fenômenos políticos, a partir de uma perspectiva dialética que supõe que os fatos humanos podem ser explicados

através de um viés observacional e histórico em que tudo se relaciona, por meio de procedimentos e métodos pré-estabelecidos. A eleição desta abordagem será qualitativa, porque o foco deste estudo não se restringe às questões estatísticas, voltando-se atenção para a qualidade das repostas e suas singularidades, assumindo a posição de interpretar os dados com técnicas de verificação por meio de amostras.

Será utilizado mais de um método para chegar à análise mais fiel de dados, pois, conforme Gil (2008), às vezes é necessário combinar mais de uma forma de se observar ou interpretar os dados para diminuir a probabilidade de se falsear um resultado, sobretudo, quando a forma de coletar dados se mostra de certo modo limitado. Considerando todos os cuidados necessários que uma pesquisa qualitativa deve ter, foi combinado os seguintes métodos:

- Método Histórico: que parte do pressuposto de que tudo tem uma origem ou um passado, pesquisando suas raízes para melhor compreender o papel atual da sociedade, estudando os elementos constitutivos e seus contextos, segundo Marconi & Lakatos (2003).

- Método Comparativo: porque em certos momentos irá comparar dois modelos de famílias homoparentais, entre arranjos constituídos por casais homossexuais femininos e casais homossexuais masculinos e suas filiações. Tal método aqui é aplicado por possibilitar a observação das diferenças e similaridades entre eles, segundo Gil (2008).

- Método Observacional: porque irá assumir o papel de observador para fenômenos que já aconteceram, através dos relatos expressos, sem interferência por parte do pesquisador. (Gil, 2008)

O tipo de Pesquisa Social será a Exploratória, por entender que existe um problema ou uma hipótese pesquisável de um tema inesgotável, que pode ser explorado no futuro por pesquisadores posteriores. O sistema aqui escolhido não foi adotado por ser considerado o melhor, mas sim o mais adequado diante das circunstâncias, já que tal natureza irá exigir uma variedade de práticas interpretativas interligadas servindo de fontes futuras para outros estudos.

Apesar da coleta de dado contar com um questionário “quali-quantitativo”, ela não tem aplicação quantitativa em sua análise. Tal pesquisa foi escolhida por proporcionar uma visão geral de um tema pouco explorado e delimitado, que exigiu uma revisão da literatura, levantamento bibliográfico e discussão de especialistas, para que no produto final, o problema fosse mais esclarecido, deixando aberta a possibilidade de mais investigações futuras, assim como influenciar na melhoria de procedimentos para que a investigação seja mais sistematizada. (Gil, 2008)

A mensuração e amostragem nesta pesquisa social será não-probabilística por conveniência através de rede de sociabilidade utilizando o questionário, pelo fato de os elementos terem sido selecionados de acordo com a acessibilidade da pesquisadora.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), um questionário deve conter uma apresentação ou “carta” explicando a natureza da pesquisa, sua importância e necessidade, e conter de 20 a 30 perguntas, sem exceder mais que 30 minutos para ser respondido pelos voluntários, com perguntas abertas, fechadas ou dicotômicas, e assim foi feito. A técnica de coleta de dados foi o questionário composto por um conjunto de vinte e uma (21) questões, que foram submetidos a um grupo específico de pessoas, com o propósito de obter a informação pretendida. Essa técnica foi escolhida, pela intenção de traduzir os objetivos e suas especificidades, proporcionando, assim, dados requeridos capazes de descrever as características deste grupo estudado e suas hipóteses. A intenção é constatar de forma ordenada a presença ou ausência de um fenômeno (Gil, 2008).

Foi utilizado um questionário constituído por vinte e uma (21) questões, sendo dez (10) fechadas e onze (11) abertas, para coletas de dados e registros de impressões e problematizações, subsidiado através da plataforma do Google, chamado *Google Forms*<sup>66</sup>, que é uma ferramenta de *workspace* que elabora formulários de análise de pesquisas para a realização de enquetes, avaliações, inscrições de eventos etc.

### **6.2.1 Escolha de participantes e aplicação do questionário**

Para a realização da investigação que subsidia o presente estudo, foi utilizado um questionário constituído por vinte e uma (21) questões, sendo dez (10) fechadas e onze (11) abertas para coletas de dados e registros de impressões e problematizações, que foi compartilhado em grupos e comunidades virtuais LGBTQIs+, com o intuito de serem respondidos pelos casais homossexuais que passaram pelo processo legal de adoção de forma totalmente voluntária, sem limitar um total de respostas obtidas e nem o número de famílias, assim como também não foram estabelecidos quantidade pelo o sexo e gênero dos casais, podendo ser casais cisgêneros e transgêneros.

Não foi selecionado previamente estes participantes, e nem se buscou delimitar o questionário com base em outras categorias como classe social, geração, raça/etnia, escolaridade e etc., por considerarmos que tais características, ainda que sejam importantes

marcadores sociais de diferença no contexto atual, não seriam relevantes neste trabalho para diagnosticar as situações de estigma e preconceito do ponto de vista interseccionalizado aos adotivos no ambiente escolar, visto que, parte do foco do estudo, é a adoção legal feita por essas famílias, enquanto outra parte, busca investigar o contexto escolar destes/as filh@s com ênfase na sexualidade destas famílias, e não na posição social e/ou etnia/raça.

### **6.2.2 O trabalho de campo**

O trabalho de campo consistiu em levar a proposta ou a prática que foi antes discutida na fase exploratória da produção do projeto, assim como foi elaborado os procedimentos necessários para se trabalhar (Minayo, Deslandes e Gomes, 1993).

A distribuição do questionário foi inicialmente feita num grupo virtual de *Whatsapp* da Aliança Nacional LGBTI+, pelo Diretor Presidente da Aliança Nacional, Toni Reis, que divulgou em suas redes institucionais e grupos o questionário que trazia expresso o objetivo do estudo. Em seguida a pesquisadora foi procurada por dois casais homossexuais masculinos, que passaram pelas vias de adoção legal e que se voluntariam para não somente responder, como também ajudar na divulgação do questionário, compartilhando-o com outros casais que passaram pelo processo de adoção.

Ao mesmo momento tempo, voluntários da comunidade LGBTQI+ foram surgindo, entrando em contato com a pesquisadora e compartilhando o questionário em suas redes sociais pessoais, formando uma rede colaborativa viral de divulgação, que foi responsável pela obtenção das respostas utilizadas. Pessoas vinculadas à área acadêmica, também ajudaram na viralização do questionário, indicando para outras famílias homoparentais de seu círculo pessoal.

Não houve um prazo pré-estabelecido para a obtenção de respostas, estando disponível pela plataforma *Google Forms* do dia 6 ao dia 26 de abril de 2021, sem restringir sua divulgação virtual.

---

<sup>66</sup> Disponível em < <https://workspace.google.com/intl/pt-BR/products/forms/>> acesso em 16 de abril de 2021

### 6.3 Análise dos resultados

Agora chegou o momento de analisar e tratar os dados obtidos, classificando-os e ordenando-os para conduzir a compreensão e interpretação dos relatos e cumprir o papel fundamental desta pesquisa. Evidentemente o ciclo da pesquisa não se encerra, podendo gerar ainda mais indagações, mas se solidifica à medida que se valorizam temas sociais relevantes porque sempre se produz um conhecimento a mais.

Gil (2008) afirma que as teorias são partes muito importantes num processo de investigação quando se realiza uma pesquisa social. Se estes quadros de teorias forem bem estabelecidos e sistematizados, ficará mais fácil empregar conceitos mais adequados e explicações mais satisfatórias, auxiliando na construção do conhecimento. Na metodologia, este conjunto de ideias, procedimentos e teorias, assumem um papel essencial para capturar impressões no âmbito das ciências sociais, contribuindo por oferecer as coordenadas básicas para investigação, e superando, inclusive, os procedimentos, passando a desempenhar o papel não somente de referência, mas de método em si. É o caso do funcionalismo, estruturalismo, materialismo histórico, etnometodologia e social-construtivismo.

Minayo et. al. (1993) ainda acrescentará as *macroteorias*, que seriam aquelas teorias escritas por grandes cientistas sociais, que são referência relevantes e competem entre si para explicar os fenômenos e ajudar o pesquisador a compreender determinada questão ou problema com diferentes níveis de abstração ou empirismo, como o marxismo, a teoria da ação, o compreensivismo e o positivismo.

Uma característica positiva da pesquisa exploratória é a possibilidade que ela oferece de o investigador propor novos discursos interpretativos, ampliando o rol de explicações de uma determinada realidade.

É importante frisar, conforme Minayo et. al. (1993), que não existe uma teoria que garanta a explicação de um fenômeno de forma plena ou totalmente completa, porque a realidade é enriquecida de detalhes para os quais o olhar externo é limitado demais para compreender e expor. E assim postula:

Nenhuma teoria, por mais bem elaborada que seja, dá conta de explicar ou interpretar todos os fenômenos e processos. Por vários motivos. Primeiro porque a realidade não é transparente e é sempre mais rica e mais complexa do que nosso limitado olhar e nosso limitado saber. Segundo, porque a eficácia da prática científica se estabelece, não por perguntar sobre tudo, e, sim, quando recorta determinado aspecto significativo da realidade, o observa, e, a partir dele, busca suas interconexões sistemáticas com o contexto e com a realidade. (Minayo et. al, 1993. p. 17)

### 6.3.1 Interpretação e análise

O questionário foi compartilhado e respondido por pessoas que passaram pelo processo de adoção legal, com foco nos casais homoafetivos que poderiam ser tanto casados civilmente quanto manter uma relação de união estável, ou até mesmo por aqueles que adotaram enquanto estavam num casamento, mas que hoje se encontram separados, divorciados, solteiros, viúvos etc., numa monoparentalidade ocasional.

Neste questionário, foram feitas 21 perguntas padronizadas dirigidas aos pais e mães a respeito das adoções, sobre seus filhos e/ou filhas e sobre possíveis experiências ou vivências escolares. Estas questões foram respondidas por 17 voluntários.

As perguntas de 1 a 5 do questionário tem a finalidade de criar a apresentação do perfil destas famílias:

#### Apresentação do grupo\*

1 - Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por dois homens ou duas mulheres?

2 - Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira?

3 - Quantos filhos/as vocês possuem?

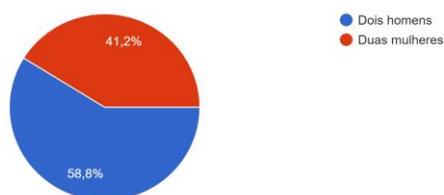
4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as?

5 - Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): biológico de uma das partes, adotivo por ambas as partes, adotivo de relacionamento anterior etc.

#### Quadro 1

##### Tabela de formação dos casais

1 – Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por:  
17 respostas



*Nota.* Fonte da autora utilizando o *Google Forms*.

Santos et al. (2018) afirma que, em 2018, o Brasil tinha cerca de 60 mil casais homossexuais em um total de 17 milhões de pessoas que se autodeclaram homossexuais. O

contexto histórico mostrou a dificuldade que os casais homossexuais enfrentaram, seja por se declararem homossexuais, por serem impedidos de se unirem legalmente ou por buscarem constituir suas famílias como heterossexuais buscam. Entretanto, uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>67</sup> (IBGE, 2018) afirma que os casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo dispararam no Brasil a partir de 2017, registrando um aumento de 61,7% de casamentos entre homossexuais no ano seguinte. Em 2018, foram contabilizados cerca de 9.520 casais homoafetivos, contra 5.887 em 2017, o que corresponde a 0,9% do total de uniões registradas no país, um número pequeno, mas que revela um cenário curioso. De acordo com essa mesma pesquisa, foram 29,6% de uniões entre homens e 34% de uniões entre mulheres. O IBGE não traz números acerca das uniões estáveis, portanto, os números acima não farão distinção entre estas características, assim como o gráfico presente, por entender que como a Lei para adoção conjunta viabiliza o processo tanto para um quanto para outro, não haveria necessidade de criterizar entre casamento civil e união estável.

Apesar dos números estatísticos mostrarem que as uniões civis no Brasil aumentaram entre os casais femininos, para o questionário objeto desta pesquisa, houve 17 (dezessete) respostas das quais uma maioria de respondentes eram de sujeitos casados com pares masculinos, que, de certo modo, romperia com o senso comum de que “casais gays” teriam mais dificuldades em realizar o processo de adoção legal do que os casais de mulheres, por causa da sua orientação afetivo-sexual.

Outra relação importante a ser mencionada é que, segundo um estudo realizado pela pesquisadora americana Shoshana K. Goldberg, pela Williams Institute da Universidade da Califórnia (UCLA), em 2018, constata que casais do mesmo sexo têm setes vezes mais probabilidade de adotar do que casais de sexos diferentes. Tal pesquisa afirma que a maioria dos casais que adotam são constituídos por casais homossexuais: 21,4% de casais homossexuais criam filhos/as adotiv@s contra 3% dos casais heterossexuais (casais heterossexuais têm mais filhos biológicos). Destes grupos homossexuais, 31,4% são de casais masculinos e 22,3% de casais femininos (Goldberg & Conron, 2018), uma estatística que pode explicar o porquê da amostragem acima ser proporcionalmente maior entre os casais homossexuais masculinos do que femininos.

Outro fato interessante é que a Suprema Corte dos Estados Unidos derrubou a Lei de Defesa do Casamento em 2015, e de lá para cá o número de adoção entre pares aumentou,

---

<sup>67</sup> Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26192-casamentos-homoafetivos-crescem-61-7-em-ano-de-queda-no-total-de-unioes>> Acesso em 17 de abril de 2020.

segundo o relatório publicado pela *ReWire News Group*<sup>68</sup>, devido à facilitação que estes casais passaram a ter, sobretudo, os casais masculinos. O mesmo efeito parece ter ocorrido no Brasil, a partir do reconhecimento do STF em 2011, entretanto, não há relatórios que especifiquem o índice de adoções entre casais homossexuais masculinos e femininos, apenas se constata um aumento em alguns estados brasileiros, segundo a Comissão Estadual Judiciária de Adoção – o CEJA –, com base no direito que o ECA reserva aos adotantes. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ)<sup>69</sup> aponta um aumento de 10% de adoções feitas por casais homoafetivos no Rio Grande do Norte, e o CEJA de Mato Grosso apresentou um aumento de 34,3% de sentenças favoráveis para casais homossexuais ambos em 2015.<sup>70</sup>

O SNA – Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – afirma em seu relatório de 2013 que, dos 29.164 (hoje são 33.449) pretendente cadastrados, cerca 88,7% eram casais, dos quais grande parte era formalmente casada. Apenas 8,46% tinham o estado civil como solteira, 2,44% eram de divorciados ou separados judicialmente e 0,8% viúvo. Homens solteiros eram apenas 1,23% do universo. Tais dados não distinguem as orientações afetivo-sexuais e nem se o tipo de parentalidade.

## Quadro 2

### **Tabela com indicativo de faixas etárias entre os casais**

**2 – Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira?**

33 e 45
41 e 37
40 e 38
31 e 37
41 e 57
40 e 44
39
41 e 36
52 e 51
53 e 54
38 e 43
39 e 41
43 e 24
42 e 25
44 e 39
37
53 e 29

<sup>68</sup> Disponível em <https://rewirenewsgroup.com/article/2018/12/14/lgbtq-adoption/> Acesso em 18 de abril de 2021

<sup>69</sup> Disponível em <<https://www.cnj.jus.br/casais-homoafetivos-sao-o-equivalente-a-10-dos-que-adotam-em-natal/>> Acesso em 18 de abril de 2021

<sup>70</sup> Disponível em <<http://adocao.tjmt.jus.br/>> Acesso em 18 de abril de 2021

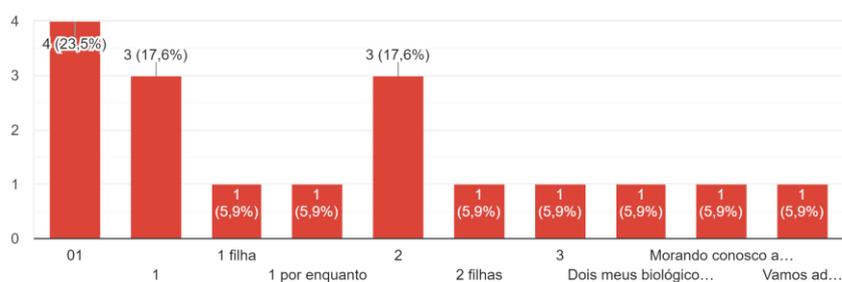
Segundo o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – Antigo CNA<sup>71</sup> –, o relatório de 2013 trazia a informação de que a adoção é feita por pessoas pertencentes a uma faixa etária que cobre entre 31 anos e 50 anos em sua maioria. São 76,82% dos pretendentes (como são chamados aqueles que pretendem adotar) na lista do processo de adoção, que seria uma proporção semelhante aos que não possuem filhos biológicos; com 60 anos ou mais são 2,89%; dos 51 aos 60 anos, 13,42%; dos 41 aos 50 anos, 42,23%; dos 31 aos 40 anos, 34,56%; dos 21 aos 30 anos, 3,80%; e dos 18 aos 20 anos, 0,02%.

Os pretendentes precisam mostrar disposição para superar vários obstáculos que envolvem o processo de adoção, que é lento e burocrático. O perfil socioeconômico destes candidatos se mostra bem definido, segundo o SNA, que vislumbra uma maioria formada por pessoas casadas, entre 30 anos e 50 anos, com renda classe média, moradores das regiões mais abastadas do país e indiferentes ao sexo e etnia dos adotivos.

Neste questionário não foi levantando tais características, como classe social, região em que residem ou etnia de preferência, mas claramente se mostra alinhado aos dados oferecidos pelo sistema, pois apenas dois perfis estão com idades abaixo dos 30 anos, e apenas dois com adoções unilaterais, ou seja, não tendo outro/a parceiro/a. A maioria dos que participaram da pesquisa é casada ou está numa união que divide a parentalidade com outro sujeito (dado que corrobora com os relatórios), a maioria acima dos 30 anos, com a faixa dos 40 anos bastante representativa até a faixa dos 50, coincidindo com o perfil observado diretamente do site do CNJ/SNA.

### Quadro 3 Quantidade de filhos por família

3 – Quantos filhos/as vocês possuem?  
17 respostas



Nota. Fonte da autora utilizando o Google Forms.

<sup>71</sup> Disponível em <<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/realidade-brasileira-sobre-adocao/pefil-dos-candidatos-a-pais-adotivos.aspx>> Acesso em 18 de abril de 2021

Há uma ampla lista de razões pelas quais as famílias buscam o caminho da parentalidade pelas vias da adoção. Levinzon (2006) afirma que motivos podem variar entre a infertilidade, o luto pela morte de um filho biológico, o contato com uma criança em situação vulnerável de abandono, o desejo de se ter filhos depois da idade biologicamente aconselhável, parentesco com os pais biológicos da criança, pessoas que não possuem um parceiro ou parceira, mas querem exercer a paternidade ou maternidade, o medo da gestação, entre outras razões.

Segundo a SNA, a maioria dos pretendentes almeja adotar somente uma criança/adolescente, correspondendo a 61,4% dos postulantes ao processo. Este percentual cai quase pela metade quando os pretendentes almejam adotar duas crianças, 36,4%, e apenas 2,2% querem mais de duas.

Há 4.953 crianças/adolescentes cadastrados para adoção no país hoje, sendo 2.658 disponíveis sem nenhum irmão, 964 têm um irmão e 1.331 possuem mais de dois irmãos. Neste gráfico, os respondentes afirmaram que:

- Nove pessoas responderam que possuem apenas um adotivo (52,9%);
- Seis pessoas responderam que possuem dois filhos (35,3%), sendo duas famílias com dois adotivos (11,8%) e um caso com uma biológica e uma adotiva;
- Duas responderam que possuem três filhos, sendo as duas famílias com dois filhos biológicos e um adotivo (11,8%).

Uma análise feita pela Associação Brasileira de Jurimetria (2015) apresenta o estudo de Schettini, de 2017, intitulado “Filhos por adoção: um estudo sobre o seu processo educativo em famílias com e sem filhos biológicos”, como exemplo de que existe um senso comum que acredita que os pais biológico-adotivos teriam menos dificuldades com a educação de seus filhos adotados pelo fato de possuírem uma experiência prévia com seus biológicos em relação ao grupo exclusivamente adotivo. O estudo mostrou que as dificuldades sofridas pelos pais biológico-adotivos, antes e após a adoção, são similares, isto é, a experiência não amenizou as dificuldades existentes neste grupo. Entretanto, quando se comparou o primeiro grupo com o grupo exclusivamente adotivo, houve suaves distinções com relação aos limites educativos, pois os pais deste segundo grupo enfrentaram uma maior dificuldade que os pais do primeiro grupo.

Para Schettini Filho (2005), a maioria dos pais adotivos (aqui não se entra no mérito de especificar se seriam homoparentais ou heteroparentais) buscam reparar um impedimento biológico que não os permite ter filhos por vias naturais, e, desta forma, abdicam da idealização biológica para cederem espaço a ideia de se adotarem.

Dados da SNA<sup>72</sup> do relatório de 2013, indicavam que, entre dez casais, três quartos deles não têm filhos biológicos, pois, enquanto 22.017 casais não têm filhos biológicos, 7.146 já tem têm. O SNA não possui disponível um relatório atualizado destes perfis, sendo o último realizado em 13 de março de 2013, pela Corregedoria Nacional de Justiça e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência.

#### Quadro 4

##### **Faixa etária d@s filh@s**

##### **4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as?**

18, 15,17; (não especificou)
8; (adotivo)
1 ano e 8 meses; (adotivo)
10, 9; (não especificou)
11; (adotivo)
2; (adotivo)
13; 12; (não especificou)
15, 12; (ambos adotivos)
24, 12; (o mais jovem adotivo)
8, 5; (não especificou)
10; (adotivo)
15; (adotivo)
9; (adotivo)
17; (adotivo)
2; (adotivo)
25; 20; 1 ano e 8 meses; (o mais jovem adotivo)
0; 3 anos (adotivos)

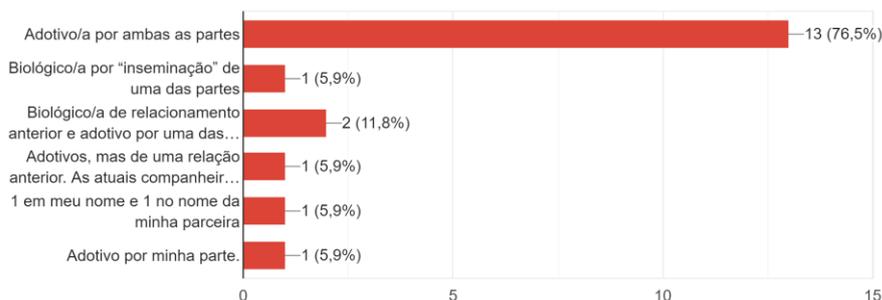
Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2020, grande parte dos pretendentes deseja crianças abaixo dos sete anos, e apenas uma minoria de 0,3% opta pela adoção tardia, embora crianças acima de sete anos representem 77% do total de aptos para a adoção. Em relação ao sexo da criança, não há muita diferença entre a preferência. O SNA traz um gráfico que afirma ter 1.487 crianças aptas à adoção de 6 aos 12 anos e 980 adolescentes dos 12 aos 15 anos. Acima dos 15 anos, totalizam-se 1.099 adolescentes à espera da adoção. Os pretendentes, em sua maioria, não expressam preferência por determinada etnia, com exceção da região Sul, que prefere crianças e adolescentes brancos.

Neste levantamento, realizado pelo SNA em 2020, foi constatado que, do total de adoções realizadas, 51% foram de crianças com até 3 anos de idade completos, 26% de crianças entre 4 e 7 anos completos, 16% de crianças entre 8 e 11 anos e apenas 7% de adolescentes.

<sup>72</sup> Esses dados foram retirados do relatório do antigo CNA disponíveis no < <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/realidade-brasileira-sobre-adocao/pefil-dos-candidatos-a-pais-adotivos.aspx>> Acesso em 19 de abril de 2021.

## Quadro 5 Natureza da filiação

5 – Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a):  
17 respostas



*Nota.* Fonte da autora utilizando o *Google Forms*.

Para finalizar a apresentação do grupo familiar, essa tabela traz uma informação relevante acerca da adoção feita em sua maioria pelos casais, que convergem com os números iniciais das tabelas 1 e 2 sobre os tipos de perfis que mais adotam. Segundo o estudo de S. K. Goldberg & Conron (2018), apenas 12,2% de adotantes são unilaterais, dado esse que corrobora com o universo aqui explorado ao constatar um índice baixo de adoções por uma única parte.

### 6.3.3.1 Análise do segundo grupo de questões

A seguir, foi apresentado um grupo de perguntas pertinentes ao preconceito com intuito de identificar a ausência ou presença de tais situações e uma análise conjunta de tais respostas:

6 - Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental?

7 - Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

8 - Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

9 - Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofrida por seu/sua filho/a, dentro e fora do ambiente escolar.

10 – Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

11 – Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 – Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

13 – Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

14 – Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

15 – Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida.

## Quadro 6

### Porcentagem de ocorrências de preconceito

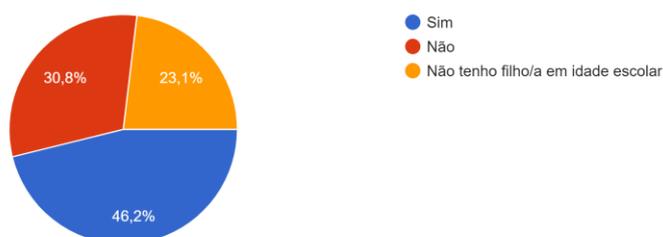
6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental?

17 respostas



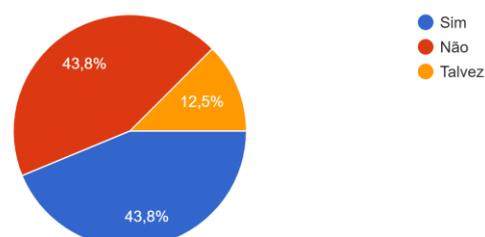
7 – Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

13 respostas



8 – Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

16 respostas



No primeiro quadro, é possível notar que 41,2% dos pais e mães afirmam não terem recebido nenhum relato ou queixa de seus/suas filh@s acerca de situações preconceituosas, o que não significa que tais situações não ocorram. Embora essa parcela, à primeira vista, pareça ser maioria neste universo, somando os 23,5% que afirmam terem recebido algum preconceito, mais 17,6% que afirmam terem ouvido relato de pelo menos um dos filhos e 5,9% que por questões de “mudança de comportamento” percebeu a situação, chega-se ao montante de 47% que recebeu relatos dessas vivências de preconceito por parte de seus/suas filh@s.

É fato que a sociedade em geral, sobretudo a brasileira, tem passado por profundas transformações, mas a homofobia é um tipo de discriminação cada vez mais percebida nos espaços sociais. Não é por acaso que o ambiente educacional se mostra mais interessado em combater os vários tipos de preconceito com o intuito de dificultar certas reproduções, o que não significa que de fato consigam, já que a escola, ao mesmo tempo que é um espaço transformador, também é um espaço que normaliza certas clivagens sociais, podendo ser também um lugar de opressão e preconceito onde jovens e crianças podem reproduzir situações delicadas (Junqueira, 2009).

Apesar de parte deste universo afirmar não ter recebido nenhuma queixa por parte de seus/suas filh@s de sofrerem preconceito por pertencerem a uma família homoparental, a outra parcela não só constatou ter recebido como também confirmou que a maioria dessas situações ocorreram no ambiente escolar. Dos voluntários que responderam, 46,2% afirmam ter conhecimento de que tais situações ocorreram na escola e, no gráfico seguinte, 43,8% afirmam ter conhecimento de ocorrências fora do ambiente escolar. Este último gráfico também expressa números interessantes, pois, entre os que afirmam e o que negam, há um empate percentual de 43,8% para ambos, enquanto 12,5% não têm certeza, o que é compreensível à medida que se admite a existência da internalização da homofobia, uma vez que, muitas vezes, a vítima sequer compreende o tipo de violência da qual foi acometida.

Na própria escola, um aluno pode ser objeto de provocações por parte tanto de colegas quanto de agentes escolares, antes mesmo de identificar sua própria sexualidade ou de saber sua identidade, sofrendo *bullying* ou ouvindo comentários pejorativos sem ter a dimensão do tipo de assédio, conforme observa Denilson Lopes (como citado em Junqueira, 2009). Por isso, envolver o Estado, os profissionais da educação, a comunidade escolar e a sociedade é uma ação essencial para desestabilizar as manifestações de preconceito, não somente a LGBTfóbicas, mas também outras que vitimizem minorias, como o racismo, por exemplo. A

escola, nesse sentido, é uma instituição que tem poder de produzir interdições positivas e estímulos, ainda que não possa ser totalmente responsabilizada de explicar a respeito das identidades sociais. Junqueira (2009) ainda completa que a escola precisa se afastar da reprodução institucionalizada que é produzida por uma dinâmica de omissão.

#### Quadro 7

##### Relatos das famílias sobre queixas feitas por seus/suas filh@s

Respondentes	Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, relate como foram as situações de preconceito sofridas pela criança ou adolescente dentro e fora do ambiente escolar.
1	“Quando meu filho do meio falou que tinha duas mães, uma de suas coleguinhas de atividades fora da escola falou <b>“que nojo!”</b> na época eles tinham 10 anos”
2	“Já ocorreram situações que não chegam a ser preconceito, mas sim <b>um espanto, uma surpresa</b> . Por exemplo, sempre que levo minha filha para tomar alguma vacina, tem alguém que pergunta se a mãe não pôde levar e eu digo que minha filha não tem mãe, que tem dois pais. A maioria das pessoas mostra surpresa e depois reage bem, outros reagem bem logo de cara. Não percebi ainda qualquer reação de preconceito nessas situações. Outra coisa que vale a pena ser citada é o despreparo do Estado, das instituições com as famílias homoparentais, por exemplo, no cadastro do SUS teve que colocar <b>um de nós dois no cadastro como “mãe”</b> , pois só tem os campos pai e mãe e as profissionais perdidas nessa situação. Já ao tirar o passaporte (âmbito federal), já existe um protocolo e colocou os nomes dos dois no campo “pai”, deixando o campo “mãe” sem registro.”
3	“O colega de classe disse para meu filho mais velho <b>que ele não era de Deus</b> por ter duas mães.”
4	“Na escola: ao buscar uma nova escola para meus filhos, eu sempre falo que somos uma família homoafetiva, birracial e de adoção tardia. E sempre pergunto: Sua escola está preparada para isso? Por duas vezes recebi como resposta: <b>“Não podemos responder pelos outros pais”</b> . Também já nos perguntaram quem é “pai” das crianças. E sempre, nenhuma papelada das escolas, avisos, notificações, fichas etc., vem preparada para duas mães: é sempre com os campos “pai” e “mãe” - que sempre temos que riscar e corrigir.”
5	“Foi chamada de <b>‘adotada’</b> .”
6	“Brincadeira no condomínio onde moramos, em que eles estavam passando a mão um no outro <b>e o pai veio tirar satisfação somente de nós</b> . Quanto a escola sempre foi algo muito velado que não dava para perceber.”
7	“Por questão moral e de preconceito, generalizações como: <b>“você será um viadinho”</b> , <b>“vai aprender a dar o rabo com os pais”</b> .”
8	“Geralmente situações relacionadas ao fato dele ser filho de um homossexual, <b>como se isso fosse algo de errado</b> .”
9	“Situações sociais onde se pergunta: onde está a mãe? ou de <b>questionamento da sexualidade da criança por ter dois pais e gays</b> , além de dúvidas do desenvolvimento dele por conta de não ter uma mãe.”
10	“Meu filho namora uma garota de <b>família evangélica que relutou muito em aceita-lo</b> depois de saber que ele morava com duas mulheres.”
11	“Até o momento não teve.”
12	Não respondeu
13	Não respondeu
14	Não respondeu
15	Não respondeu
16	Não respondeu
17	Não respondeu

Dos onze respondentes, apenas dois afirmaram não terem passado por uma situação de preconceito, ainda que, em dez relatos, conste a presença de atitudes e pensamentos homofóbicos por parte dos outros, e mais da metade dos dezessete relataram algum tipo de situação que causou certo desconforto em algum momento da vida. A maioria dos relatos

expressa uma experiência homofóbica vivida por estes círculos familiares, embora um dos voluntários afirme que “não chegam a ser preconceito”, no mesmo momento em que relata a falta de amparo por parte do Estado que não reconhece burocraticamente o seu tipo de arranjo familiar, no momento de expedir algum documento.

Em 2002, de abril a maio, foi realizada uma pesquisa pela UNESCO (2004), chamada “Perfil dos Professores Brasileiros”<sup>73</sup>, em todas as unidades da federação brasileira. Entrevistou-se cerca de 5 mil docentes do ensino básico, tanto da rede pública quanto da rede privada, foram revelados dados importantes, que inclui a rejeição de 59,7% da categoria que considerava inadmissível que um indivíduo tivesse relações homossexuais (Unesco, 2004, p.144-146)

Apesar de a pesquisa ser antiga e parte do contexto social ter sofrido modificações. que revezaram entre avanços e retrocessos, Louro (2000) aquilata que a homofobia é orquestrada pela heteronormatividade, através de processos de construção que faz da heterossexualidade algo compulsório, que se fundamenta em espaços sociais e instituições como os da família e a escola, produzindo e reproduzindo valores do mundo externo muito arraigados no patriarcado, que, por sua vez, integra a constituição e produção das identidades alimentando a homofobia e misoginia. Louro prossegue que a afirmação da identidade masculina heterossexual é contínua, se mostrando por meio de várias manifestações, que incluem “piadas” e “brincadeiras” racistas, misóginas e homofóbicas. Neste mundo externo, há um modelo específico de masculinidade que é considerado algo a ser conquistado e perpetuado pelos indivíduos do sexo masculino. Esse modelo naturaliza um conjunto de ações, facilitando o processo de internalização da homofobia por parte de quem recebe, pois, as relações cotidianas invisibilizam o teor tóxico que uma “piada” pode conter.

Andar, falar, gesticular, expressar, pensar ou agir, são dinâmicas das relações cotidianas, que, segundo Bourdieu (1989), formam um conjunto de disposições sociais visíveis que fazem com que as pessoas performem de acordo com a aprovação ou validação por parte do outro, dotados de doses nada moderadas de cerceamento, que é imposta por parte do dominante. Bourdieu (2002) também postulou que a virilidade é entendida, por essa parcela dominante, como uma espécie de aptidão no exercício da violência, que impõe ao homem o dever ou obrigatoriedade de se autoafirmar em qualquer circunstância. Assim, dentro e fora do ambiente escolar, a construção do modelo hegemônico de masculinidade é restaurada quando não há um processo de desconstrução que rompa, resultando em

---

<sup>73</sup> Disponível em <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000134925>> Acesso em 26 de abril de 2021.

demonstrações de intrepidez e atos depreciativos, quando não se chega ao extremo da violência física.

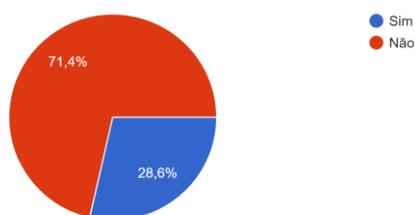
Junqueira (2009) afirma que tal modelo de masculinidade hegemônica costuma coagir aqueles que não se encaixam nesse modelo normativo ou aqueles que, por meio de mecanismos psicológicos, se vêm na posição de “provarem” algo para a sociedade afirmando suas virilidades, por meio da violência física voltada à degradação do outro com insultos sexistas, homofóbicos ou racistas, e finaliza observando que a formação escolar pode contribuir para a promoção positiva neste cenário, quando se motiva trabalhos de reestruturação, já que existe a possibilidade de se trabalhar mais diretamente na trajetória formativa das crianças e jovens, uma vez que eles estão vivenciando processos de construção identitária.

#### Quadro 8

#### Sob a ótica escolar: projetos e trabalhos para o enfrentamento ao preconceito

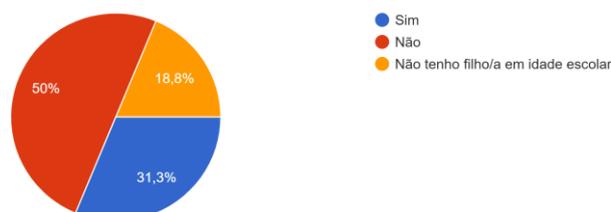
10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

7 respostas



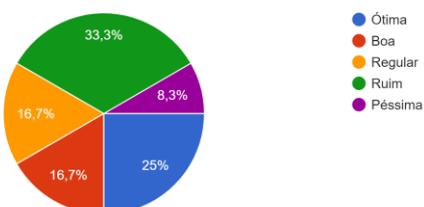
12 - Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

16 respostas



14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

12 respostas



Respondentes	Com base na resposta 14, justifique a alternativa escolhida:
1	“Era uma equipe pedagógica <b>muito atenta</b> a todas as diversidades, não só a homossexualidade, ou seja, debater estes assuntos <b>era rotina</b> no ambiente escolar.”
2	“O apoio da diversidade de pessoas, culturas e etnias são feitos em data determinadas durante o ano, assuntos quais <b>deveriam ser tratados todos os dias.</b> ”
3	“ <b>Não existe.</b> ”
4	“ <b>Apoio</b> que a escola deu.”
5	“Ainda é tabu falar de novas constituições familiares. Ainda <b>não se debate nada</b> com profundidade. Mesmo nas escolas abertas ao tema, ainda <b>pouco se discute</b> e quando o fazem, é <b>com muita superficialidade.</b> ”
6	“No exercício da minha filha tinha uma questão com o desenho de uma menina e de um menino, perguntando a criança com qual ela se identificava. <b>Achei bem interessante.</b> ”
7	“ <b>Existe um medo de falar</b> sobre o assunto em questão e com tudo que envolve a diversidade.”
8	“ <b>Precisam ser</b> mais incisivos.”
9	“Infelizmente muitos professores, inclusive diretora, <b>são favoráveis à pauta anti</b> "ideologia de gênero" nas escolas.”
10	“ <b>Péssima porque não vejo nenhuma</b> prática inclusiva relacionada a essa temática.”
11	“Penso que a iniciativa de <b>fomento à debates assim devia partir da escola.</b> Mas fico feliz que ao menos tenham recebido bem a proposta do alunos.”
12	“As políticas estão de acordo com a qualidade exigida internacionalmente, porém a implementação, <b>está aquém do esperado.</b> ”
13	Não respondeu
14	Não respondeu
15	Não respondeu
16	Não respondeu
17	Não respondeu

Nota. Fonte da autora utilizando o *Google Forms* e dados do mesmo.

Neste quadro, do universo de 43,8% que afirmaram anteriormente terem conhecimento de situações preconceituosas por parte dos filhos e filhas dentro do ambiente escolar, 71,4% disseram que não possuem conhecimento se a equipe escolar tomou providência acerca das ocorrências.

Junqueira (2009) relata que, em 2004, foi realizada uma outra pesquisa pela UNESCO em 13 capitais brasileiras e no Distrito Federal, que serviria para a compreensão de como a homofobia se dá no espaço escolar. Tal estudo foi realizado nos níveis fundamental e médio, desvelando, na ocasião, que boa parte do professorado não sabia abordar temas relativos à homossexualidade em sala de aula. O percentual de professores/as, que declarou não saber como discutir ou debater a temática com o alunado, variou de 30,5% (Belém) a 47,9% (Vitória). Outro dado que vale a pena ser citado é que, na época, 12% (Belém, Recife e Salvador), de 14% a 17% (Brasília, Maceió, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Goiânia) e mais de 20% (Manaus e Fortaleza) do professorado acreditava que a homossexualidade era uma doença. Da parte dos estudantes, cerca de 33,5% do sexo masculino de Belém, 42% no Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Goiânia, Porto Alegre e Fortaleza, e mais de 44% em Maceió e Vitória não gostariam de ter colegas de sala homossexuais. Entre os pais dos estudantes de sexo masculino, 17,4% no distrito Federal, entre 35% e 30% em São Paulo, Rio de Janeiro e

Salvador, 47,9% em Belém, e entre 59% a 60% em Fortaleza e Recife, sequer queriam seus filhos estudando com colegas homossexuais. Tais dados revelam o nível de despreparo que o ambiente escolar se deparava em 2004, e que muito provavelmente ainda se depara, ao observar o gráfico da Questão 12, que revela que 50% dos voluntários não souberam responder com certeza se nas unidades escolares de seus/suas filh@s existia algum projeto ou trabalhos que promovessem a inclusão de forma geral. Dos respondentes que afirmaram ter esse conhecimento (31,3%), 33,3% classifica como sendo “ruim” as políticas de inclusão na escola, 8,3% como “péssima” e 16,7% como “regular”, que juntos somam um perfil de 58,3% de insatisfação com essas políticas contra 41,7% que estariam supostamente satisfeitos, dado ao fato de terem 25% atribuído como “ótima” e 16,7% como “boa”.

Já nas perguntas abertas, houve doze relatos dos quais cinco demonstram insatisfação com os trabalhos acerca da diversidade na escola, quatro não expressam total negatividade na avaliação, porém também não demonstram em suas respostas estarem plenamente satisfeitos e três demonstram estarem satisfeitos, com um deles afirmando que a equipe escolar era muito “atenta”. Os demais não responderam.

Ainda que o Estado tenha tentando implementar temas transversais que discutam a diversidade ou até mesmo tido a iniciativa de lançarem materiais didáticos como recursos para se debater a respeito como o “kit contra homofobia”, os profissionais da educação não contam com diretrizes suficientes ou instrumentos adequados para confrontarem certos desafios, mesmo o Brasil tendo realizado ao longo dos anos a implementação de programas governamentais de políticas públicas voltadas a comunidade LGBTQI+, como cumprimento de agendas internacionais.

Mello et. al (2009) destaca que a homofobia é um problema social e político com características graves, variando sua intensidade de acordo com a sociedade. Ele define a homofobia como um ato de violência e discriminação contra homossexuais, que geralmente vitimiza outras comunidades e identidades também como as lésbicas e transexuais, ainda que existam expressões específicas para estes grupos. O autor acrescenta que, no Brasil, o Estado teve a iniciativa promover o programa “Brasil Sem Homofobia” em 2004, justamente a partir das demandas dos grupos LGBTs para combater o preconceito, a discriminação e a violência contra essas minorias. O autor afirma também que esse programa chegou a mostrar resultados positivos por estar também associado ao combate ao machismo, misoginia e todas as formas de violência gênero, facilitando a ampliação dos direitos civis destas comunidades, como o direito ao casamento e à adoção.

Para Mello, é indiscutível o fato de a escola servir de cenário para discriminação não somente contra indivíduos LGBTs, como para filhos e filhas de *gays* e lésbicas, vistos como “potencialmente perigosos para as outras crianças, particularmente em escolas religiosas”. Pelo fato de a escola não estar preparada, os estudantes oriundos de famílias com estruturas “não-convencionais” acabam submetidos a situações embaraçosas como as registradas nos relatos dos quadros 7 e 8, que podem até mesmo serem omitidas por essas famílias, como também foi relatado por um dos voluntários como será mostrado no quadro a seguir. Mesmo procurando e equipe gestora para relatar tais situações, ainda não há um acolhimento pleno.

#### Quadro 9

##### As impressões dos pais e das mães

Respondentes	Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento? (Para quem respondeu a questão 10).
1	Eu não informei a escola falei com a mãe do garoto
2	Conversa com os envolvidos
3	A escola sempre muito perdida e insegura quanto ao assunto.
4	Não respondeu
5	Não respondeu
6	Não respondeu
7	Não respondeu
8	Não respondeu
9	Não respondeu
10	Não respondeu
11	Não respondeu
12	Não respondeu
13	Não respondeu
14	Não respondeu
15	Não respondeu
16	Não respondeu
17	Não respondeu

Dos dezessete participantes, apenas três fizeram relatos, sendo que apenas um indicou algum tipo de ação por parte da escola. O outro relato expõe algo que Mello et. al (2009) identificou como sendo um temor de discriminação que a família homoparental pode sentir numa situação dessa natureza (relato 1).

#### Quadro 10

##### Ainda sobre as impressões dos pais e das mães

Respondentes	Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão? (Para quem respondeu a questão 12).
1	“São pouquíssimas escolas que trabalham com estas questões. A escola que nosso filho estuda é um projeto de escola livre, onde estas questões são levantadas e debatidas sempre. É particular. Infelizmente, não achamos nada parecido no sistema público.”
2	“Caso a escola que minha for estudar não tenha tais projetos eu irei sugerir e incentivar que existam e que sejam realizados.”
3	“A escola que meu filho estuda já tem histórico de criança com dois pais ou duas mães.”
4	“Muito bons e importantes.”
5	“Na escola existe o dia da família, acho legal para abrir a mente das diferentes configurações familiares.”

6	“Quem iniciou esse projeto no período do ensino médio, foi meu filho. Ele montou um grêmio que abordavam discussões como essa. Eu acredito ser de suma importância para estruturar a educação falar sobre diversidade.”
7	Não respondeu
8	Não respondeu
9	Não respondeu
10	Não respondeu
11	Não respondeu
12	Não respondeu
13	Não respondeu
14	Não respondeu
15	Não respondeu
16	Não respondeu
17	Não respondeu

Neste quadro, vê-se que apenas seis voluntários responderam, sendo que cinco avaliaram como positivas as ações que as escolas tiveram em prol da inclusão da diversidade e um que não possui filh@ em idade escolar. Um relato curioso é que uma das medidas teve iniciativa do próprio filho do casal. Os demais não responderam.

Para Mello et. al (2009), uma das formas de a escola poder contribuir com a aceitação social das famílias homoparentais seria inicialmente criar condições de visibilidade no contexto escolar após ter informações sobre estas composições, para que assim se realize uma inclusão através de atividades coletivas. Inicialmente, estas podem ser feitas através das reuniões de pais e mestres, festas comemorativas e festas tradicionais que incentivem a participação destes pais e destas mães, mesmo que sejam comemorações nas quais o vínculo biológico esteja ausente (como Dia das Mães e Dia dos Pais), para reforçar a importância da presença física daqueles pais ou mães no ambiente e na comunidade escolar. Outra ação seria a de incluir as temáticas acerca da homossexualidade ou da diversidade sexual e das famílias homoparentais nos conteúdos disciplinares ou transversais. É importante que todo o corpo docente e gestão estejam cientes da existência destas famílias, e incentivem que haja um conhecimento maior da literatura científica, especialmente no campo da psicologia e da antropologia, que ajudam na formação e capacitação destes agentes para que se prevaleça o entendimento de que não há evidências científicas de que estas crianças possam desenvolver qualquer desvantagem social ou psíquica comparadas às demais.

### ***6.3.3.2 Análise do terceiro grupo de questões***

E por último seguirá a análise do grupo de questões sobre as experiências destes pais e mães acerca homofobia:

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado.

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a?

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão?

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos?

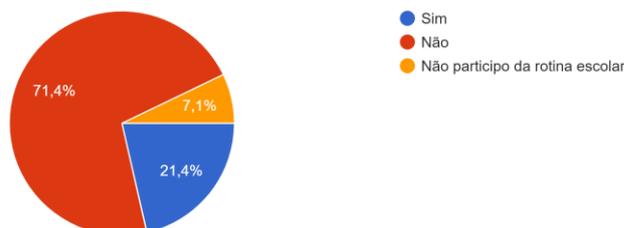
21 - Na opinião de vocês, pesquisas como esta, sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia?

#### Quadro 11

##### Percepção dos pais e das mães

16 – Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

14 respostas



Connell & Messerschmidt (2013) afirmam que o conceito de homofobia surgiu por volta dos anos 1970, com a crescente violência e preconceito contra os homossexuais. Com o passar dos anos, o conceito tomou contornos mais sofisticados, abarcando as relações ambivalentes entre homossexuais e patriarcado, à medida que alguns teóricos perceberam os ataques aos estereótipos, principalmente quando existe uma predominância da cultura à masculinidade, que alguns teóricos irão defender como masculinidade hegemônica. Essas hegemonias seriam entendidas como normas que definem posições do sujeito, e expressam uma espécie de “ostentação” da masculinidade que é incentivada através de discursos midiáticos e esportivos, por exemplo, entre outros campos que irão legitimar a heterossexualidade, embora atualmente a “desconstrução” seja um termo muito em voga nos vocábulos midiáticos.

Os autores reforçam que o conceito de masculinidade hegemônica surgiu sob uma ótica psicanalítica que contestava parte da vida social, e que, por buscar entender as estruturas das configurações das relações gênero, reconhecia que existe um policiamento da heterossexualidade que difunde modelos alicerçados nestes papéis de gênero de maneira dicotômica e hierarquizada, como se um gênero fosse superior ao outro. Essa ideia é geralmente reforçada institucionalmente por meio das construções culturais e da ação combinada das dinâmicas que envolvem gênero, raça/etnia, classe e religião.

Sobre as ocorrências de situações preconceituosas contra os pais e mães, quatorze dos questionados responderam, sendo que 71,4%, ou seja, a maioria, afirma nunca ter sofrido essas situações, enquanto 21,4% confirmam a existência delas. Isso poderia ser atribuído às mudanças sociais do contexto atual que inibe certas ações públicas claramente homofóbicas ou uma internalização por parte destas famílias que podem não perceberem certas expressões como preconceituosas.

#### Quadro 12

##### **Relato com base na experiência de quem viveu situações preconceituosas no ambiente escolar**

<b>Respondentes</b>	<b>Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:</b>
1	A pergunta famosa: “Mas quem é a mãe de verdade”
2	As citadas anteriormente. E pequenezas do cotidiano. Há também o feliz: quando em uma escola do meu filho no dia das mães mandaram duas lembrancinhas: uma para cada mãe.
3	Me perguntaram uma vez se fazíamos rodízio pra decidir quem seria a mãe em cada reunião - fala de um dos inspetores
4	Não respondeu
5	Não respondeu
6	Não respondeu
7	Não respondeu
8	Não respondeu
9	Não respondeu
10	Não respondeu
11	Não respondeu
12	Não respondeu
13	Não respondeu
14	Não respondeu
16	Não respondeu
17	Não respondeu

Existem muitas variáveis que influenciam no processo de socialização e desenvolvimento de uma criança, desde a classe social, escolaridade, idade dos pais/mães, habitação/moradia, religião, até a nacionalidade, entre várias outras demarcações. Porém, a que mais aterroriza as famílias normativas são as premissas equivocadas de supostos desajustes sociais ou de interferência na orientação afetivo-sexual das crianças. Um dos argumentos mais ouvidos pelas famílias homoparentais é o da ausência de referência dos papéis de gênero, argumento que alguns usam para se posicionarem contra esses arranjos,

como se esta suposta ausência pudesse interferir na orientação afetivo-sexual dos/das filh@s. Um dos argumentos mais usados são aqueles que buscam distinguir os papéis, como se cada gênero tivesse uma atuação determinada na sociedade.

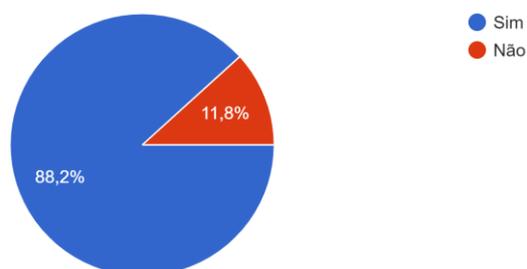
Louro (2003) diz que existe um tipo de ocultamento da figura feminina ou àquilo que associado ao gênero feminino, bem como existe uma invisibilidade dos sujeitos que não correspondem aos atributos “desejados” por não poderem existir, como é o caso dos homossexuais e da homossexualidade, que são ocultados ou silenciados quando são impedidos de gozarem de respeito. A autora ainda completa que a história estabeleceu uma oposição entre heterossexuais e homossexuais, como se o primeiro fosse superior ao segundo. Essa oposição foi estabelecida através de estratégias e táticas engendradas dentro das instâncias (famílias, escola, igreja, medicina, mídia, lei) que indicam como os gêneros devem se comportar e como o sujeito heterossexual deve ser, numa reiteração compulsória, sendo àqueles que não se encaixam nesta “educação” excluídos, ignorados, punidos ou reformados (reeducados).

Nos estudos que abarcam o debate sobre gêneros e sobre os desdobramentos psicossociais das crianças criadas por um casal homossexual, há uma consonância em estabelecer que não há distinções nas funções paternas e maternas entre os gêneros e nem distinções entre famílias heterossexuais e homossexuais. Neste estudo já foi citada algumas pesquisas que afirmam que estas crianças têm o mesmo acesso ao bem-estar psíquico e social que as demais criadas em modelos considerados normativos. Da mesma forma que ocorre na família “convencional”, a que é oriunda de um arranjo “não-convencional” também é criada em diferentes modelos de masculinidade e de feminilidade dentro do seio da própria família ampliada (tios/tias, avós/avôs, primos/primas etc.), na escola, na vizinhança, na igreja, na mídia etc., não se justificando o argumento de “ausência de referência”. Os atributos sociais que definem o que é masculino ou feminino também são inconfundíveis com os corpos de homens e de mulheres, o que permite que a crianças percebam também estes modelos externos dentro do interior da família (Judith, 2019).

Três voluntários relatam essa implicância com os papéis de gênero e por “coincidência” os relatos vieram de mulheres/mães, como se uma suposta ausência do papel masculino de um pai pudesse interferir na criação, ou oferecesse uma possível desvantagem ou perigo.

### Quadro 13 Percepção acerca da homofobia

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a?  
17 respostas



No quadro 13, quinze voluntários responderam que sim, conversam sobre preconceito e homofobia com os/as filh@s, sendo 88,2%.

Além de vários estudos não identificarem prejuízos psicossociais por parte dos/das filh@s de famílias homoparentais, ainda há estudos que observam uma maior predisposição à aceitação das diferenças e da diversidade da parte destes/destas filh@s. De uma maneira geral, os filhos e as filhas de casais homossexuais são sujeitos menos preconceituosas, menos intolerantes e menos rígidas em relação aos estereótipos de gênero, e talvez esta predisposição se dê pelo fato delas estarem lidando com os “diferentes” desde tenra idade e muito proximamente (Mello et. al, 2009).

As práticas e os discursos, que constituem o processo da heteronormatividade, são visíveis a todo instante, e quando o debate se direciona para a masculinização, a presença da negação de práticas ou características referidas ao gênero feminino se expressa em forma de homofobia, seja na forma de rejeição, seja na de repulsa (que também pode ser um traço de misoginia). A construção sociocultural da identidade masculina e sua centralidade da sexualidade são reiteradas mais do que a construção da identidade feminina, no sentido de expor uma vida sexual ativa que ostenta mais de uma parceira, que não sofre impotência sexual, que é viril, forte, provedor, entre outros traços que não diminuiriam em nada um ser masculino, caso não estivessem presentes. Esses traços equacionam uma suposta natureza heterossexual binarizando os sexos e impondo limites à concepção de gênero, e, por isso, qualquer sujeito que não se encaixe nesse perfil estaria promovendo uma descontinuidade da sequência dessa “natureza”, sendo assim, colocado à margem das preocupações na escola, na justiça, na sociedade e em geral (Louro, 2009).

Seffner (2009) lembra o leitor que o conceito de homossexualidade tem uma história recente e que parte dele foi construído no período moderno, perto do final do século XIX, já

que, antes disso, ela era entendida como desvio, vacilo ou uma prática condenatória, entretanto, tampouco há para a heterossexualidade um marco que a defina, sendo considerada algo natural ou um comportamento essencial. O autor prossegue afirmando que, desde a infância, muitas crianças expressam rejeição a vários tipos de comportamentos que fujam aos padrões estabelecidos pela cultura em relação à masculinidade, principalmente os meninos, que desde cedo expressam em forma de “brincadeiras” comportamentos que poderiam ser atribuídos à homofobia, como mostrar repulsa com insultos como “bichinha”, “boiolas” etc.

O fato é que as discussões sobre sexualidade estão longe de se esgotarem, assim como debater sobre as novas famílias também está longe de ser um assunto encerrado, e, por isso, tratar a homofobia como um problema sério é a única ferramenta de enfrentamento que estes pais e mães possuem para desconstruírem o que é compulsório. A discussão dentro da família deve ser o pontapé inicial para preparar as crianças para o mundo externo, e a escola é uma instituição fundamental no reforço desta desconstrução.

#### Quadro 14

##### Percepção da homofobia através de questionamentos

Respondentes	Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão?
1	“Quem é a mãe de verdade? A criança não vai sentir falta de uma figura paterna!?! Vocês têm medo que seus filhos sofram preconceito? Vocês não têm medo do filho querer conhecer o “pai” (doador)? Quanto custa uma inseminação? Inúmeras dúvidas cheias de preconceito.”
2	“Era comum sermos questionados sobre a família dele, referindo-se à família de origem biológica. Aos mais próximos e com quem tínhamos mais intimidade, costumávamos responder com bastante paciência que essa pergunta era bem preconceituosa com ele e bastante desrespeitosa conosco, pois a família dele somos nós, costumávamos explicar. Aos curiosos com quem tínhamos pouca proximidade, nós preferíamos fazer cara de incompreensão e pedíamos para repetir a pergunta, várias vezes se fosse preciso, para ver se a pessoa se “tocava”. Às vezes dava certo e a pessoa percebia o tamanho do desconforto que a pergunta gerava e do preconceito embutido nela. Outras vezes, fomos chamados de lerdos por não “entendemos” uma pergunta tão “simples”. Poucas vezes fomos questionados sobre quem é a mãe e quem é o pai. A gente costuma responder que é nosso filho quem decide e que a atenção e o carinho que ele necessita vem de qualquer um de nós dois incondicionalmente. A situação mais inconveniente que nós passamos foi com a emissão do CPF do nosso filho. A atendente da agência dos Correios onde fomos para emití-lo precisou chamar o Gerente da agência porque a Certidão de Nascimento que apresentamos tinha o nome de dois pais e nenhuma mãe e no “sistema” da Receita Federal era obrigatório informar o nome da mãe. Eu pedia a ela que colocasse qualquer um dos dois nomes, mas ela se recusava. No fim, o Gerente resolveu a situação colocando um dos nossos nomes no campo nome da mãe.”
3	“O que mais ouvimos é a pergunta como vamos fazer com a falta de uma mãe? Relatamos que agiremos sempre de forma natural, dizendo que ela não tem uma mãe e que tem dois pais, sempre com muito amor para que isso não seja uma falta. Trataremos sempre com a verdade e deixando claro que cada família é diferente em sua composição familiar.”
4	“Quem faz “papel” de pai, e quem faz “papel de mãe”, quem é a genitora e qual sua história? Quem é a mãe?”

5	“Como é a rotina e dinâmica familiar e como o nosso filho vivência isso?”
6	“ <b>Como dois homens cuidam de uma criança?</b> ”
7	“Até hoje só perguntaram a eles, <b>se sentem falta da mãe</b> e eles rapidamente responderam que não.”
8	“Sobre a orientação sexual: <b>se não vai prejudicar eles crescerem sem um "pai", se não vai influenciar a sexualidade deles, se não vão ter uma visão "distorcida" de família...</b> Sobre a adoção também muita coisa tosca já ouvimos: <b>quem são os pais verdadeiros</b> deles e aonde estão, que meus filhos têm que ser gratos e que tiveram muita sorte (isso é dito na frente deles, sem qualquer constrangimento e muitas vezes por completo estranhos que nos abordam), <b>se o meu filho é meu filho de verdade</b> (já nos perguntaram incontáveis vezes, porque ele é negro e eu branca), que nós tivemos muita coragem de adotar crianças maiores etc.”
9	“ <b>Por que adotar?</b> ”
10	“Se elas são irmãs biológicas.”
11	“ <b>Será que o filho deles será Gay</b> também?”
12	“Conversamos abertamente sobre o assunto, sendo q nosso filho já nos relatou q tem amigos homossexuais.”
13	“ <b>Como foi permitido judicialmente?</b> ”
14	“Sempre ouço: <b>como você conseguiu adotar uma criança se você é homossexual?</b> Essa questão sempre vem acompanhada no sentido de que pelo fato de sermos homossexuais, não teríamos direito de adotar, dentre outras questões morais que a sociedade coloca.”
15	“A maior questão <b>é se nosso filho será gay também por ter dois pais</b> e a indução de uma certa tristeza e dúvida sobre seu desenvolvimento emocional por não ter uma mulher mãe presente.”
16	“Muita gente pergunta por que não geramos por exemplo. Outra questão é sobre a filiação do nosso filho, curiosidades. Mas o fato de ser uma adoção interracial aumenta o preconceito com perguntas do tipo: seu marido é branco? Ou, você cuida dele? (Babás). Somos duas mães pretas e um bebê branco com Síndrome de Down.”
17	“Como lidar com estereótipos arraigado no ambiente escolar em relação a constituição de família.”

Neste quadro é perceptível a preocupação por parte das pessoas com relação aos papéis de gênero e referências de papéis anteriormente citados no quadro 12 de relatos. Dos dezessete relatos, doze expressam algum tipo de ocorrência semelhante como a dúvida se homossexuais poderiam adotar, ou se a falta de uma referência masculina não faria falta, mesma indagação que é feita ao casal masculino em relação à referência feminina.

Conforme Louro (2000), a “produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade”, que se trata da homofobia, um sentimento fortemente nutrido por ódio, desprezo, desconhecimento e repulsa contra homossexuais, sejam mulheres, sejam homens. Essa homofobia, por ser ensinada a todo momento de maneira institucional, faz com que meninos e meninas aprendam, desde cedo, a se ajustarem nos padrões de gênero e de sexualidade, escondendo seus interesses, gostos, personalidade etc., como se sair destes padrões pudesse ser algo negativo e contagioso. O indivíduo homossexual só é “aceito” se internalizar sua personalidade ou se disfarçar sua condição, não sendo muito “afeminado” no caso dos homens, ou muito “masculino” no caso das mulheres, porque a manifestação pública e aberta destes sujeitos incomoda a sociedade normativa, a ponto de ela achar que estas pessoas não possuem direitos (como o de adotarem ou casarem), não possuem capacidade (de

criarem seus/suas filh@s) e nem espaço para serem visíveis, ou seja, toda forma de expressão social é deslegitimada.

Há muitos mitos e desconhecimento sobre a adoção, parentalidade e papéis de gênero, que são severamente cobrados dos homossexuais de forma diferente dos heterossexuais, pois não se costuma indagar para uma mãe solo a ausência da referência do papel masculino na criação da criança, assim como não se costuma indagar um casal heterossexual se esta heterossexualidade afetará o desenvolvimento psicossocial da criança.

Das dezessete respostas obtidas no questionário, houve três relatos sobre uma suposta interferência dos pais na sexualidade da criança, o que implica no desconhecimento que parcela das pessoas possui em relação à sexualidade de uma forma geral, alhures já dissertado neste estudo. Tais relatos expressam um importante marcador social de gênero, que define os atributos dos sujeitos como se a imagem de uma mãe fosse algo indispensável para uma criança criada por um casal de homens, ou como se um pai fosse uma referência essencial para a criança criada pelo casal de mulheres, o que reforça o binarismo das identidades sexuais (Louro, 2000). Ao mesmo tempo, supõem que tais referências possam influenciar de alguma forma na vida destes/destas filh@s, seja sexualmente ou moralmente, pois a homofobia está intrínseca não só ao desconhecimento da sexualidade humana, como também arraigada em discursos essencialmente morais ao atribuir ao outro uma suposta imoralidade nos seus modos de vidas (Foucault, 1999).

A sociedade nega a homossexualidade ao mesmo tempo que precisa dela para reafirmar a heterossexualidade (Louro, 2000), afinal, ao se deparar com identidades sexuais “opostas”, ela se compromete em reforçar sua própria existência, como se estivesse ameaçada ou em perigo. E sobre a ótica do gênero, assume disposições que desconsideram uma desigualdade entre mulheres e homens, que são discursos baseados em uma suposta biologia ou natureza para justificar os papéis sociais de cada um, como se existisse uma essencialização que define as pessoas, limitando-as em diferentes segmentos sociais e culturais (Meyer, 2009), como, por exemplo, ao se atribuir a maternidade como algo essencial e nato da mulher, ou quando relacionam certas práticas sexuais ou condutas de infidelidade aos homens porque eles “são homens e podem fazer” porque faria parte da natureza deles. E, assim, ignoram que a criação e a educação dest@s filh@s é um trabalho multifacetado que envolve um conjunto de processos culturais, que irão definir ou construir os sujeitos de acordo com suas relações internas e externas, mas que não trará prejuízos em virtude da sexualidade de seus tutores.

Meyer (2009) diz que algumas dessas relações de poder irão construir os corpos femininos e o contraponto masculino, influenciando ou reforçando estereótipos, biopolíticas, instituições e discursos. Louro (2000) reforça que, apesar das diferenças anatômicas entre homens e mulheres, o que diferencia um sujeito do outro será a construção social que cada um receberá, se contrapondo ao discurso “essencialista” sexual, como o de Krafft-Ebing, e conclui, a respeito da identidade sexual, que os sentimentos e desejos podem estar intimamente atrelados à pessoa, mas que suas identidades serão moldadas e escolhidas, porque estas são identidades sociais e políticas que carregam valores de classe, de raça/etnia, de religião, escolaridade e etc.

#### Quadro 15

#### A percepção sobre o conhecimento dos/das filh@s acerca da homossexualidade



Para finalizar as análises dos resultados, a questão 20 trata da dificuldade que os filhos ou filhas podem ter em relação ao debate que permeia o tema da diversidade sexual, mais especificamente sobre a homossexualidade de seus pais ou suas mães, ao se verem em uma

situação em que precisem abordá-la. Esta questão tinha o intuito de identificar se estes pais ou mães percebem alguma dificuldade em relação à sua sexualidade por parte de seus/suas filh@s. Dos dezessete respondentes, 88,2% disseram que não identificaram tal dificuldade, enquanto 11,8% responderam afirmativamente. Tais dados coincidiram com a questão 18, que perguntava se estas famílias conversavam sobre homofobia e preconceito com seus/suas filh@s. A porcentagem de ambas foi exatamente igual, o que leva a crer que quando existe a presença de diálogo e instrução em casa, a dificuldade destas crianças/adolescentes/filh@s em abordarem o tema também se dissolve, já que existe uma educação orientadora que vem de casa, do próprio núcleo familiar. Lembrando que, conforme foi citado em análises anteriores, estes/estas filh@s possuem uma flexibilidade maior em aceitarem o “diferente” ou não normativo, e também possuem uma disponibilidade em serem mais tolerantes.

A questão 21 encerra o questionário, buscando saber a opinião dos voluntários sobre estudos e pesquisas científicas que discutam a diversidade sexual, se estas, de fato, ajudariam a combater a intolerância. Do universo total, 94,1% disseram que acreditam que existe, sim, um papel relevante por parte da ciência no enfrentamento a homofobia e preconceito, enquanto apenas 5,9% disseram que não têm certeza e responderam com a opção “talvez”.

Se receber uma educação adequada em casa já mostra resultados positivos, então, sedimentar essa educação na escola se mostra uma necessidade, pois, ali, o processo se dá de forma coletiva, envolvendo diversos atores que compõem a dinâmica. Bauman (1998) diz que educar na diversidade pode desestabilizar a intolerância, por exigir a relação de acolhimento coletivo. Junqueira (2009) faz um adendo ao dizer que a escola já é um ambiente plural com uma diversidade presente em diversas esferas, por isso, é importante que os atores saibam conduzir uma ação pedagógica desmistificadora, libertária, emancipatória e criativa, para que o “diferente” se sinta existente e parte integrante daquele ambiente, como uma presença visível que tenha garantido o direito à interlocução.

É necessário que haja uma maior conscientização por parte das instituições, a começar pelo familiar, porque superar a homofobia também está relacionado à superação das dinâmicas de conflitos que as lutas travam. É relevante que tais instituições assumam posição anti-homofóbica com a promoção de um espaço democrático que respeite as individualidades e os direitos de cada pessoa, devido ao cenário marcado por tensões e disputas de narrativas que variam desde as reivindicações de direitos basilares, que são legítimos, às narrativas que constroem conspirações sem embasamento científico com o intuito de invisibilizar certas comunidades, como a LGBTQI+, por exemplo (Junqueira, 2009).

## 7 Considerações Finais

Partindo do princípio de que um dos objetivos deste estudo é investigar o contexto familiar destes/destas filh@s e destes pais e mães homossexuais, que passaram pelo processo de adoção legal, a primeira coisa a ser reconhecida é que a visão social sobre adoção se modificou muito com os anos, principalmente, a partir do conjunto de diretrizes acerca dos códigos legais e direitos, tanto dos adultos quanto dos menores, que passaram a prevalecer sempre o interesse da criança ou adolescente e o bem-estar do menor.

A concepção de família também foi modificada com o passar dos séculos, contribuindo com a ampliação dos Direitos e o reconhecimento legal de diversos arranjos que a contemporaneidade proporcionou. Para quem pretende adotar, é necessário que o indivíduo seja visto como alguém “estável”, capaz de cuidar de outro ser ou apto à parentalidade, e este quesito é comum para qualquer cidadão, seja ele um cidadão que busque a monoparentalidade ou a parentalidade conjunta. Neste sentido, há uma ampla gama de estudos que atesta essa capacidade por parte dos casais homoafetivos.

Ainda paira sob conceito de família, em relação à homossexualidade, desinformação que, por conseguinte, gera problemas de aceitação por parte da sociedade, e foi possível **verificar** isso quando alguns dos voluntários relataram indagações externas que questionam sobre a presença da “outra família” (em referências aos genitores) como se estes pais ou estas mães não fossem a família da criança. Existe uma falta de esclarecimento que é contínuo nas instituições, e poucas delas procuram sanarem ou refletirem sobre “o que é uma família”. A instituição escolar, neste caso, mostrou-se de um modo geral despreparada para auxiliar nesta reflexão, ainda que tenha iniciativa de realizar atividades ou ações que busquem quebrar a invisibilidade destas novas configurações familiares. Os relatos mostraram que existe homofobia por parte de uma parcela considerável de pessoas (algumas não percebem o teor ofensivo de suas perguntas), e se essa homofobia vem por parte da escola, seja através de um comentário do coleguinha ou de um agente escolar, e a escola não toma providências, tal postura se torna negligente por minimizar as consequências que o preconceito pode acarretar. Se os pais ou mães também não se manifestam, acabam assumindo uma posição omissa que pode ser tão nociva quanto à negligência da escola, pois pode contribuir com a incidência de *bullying*.

Realizar programas de formação continuada para os profissionais da educação, bem como estendê-las à comunidade, se mostra fundamental para que todos, que façam parte desta comunidade escolar, possam instrumentalizar seus conhecimentos e trocar suas vivências para

que assim haja um exercício de reflexão. Desenvolver materiais didáticos e paradidáticos que ofereçam a discussão sobre as diversas configurações familiares existentes e sobre a diversidade cultural e sexual, também é importante porque prepara os sujeitos para a cidadania e respeito ao próximo de forma responsável.

Os governos devem apoiar ações que visem fomentar a adaptação saudável destas minorias na sociedade para evitar situações complexas ou mais simples, como as citadas em um dos relatos (a dificuldade de cadastrar os tutores no SUS e expedir CPF da criança). Entretanto, o contexto atual é pautado em “vai em vem” de direitos, pois, ao mesmo tempo em que se conquistam certos direitos, outros são retirados, mostrando a negligência do Estado com a sociedade, sobretudo, quando se furta em apoiar ações que combatam o preconceito em relação à diversidade sexual ou cultural.

É possível notar, também, que esses casais e suas famílias se deparam com muitas dificuldades externas que variam desde a desinformação do outro até um mero detalhe burocrático que dificulte a expedição de um documento. Estas famílias apresentam características e funções semelhantes à de outras configurações familiares, mas se deparam com questionamentos enviesados. O momento atual exige que a discussão sobre o casamento homoafetivo, o divórcio, o recasamento, a maternidade da mulher lésbica, a paternidade do homem *gay*, a monoparentalidade, a adoção, o casal interracial, as diferentes classes sociais, religiões, tradições etc., sejam exaustivamente debatidos, sobretudo, em um cenário que apesar de conquistas importantes, ainda esboça ares de desinformação, “*fakes news*”, preconceito, retrocessos e ataques.

Não há uma única forma de pensar e de agir, e zelar por uma laicidade que permita o Estado promover ações de amparo para as minorias deveria ser um consenso, pois anos de lutas sociais não podem ser ameaçados por movimentos fundamentalistas e seus projetos retrógrados, independentemente da causa que defendam. Essas minorias existem, e, apesar de não dependerem da legislação para se configurarem como são, precisam da mesma para que o princípio de isonomia seja respeitado.

O desenvolvimento psicossocial é uma das grandes preocupações que cercam o tema, mas é uma preocupação que geralmente vem de fora do núcleo familiar, e que gera dificuldades, porém, não na formação homoparental em si. Essa preocupação pode dificultar em determinados momentos, como, por exemplo, na busca de uma escola que seja mais aberta ao diálogo e mais preparada para acolher as famílias e a diversidade, mas não no desenvolvimento da homoparentalidade destes adultos.

Sobre as relações que estes/estas filh@s estabelecem com outros indivíduos, os relatos trouxeram informações que constataram a presença da manifestação do preconceito da parte de outras crianças. Evidentemente, há de se ter cautela em atribuir esta manifestação como homofobia propriamente dita, ou como preconceito, visto que estas crianças ainda estão num processo de formação e de construção enquanto ser, e reproduzem referências que muitas vezes recebem em outros espaços. Neste sentido, a escola é uma instituição que pode contribuir com a mudança de rumo, por ser um espaço de abertura para a construção de novos valores, ao oferecer não somente um ambiente plural de pensamentos, mas também de diversidade sexual e cultural. A escola é uma instituição que acompanha os sujeitos por muitos anos, e, se for um espaço acolhedor, isso permitirá um engajamento maior tanto dos estudantes quanto da comunidade, até porque existe diversidade também no corpo docente e na comunidade externa. Diretores/as, professores/as, agentes e pais/mães, são atores que fazem parte da história da escola, e estabelecer uma qualidade na relação entre todos facilita para problematizar os preconceitos, tornando este ambiente um lugar propício para a construção de uma sociedade democrática, da qual todas as pessoas e famílias podem fazer parte, sem ameaças, sem distinções e com mesma dignidade.

A presença da homofobia nas vivências dessas famílias é um fato. Ainda que alguns não percebam ou não relatem, isso não isenta ou exclui a presença de manifestações de cunho preconceituosas e homofóbicas. Na escola, se isso for incentivado ou se não for confrontado, pode fortalecer os processos de internalização da homofobia, já que ela pode conduzir a pessoa a se sentir constrangida ou culpada por ter sofrido uma determinada agressão (violência simbólica), conforme Junqueira (2009) sinaliza. A homofobia é uma violência que, na ausência da solidariedade por parte da comunidade escolar, se torna corriqueira virando assédio moral que encoraja outros a repetirem esse assédio num efeito “bola de neve”.

Ser um filho ou uma filha que passou pelo processo de adoção pode ser um registro na vida pessoal que marca sua trajetória. Goffman (1988) lembra que os gregos criaram o termo “estigma” para se referirem aos sinais ou marcas feitas no corpo de alguém, geralmente escravos ou criminosos. Tais marcas não eram meros sinais, eram registros corporais que traziam algum significado maléfico ou “extraordinário”, e indicavam que o portador daquela marca pertencia a um grupo específico de pessoas que precisava ser evitada. Depois, com o advento do Cristianismo, outras metáforas foram adicionadas ao vocábulo estigma, inclusive sendo uma delas a “graça divina”.

Na atual sociedade, o estigma não muda o seu conceito, pois prevalece a ideia de marcas ou atributos que podem ser oriundos de uma categoria social ou uma identidade social.

Goffman afirma, ainda, que o estigma pode acompanhar um sujeito distinguindo-o dos demais, a quem, em alguns casos, é atribuído um sinal como uma espécie de defeito. Podem ser considerados perfis estigmatizados os deficientes físicos, presidiários, alcoólatras, prostitutas, viciados, homossexuais, dentre vários outros grupos, que alguns tentam “consertar” estes defeitos. As crianças que passam pelo processo de adoção, de certo modo, também estão em um grupo de estigmatizados, pois, quando são indagadas por estranhos se elas são “filhos/as adotivos/as ou biológicos/as”, essa indagação se torna uma manifestação que a tira do lugar comum. É como se este detalhe pudesse diminuir o caso dela não seja biológica, mesmo quando há um sentimento de empatia. Uma passagem que ilustra este exemplo estigmatizante é que um dos relatos afirma que sua filha “foi chamada de adotada”, mostrando que existe um tratamento de distinção que não existiria numa posição de filha biológica.

Além do estigma da adoção, existe o fato de os pais e as mães também serem sujeitos estigmatizados por serem homossexuais. Estas pessoas são desacreditadas socialmente e rejeitadas, tendo que provar com mais afinco suas capacidades. Aqui temos o exemplo da maternidade e paternidade, e os relatos mostram a frequência de questionamentos acerca da criação que estas pessoas podem proporcionar aos seus/suas filh@s. É como se elas tivessem que encontrar ou mostrar provas adicionais de que possuem capacidade suficiente para exercer a sua maternidade ou paternidade, porque, no menor deslize, poderão pagar severamente perante a sociedade que irá julgá-las. Esse estigma aparece nos relatos que questionam a capacidade de criação dos/das filh@s e, também, no direito de adotarem, como se homossexuais fossem proibidos de exercerem tal direito – “como você conseguiu adotar uma criança se você é homossexual?” – frase relatada por um dos respondentes.

Criar um ambiente de valorização e respeito às diferenças não é criar um véu de “coitadismo”, mas sim de discussões educativas que desenvolvam o aprendizado do bom convívio, levando em consideração os recursos que a escola possui, pois há diferenças notáveis entre escolas particulares e públicas, e um dos relatos enfatizou essa diferença: “...escola que nosso filho estuda é um projeto de escola livre, onde estas questões são levantadas e debatidas sempre. É particular. Infelizmente, não achamos nada parecido no sistema público”. Portanto, adequar a linguagem e os recursos, zelando pelo laicismo e respeito à tolerância religiosa, é fator crucial para desmistificar discursos que não respeitem as diferenças e não acolham o excluído. Tudo deve sempre ser construído, se pautando no Projeto Político Pedagógico, de acordo com o Regimento Escolar, Plano de Ensino etc. (Seffner, 2009).

Seffner (2009) atenta que a escola pública no Brasil ainda é um espaço de exclusão, em que há diversos desequilíbrios que pairam o ambiente, desde a profunda desigualdade social à falta de infraestrutura. A rede de apoio ao aluno depende de uma somatória de fatores, entre os quais o aluno, a família e a comunidade auxiliam no percurso da minimização das dificuldades que uma vida escolar pode trazer, por isso, propostas que tragam a participação ou parcerias com ONGs, instituições de saúde, outras escolas, universidades, movimentos sociais, empresas e até igrejas, serão sempre bem-vindas, se forem para atuarem de maneira autônoma e democrática.

Temas de difícil complexidade não devem ser feitos de forma improvisada e mal planejada, porque a escola é um lugar para se aprender, sob uma supervisão com orientação educacional, sem obrigar a participação dos atores escolares e nem dos alunos, embora deva sempre incentivar que todos participem. A escola deve escolher aqueles que se sintam preparados para conduzir as discussões, e que tenham ou que busquem a formação e estudo, com materiais específicos. É possível abordar as temáticas relativas às pessoas da comunidade LGBTQI+ e sobre a diversidade sexual e diversidade cultural, através de reuniões escolares, com atividades de temas transversais de acordo com as LDB, PCN, matrizes e outras diretrizes, em atividades coletivas como jogos, festas, datas comemorativas; pode-se também investir na formação dos funcionários da educação de forma continuada, divulgando pesquisas, conhecimento científico, incentivando a comunidade externa a participar dando voz e visibilidade aos grupos.

De maneira geral, os relatos trazem falas pertinentes que comprovam a existência do preconceito tanto contra os pais e mães quanto contra seus/suas filh@s, a presença da homofobia contra estes pais e mães, bem como a homofobia que seus/suas filh@s também acabam colhendo, a necessidade de angariar esforços para que a inclusão na escola seja plena e da necessidade de se fomentar a comoção social em torno deste debate por meio do discurso científico, histórico, sociológico, pedagógico e jurídico para que a intolerância seja cada vez menor. A sociedade e suas instituições devem impedir a intolerância que causa sofrimento aos grupos minoritários, e a escola pode auxiliar na desconstrução de discursos hegemônicos.

## REFERÊNCIAS

- Abreu, M. C. Adoção unilateral. Disponível em <<http://goo.gl/vQMe73>>. Acesso em 12 de março de 2020.
- Advance Humanity. (2006). *The State of Brazil 's Children Children up to the age of 6 years* (The United Nations Children's Fund (UNICEF) (Ed.)). Cross Content Comunicação Integrada. Disponível em: [https://www.unicef.org/search/search.php?querystring\\_en=suely+ferreira+deslandes&hits=&type=&navigation=&Go.x=2&Go.y=7](https://www.unicef.org/search/search.php?querystring_en=suely+ferreira+deslandes&hits=&type=&navigation=&Go.x=2&Go.y=7)
- Amazonas, M. C. L. de A., Damasceno, P. R., Terto, L. de M. de S., & Silva, R. R. da. (2003). Arranjos familiares de crianças das camadas populares. *Psicologia Em Estudo*, 8(spe), 11–20. <https://doi.org/10.1590/s1413-73722003000300003>
- Araújo, L. M. (2012). Poema de Amor: Império Novo. In F. M. de Ferro (Ed.), *Erotismo e Sexualidade no Antigo Egito*. Biblioteca Nacional de Portugal.
- Ariès, P.; Duby, G.; Veyne, P.; Chartier, R. (1985). *História da Vida Privada - Vol 1: Do Império Romano ao Ano Mil* (Jônatas Batista Neto (Ed.); 2009th ed.). Companhia de Bolso.
- Ariès, Philippe; Duby, G. (1986). *História da Vida Privada - Vol 3: Da Renascença Ao Século das Luzes* (R. Chartier (Ed.); 2009th ed.). Companhia de Bolso.
- Ariès, P. (1981). *História Social da Criança e da Família* (Gilberto Velho (Ed.); 2ª Edição). Editora Guanabara.
- Associação Brasileira de Jurimetria. (2015). *Justiça Pesquisa: Tempo dos processos relacionados à adoção no Brasil*. Conselho Nacional de Justiça.
- Balieiro, F. de F. (2018). “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. *Cadernos Pagu*. <https://doi.org/10.1590/18094449201800530006>
- Bauman, Z. (1998). *Modernidade e Holocausto* (4ª Edição). Zahar. <https://books.google.com.br/books?id=13LTDwAAQBAJ>
- Biasoli-Alves, Z. M. M. (2004). Pesquisando e intervindo com famílias de camadas sociais deversificadas. In *Pesquisando a família: olhares contemporâneos* (p. 106). Papa-Livro. <https://repositorio.usp.br/item/001428625>
- Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico* (Tradução: Fernando Tomaz (Ed.)). Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2002). *A Dominação Masculina* (Tradução: Maria Helena Kühner (Ed.); 2ª Edição). Bertrand Brasil.
- Brasil, C. (1988). (2016). Constituição da República Federativa do Brasil. In Senado Federal (Ed.), *Journal of Computers* (Vol. 6, Issue 9). Centro Gráfico. <https://doi.org/10.4304/jcp.6.9.1903-1912>
- Cano, M. A. T. (1997). *A percepção dos pais sobre sua relação com os filhos adolescentes: reflexos da ausência de perspectiva e as solicitações de ajuda*. 1–154. <https://doi.org/DOI10.11606/T.22.2007.tde-14092007-141943>
- Cardoso, C. F. (2014). Gênero e Literatura Ficcional: O Caso do Antigo Egito no 2º Milênio a.C. In G. J. da Funari, Pedro Paulo A.; Feitosa, Lourdes Conde; Silva (Ed.), *Amor, Desejo e Poder na Antiguidade: Relações de Gênero e Representação do Feminino* (pp. 53–92). Editora Fap-Unifesp
- Catonné, J. (1994). *A Sexualidade, Ontem E Hoje* (M. Í. Koralck (Ed.)). Cortez. <https://books.google.com.br/books?id=xFSzQEACAAJ>
- Chauí, M. (1984). *Repressão Sexual essa nossa (des) conhecida* (M. C. e V. Chaves (Ed.); 1ª Edição). Brasiliense.
- Chaves, M. (2011). O Julgamento da ADPF 132 e da ADI 4277 e Seus Reflexos na Seara do Casamento Civil. *JusBrasil*. <https://arpen-sp.jusbrasil.com.br/noticias/2978105/artigo-o-julgamento-da-adpf-132-e-da-adi-4277-e-seus-reflexos-na-seara-do-casamento-civil>
- Civil, C. (2002). *Código Civil, Lei nº 10.406/2002* (Senado Federal (Ed.); 5ª Edição).

- Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas. [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/506294/codigo\\_civil\\_5ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/506294/codigo_civil_5ed.pdf)
- Cláudia, S. V., Denise, C., Ingrid, L., Sandra, U., Suelaine, C., & Cavasin. (2016). Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais. In *Revista Estudos Feministas* (Vol. 9, Issue 2). Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, fundação Carlos Chagas. <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2001000200010>
- Coitinho Filho, R. A., & Rinaldi, A. A. (2015). A “homoafetividade” no cenário adotivo: um debate jurídico. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, 20(1), 285. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n1p285>
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). *O Conceito de Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito*. 21(1), 241–282.
- Conselho Nacional de Justiça (CNJ). (2020). *Diagnóstico Sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento 2020*. CNJ. [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação. (2004) In *Brasil Sem Homofobia. Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Cuvillier A., 1887-1973. (1956). *Manual de sociologia*. El Ateneo.
- de Violência, C. L. A., e U. (2004). Famílias: parcerias ou usuárias eventuais?: análise de serviços de atenção a famílias com dinâmica de violência doméstica contra criança e adolescentes. In *Famílias: parcerias ou usuárias eventuais?: análise de serviços de atenção a famílias com dinâmica de violência doméstica contra criança e adolescentes* (p. 204).
- Dias, M. B. (n.d.). Violência doméstica e as uniões homoafetivas. *Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM)*. <https://ibdfam.org.br/artigos/237/Viol%C3%Aancia+dom%C3%A9stica+e+as+uni%C3%B5es+homoafetivas>.
- Dias, M. B. (2004). *Conversando sobre Homoafetividade*. Livraria do Advogado.
- Dias, M. B. (2006). *União homossexual: o preconceito & a justiça* (Original Universidade do Texas (Ed.). Livraria do Advogado Editora. <https://books.google.com.br/books?id=QapMAAAAMAAJ>
- Drummond, M. C.C; Drummond Filho, H. C. (2004). *Drogas: a busca de respostas* (2ª Edição). Edições Loyola. [www.loyola.com.br](http://www.loyola.com.br)
- Durham, E. R. (1983). Família e reprodução humana. In: Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais. *Perspectivas antropológicas da mulher*, 1, 31–50.
- ECA: *Estatuto da Criança e Adolescente 30 anos*. (2020). <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/07/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-completa-30-anos-em-julho>
- Engels, F. (1984). *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (Moacyr Félix (Ed.); 9ª Edição). Civilização Brasileira.
- Fachin, L. E. (1999). *Elementos Críticos do Direito de Família*. Renovar.
- Farah, M. F. S. (2004). Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 47–71. <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2004000100004>
- Farias, M. D. E. O. (2007). *Adoção por Homossexuais: concepções de psicólogos judiciários* (1ª Edição). Jurua Psicologia.
- Farr, R. H., Forssell, S. L., & Patterson, C. J. (2010). Parenting and Child Development in Adoptive Families: Does Parental Sexual Orientation Matter? *Applied Developmental Science*, 14(3), 164–178. <https://doi.org/10.1080/10888691.2010.500958>
- Fontana, D. (1998). *Psicologia para professores*. LOYOLA. <https://books.google.com.br/books?id=mqjGWDJrTAIC>
- Foucault, M. (1999). *História Da Sexualidade I: A vontade de saber* (M. Foucault (Ed.); 13ª

- Edição). Edições Graal Ltda.
- Foucault, M. (2014). *Microfísica Do Poder* (28ª Edição). Paz e Terra.
- Freud, S. (2008). Vol 15 - Psicologia das Massas e Análise do eu e outros textos. *Vasa*. <http://medcontent.metapress.com/index/A65RM03P4874243N.pdf>
- Fustel de Coulanges, N. D. (2003). A Cidade Antiga: Estudo sobre o Culto, o Direito, as Instituições da Grécia e de Roma. In Martins Fontes (Ed.), *M. Claret*.
- Gama, G. C. N., & Ciudad, F. G. C. (2008). *Função Social no Direito Privado e Constituição* (2ª edição). Atlas.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª Edição). Editora Atlas. [editoraatlas.com.br](http://editoraatlas.com.br)
- Godelier, M. (2004). *Metamorphoses de La Parenté*. Fayard.
- Goffman, E. (1988). Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. In *Antropologia Social*. <https://doi.org/10.1097/HRP.0b013e31827d7df4>
- Goldberg, A. E., & Frost, R. L. (2018). Lesbian and Gay Parenting. In Mec/Unesco (Ed.), *Encyclopedia of Adolescence*. Publisher Brasil. [https://doi.org/10.1007/978-3-319-33228-4\\_394](https://doi.org/10.1007/978-3-319-33228-4_394)
- Goldberg, S. K., & Conron, K. J. (2018). How Many Same-Sex Couples in the US are Raising Children? – Williams Institute. *The Williams Institute, July*, 1–5. <https://williamsinstitute.law.ucla.edu/publications/same-sex-parents-us/>
- Gomes, O. (2002). *Direito de Família*. Forense.
- Horst, C. H. M. (2013). *Família , Homossexualidade e Conservadorismo : discursos no Congresso Nacional brasileiro*. 366–384. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v24n1p366-384>
- IBGE. (2010). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2011). Censo*.
- IBGE. (2018). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26192-casamentos-homoafetivos-crescem-61-7-em-ano-de-queda-no-total-de-unioes>
- Judith, B. (2019). *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade* (Tradução: Renato Aguiar (Ed.); 18ª Edição). Civilização Brasileira.
- Junqueira, R. D. (2009). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (UNESCO (Ed.)). Ministério da Educação.
- Katz, J. N. (1996). *A invenção da heterossexualidade*. Ediouro.
- King, H. (1994). Preparando o Terreno: Sexologia Grega e Romana. In M. Porter, Roy; Teich (Ed.), *Conhecimento Sexual, Ciência Sexual: A História das Atitudes em Relação à sexualidade* (pp. 45–63). Fundação Editora Unesp.
- Leakey, R. (1997). *A origem da espécie humana*. 310.
- Leite, E. de O. (2003). *Famílias Monoparentais: a situação jurídica de pais e mães solteiros, de pais e mães separados e dos filhos na ruptura da vida conjugal* (2ª edição). Editora Revista dos Tribunais. <https://books.google.com.br/books?id=XjluAAAACAAJ>
- Levinzon, G. K. (2006). A Adoção na Clínica Psicanalítica: O Trabalho com os Pais Adotivos. *Mudanças - Psicologia Da Saúde*, 14(1), 24–31. <https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v14n1p24-31>
- Lins, R. N. (2007). *A Cama na Varanda*. Editora: BestSeller.
- Lisboa, M. R. A. (1987). *A sagrada Família: a questão do gênero em famílias católicas*. Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75409>
- Loltran, L. (2016). *Famílias homoafetivas: a insistência em ser feliz*. Autêntica Editora. <https://books.google.com.br/books?id=VbIMDAAAQBAJ>
- Louro, G. L. (2000). O Corpo Educado. In *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (2ª

- Edição, Issue 3). Autêntica Editora.
- Louro, G. L. (2003). *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista* (6ª Edição). Editora Vozes.
- Louro, G. L. (2009). Heteronormatividade e Homofobia. In UNESCO (Ed.), *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Ministério da Educação.
- Mandela, N. (1970). *Carta a Zindzi*. In *Vovô Mandela*. VR Editora.
- Marchesini, S. M. (2015). *O Direito A Ter Criança Fora Da Sexualidade: Adoção homoparental: psicanálise aplicada à casuística do direito*. LTr.
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). Fundamentos de metodologia científica. In *Editora Atlas* S. A. Editora Atlas. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100005>
- Matos, A. C. H. (2008). “Novas” entidades familiares e seus efeitos jurídicos. *Revista Forense: Doutrina, Legislação e Jurisprudência*, 104(396), 557–568.
- Medeiros, N. (1997). *Lições de Direito Civil: Direito de Família, Direito das Sucessões*. Nova Alvorada Edições.
- Mello, L. (2005). *Novas Famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Garamond. <https://books.google.com.br/books?id=aLbSwAEACAAJ>
- Mello, L. (2009). A Escola e @s Filh@s de Lésbicas e Gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil. In R. D. Junqueira (Ed.), *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*.
- Meyer, D. E. E. (2009). Corpo, Violência e Educação: uma abordagem de gênero. In UNESCO (Ed.), *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Ministério da Educação.
- Minayo, C. de S., & Deslandes, Suely Ferreira; Gomes, R. (1993). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. In *American Gear Manufacturers Association Fall Technical Meeting 2011* (pp. 131–148). Editora Vozes.
- Miskolci, R., & Campana, M. (2017). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, 32, 573–591. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.320300>
- Moreira, L. M. de A. (2011). *Algumas abordagens da educação sexual na deficiência intelectual*. EDUFBA. <https://doi.org/10.7476/9788523211578>
- Moschetta, S. O. R. (2011). *Homoparentalidade: Direito à adoção e reprodução humana assistida por casais homoafetivos* (J. E. de C. Pacheco (Ed.); 2ª Edição). Jurua Psicologia.
- Neruda, Pablo. (1981). *Canto general* (2.vol). Fundación Biblioteca Ayacuch.
- Netto, L. E. (2011). *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica* (1ª edição). Cortez.
- Oliveira, D. A. de. (2017). *O Direito À Adoção Pelo Casal Homossexual: Uma análise sob o prisma da igualdade e da dignidade humana no contexto brasileiro* (1ª Edição). Editora Lumen Juris.
- Oliveira, J. S. de. (2002). Fundamentos Coinstitucionais do Direito de Família. In *Revista dos Tribunais*. Editora Revista dos Tribunais. <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/download/440/356/>
- Osório, L. C. (1996). *Família Hoje* (J. McSill (Ed.)). Artes Médicas.
- Patterson, C. J. (2018). LESBIAN AND GAY PARENTS AND THEIR CHILDREN: SUMMARY OF RESEARCH FINDINGS. *Lesbian and Gay Parentig*, 5–22.
- Peixoto, C. E., Singly, F. de, & Cichelli, V. . (2000). *Família e individualização* (Clarice Ehlers Peixoto (Ed.); 1ª edição). Editora FGV. <http://www.fgv.br/publicacao>
- Pereira, C. M. da S. (1998). *Reconhecimento da Petrnidade e seus efeitos*. Forense.
- Peres, A. P. A. B. (2006). *A adoção por homossexuais: fronteiras da família na pós-*

- modernidade*. Renovar. <https://books.google.com.br/books?id=TaXnAAAACAAJ>
- Perrot, M. (1993). *Veja 25 anos: O nó e o ninho* (p. p.17). Editora Abril.
- Prado, D. (1981). *O que é família?* Brasiliense. <https://books.google.com.br/books?id=bmkvDwAAQBAJ>
- Reis, G. V., & Ribeiro, P. R. M. (2005). Sexualidade e educação escolar: algumas reflexões sobre orientação sexual na escola. In C. CECEMCA (Ed.), *Sexualidade e infância* (MEC/SEF, pp. 34–46). Maia, A. C. B., & Maia, A. F. (Orgs.).
- Ribeiro, P. R. M. (1990). *Educação Sexual Além da Informação*. EPU.
- Ribeiro, P. R. M. (1993). História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 4, 15–30. <https://doi.org/10.1590/s0103-863x1993000100003>
- Ribeiro, P. R. M. (2002). *Sexualidade e Educação Sexual: apontamentos para uma reflexão* (P. R. M. R. e A. A. G. Maria Alice de Campos Rodrigues (Ed.)). Cultura Acadêmica Editora. saepe@fclar.unesp.br
- Ribeiro, P. R. M. (2005). *A Sexualidade Também Tem História: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos*. saepe@fclar.unesp.br
- Rodrigues, H. (2004). *O amor entre os iguais*. Mithos.
- Romanelli, G. (1995). Autoridade e poder na família. In M. C. B Carvalho (Org.) (Ed.), *Família Contemporânea em Debate* (pp. 73–88). Educ/Cortez.
- Romanelli, G. (2003). Paternidade em famílias de camadas médias. *Estudos e Pesquisas Em Psicologia*, 3(2), 79–96. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812003000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812003000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)
- Roudinesco, E. (2003). *A Família em Desordem* (J. Z. Editor (Ed.); Issue 1). Zahar. <https://doi.org/10.16309/j.cnki.issn.1007-1776.2003.03.004>
- Sanfelice, P. D. P. (2011). Sexualidade, amor e erotismo na Roma Antiga: as representações de Vênus nas paredes de Pompeia. *Opsis*, 10(2), 167–190. <https://doi.org/10.5216/o.v10i2.10921>
- Santos, J. V. O., Araújo, L. F., Negreiros, F., & Santos, E. C. (2018). Adoção de crianças por casais homossexuais: as representações sociais. *Temas Em Psicologia*, 26(1), 139–152. <https://doi.org/10.9788/tp2018.1-06pt>
- Schenker, M., & Minayo, M. C. de S. (2003). A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(1), 299–306. <https://doi.org/10.1590/s1413-81232003000100022>
- Schettini Filho, L. (2005). *Compreendendo os Pais Adotivos* (2ª Ed.). Bagaço.
- Scott, A. S. V. (2004). A família como objeto de estudo para o historiador. In I. E. & R. G. N. (Orgs. . C. R. Althoff (Ed.)), *Pesquisando a família: olhares contemporâneos*. Pápa-Livro.
- Scott, J. (2009). Gênero: “Uma categoria útil de análise histórica.” *Educação e Realidade*, 20(35), 23–36. <https://doi.org/10.1590/s0104-40602009000300003>
- Seffner, F. (2009). Equívocos e Armadilhas na Articulação entre Diversidade Sexual e Políticas de Inclusão Escolar. In UNESCO (Ed.), *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Ministério da Educação.
- Sepulveda, J. A. M. (2016). O Pensamento Conservador E Sua Relação Com Práticas Discriminatórias Na Educação: a Importância Da Laicidade. *Revista Teias*, 17(47), 141–154. <https://doi.org/10.12957/teias.2016.24767>
- Shaffer, David R.; Kipp, K. (2005). *Psicologia do Desenvolvimento: Infância e Adolescência*. Pioneira Thomson.
- Silva, I. G. e. (2020). *Adoção por Pares Homoafetivos - A Construção Familiar Advinda do Vínculo Afetivo* (J. E. de C. Pacheco (Ed.); 1ª edição). Jurua Editora. [www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br)
- Silveira, A. M. da. (2005). *Adoção de Crianças Negras: inclusão ou exclusão?* Editora Veras.

- Simionato-Tozo, S. M. P., & Biasoli-Alves, Z. M. M. (1998). O cotidiano e as relações familiares em duas gerações. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 8(14–15), 137–150. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X1998000100011>
- Singly, F. de. (2000). O Nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In *Família e individualização* (1ª edição, pp. 13–19). Editora FGV.
- Spencer, C. (1996). *Homossexualidade: uma história*. Record.
- Tallón, M. de los A. J., Ferro, M. J., & Gómez, Rosario Gómez & Parra, P. (1999). Evaluación del clima familiar en una muestra de adolescentes. In *Revista de psicología general y aplicada: Revista de la Federación Española de Asociaciones de Psicología* (Vol. 52, Issue 4, pp. 453–462).
- Tepedino, G. (2003). *A Parte Geral do Novo Código Civil: estudos na perspectiva civil-constitucional*. Renovar.
- Torres, A. (2000). A individualização no feminino, o casamento e o amor. In F. S. & V. C. (Orgs. . C. Peixoto (Ed.), *Família e individualização* (1ª edição, pp. 135–156). Editora FGV.
- IN RE ADOPTION OF LUKE, 34 IN THE SUPREME COURT OF THE STATE OF NEBRASKA 773 (2002). <https://doi.org/10.2307/1329231>
- UNESCO. (2004). *O Perfil dos Professores Brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam...* UNESCO Brasil (Ed.). Editora Moderna Ltda.
- Uziel, A. P. (2002). *Família e homossexualidade: velhas questões, novos problemas* (pp. 1–264). Unicamp. <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280718>
- Vainfas, R. (2010). Trópico dos Pecados: moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. In *Penerapan Pembelajaran Menggunakan Media Pembelajaran Berbasis Animasi Flash Pada Mata Pelajaran Menggunakan Listrik di SMKN 5 Padang* (1ª edição, Vol. 53, Issue 9). Civilização Brasileira.
- Vaitsman, J. (1994). Hierarquia de gênero e iniquidade em saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 4(1), 7–22. <https://doi.org/10.1590/s0103-73311994000100001>
- Veyne, P. (1985). A homossexualidade em Roma. In A. (orgs. . Ariès, Philippe. Béjin (Ed.), *Sexualidades Ocidentais*. Brasiliense.
- Vianna, C. (2018). *Políticas de Educação, Gênero e Diversidade Sexual: breve história de lutas, danos e resistência* (Keila Deslandes (Ed.)). Autêntica Editora.
- Vianna, C., Carreira, D., Leão, I., Unbehaum, S., Carneiro, S. & Cvasin, S. (2016). *Gênero e Educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais*. São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas.
- Zambrano, E. (2006). Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, 12(26), 123–147. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000200006>
- Zambrano, E., Lorea, R., Mylius, L., & Borges, P. (2006). *O Direito à Homoparentalidade*: Instituto de Acesso a Justiça. [www.nupacs.ufrgs.br](http://www.nupacs.ufrgs.br)

## Anexos A

# Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

Olá, tudo bem?

Primeiramente, muito obrigada por participar da pesquisa "Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais". Meu nome é Patrícia Soares, sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Unesp de Araraquara, e venho por meio desta proposta solicitar voluntários e voluntárias que possam fazer parte deste estudo científico, através deste questionário.

A intenção deste questionário é coletar informações de famílias com arranjos homoparentais, constituídas por duas mães e por dois pais, que tenham passado pelo processo legal de adoção.

Os objetivos são:

- Analisar através dos relatos respondidos no questionário, o contexto familiar das crianças/adolescentes adotadas por pais/mães homossexuais;
- Investigar a qualidade das relações que estas crianças/adolescentes estabelecem com outros sujeitos no âmbito escolar e no meio social, isto é, se são tratadas pelos próximos com preconceito ou com naturalidade, e o modo pelo qual a qualidade destas relações influencia na saúde mental e na formação pessoal, social e escolar da criança/adolescente;
- Tomar conhecimento através dos relatos destas famílias acerca do posicionamento da instituição escolar em relação a el@s, se há medidas educativas pelo combate ao preconceito com o intuito de estimular a inclusão;
- Verificar se estas crianças/adolescentes são tratadas/os com respeito e dignidade pelos educadores/as da escola, bem como seus pais e mães;
- Investigar de forma geral, através dos relatos dos casais homossexuais em relação às possíveis manifestações de preconceito e discriminação no âmbito social e escolar.

Este estudo assumirá com a sua conclusão uma função social: de auxiliar idealmente e estrategicamente as famílias homoparentais e as crianças adotadas por estas famílias no combate ao estigma e preconceito, contribuindo para uma sociedade inclusiva que reconheça como natural a pluralidade e a diversidade, podendo auxiliar nas reflexões e na atuação de profissionais da educação que busquem promover e tornar a escola um ambiente pleno de inclusão.

Sendo assim, se você é um ou uma de nossos/as voluntários/as, agradecemos pela colaboração e disponibilidade em contribuir com a ciência.

**\*Obrigatório**

29/04/2021

Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

1. 1 – Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Dois homens  
 Duas mulheres

2. 2 – Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

\_\_\_\_\_

3. 3 – Quantos filhos/as vocês possuem? \*

\_\_\_\_\_

4. 4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

\_\_\_\_\_

5. 5 – Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

*Marque todas que se aplicam.*

- Adotivo/a por ambas as partes  
 Biológico/a por "inseminação" de uma das partes  
 Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)  
Outro:  \_\_\_\_\_

29/04/2021

Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

6. 6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro: \_\_\_\_\_

7. 7 – Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8. 8 – Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Talvez

29/04/2021

Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

9. 9 – Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

---

---

---

---

---

10. 10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

11. 11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

---

---

---

---

---

12. 12 – Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

Não tenho filho/a em idade escolar

29/04/2021

Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

13. 13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

---

---

---

---

---

14. 14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

*Marcar apenas uma oval.*

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

15. 15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

---

---

---

---

---

16. 16 – Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não participo da rotina escolar

29/04/2021

Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

17. 17 – Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

---

---

---

---

---

18. 18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

19. 19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

---

---

---

---

---

20. 20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

29/04/2021

Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

21. 21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Talvez

22. (Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

---

---

---

---

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

## Anexo B

30/04/2021

Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

## Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

Olá, tudo bem?

Primeiramente, muito obrigada por participar da pesquisa "Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais". Meu nome é Patrícia Soares, sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Unesp de Araraquara, e venho por meio desta proposta solicitar voluntários e voluntárias que possam fazer parte deste estudo científico, através deste questionário.

A intenção deste questionário é coletar informações de famílias com arranjos homoparentais, constituídas por duas mães e por dois pais, que tenham passado pelo processo legal de adoção.

Os objetivos são:

- Analisar através dos relatos respondidos no questionário, o contexto familiar das crianças/adolescentes adotadas por pais/mães homossexuais;
- Investigar a qualidade das relações que estas crianças/adolescentes estabelecem com outros sujeitos no âmbito escolar e no meio social, isto é, se são tratadas pelos próximos com preconceito ou com naturalidade, e o modo pelo qual a qualidade destas relações influencia na saúde mental e na formação pessoal, social e escolar da criança/adolescente;
- Tomar conhecimento através dos relatos destas famílias acerca do posicionamento da instituição escolar em relação a el@s, se há medidas educativas pelo combate ao preconceito com o intuito de estimular a inclusão;
- Verificar se estas crianças/adolescentes são tratadas/os com respeito e dignidade pelos educadores/as da escola, bem como seus pais e mães;
- Investigar de forma geral, através dos relatos dos casais homossexuais em relação às possíveis manifestações de preconceito e discriminação no âmbito social e escolar.

Este estudo assumirá com a sua conclusão uma função social: de auxiliar idealmente e estrategicamente as famílias homoparentais e as crianças adotadas por estas famílias no combate ao estigma e preconceito, contribuindo para uma sociedade inclusiva que reconheça como natural a pluralidade e a diversidade, podendo auxiliar nas reflexões e na atuação de profissionais da educação que busquem promover e tornar a escola um ambiente pleno de inclusão. Sendo assim, se você é um ou uma de nossos/as voluntários/as, agradecemos pela colaboração e disponibilidade em contribuir com a ciência.

30/04/2021

Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

1 – Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 – Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

---

3 – Quantos filhos/as vocês possuem? \*

---

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

---

5 – Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro: \_\_\_\_\_

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwzN5oZ0vRzauZ00Kj0D4TtpNoYsnXeJ\\_c-1/edit#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwzN5oZ0vRzauZ00Kj0D4TtpNoYsnXeJ_c-1/edit#responses)

1/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwzN5oZ0vRzauZ00Kj0D4TtpNoYsnXeJ\\_c-1/edit#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwzN5oZ0vRzauZ00Kj0D4TtpNoYsnXeJ_c-1/edit#responses)

2/204

30/04/2021

Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro:

7 – Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 – Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 – Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

---

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwzN5oZ0vRzauZ00Kj0D4TtpNoYsnXeJ\\_c-1/edit#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwzN5oZ0vRzauZ00Kj0D4TtpNoYsnXeJ_c-1/edit#responses)

3/204

30/04/2021

Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filha/o sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim
- Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

---

12 – Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

---

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwzN5oZ0vRzauZ00Kj0D4TtpNoYsnXeJ\\_c-1/edit#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwzN5oZ0vRzauZ00Kj0D4TtpNoYsnXeJ_c-1/edit#responses)
[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwzN5oZ0vRzauZ00Kj0D4TtpNoYsnXeJ\\_c-1/edit#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwzN5oZ0vRzauZ00Kj0D4TtpNoYsnXeJ_c-1/edit#responses)

4/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

\_\_\_\_\_

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim  
 Não  
 Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

\_\_\_\_\_

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filha/o? \*

- Sim  
 Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

\_\_\_\_\_

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filha/o adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim  
 Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim  
 Não  
 Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

5/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

\_\_\_\_\_

1 - Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens  
 Duas mulheres

2 - Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

33 anos e 45 anos

3 - Quantos filhos/as vocês possuem? \*

3

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

18 anos 15 anos e 17 meses

5 - Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes  
 Biológico/a por "inseminação" de uma das partes  
 Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)  
 Outro:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

7/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

6/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim  
 Não  
 Sim um dos/as meus/as filhos/as  
 Sim todos/as os/as meus/as filhos/as  
 Outro:

7 - Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim  
 Não  
 Não tenho filho/a em idade escolar

8 - Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim  
 Não  
 Talvez

9 - Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

Quando meu filho do meio falou que tinha duas mães uma de suas coleguinhas de atividades fora da escola falou "Que nojo" na época eles tinham 10 anos

\_\_\_\_\_

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

8/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim  
 Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 - Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim  
 Não  
 Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

São pouquíssimas escolas que trabalham com estas questões, a escola que nosso filho estudava era um projeto de escola livre onde estas questões são levantadas e debatidas sempre é claro era particular. Infelizmente não achamos nada parecido no sistema público.

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

Era uma equipe pedagógica muito atenta a todas as diversidades, não só a homossexualidade ou seja, debater estes assuntos era rotina no ambiente escolar.

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim  
 Não  
 Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

A pergunta famosa: "Mas quem é a mãe de verdade"

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

9/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim  
 Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

Quem é a mãe de verdade? Se a criança não vai sentir falta de uma figura paterna? Se não temos medo que nossos filhos sofram preconceito? Se não temos medo de nosso filho querer conhecer o "pai" que chamamos de doador. Quanto custa uma inseminação. Inúmeras dúvidas cheias de preconceito

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim  
 Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim  
 Não  
 Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

11/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

10/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

.....

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Google Formulários

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

12/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

## Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

Olá, tudo bem?

Primeiramente, muito obrigada por participar da pesquisa "Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais". Meu nome é Patrícia Soares, sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Unesp de Araraquara, e venho por meio desta proposta solicitar voluntários e voluntárias que possam fazer parte deste estudo científico, através deste questionário.

A intenção deste questionário é coletar informações de famílias com arranjos homoparentais, constituídas por duas mães e por dois pais, que tenham passado pelo processo legal de adoção.

Os objetivos são:

- Analisar através dos relatos respondidos no questionário, o contexto familiar das crianças/adolescentes adotadas por pais/mães homossexuais;
- Investigar a qualidade das relações que estas crianças/adolescentes estabelecem com outros sujeitos no âmbito escolar e no meio social, isto é, se são tratadas pelos próximos com preconceito ou com naturalidade, e o modo pelo qual a qualidade destas relações influencia na saúde mental e na formação pessoal, social e escolar da criança/adolescente;
- Tomar conhecimento através dos relatos destas famílias acerca do posicionamento da instituição escolar em relação a el@s, se há medidas educativas pelo combate ao preconceito com o intuito de estimular a inclusão;
- Verificar se estas crianças/adolescentes são tratadas/os com respeito e dignidade pelos educadores/as da escola, bem como seus pais e mães;
- Investigar de forma geral, através dos relatos dos casais homossexuais em relação às possíveis manifestações de preconceito e discriminação no âmbito social e escolar.

Este estudo assumirá com a sua conclusão uma função social: de auxiliar idealmente e estrategicamente as famílias homoparentais e as crianças adotadas por estas famílias no combate ao estigma e preconceito, contribuindo para uma sociedade inclusiva que reconheça como natural a pluralidade e a diversidade, podendo auxiliar nas reflexões e na atuação de profissionais da educação que busquem promover e tornar a escola um ambiente pleno de inclusão.

Sendo assim, se você é um ou uma de nossos/as voluntários/as, agradecemos pela colaboração e disponibilidade em contribuir com a ciência.

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

1 - Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 - Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

3 - Quantos filhos/as vocês possuem? \*

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

5 - Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro: \_\_\_\_\_

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

13/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro: \_\_\_\_\_

7 - Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 - Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 - Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

15/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

14/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim
- Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 - Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

16/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim
- Não
- Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filha/o? \*

- Sim
- Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filha/o adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim
- Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim
- Não
- Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

17/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

1 - Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 - Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

41 e 37 anos

3 - Quantos filhos/as vocês possuem? \*

01

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

8 anos

5 - Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro: \_\_\_\_\_

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

19/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

18/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro: \_\_\_\_\_

7 - Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 - Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 - Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

20/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim  
 Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 - Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim  
 Não  
 Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim  
 Não  
 Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwed#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwed#responses)

21/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim  
 Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

No início, quando nosso menino chegou, era comum sermos questionados sobre a família dele, referindo-se à família de origem biológica. Aos mais próximos e com quem tínhamos mais intimidade, costumávamos responder com bastante paciência que essa pergunta era bem preconceituosa com ele e bastante desrespeitosa conosco, pois a família dele somos nós, costumávamos replicar. Aos curiosos com quem tínhamos pouca proximidade, nós preferíamos fazer cara de incompreensão e pedíamos para repetir a pergunta, várias vezes se fosse preciso, para ver se a pessoa se "tocava". Às vezes dava certo e a pessoa percebia o tamanho do desconforto que a pergunta gerava e do preconceito embutido nela. Outras vezes, fomos chamados de lerdos por não "entendermos" uma pergunta tão "simples". Poucas vezes já fomos questionados sobre quem é a mãe e quem é o pai. A gente costuma responder que é nosso filho quem decide e que a atenção e o carinho que ele necessita vem de qualquer um de nós dois incondicionalmente.

A situação mais inconveniente que nós passamos foi com a emissão do CPF do nosso filho. A atendente da agência dos Correios onde fomos para emití-lo precisou chamar o Gerente da agência porque a Certidão de Nascimento que apresentamos tinha o nome de dois pais e nenhuma mãe e no "sistema" da Receita Federal era obrigatório informar o nome da mãe. Eu pedia a ela que colocasse qualquer um dos dois nomes, mas ela se recusava. No fim, o Gerente resolveu a situação colocando um dos nossos nomes no campo nome da mãe.

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim  
 Não

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwed#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwed#responses)

23/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwed#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwed#responses)

22/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim  
 Não  
 Talvez

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Google Formulários

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwed#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwed#responses)

24/204

30/04/2021

Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

## Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

Olá, tudo bem?

Primeiramente, muito obrigada por participar da pesquisa "Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais". Meu nome é Patrícia Soares, sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Unesp de Araraquara, e venho por meio desta proposta solicitar voluntários e voluntárias que possam fazer parte deste estudo científico, através deste questionário.

A intenção deste questionário é coletar informações de famílias com arranjos homoparentais, constituídas por duas mães e por dois pais, que tenham passado pelo processo legal de adoção.

Os objetivos são:

- Analisar através dos relatos respondidos no questionário, o contexto familiar das crianças/adolescentes adotadas por pais/mães homossexuais;
- Investigar a qualidade das relações que estas crianças/adolescentes estabelecem com outros sujeitos no âmbito escolar e no meio social, isto é, se são tratadas pelos próximos com preconceito ou com naturalidade, e o modo pelo qual a qualidade destas relações influencia na saúde mental e na formação pessoal, social e escolar da criança/adolescente;
- Tomar conhecimento através dos relatos destas famílias acerca do posicionamento da instituição escolar em relação a el@s, se há medidas educativas pelo combate ao preconceito com o intuito de estimular a inclusão;
- Verificar se estas crianças/adolescentes são tratadas/os com respeito e dignidade pelos educadores/as da escola, bem como seus pais e mães;
- Investigar de forma geral, através dos relatos dos casais homossexuais em relação às possíveis manifestações de preconceito e discriminação no âmbito social e escolar.

Este estudo assumirá com a sua conclusão uma função social: de auxiliar idealmente e estrategicamente as famílias homoparentais e as crianças adotadas por estas famílias no combate ao estigma e preconceito, contribuindo para uma sociedade inclusiva que reconheça como natural a pluralidade e a diversidade, podendo auxiliar nas reflexões e na atuação de profissionais da educação que busquem promover e tornar a escola um ambiente pleno de inclusão.

Sendo assim, se você é um ou uma de nossos/as voluntários/as, agradecemos pela colaboração e disponibilidade em contribuir com a ciência.

30/04/2021

Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

1 – Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 – Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

3 – Quantos filhos/as vocês possuem? \*

4 – Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

5 – Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro: \_\_\_\_\_

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-IedI#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-IedI#responses)

25/204

30/04/2021

Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro: \_\_\_\_\_

7 – Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 – Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 – Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-IedI#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-IedI#responses)

27/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-IedI#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-IedI#responses)

26/204

30/04/2021

Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim
- Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 – Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-IedI#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-IedI#responses)

28/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim
- Não
- Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim
- Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim
- Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim
- Não
- Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

29/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

1 - Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 - Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

40 e 38

3 - Quantos filhos/as vocês possuem? \*

1 filha

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

1 ano e 8 meses

5 - Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

31/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

30/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as

 Outro: Ela é muito pequena ainda para ter essa noção.

7 - Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 - Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

32/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

9 – Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

Já ocorreram situações que não chegam a ser preconceito, mas sim um espanto, uma surpresa. Por exemplo, sempre que levo Luisa para tomar alguma vacina, tem alguém que pergunta se a mãe não pôde levar e eu digo que minha filha não tem mãe, que tem dois pais. A maioria das pessoas mostra alguma surpresa e depois reage bem, outros reagem bem logo de cara. Não percebi ainda qualquer reação de preconceito nessas situações. Outra coisa que vale a pena ser citada é o despreparo do Estado, das instituições com as famílias homoparentais, por exemplo, no cadastro do SUS teve que colocar um de nós dois no cadastro como "mãe", pois só tem os campos pai e mãe e as profissionais perdidas nessa situação. Já ao tirar o passaporte (âmbito federal), já existe um protocolo e colocou os nomes dos dois no campo "pai", deixando o campo "mãe" sem registro.

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim  
 Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 - Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim  
 Não  
 Não tenho filho/a em idade escolar

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwed#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwed#responses)

33/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceira/o conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim  
 Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

O que mais ouvimos é a pergunta como vamos fazer com a falta de uma mãe e relatamos que agiremos sempre de forma natural, dizendo que ela não tem uma mãe e que tem dois pais, sempre com muito amor para que isso não seja uma falta. Trataremos sempre com a verdade e deixando claro que cada família é diferente em sua composição familiar.

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim  
 Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim  
 Não  
 Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwed#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwed#responses)

35/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

Caso a escola que minha for estudar não tenha tais projetos eu irei sugerir e incentivar que existam e que sejam realizados.

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim  
 Não  
 Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwed#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwed#responses)

34/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Google Formulários

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwed#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwed#responses)

35/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwed#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwed#responses)

36/204

30/04/2021

Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

## Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

Olá, tudo bem?

Primeiramente, muito obrigada por participar da pesquisa "Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais". Meu nome é Patrícia Soares, sou mebranda do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Unesp de Araraquara, e venho por meio desta proposta solicitar voluntários e voluntárias que possam fazer parte deste estudo científico, através deste questionário.

A intenção deste questionário é coletar informações de famílias com arranjos homoparentais, constituídas por duas mães e por dois pais, que tenham passado pelo processo legal de adoção.

Os objetivos são:

- Analisar através dos relatos respondidos no questionário, o contexto familiar das crianças/adolescentes adotadas por pais/mães homossexuais;
- Investigar a qualidade das relações que estas crianças/adolescentes estabelecem com outros sujeitos no âmbito escolar e no meio social, isto é, se são tratadas pelos próximos com preconceito ou com naturalidade, e o modo pelo qual a qualidade destas relações influencia na saúde mental e na formação pessoal, social e escolar da criança/adolescente;
- Tomar conhecimento através dos relatos destas famílias acerca do posicionamento da instituição escolar em relação a el@s, se há medidas educativas pelo combate ao preconceito com o intuito de estimular a inclusão;
- Verificar se estas crianças/adolescentes são tratadas/os com respeito e dignidade pelos educadores/as da escola, bem como seus pais e mães;
- Investigar de forma geral, através dos relatos dos casais homossexuais em relação às possíveis manifestações de preconceito e discriminação no âmbito social e escolar.

Este estudo assumirá com a sua conclusão uma função social: de auxiliar idealmente e estrategicamente as famílias homoparentais e as crianças adotadas por estas famílias no combate ao estigma e preconceito, contribuindo para uma sociedade inclusiva que reconheça como natural a pluralidade e a diversidade, podendo auxiliar nas reflexões e na atuação de profissionais da educação que busquem promover e tornar a escola um ambiente pleno de inclusão.

Sendo assim, se você é um ou uma de nossos/as voluntários/as, agradecemos pela colaboração e disponibilidade em contribuir com a ciência.

30/04/2021

Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

1 - Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 - Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

3 - Quantos filhos/as vocês possuem? \*

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

5 - Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro: \_\_\_\_\_

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-IedI#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-IedI#responses)

37/204

30/04/2021

Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro: \_\_\_\_\_

7 - Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 - Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 - Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

\_\_\_\_\_

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-IedI#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-IedI#responses)

39/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-IedI#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-IedI#responses)

38/204

30/04/2021

Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim
- Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 - Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-IedI#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-IedI#responses)

40/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim
- Não
- Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim
- Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim
- Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim
- Não
- Talvez

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

41/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

1 - Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 - Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

31, 37

3 - Quantos filhos/as vocês possuem? \*

2

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

10, 9

5 - Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro:

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

43/204

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

42/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro:

7 - Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 - Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 - Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

O colega de classe disse ao Gabriel mais velho que ele não era de Deus por ter duas mães

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

44/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim  
 Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

Eu não informei a escola falei com a mãe do garoto

12 - Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim  
 Não  
 Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

O apoio da diversidade de pessoas culturais e etnias são feitos em data determinadas durante o ano, assuntos quais deveriam ser tratados todos os dias

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim  
 Não  
 Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

45/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim  
 Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

Quem faz "papal" de pai, e quem faz "papal de mãe", quem é a genitora e qual sua história.  
 Quem é a "mãe" \*

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim  
 Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim  
 Não  
 Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

47/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

46/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Google Formulários

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

48/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

## Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

Olá, tudo bem?

Primeiramente, muito obrigada por participar da pesquisa "Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais". Meu nome é Patrícia Soares, sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Unesp de Araraquara, e venho por meio desta proposta solicitar voluntários e voluntárias que possam fazer parte deste estudo científico, através deste questionário.

A intenção deste questionário é coletar informações de famílias com arranjos homoparentais, constituídas por duas mães e por dois pais, que tenham passado pelo processo legal de adoção.

Os objetivos são:

- Analisar através dos relatos respondidos no questionário, o contexto familiar das crianças/adolescentes adotadas por pais/mães homossexuais;
- Investigar a qualidade das relações que estas crianças/adolescentes estabelecem com outros sujeitos no âmbito escolar e no meio social, isto é, se são tratadas pelos próximos com preconceito ou com naturalidade, e o modo pelo qual a qualidade destas relações influencia na saúde mental e na formação pessoal, social e escolar da criança/adolescente;
- Tomar conhecimento através dos relatos destas famílias acerca do posicionamento da instituição escolar em relação a el@s, se há medidas educativas pelo combate ao preconceito com o intuito de estimular a inclusão;
- Verificar se estas crianças/adolescentes são tratadas/os com respeito e dignidade pelos educadores/as da escola, bem como seus pais e mães;
- Investigar de forma geral, através dos relatos dos casais homossexuais em relação às possíveis manifestações de preconceito e discriminação no âmbito social e escolar.

Este estudo assumirá com a sua conclusão uma função social: de auxiliar idealmente e estrategicamente as famílias homoparentais e as crianças adotadas por estas famílias no combate ao estigma e preconceito, contribuindo para uma sociedade inclusiva que reconheça como natural a pluralidade e a diversidade, podendo auxiliar nas reflexões e na atuação de profissionais da educação que busquem promover e tornar a escola um ambiente pleno de inclusão.

Sendo assim, se você é um ou uma de nossos/as voluntários/as, agradecemos pela colaboração e disponibilidade em contribuir com a ciência.

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

1 – Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 – Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

3 – Quantos filhos/as vocês possuem? \*

4 – Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

5 – Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro: \_\_\_\_\_

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-Ied#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-Ied#responses)

49/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro: \_\_\_\_\_

7 – Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 – Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 – Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-Ied#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-Ied#responses)

51/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-Ied#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-Ied#responses)

50/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim
- Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 – Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-Ied#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-Ied#responses)

52/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim
- Não
- Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim
- Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim
- Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim
- Não
- Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

53/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

1 - Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 - Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

41 e 57

3 - Quantos filhos/as vocês possuem? \*

01

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

11

5 - Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

55/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

54/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro:

7 - Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 - Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 - Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

56/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim  
 Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

\_\_\_\_\_

12 – Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim  
 Não  
 Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

Não existe

16 – Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim  
 Não  
 Não participo da rotina escolar

17 – Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

\_\_\_\_\_

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

57/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim  
 Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

Como é a rotina e dinâmica familiar e como o nosso filho vivência isso \_\_\_\_\_

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim  
 Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim  
 Não  
 Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

59/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

58/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

\_\_\_\_\_

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Google Formulários

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

60/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

## Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

Olá, tudo bem?

Primeiramente, muito obrigada por participar da pesquisa "Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais". Meu nome é Patrícia Soares, sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Unesp de Araraquara, e venho por meio desta proposta solicitar voluntários e voluntárias que possam fazer parte deste estudo científico, através deste questionário.

A intenção deste questionário é coletar informações de famílias com arranjos homoparentais, constituídas por duas mães e por dois pais, que tenham passado pelo processo legal de adoção.

Os objetivos são:

- Analisar através dos relatos respondidos no questionário, o contexto familiar das crianças/adolescentes adotadas por pais/mães homossexuais;
- Investigar a qualidade das relações que estas crianças/adolescentes estabelecem com outros sujeitos no âmbito escolar e no meio social, isto é, se são tratadas pelos próximos com preconceito ou com naturalidade, e o modo pelo qual a qualidade destas relações influencia na saúde mental e na formação pessoal, social e escolar da criança/adolescente;
- Tomar conhecimento através dos relatos destas famílias acerca do posicionamento da instituição escolar em relação a el@s, se há medidas educativas pelo combate ao preconceito com o intuito de estimular a inclusão;
- Verificar se estas crianças/adolescentes são tratadas/os com respeito e dignidade pelos educadores/as da escola, bem como seus pais e mães;
- Investigar de forma geral, através dos relatos dos casais homossexuais em relação às possíveis manifestações de preconceito e discriminação no âmbito social e escolar.

Este estudo assumirá com a sua conclusão uma função social: de auxiliar idealmente e estrategicamente as famílias homoparentais e as crianças adotadas por estas famílias no combate ao estigma e preconceito, contribuindo para uma sociedade inclusiva que reconheça como natural a pluralidade e a diversidade, podendo auxiliar nas reflexões e na atuação de profissionais da educação que busquem promover e tornar a escola um ambiente pleno de inclusão.

Sendo assim, se você é um ou uma de nossos/as voluntários/as, agradecemos pela colaboração e disponibilidade em contribuir com a ciência.

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

1 – Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 – Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

3 – Quantos filhos/as vocês possuem? \*

4 – Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

5 – Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro: \_\_\_\_\_

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

61/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro: \_\_\_\_\_

7 – Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 – Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 – Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

63/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

62/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim
- Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 – Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

64/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim  
 Não  
 Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim  
 Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim  
 Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim  
 Não  
 Talvez

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

65/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

1 - Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens  
 Duas mulheres

2 - Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

40 / 44

3 - Quantos filhos/as vocês possuem? \*

1

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

2 anos

5 - Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes  
 Biológico/a por "inseminação" de uma das partes  
 Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)  
 Outro:

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

67/204

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

66/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim  
 Não  
 Sim um dos/as meus/as filhos/as  
 Sim todos/as os/as meus/as filhos/as  
 Outro:

7 - Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim  
 Não  
 Não tenho filho/a em idade escolar

8 - Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim  
 Não  
 Talvez

9 - Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

68/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim  
 Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

\_\_\_\_\_

12 - Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim  
 Não  
 Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

A escola que meu filho estuda já tem histórico de criança com dois pais ou duas mães

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

Apoio que a escola deu

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim  
 Não  
 Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

\_\_\_\_\_

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwed#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwed#responses)

69/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim  
 Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

Como dois homens cuidam de uma criança

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim  
 Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim  
 Não  
 Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwed#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwed#responses)

71/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwed#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwed#responses)

70/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

\_\_\_\_\_

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Google Formulários

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwed#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwed#responses)

72/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

## Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

Olá, tudo bem?

Primeiramente, muito obrigada por participar da pesquisa "Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais". Meu nome é Patrícia Soares, sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Unesp de Araraquara, e venho por meio desta proposta solicitar voluntários e voluntárias que possam fazer parte deste estudo científico, através deste questionário.

A intenção deste questionário é coletar informações de famílias com arranjos homoparentais, constituídas por duas mães e por dois pais, que tenham passado pelo processo legal de adoção.

Os objetivos são:

- Analisar através dos relatos respondidos no questionário, o contexto familiar das crianças/adolescentes adotadas por pais/mães homossexuais;
- Investigar a qualidade das relações que estas crianças/adolescentes estabelecem com outros sujeitos no âmbito escolar e no meio social, isto é, se são tratadas pelos próximos com preconceito ou com naturalidade, e o modo pelo qual a qualidade destas relações influencia na saúde mental e na formação pessoal, social e escolar da criança/adolescente;
- Tomar conhecimento através dos relatos destas famílias acerca do posicionamento da instituição escolar em relação a el@s, se há medidas educativas pelo combate ao preconceito com o intuito de estimular a inclusão;
- Verificar se estas crianças/adolescentes são tratadas/os com respeito e dignidade pelos educadores/as da escola, bem como seus pais e mães;
- Investigar de forma geral, através dos relatos dos casais homossexuais em relação às possíveis manifestações de preconceito e discriminação no âmbito social e escolar.

Este estudo assumirá com a sua conclusão uma função social: de auxiliar idealmente e estrategicamente as famílias homoparentais e as crianças adotadas por estas famílias no combate ao estigma e preconceito, contribuindo para uma sociedade inclusiva que reconheça como natural a pluralidade e a diversidade, podendo auxiliar nas reflexões e na atuação de profissionais da educação que busquem promover e tornar a escola um ambiente pleno de inclusão.

Sendo assim, se você é um ou uma de nossos/as voluntários/as, agradecemos pela colaboração e disponibilidade em contribuir com a ciência.

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

1 - Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 - Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

3 - Quantos filhos/as vocês possuem? \*

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

5 - Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro: \_\_\_\_\_

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

73/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro: \_\_\_\_\_

7 - Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 - Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 - Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

75/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

74/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim
- Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 - Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

76/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim
- Não
- Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim
- Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim
- Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim
- Não
- Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

77/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

1 - Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 - Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira? \*

39

3 - Quantos filhos/as vocês possuem? \*

2

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

13 e 12 anos

5 - Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

79/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

78/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro:

7 - Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 - Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 - Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

80/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim  
 Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 - Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim  
 Não  
 Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim  
 Não  
 Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ00Xj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwed#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ00Xj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwed#responses)

81/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim  
 Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

até hoje so perguntaram a eles, se sentem falta da mãe e eles rapidamente responderam que não.

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim  
 Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim  
 Não  
 Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ00Xj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwed#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ00Xj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwed#responses)

83/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ00Xj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwed#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ00Xj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwed#responses)

82/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Google Formulários

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ00Xj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwed#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ00Xj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwed#responses)

84/204

## Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

Olá, tudo bem?

Primeiramente, muito obrigada por participar da pesquisa "Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais". Meu nome é Patrícia Soares, sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Unesp de Araraquara, e venho por meio desta proposta solicitar voluntários e voluntárias que possam fazer parte deste estudo científico, através deste questionário.

A intenção deste questionário é coletar informações de famílias com arranjos homoparentais, constituídas por duas mães e por dois pais, que tenham passado pelo processo legal de adoção.

Os objetivos são:

- Analisar através dos relatos respondidos no questionário, o contexto familiar das crianças/adolescentes adotadas por pais/mães homossexuais;
- Investigar a qualidade das relações que estas crianças/adolescentes estabelecem com outros sujeitos no âmbito escolar e no meio social, isto é, se são tratadas pelos próximos com preconceito ou com naturalidade, e o modo pelo qual a qualidade destas relações influencia na saúde mental e na formação pessoal, social e escolar da criança/adolescente;
- Tomar conhecimento através dos relatos destas famílias acerca do posicionamento da instituição escolar em relação a el@s, se há medidas educativas pelo combate ao preconceito com o intuito de estimular a inclusão;
- Verificar se estas crianças/adolescentes são tratadas/os com respeito e dignidade pelos educadores/as da escola, bem como seus pais e mães;
- Investigar de forma geral, através dos relatos dos casais homossexuais em relação às possíveis manifestações de preconceito e discriminação no âmbito social e escolar.

Este estudo assumirá com a sua conclusão uma função social: de auxiliar idealmente e estrategicamente as famílias homoparentais e as crianças adotadas por estas famílias no combate ao estigma e preconceito, contribuindo para uma sociedade inclusiva que reconheça como natural a pluralidade e a diversidade, podendo auxiliar nas reflexões e na atuação de profissionais da educação que busquem promover e tornar a escola um ambiente pleno de inclusão.

Sendo assim, se você é um ou uma de nossos/as voluntários/as, agradecemos pela colaboração e disponibilidade em contribuir com a ciência.

1 – Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 – Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

\_\_\_\_\_

3 – Quantos filhos/as vocês possuem? \*

4 – Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

\_\_\_\_\_

5 – Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro:

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro:

7 – Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 – Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 – Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

\_\_\_\_\_

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim
- Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 – Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

16 – Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim
- Não
- Não participo da rotina escolar

17 – Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim
- Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim
- Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim
- Não
- Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwed#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwed#responses)

89/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

1 – Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 – Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

Minha: 41 Esposa: 36

3 – Quantos filhos/as vocês possuem? \*

Morando conosco apenas 1, minha outra filha mora com minha ex-esposa

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

Minha filha, 15. Meu filho, 12 (mora com a gente)

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwed#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwed#responses)

90/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

5 – Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro:  
Adotivos, mas de uma relação anterior. As atuais companheiras também participam das funções maternas

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro: \_\_\_\_\_

7 – Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwed#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwed#responses)

91/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwed#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwed#responses)

92/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

8 – Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim  
 Não  
 Talvez

9 – Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

Na escola: ao buscar uma nova escola para meus filhos, eu sempre falo que somos uma família homoafetiva, bi-racial e de adoção tardia. E sempre pergunto: Sua escola está preparada para isso? Por duas vezes recebi como resposta: "Não podemos responder pelos outros pais". Também já nos perguntaram quem é "pai" das crianças. E SEMPRE NENHUMA da papeladas das escolas, avisos, notificações, fichas etc vem preparada para duas mães: é sempre com os campos "pai" e "mãe" - que sempre temos que riscar e corrigir.

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim  
 Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

12 – Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim  
 Não  
 Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

Ainda é tabu falar de novas constituições familiares. Ainda não se debata nada com profundidade. Mesmo nas escolas abertas ao tema, ainda pouco se discute e quando o fazem, é com muita superficialidade.

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-Ied#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-Ied#responses)

93/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

16 – Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim  
 Não  
 Não participo da rotina escolar

17 – Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

As citadas anteriormente. E pequenezas do cotidiano. Há também o feliz: quando em uma escola do meu filho no dia das mães mandaram duas lembrancinhas: uma para cada mãe.

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim  
 Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

Sobre a orientação sexual: se não vai prejudicar eles crescerem sem um "pai", se não vai influenciar a sexualidade deles. se não vão ter uma visão "distorcida" de família. Já ouvimos um monte de coisas... Sobre a adoção também muita coisa tosca já ouvimos: quem são os pais verdadeiros deles e aonde estão; que meus filhos têm que ser gratos e que tiveram muita sorte (isso é dito na frente deles, sem qualquer constrangimento e muitas vezes por completo estranhos que nos abordam), se o meu filho é meu filho de verdade (já nos perguntaram incontáveis vezes, porque ele é negro e eu branca), que nós tivemos muita coragem de adotar crianças maiores etc

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-Ied#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-Ied#responses)

96/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-Ied#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-Ied#responses)

94/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim  
 Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim  
 Não  
 Talvez

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Google Formulários

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-Ied#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-Ied#responses)

96/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

## Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

Olá, tudo bem?

Primeiramente, muito obrigada por participar da pesquisa "Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais". Meu nome é Patrícia Soares, sou mebranda do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Unesp de Araraquara, e venho por meio desta proposta solicitar voluntários e voluntárias que possam fazer parte deste estudo científico, através deste questionário.

A intenção deste questionário é coletar informações de famílias com arranjos homoparentais, constituídas por duas mães e por dois pais, que tenham passado pelo processo legal de adoção.

Os objetivos são:

- Analisar através dos relatos respondidos no questionário, o contexto familiar das crianças/adolescentes adotadas por pais/mães homossexuais;
- Investigar a qualidade das relações que estas crianças/adolescentes estabelecem com outros sujeitos no âmbito escolar e no meio social, isto é, se são tratadas pelos próximos com preconceito ou com naturalidade, e o modo pelo qual a qualidade destas relações influencia na saúde mental e na formação pessoal, social e escolar da criança/adolescente;
- Tomar conhecimento através dos relatos destas famílias acerca do posicionamento da instituição escolar em relação a el@s, se há medidas educativas pelo combate ao preconceito com o intuito de estimular a inclusão;
- Verificar se estas crianças/adolescentes são tratadas/os com respeito e dignidade pelos educadores/as da escola, bem como seus pais e mães;
- Investigar de forma geral, através dos relatos dos casais homossexuais em relação às possíveis manifestações de preconceito e discriminação no âmbito social e escolar.

Este estudo assumirá com a sua conclusão uma função social: de auxiliar idealmente e estrategicamente as famílias homoparentais e as crianças adotadas por estas famílias no combate ao estigma e preconceito, contribuindo para uma sociedade inclusiva que reconheça como natural a pluralidade e a diversidade, podendo auxiliar nas reflexões e na atuação de profissionais da educação que busquem promover e tornar a escola um ambiente pleno de inclusão.

Sendo assim, se você é um ou uma de nossos/as voluntários/as, agradecemos pela colaboração e disponibilidade em contribuir com a ciência.

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

1 - Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 - Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

3 - Quantos filhos/as vocês possuem? \*

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

5 - Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro: \_\_\_\_\_

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

97/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro: \_\_\_\_\_

7 - Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 - Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 - Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

99/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

98/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim
- Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 - Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

100/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim
- Não
- Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filha/o? \*

- Sim
- Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filha/o adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim
- Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim
- Não
- Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

101/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

1 - Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 - Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

52/51

3 - Quantos filhos/as vocês possuem? \*

2

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

24 e 12

5 - Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro: 1 em meu nome e 1 no nome da minha parceira

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

103/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

102/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro: \_\_\_\_\_

7 - Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 - Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 - Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

104/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim  
 Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 - Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim  
 Não  
 Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim  
 Não  
 Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

105/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim  
 Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

Por que adotar?

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim  
 Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim  
 Não  
 Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

107/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

106/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Google Formulários

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

108/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

## Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

Olá, tudo bem?

Primeiramente, muito obrigada por participar da pesquisa "Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais". Meu nome é Patrícia Soares, sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Unesp de Araraquara, e venho por meio desta proposta solicitar voluntários e voluntárias que possam fazer parte deste estudo científico, através deste questionário.

A intenção deste questionário é coletar informações de famílias com arranjos homoparentais, constituídas por duas mães e por dois pais, que tenham passado pelo processo legal de adoção.

Os objetivos são:

- Analisar através dos relatos respondidos no questionário, o contexto familiar das crianças/adolescentes adotadas por pais/mães homossexuais;
- Investigar a qualidade das relações que estas crianças/adolescentes estabelecem com outros sujeitos no âmbito escolar e no meio social, isto é, se são tratadas pelos próximos com preconceito ou com naturalidade, e o modo pelo qual a qualidade destas relações influencia na saúde mental e na formação pessoal, social e escolar da criança/adolescente;
- Tomar conhecimento através dos relatos destas famílias acerca do posicionamento da instituição escolar em relação a el@s, se há medidas educativas pelo combate ao preconceito com o intuito de estimular a inclusão;
- Verificar se estas crianças/adolescentes são tratadas/os com respeito e dignidade pelos educadores/as da escola, bem como seus pais e mães;
- Investigar de forma geral, através dos relatos dos casais homossexuais em relação às possíveis manifestações de preconceito e discriminação no âmbito social e escolar.

Este estudo assumirá com a sua conclusão uma função social: de auxiliar idealmente e estrategicamente as famílias homoparentais e as crianças adotadas por estas famílias no combate ao estigma e preconceito, contribuindo para uma sociedade inclusiva que reconheça como natural a pluralidade e a diversidade, podendo auxiliar nas reflexões e na atuação de profissionais da educação que busquem promover e tornar a escola um ambiente pleno de inclusão.

Sendo assim, se você é um ou uma de nossos/as voluntários/as, agradecemos pela colaboração e disponibilidade em contribuir com a ciência.

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

1 – Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 – Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

\_\_\_\_\_

3 – Quantos filhos/as vocês possuem? \*

4 – Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

\_\_\_\_\_

5 – Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

109/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro:

7 – Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 – Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 – Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

\_\_\_\_\_

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

111/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

110/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim
- Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 – Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

112/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim
- Não
- Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filha/o? \*

- Sim
- Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filha/o adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim
- Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim
- Não
- Talvez

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

113/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

1 - Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 - Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

53 e 54

3 - Quantos filhos/as vocês possuem? \*

2 filhas

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

8 e 5

5 - Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro:

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

115/204

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

114/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro:

7 - Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 - Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 - Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

Foi chamada de "adotada"

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

116/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim  
 Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

Conversa com os envolvidos

12 - Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim  
 Não  
 Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

Muito bons e importantes

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

No exercício da minha filha tinha uma questão com o desenho de uma menina e de um menino, perguntando a criança com qual ela se identificava. Achei bem interessante.

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim  
 Não  
 Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

117/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim  
 Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

Se elas são irmãs biológicas

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim  
 Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim  
 Não  
 Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

119/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

118/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

Percebo muito mais admiração que preconceito por parte da maioria. O preconceito, quando existe, é velado.

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Google Formulários

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

120/204

## Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

Olá, tudo bem?

Primeiramente, muito obrigada por participar da pesquisa "Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais". Meu nome é Patrícia Soares, sou mestrande do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Unesp de Araraquara, e venho por meio desta proposta solicitar voluntários e voluntárias que possam fazer parte deste estudo científico, através deste questionário.

A intenção deste questionário é coletar informações de famílias com arranjos homoparentais, constituídas por duas mães e por dois pais, que tenham passado pelo processo legal de adoção.

Os objetivos são:

- Analisar através dos relatos respondidos no questionário, o contexto familiar das crianças/adolescentes adotadas por pais/mães homossexuais;
- Investigar a qualidade das relações que estas crianças/adolescentes estabelecem com outros sujeitos no âmbito escolar e no meio social, isto é, se são tratadas pelos próximos com preconceito ou com naturalidade, e o modo pelo qual a qualidade destas relações influencia na saúde mental e na formação pessoal, social e escolar da criança/adolescente;
- Tomar conhecimento através dos relatos destas famílias acerca do posicionamento da instituição escolar em relação a el@s, se há medidas educativas pelo combate ao preconceito com o intuito de estimular a inclusão;
- Verificar se estas crianças/adolescentes são tratadas/os com respeito e dignidade pelos educadores/as da escola, bem como seus pais e mães;
- Investigar de forma geral, através dos relatos dos casais homossexuais em relação às possíveis manifestações de preconceito e discriminação no âmbito social e escolar.

Este estudo assumirá com a sua conclusão uma função social: de auxiliar idealmente e estrategicamente as famílias homoparentais e as crianças adotadas por estas famílias no combate ao estigma e preconceito, contribuindo para uma sociedade inclusiva que reconheça como natural a pluralidade e a diversidade, podendo auxiliar nas reflexões e na atuação de profissionais da educação que busquem promover e tornar a escola um ambiente pleno de inclusão.

Sendo assim, se você é um ou uma de nossos/as voluntários/as, agradecemos pela colaboração e disponibilidade em contribuir com a ciência.

1 – Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 – Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

3 – Quantos filhos/as vocês possuem? \*

4 – Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

5 – Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro: \_\_\_\_\_

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro: \_\_\_\_\_

7 – Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 – Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 – Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim
- Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 – Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim
- Não
- Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim
- Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim
- Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim
- Não
- Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

125/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

1 - Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 - Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

38 anos 43 anos

3 - Quantos filhos/as vocês possuem? \*

1

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

10

5 - Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

127/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

126/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as

 Outro: Por questões de mudança comportamento sim.

7 - Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 - Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

128/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

9 – Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

Brincadeira no condomínio onde mora em que eles estavam passando a mão um no outro e o pai veio tirar satisfação somente de nós. Quanto a escola sempre foi algo muito velado que não dava para perceber.

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim  
 Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

A escola sempre muito perdida e insegura quanto ao assunto.

12 – Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim  
 Não  
 Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

Existe um medo de falar sobre o assunto em questão é tudo que envolve adversidades.

16 – Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim  
 Não  
 Não participo da rotina escolar

17 – Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

129/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim  
 Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

Será que o filho deles será Gay também.

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim  
 Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim  
 Não  
 Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

131/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

130/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

Que dentro dessa pesquisa possa haver não somente referências literárias mas também documentos que possam orientar a família e a escola na desenvoltura do tema em questão.

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Google Formulários

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

132/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

## Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

Olá, tudo bem?

Primeiramente, muito obrigada por participar da pesquisa "Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais". Meu nome é Patrícia Soares, sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Unesp de Araraquara, e venho por meio desta proposta solicitar voluntários e voluntárias que possam fazer parte deste estudo científico, através deste questionário.

A intenção deste questionário é coletar informações de famílias com arranjos homoparentais, constituídas por duas mães e por dois pais, que tenham passado pelo processo legal de adoção.

Os objetivos são:

- Analisar através dos relatos respondidos no questionário, o contexto familiar das crianças/adolescentes adotadas por pais/mães homossexuais;
- Investigar a qualidade das relações que estas crianças/adolescentes estabelecem com outros sujeitos no âmbito escolar e no meio social, isto é, se são tratadas pelos próximos com preconceito ou com naturalidade, e o modo pelo qual a qualidade destas relações influencia na saúde mental e na formação pessoal, social e escolar da criança/adolescente;
- Tomar conhecimento através dos relatos destas famílias acerca do posicionamento da instituição escolar em relação a el@s, se há medidas educativas pelo combate ao preconceito com o intuito de estimular a inclusão;
- Verificar se estas crianças/adolescentes são tratadas/os com respeito e dignidade pelos educadores/as da escola, bem como seus pais e mães;
- Investigar de forma geral, através dos relatos dos casais homossexuais em relação às possíveis manifestações de preconceito e discriminação no âmbito social e escolar.

Este estudo assumirá com a sua conclusão uma função social: de auxiliar idealmente e estrategicamente as famílias homoparentais e as crianças adotadas por estas famílias no combate ao estigma e preconceito, contribuindo para uma sociedade inclusiva que reconheça como natural a pluralidade e a diversidade, podendo auxiliar nas reflexões e na atuação de profissionais da educação que busquem promover e tornar a escola um ambiente pleno de inclusão.

Sendo assim, se você é um ou uma de nossos/as voluntários/as, agradecemos pela colaboração e disponibilidade em contribuir com a ciência.

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

1 – Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 – Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

3 – Quantos filhos/as vocês possuem? \*

4 – Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

5 – Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

133/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro:

7 – Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 – Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 – Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

135/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

134/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim
- Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 – Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

136/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim  
 Não  
 Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filha/o? \*

- Sim  
 Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filha/o adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim  
 Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim  
 Não  
 Talvez

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

137/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

1 - Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens  
 Duas mulheres

2 - Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

39 e 41 anos

3 - Quantos filhos/as vocês possuem? \*

1 por enquanto

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

15 anos

5 - Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes  
 Biológico/a por "inseminação" de uma das partes  
 Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)  
 Outro: \_\_\_\_\_

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

139/204

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

138/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim  
 Não  
 Sim um dos/as meus/as filhos/as  
 Sim todos/as os/as meus/as filhos/as  
 Outro:

7 - Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim  
 Não  
 Não tenho filho/a em idade escolar

8 - Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim  
 Não  
 Talvez

9 - Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

Até o momento não teve

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

140/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim  
 Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 - Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim  
 Não  
 Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

Na escola existe o dia da família , acho legal para abrir a mente das diferentes configurações familiar

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

Precisam ser mais incisivos

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim  
 Não  
 Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

141/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim  
 Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

Conversamos abertamente sobre o assunto , sendo q nosso filho já nos relatou q tem amigos homossexuais

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim  
 Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim  
 Não  
 Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

143/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

142/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

Os pais sempre ter um bom diálogo com seu filho e nunca deixar dúvidas , quando houver algum questionamento.

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Google Formulários

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

144/204

## Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

Olá, tudo bem?

Primeiramente, muito obrigada por participar da pesquisa "Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais". Meu nome é Patrícia Soares, sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Unesp de Araraquara, e venho por meio desta proposta solicitar voluntários e voluntárias que possam fazer parte deste estudo científico, através deste questionário.

A intenção deste questionário é coletar informações de famílias com arranjos homoparentais, constituídas por duas mães e por dois pais, que tenham passado pelo processo legal de adoção.

Os objetivos são:

- Analisar através dos relatos respondidos no questionário, o contexto familiar das crianças/adolescentes adotadas por pais/mães homossexuais;
- Investigar a qualidade das relações que estas crianças/adolescentes estabelecem com outros sujeitos no âmbito escolar e no meio social, isto é, se são tratadas pelos próximos com preconceito ou com naturalidade, e o modo pelo qual a qualidade destas relações influencia na saúde mental e na formação pessoal, social e escolar da criança/adolescente;
- Tomar conhecimento através dos relatos destas famílias acerca do posicionamento da instituição escolar em relação a el@s, se há medidas educativas pelo combate ao preconceito com o intuito de estimular a inclusão;
- Verificar se estas crianças/adolescentes são tratadas/os com respeito e dignidade pelos educadores/as da escola, bem como seus pais e mães;
- Investigar de forma geral, através dos relatos dos casais homossexuais em relação às possíveis manifestações de preconceito e discriminação no âmbito social e escolar.

Este estudo assumirá com a sua conclusão uma função social: de auxiliar idealmente e estrategicamente as famílias homoparentais e as crianças adotadas por estas famílias no combate ao estigma e preconceito, contribuindo para uma sociedade inclusiva que reconheça como natural a pluralidade e a diversidade, podendo auxiliar nas reflexões e na atuação de profissionais da educação que busquem promover e tornar a escola um ambiente pleno de inclusão.

Sendo assim, se você é um ou uma de nossos/as voluntários/as, agradecemos pela colaboração e disponibilidade em contribuir com a ciência.

1 – Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 – Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

3 – Quantos filhos/as vocês possuem? \*

4 – Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

5 – Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro: \_\_\_\_\_

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro: \_\_\_\_\_

7 – Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 – Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 – Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim
- Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 – Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim  
 Não  
 Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim  
 Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim  
 Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim  
 Não  
 Talvez

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

149/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

1 - Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens  
 Duas mulheres

2 - Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

43-24

3 - Quantos filhos/as vocês possuem? \*

1

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

9

5 - Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes  
 Biológico/a por "inseminação" de uma das partes  
 Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)  
 Outro:

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

151/204

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

150/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim  
 Não  
 Sim um dos/as meus/as filhos/as  
 Sim todos/as os/as meus/as filhos/as  
 Outro:

7 - Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim  
 Não  
 Não tenho filho/a em idade escolar

8 - Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim  
 Não  
 Talvez

9 - Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

Por questão moral e de preconceito. Generalizações como: "você será um viadinho", "vai aprender a dar o rabo com os paid", etc

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ00XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

152/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim  
 Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 - Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim  
 Não  
 Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

Infelizmente, muitos professores, inclusive diretora, são favoráveis à pauta anti "ideologia de gênero" nas escolas

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim  
 Não  
 Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

Me perguntaram uma vez se fazíamos rodizio pra decidir quem seria a mãe em cada reunião - fala de um dos inspetores

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

153/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim  
 Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

Como foi permitido judicialmente..

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim  
 Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim  
 Não  
 Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

155/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

154/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

.....

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho".

Google Formulários

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

156/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

## Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

Olá, tudo bem?

Primeiramente, muito obrigada por participar da pesquisa "Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais". Meu nome é Patrícia Soares, sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Unesp de Araraquara, e venho por meio desta proposta solicitar voluntários e voluntárias que possam fazer parte deste estudo científico, através deste questionário.

A intenção deste questionário é coletar informações de famílias com arranjos homoparentais, constituídas por duas mães e por dois pais, que tenham passado pelo processo legal de adoção.

Os objetivos são:

- Analisar através dos relatos respondidos no questionário, o contexto familiar das crianças/adolescentes adotadas por pais/mães homossexuais;
- Investigar a qualidade das relações que estas crianças/adolescentes estabelecem com outros sujeitos no âmbito escolar e no meio social, isto é, se são tratadas pelos próximos com preconceito ou com naturalidade, e o modo pelo qual a qualidade destas relações influencia na saúde mental e na formação pessoal, social e escolar da criança/adolescente;
- Tomar conhecimento através dos relatos destas famílias acerca do posicionamento da instituição escolar em relação a el@s, se há medidas educativas pelo combate ao preconceito com o intuito de estimular a inclusão;
- Verificar se estas crianças/adolescentes são tratadas/os com respeito e dignidade pelos educadores/as da escola, bem como seus pais e mães;
- Investigar de forma geral, através dos relatos dos casais homossexuais em relação às possíveis manifestações de preconceito e discriminação no âmbito social e escolar.

Este estudo assumirá com a sua conclusão uma função social: de auxiliar idealmente e estrategicamente as famílias homoparentais e as crianças adotadas por estas famílias no combate ao estigma e preconceito, contribuindo para uma sociedade inclusiva que reconheça como natural a pluralidade e a diversidade, podendo auxiliar nas reflexões e na atuação de profissionais da educação que busquem promover e tornar a escola um ambiente pleno de inclusão.

Sendo assim, se você é um ou uma de nossos/as voluntários/as, agradecemos pela colaboração e disponibilidade em contribuir com a ciência.

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

1 - Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 - Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

3 - Quantos filhos/as vocês possuem? \*

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

5 - Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

157/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro:

7 - Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 - Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 - Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

159/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

158/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim
- Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 - Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

160/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim
- Não
- Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim
- Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim
- Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim
- Não
- Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-Ied#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-Ied#responses)

161/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

1 - Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 - Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

Eu 42 anos. Meu companheiro 25 anos.

3 - Quantos filhos/as vocês possuem? \*

01

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

17 anos

5 - Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro: Adotivo por minha parte.

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-Ied#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-Ied#responses)

163/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-Ied#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-Ied#responses)

162/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro:

7 - Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 - Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-Ied#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-Ied#responses)

164/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

9 – Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:  
 Geralmente situações relacionadas a ele ser filho de um homossexual, como se isso fosse algo de errado.

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

Sim  
 Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 – Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

Sim  
 Não  
 Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwed#responses 166/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

Sim  
 Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

Sempre ouço: como você conseguiu adotar uma criança se vc é homossexual. Essa questão sempre vem acompanhada no sentido de que pelo fato de sermos homossexuais, não teríamos direito de adotar, dentre outras questões morais que a sociedade coloca.

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

Sim  
 Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

Sim  
 Não  
 Talvez

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwed#responses 167/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:  
 Péssima porque não vejo nenhuma prática inclusiva relacionada a essa temática.

16 – Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

Sim  
 Não  
 Não participo da rotina escolar

17 – Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwed#responses 166/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Google Formulários

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwed#responses 168/204

30/04/2021

Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

## Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

Olá, tudo bem?

Primeiramente, muito obrigada por participar da pesquisa "Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais". Meu nome é Patrícia Soares, sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Unesp de Araraquara, e venho por meio desta proposta solicitar voluntários e voluntárias que possam fazer parte deste estudo científico, através deste questionário.

A intenção deste questionário é coletar informações de famílias com arranjos homoparentais, constituídas por duas mães e por dois pais, que tenham passado pelo processo legal de adoção.

Os objetivos são:

- Analisar através dos relatos respondidos no questionário, o contexto familiar das crianças/adolescentes adotadas por pais/mães homossexuais;
- Investigar a qualidade das relações que estas crianças/adolescentes estabelecem com outros sujeitos no âmbito escolar e no meio social, isto é, se são tratadas pelos próximos com preconceito ou com naturalidade, e o modo pelo qual a qualidade destas relações influencia na saúde mental e na formação pessoal, social e escolar da criança/adolescente;
- Tomar conhecimento através dos relatos destas famílias acerca do posicionamento da instituição escolar em relação a el@s, se há medidas educativas pelo combate ao preconceito com o intuito de estimular a inclusão;
- Verificar se estas crianças/adolescentes são tratadas/os com respeito e dignidade pelos educadores/as da escola, bem como seus pais e mães;
- Investigar de forma geral, através dos relatos dos casais homossexuais em relação às possíveis manifestações de preconceito e discriminação no âmbito social e escolar.

Este estudo assumirá com a sua conclusão uma função social: de auxiliar idealmente e estrategicamente as famílias homoparentais e as crianças adotadas por estas famílias no combate ao estigma e preconceito, contribuindo para uma sociedade inclusiva que reconheça como natural a pluralidade e a diversidade, podendo auxiliar nas reflexões e na atuação de profissionais da educação que busquem promover e tornar a escola um ambiente pleno de inclusão.

Sendo assim, se você é um ou uma de nossos/as voluntários/as, agradecemos pela colaboração e disponibilidade em contribuir com a ciência.

30/04/2021

Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

1 – Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 – Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

3 – Quantos filhos/as vocês possuem? \*

4 – Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

5 – Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro: \_\_\_\_\_

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-IedI#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-IedI#responses)

169/204

30/04/2021

Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro: \_\_\_\_\_

7 – Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 – Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 – Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-IedI#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-IedI#responses)

171/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-IedI#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-IedI#responses)

170/204

30/04/2021

Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim
- Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 – Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-IedI#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-IedI#responses)

172/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim
- Não
- Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim
- Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim
- Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim
- Não
- Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN6oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN6oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

17/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

1 - Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 - Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

eu 44, ele 39

3 - Quantos filhos/as vocês possuem? \*

01

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

02 anos

5 - Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN6oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN6oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

17/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN6oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN6oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

17/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro:

7 - Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 - Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 - Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

Situações sociais onde se pergunta: onde está a mãe? ou de questionamento da sexualidade da criança por ter dois pais e gays, além de dúvidas do desenvolvimento dele por conta de não ter uma mãe.

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN6oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN6oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

17/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim  
 Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 - Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim  
 Não  
 Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim  
 Não  
 Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwed#responses

177/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim  
 Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

A maior questão é se nosso filho será gay também por ter dois pais e a indução de uma certa tristeza e dúvida sobre seu desenvolvimento emocional por não ter uma mulher mãe presente.

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim  
 Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim  
 Não  
 Talvez

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwed#responses

179/204

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwed#responses

178/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

.....

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Google Formulários

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwed#responses

179/204

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwed#responses

180/204

## Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

Olá, tudo bem?

Primeiramente, muito obrigada por participar da pesquisa "Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais". Meu nome é Patrícia Soares, sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Unesp de Araraquara, e venho por meio desta proposta solicitar voluntários e voluntárias que possam fazer parte deste estudo científico, através deste questionário.

A intenção deste questionário é coletar informações de famílias com arranjos homoparentais, constituídas por duas mães e por dois pais, que tenham passado pelo processo legal de adoção.

Os objetivos são:

- Analisar através dos relatos respondidos no questionário, o contexto familiar das crianças/adolescentes adotadas por pais/mães homossexuais;
- Investigar a qualidade das relações que estas crianças/adolescentes estabelecem com outros sujeitos no âmbito escolar e no meio social, isto é, se são tratadas pelos próximos com preconceito ou com naturalidade, e o modo pelo qual a qualidade destas relações influencia na saúde mental e na formação pessoal, social e escolar da criança/adolescente;
- Tomar conhecimento através dos relatos destas famílias acerca do posicionamento da instituição escolar em relação a el@s, se há medidas educativas pelo combate ao preconceito com o intuito de estimular a inclusão;
- Verificar se estas crianças/adolescentes são tratadas/os com respeito e dignidade pelos educadores/as da escola, bem como seus pais e mães;
- Investigar de forma geral, através dos relatos dos casais homossexuais em relação às possíveis manifestações de preconceito e discriminação no âmbito social e escolar.

Este estudo assumirá com a sua conclusão uma função social: de auxiliar idealmente e estrategicamente as famílias homoparentais e as crianças adotadas por estas famílias no combate ao estigma e preconceito, contribuindo para uma sociedade inclusiva que reconheça como natural a pluralidade e a diversidade, podendo auxiliar nas reflexões e na atuação de profissionais da educação que busquem promover e tornar a escola um ambiente pleno de inclusão.

Sendo assim, se você é um ou uma de nossos/as voluntários/as, agradecemos pela colaboração e disponibilidade em contribuir com a ciência.

1 – Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 – Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

3 – Quantos filhos/as vocês possuem? \*

4 – Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

5 – Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro: \_\_\_\_\_

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro: \_\_\_\_\_

7 – Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 – Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 – Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

\_\_\_\_\_

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim
- Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 – Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim  
 Não  
 Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filha/o? \*

- Sim  
 Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filha/o adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim  
 Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim  
 Não  
 Talvez

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

185/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

1 - Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens  
 Duas mulheres

2 - Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

37 anos

3 - Quantos filhos/as vocês possuem? \*

Dois meus biológicos, e um adotivo

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

Menina de 25, menino de 20 e menino de 1 ano 8 meses

5 - Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes  
 Biológico/a por "inseminação" de uma das partes  
 Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)  
 Outro:

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

187/204

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

186/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim  
 Não  
 Sim um dos/as meus/as filhos/as  
 Sim todos/as os/as meus/as filhos/as  
 Outro:

7 - Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim  
 Não  
 Não tenho filho/a em idade escolar

8 - Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim  
 Não  
 Talvez

9 - Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

Meu filho namora uma garota de família evangélica que relatou muito em aceita-lo depois de saber que ele morava com duas mulheres.

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

188/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim  
 Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 - Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim  
 Não  
 Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

Quem iniciou esse projeto no período do ensino medio, foi meu filho, ele montou um grêmio que abordavam discussões como essa. Eu acredito ser de suma importância para estruturar a educação falar sobre diversidade.

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

Penso que a iniciativa de fomento à debates assim devia partir da escola. Mas fico feliz que ao menos tenham recebido bem a proposta dos alunos.

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim  
 Não  
 Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

189/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim  
 Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

Muita gente pergunta porque não geramos por exemplo. Outra questão é sobre a filiação do nosso filho, curiosidades. Mas o fato de ser uma adoção inter racial aumenta o preconceito com perguntas do tipo: seu marido é branco? Ou, vc cuida dele? (Babas). Somos duas mães pretas e um bebê branco com síndrome de dow

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim  
 Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim  
 Não  
 Talvez

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

191/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

190/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

O preconceito sobre famílias homoparentais, infelizmente está além da esfera do convívio. As experiências com o pediatra por exemplo são relatos frequentes em nossa realidade. É um assunto profundo. Parabéns por iniciar essa caminhada. Gratidão por fazer parte com vocês.

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Google Formulários

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-lwd#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-lwd#responses)

192/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

## Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

Olá, tudo bem?

Primeiramente, muito obrigada por participar da pesquisa "Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais". Meu nome é Patrícia Soares, sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Unesp de Araraquara, e venho por meio desta proposta solicitar voluntários e voluntárias que possam fazer parte deste estudo científico, através deste questionário.

A intenção deste questionário é coletar informações de famílias com arranjos homoparentais, constituídas por duas mães e por dois pais, que tenham passado pelo processo legal de adoção.

Os objetivos são:

- Analisar através dos relatos respondidos no questionário, o contexto familiar das crianças/adolescentes adotadas por pais/mães homossexuais;
- Investigar a qualidade das relações que estas crianças/adolescentes estabelecem com outros sujeitos no âmbito escolar e no meio social, isto é, se são tratadas pelos próximos com preconceito ou com naturalidade, e o modo pelo qual a qualidade destas relações influencia na saúde mental e na formação pessoal, social e escolar da criança/adolescente;
- Tomar conhecimento através dos relatos destas famílias acerca do posicionamento da instituição escolar em relação a el@s, se há medidas educativas pelo combate ao preconceito com o intuito de estimular a inclusão;
- Verificar se estas crianças/adolescentes são tratadas/os com respeito e dignidade pelos educadores/as da escola, bem como seus pais e mães;
- Investigar de forma geral, através dos relatos dos casais homossexuais em relação às possíveis manifestações de preconceito e discriminação no âmbito social e escolar.

Este estudo assumirá com a sua conclusão uma função social: de auxiliar idealmente e estrategicamente as famílias homoparentais e as crianças adotadas por estas famílias no combate ao estigma e preconceito, contribuindo para uma sociedade inclusiva que reconheça como natural a pluralidade e a diversidade, podendo auxiliar nas reflexões e na atuação de profissionais da educação que busquem promover e tornar a escola um ambiente pleno de inclusão.

Sendo assim, se você é um ou uma de nossos/as voluntários/as, agradecemos pela colaboração e disponibilidade em contribuir com a ciência.

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

1 - Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 - Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

3 - Quantos filhos/as vocês possuem? \*

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

5 - Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro: \_\_\_\_\_

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-IedI#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-IedI#responses)

19/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro: \_\_\_\_\_

7 - Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 - Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 - Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-IedI#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-IedI#responses)

196/204

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-IedI#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-IedI#responses)

194/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filh@s Adotad@s por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim
- Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 - Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

[https://docs.google.com/forms/d/1\\_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\\_c-IedI#responses](https://docs.google.com/forms/d/1_UwztsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ_c-IedI#responses)

196/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

16 – Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim
- Não
- Não participo da rotina escolar

17 – Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filha/o? \*

- Sim
- Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filha/o adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim
- Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim
- Não
- Talvez

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

197/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

1 – Você faz parte de um arranjo homossexual constituído por: \*

- Dois homens
- Duas mulheres

2 – Qual a sua idade e a idade de seu/sua parceiro/parceira \*

Eu 53 ele 29

3 – Quantos filhos/as vocês possuem? \*

Vamos adotar 2

4 - Qual a idade de cada um/a dos/das filhos/as? \*

Entre 0 e 3 anos

5 – Seu filho/filha é (pode assinalar mais de uma opção quem tiver mais de um/a filho/a): \*

- Adotivo/a por ambas as partes
- Biológico/a por "inseminação" de uma das partes
- Biológico/a de relacionamento anterior e adotivo por uma das partes (adoção unilateral)
- Outro:

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

199/204

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

198/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

6- Um dos seus filhos já relatou sofrer situações de preconceito por pertencer a uma família homoparental? \*

- Sim
- Não
- Sim um dos/as meus/as filhos/as
- Sim todos/as os/as meus/as filhos/as
- Outro: Ainda aguardo chegada

7 – Caso a resposta seja afirmativa, tem conhecimento se essas situações de preconceito ocorreram na escola?

- Sim
- Não
- Não tenho filho/a em idade escolar

8 – Tem conhecimento de situações de preconceito fora do ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Talvez

9 – Caso as respostas anteriores sejam afirmativas, por gentileza, relate como foram as situações de preconceito sofridas por seu filho, dentro e fora do ambiente escola:

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

200/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

10 - Caso você tenha respondido que seu/sua filho/a sofreu situações de preconceito na escola, tem conhecimento se a equipe escolar tomou alguma providência sobre isso?

- Sim  
 Não

11- Se sim, quais foram as medidas tomadas pela escola, que você tenha conhecimento?

12 - Você saberia dizer se existem na escola projetos, trabalhos, eventos que promovam a inclusão de forma geral?

- Sim  
 Não  
 Não tenho filho/a em idade escolar

13- Caso elas existam, como são e o que você acha destes trabalhos de inclusão?

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

14- Como você classificaria as políticas de inclusão da escola?

- Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

15- Com base na resposta anterior, justifique a alternativa escolhida:

As políticas estão de acordo com a qualidade exigida internacionalmente porém a implementação esta aquém do esperado

16 - Já ocorreram situações preconceituosas no ambiente escolar em relação a vocês (pais e mães), em reuniões de pais e mestres dentre outras atividades na unidade escolar?

- Sim  
 Não  
 Não participo da rotina escolar

17 - Se sim, por gentileza relate a situação mais constrangedora que tenha experienciado:

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

201/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

18 - Você e seu/sua parceiro/a conversam sobre preconceito e homofobia com seu/sua filho/a? \*

- Sim  
 Não

19 - Quais são as maiores dúvidas ou as mais frequentes que ouvem da parte das pessoas, em relação a orientação sexual homossexual de vocês (pais e mães) e a adoção em questão? \*

Como lidar com estereótipos arraigado no ambiente escolar em relação a constituição de família

20 - Você como pai/mãe conseguiu identificar alguma dificuldade por parte de seu/sua filho/a adotivo/a em abordar o tema da homossexualidade de vocês com outros sujeitos? \*

- Sim  
 Não

21 - Na opinião de vocês, tais pesquisas como esta sobre novos arranjos familiares, ajudam no combate ao preconceito, sobretudo a homofobia? \*

- Sim  
 Não  
 Talvez

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

203/204

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

202/204

30/04/2021 Tema: Diagnóstico de Situações de Preconceito e Estigma em Filhos Adotados por Famílias Homoparentais

(Opcional) Deixe aqui alguma sugestão, algum relato que ache relevante fazer ou observação:

Substituiria arranjo por família construída por relações homoparentais

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Google Formulários

https://docs.google.com/forms/d/1\_UwtsN65oZ0vRzauZ0XKj0D4TppNoYsnXaJ\_c-lwd#responses

204/204